

Rogério Sávio Link
Antonio Cláudio Barbosa Rabello
Dante Ribeiro da Fonseca
(Orgs.)

Cultura Popular na Amazônia

Anais do I Congresso Internacional de
História da Amazônia



Rogério Sávio Link
Antonio Cláudio Barbosa Rabello
Dante Ribeiro da Fonseca
(Orgs.)

Cultura Popular na Amazônia

Anais do I Congresso Internacional de
História da Amazônia



© Editora Karywa – 2023
Cacoal – RO
editorakarywa@gmail.com
<http://editorakarywa.wordpress.com>

Conselho Editorial

Dra. Adriana Schmidt Dias (UFRGS – Brasil)
Dra. Claudete Beise Ulrich (Faculdade Unida – Brasil)
Dr. Cristóbal Gnecco (Universidad del Cauca – Colômbia)
Dra. Delia Dutra da Silveira (UDELAR, CENUR, L.N. – Uruguai)
Dr. Eduardo Santos Neumann (UFRGS – Brasil)
Dra. Eli Bartra (UAM-Xochimilco – México)
Dr. Moisés Villamil Balestro (UNB – Brasil)
Dr. Raúl Fornet-Betancourt (Aachen – Alemanha)
Dr. Rodrigo Piquet Saboia de Mello (Museu do Índio – Brasil)
Dra. Tanya Angulo Alemán (Universidad de Valencia – Espanha)
Dra. Yisel Rivero Báxter (Universidad de la Habana – Cuba)

Imagem da capa: Flávio da Silva Dutka. Entardecer no Lago Cuniã, da série Memorabilia
Diagramação e arte da capa: Rogério Sávio Link

**Os artigos e resumos são de total responsabilidade de seus autores.*

LINK, R. S.; RABELLO, A. C. B.; FONSECA, D. R. (Orgs.)

Cultura Popular na Amazônia: Anais do I Congresso Internacional de História da Amazônia. Cacoal: Karywa, 2023.

[e-book] 400p. : il.

ISBN: 978-65-86795-21-9

1. História; 2. Amazônia; 3. Cultura popular; 4. Epistemologias;
5. CIHAM. I. Rogério Sávio Link; II. Antonio Cláudio Barbosa Rabello; III Dante Ribeiro da Fonseca.

CDD 981.1



SUMÁRIO

Apresentação.....9

Rogério Sávio Link
Antonio Cláudio Barbosa Rabello
Dante Ribeiro da Fonseca

A CULTURA JUNINA EM RONDÔNIA: DESAFIOS E RESISTÊNCIAS

A Feira do Porto na Praça Aluizio Ferreira em Porto Velho: Uma Etnografia da Feira de Culinária, Lazer e Economia Cultural da Cidade.....17

Ilza dos Santos Lima
Vagner da Silva

Os Direitos Humanos e a Regularização Fundiária de Santo Antônio do Guaporé.....35

Adão Carvalho Brito da Silva
Marco Antônio Domingues Teixeira

HISTÓRIA E HISTÓRIA INDÍGENA: VELHOS E NOVOS PROBLEMAS EPISTEMOLÓGICOS

Grilagem de Terras Indígenas: Conflitos e Resistências Apurinã em Boca do Acre43

Francisco da Silva
Rogério Sávio Link

“Múmia de um Chefe Coroado”? Análise Iconográfica e Considerações sobre um Enterramento Indígena Representado por Jean Baptiste Debret.....49

Leandro Guimarães Ribeiro
Gegliane Neves da Silva

A Amazônia Criada por seus Povos: as Narrativas Decoloniais e a Arqueologia.....69

Deise Lemos Carvalho
Rogério Sávio Link

**Continuidades e Transformações nos Grafismos das
Cerâmicas Arqueológicas no Alto Madeira77**

Gegliane Neves da Silva
Rogério Sávio Link
Silvana Zuse

**Patrimônio Histórico e Dinâmicas Socioculturais: Indígenas
e Quilombolas na Comunidade de Rolim de Moura do
Guaporé.....85**

Maria Gracineide Rodrigues Costa

**Diálogos Interculturais: Uma Abordagem em Projeto de
Ensino no IFAC.....91**

Leilaine Fonseca Ribeiro
Cristiane De Bortoli

**HISTÓRIA(S) INDÍGENA(S) NA AMAZÔNIA:
METODOLOGIAS, CONHECIMENTOS E PERSPECTIVAS
DE PESQUISAS COLABORATIVAS**

**A Relação do Povo Oro Wari com a Castanha e o Surgimento
da sua História99**

Marciana Cassupá Oro Mon

**Currículo Intercultural: um Olhar para o Estudo da História
e das Culturas Indígenas em Escolas de Ji-paraná105**

Valéria Rocha dos Santos
Lidiani Brilhante da Silva

**Desterritorialidade e Resistência das Etnias Cinta Larga e
Rikbaktsa na Implantação do Município de Juína.....111**

Diego Roque Evangelista
Julien Marius Reis Thevenin

**Documentação de Conhecimento Tradicional do Povo
Wajuru131**

Antônia Fernanda de Souza Nogueira
Maria Wajuru
Jaqueline Wajuru

**Exploradores Estrangeiros na Amazônia Brasileira (1840-
1870): Levantamento e Primeiras Aproximações141**

Vitor Julio Gomes Barreto

História e a Relação do Povo Paiter com a Castanheira.....147

Natanael Pabikãr Suruí

História(s) Akuntsú e Linguística: Anotações de Dados e Ferramentas Linguísticas.....	153
<i>Luana Luíza da Silva Santos</i>	
<i>Carolina Coelho Aragon</i>	
<i>Fabrcio Gerardi</i>	
História(s) da Frente de Proteção Etnoambiental Guaporé nos Contextos das Terras Indígenas Massaco, Rio Omerê e Tanaru.....	159
<i>Altair Algayer</i>	
<i>Carolina Coelho Aragon</i>	
<i>Roseline Mezacasa</i>	
O Método Narrativo em Histórias de Vida Amazônicas: Marilda, Rejane e Sônia em um Saber Fazer Decolonial... 	163
<i>João Paulo da Silva</i>	
O Protagonismo Feminino na Terra Indígena Kayapó na Luta pela Defesa da Floresta Atualmente (2000-2022)	179
<i>Debora Suely do Espirito Santo Souza</i>	
Os Impactos Socioambientas na Terra Indígena Kayapó Oriundas do Garimpo Ilegal (2019-2022).....	185
<i>Alberto da Silva Amaral</i>	
<i>Claudia Leonor López Garcés</i>	
Para Além do Contato: as Redes de Troca Tiriyo no Contexto de Missão	203
<i>Joanan Marques de Mendonça</i>	

HISTÓRIA, MÍDIA E AMAZÔNIA

A Cidade como um Texto: Porto Velho nos Anos 1940 e 1950 por Meio da Fotografia	211
<i>Amanda Aparecida Montagil Silva</i>	
A Imprensa da Década de 1980: o Popular e o Sensacionalista na Representação das Sexualidades e Identidades Dissidentes	215
<i>Pedro Antonio de Brito Neto</i>	
A Estrada de Ferro Madeira-Mamoré na Historiografia Brasileira, Caribenha, e Norte-Americana	229
<i>Owen MacDonald</i>	
Imprensa e Poder no Guaporé durante o Governo Vargas ..	235
<i>Mirian Penha Franco</i>	

O Alto Madeira e os Crimes Relacionados com o Primeiro Surto Gumífero.....253

Erika Francelino Vieira

Soldados da Borracha: a Epopeia dos Imigrantes Nordestinos na Região Amazônica de Guajará-Mirim.....257

Simone Medeiros de Carvalho

MEMÓRIA, HISTÓRIA E AUTORITARISMO

A Gênese do Espaço Urbano e a Segregação Social em Macapá até Meados do Século XX273

Antonio Carlos Rodrigues dos Santos

Análises de Narrativas: Construção de Sentido por Meio de Análises com Uso de Técnicas Argumentativas de Interpretação289

Lidiani Brilhante da Silva

Valéria Rocha dos Santos

Ensaio sobre Crise Econômica, Democracia e Conservadorismo303

Carlos Alexandre Barros Trubiliano

O Imediato: da Interação da Imagem-Meme à Relação de Poder na Amazônia Rondoniense (2018-2022).....317

Ricardo Ciriaco Gomes

Os Impactos Socioambientais Delegados pelo Desenvolvimento Econômico em Rondônia durante a Segunda Metade do Séc. XX.....323

Luan Felipe Silva Casarin

REGISTROS SOBRE A INSTRUÇÃO PÚBLICA NOS VALES DO MADEIRA E GUAPORÉ ENTRE 1901 A 1956

Lugares que Abarcam a História da Educação do Território Federal do Guaporé entre 1946 a 1956341

Cleicinéia Oliveira de Souza

Paulo Sérgio Dutra

Uma Pesquisa sobre a Historiografia da Educação em Rondônia através do Jornal “Alto Madeira” – 1917 a 1956 ...345

Paulo Sérgio Dutra

Cleicinéia Oliveira de Souza

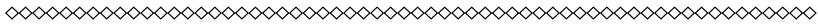
**VIOLÊNCIA E POPULAÇÕES PERIFÉRICAS URBANAS E
RURAIS NA AMAZÔNIA OCIDENTAL**

- A “Escola de Preto e Samba no Pé”: a Resistência Racial do
G.R.E.S – os Diplomatas do Samba.....359**
Rita Clara Vieira da Silva
Marco Antônio Domingues Teixeira
- A Criminalização de Sujeitos na Luta pela Função Social da
Terra.....365**
Carolina de Albuquerque
Yuri Rafael Rocha Araújo
- Os Direitos Humanos e a Regularização Fundiária de Santo
Antônio do Guaporé.....381**
Adão Carvalho Brito da Silva
Marco Antônio Domingues Teixeira
- Usina Hidrelétrica de Santo Antônio: uma Análise
Socioambiental sobre as Consequências da Cheia de 2014
em Porto Velho387**
Deborah Vittória de Oliveira
Luma Gabriela Stein
Roberto Paes de Farias Junior
- Violência Urbana na Cidade de Porto Velho.....391**
William Araújo da Silva



APRESENTAÇÃO

*Rogério Sávio Link
Antonio Cláudio Barbosa Rabello
Dante Ribeiro da Fonseca*



O Programa de Pós-Graduação em História da Amazônia (PPGHAm) instituiu em 2022 a realização de um evento oficial com o nome “Congresso Internacional de História da Amazônia” para o compartilhamento e divulgação de pesquisas acadêmicas realizadas sobre a Amazônia no campo da História e áreas afins. Nesse sentido, o evento visa reunir pesquisadores e pesquisadoras que estudam fenômenos sociais amazônicos para compartilharem suas pesquisas e debater questões relativas à Amazônia. Na primeira edição do evento, a comissão organizadora, composta por docentes e discentes do Programa, escolheu o tema “cultura popular na Amazônia”.

Assim, o “I Congresso Internacional de História da Amazônia: Cultura Popular na Amazônia” (I CIHAM) foi planejado para ocorrer entre os dias 2 a 5 de maio de 2023. Para ilustrar o I CIHAM, a comissão organizadora escolheu uma obra do artista plástico Flávio Dutka intitulada Entardecer no Lago Cuniã, da série Memorabilia. Dutka é discente regular do Mestrado em História da Amazônia do PPGHAm. A comissão organizadora do evento agradece a cessão de uso de imagem, a qual também ilustra a capa deste livro e os certificados do evento.

Para gerenciar o evento, foi escolhida a plataforma do Even3, cujo endereço é: https://www.even3.com.br/i-ciham_cultura-popular-na-amazonia. O evento foi organizado a partir de conferências principais, mostra cultural, oficina cultural e Grupos de Trabalhos (GTs) nos quais pesquisadores e pesquisadoras poderiam inscrever suas comunicações. Este livro é o resultado das apresentações nesses GTs. Ao todo, mais de 400 pessoas se inscreveram através da plataforma do Even3. E obtivemos 64 inscrições de comunicações no GTs.

O desafio da mesa organizadora foi tentar combinar um evento presencial com a modalidade remota, de forma que o evento acontecesse hibridamente com transmissões para o

canal do Departamento Acadêmico de História no YouTube ([@departamentoacademicodehis4529](https://www.youtube.com/@departamentoacademicodehis4529)).

No 2 de maio de 2023, no período vespertino, logo após a mesa de abertura, aconteceu a primeira mesa intitulada “Fronteiras Políticas, Sociais, Ambientais e Culturais na Amazônia” coordenada por Antônio Cláudio Barbosa Rabelo e mediada pelas discente Glenda Maria Bastos Felix. No período noturno, teve lugar uma mostra cultural com lançamento de livros e exposição de obras de arte.

No dia 3 de maio de 2023, no período vespertino, reuniram-se os GTs para apresentação de trabalhos. Já no período noturno, ocorreu a mesa “Políticas, Culturas e Narrativas na Amazônia” coordenada por Dante Ribeiro da Fonseca e mediada pela discente Jane de Souza. A mesa contou com uma conferência de Hélio Rodrigues da Rocha.

De semelhante forma, no dia 4 de maio de 2023, no período vespertino, reuniram-se os GTs para apresentação de trabalhos. Pela noite, teve início a mesa “A Invenção do Inimigo: A Fronteira como Ferramenta Analítica para uma Pesquisa Transdisciplinar” coordenada por Rogério Sávio Link e mediada pelo discente Gleydson Firmino da Silva. A mesa contou com a conferência de João Pacheco de Oliveira Filho.

No dia 5 de maio de 2023, sexta-feira a tarde, teve lugar uma Oficina Cultural com compositores e artistas regionais para discutir, apresentar e apreciar composições culturais nacionais e regionais com músicos e artistas locais. A oficina esteve a cargo de Dante Ribeiro da Fonseca e da discente Jane de Souza. Na sequência, aconteceu a mesa de encerramento com a participação de toda a equipe organizadora.

Como dissemos acima, este livro é resultado das comunicações aprovadas nos GTs para apresentação e também publicação nos anais do evento. Algumas comunicações não foram aceitas para publicação porque não seguiam o padrão e as normas do evento. Ao todo, tivemos a inscrição de 7 GTs. Cada GT conta com 2 Coordenadores. Abaixo uma relação dos respectivos GTs aprovados:

A cultura junina em Rondônia: desafios e resistências.
Coordenadores: Marco Antônio Domingues Teixeira (UNIR) e João Maciel de Araújo (IFAM). *Modalidade:* online. *Resumo:* Como em todo o território nacional, com o crescimento do

evangelismo protestante e sua invasão à política, diversas manifestações culturais populares têm sofrido tentativas de apagamento e no estado de Rondônia não tem sido diferente, o maior arraial da região norte, o Flor do Maracujá corre o risco de extinção e os diversos grupos de bois bumbás e quadrilhas juninas, que lutam pela manutenção da cultura popular, têm recebido cada vez menos apoio do poder público. A proposta do GT é contribuir com a ampliação do debate a respeito da resistência cultural popular desses grupos, seus desafios para sobrevivência na contemporaneidade amazônica ocidental, principalmente no estado de Rondônia.

História e História Indígena: velhos e novos problemas epistemológicos. *Coordenadores:* Thiago Leandro Vieira Cavalcante (UFGD) e Rogério Sávio Link (UNIR). *Modalidade:* híbrida. *Resumo:* A presente proposta do Grupo de Trabalho tem como objetivo principal reunir pesquisadores e pesquisadoras que desenvolvem trabalhos no campo da história indígena e do indigenismo para viabilizar um espaço de compartilhamento e trocas de experiência. As propostas de comunicações podem ter diferentes abordagens teóricas e metodológicas, nos diferentes campos do conhecimento. Dessa forma, este Grupo de Trabalho configura-se como um espaço eclético que visa lançar luz sobre velhos e novos problemas envolvendo a história indígena, principalmente no entrecruzamento entre a História, a Antropologia, a Arqueologia e a Educação.

História(s) Indígena(s) na Amazônia: metodologias, conhecimentos e perspectivas de pesquisas colaborativas. *Coordenadores:* Roseline Mezacasa (UNIR), Marcia Mura (USP) e Carolina Coelho Aragon (UFPB). *Modalidade:* híbrida. *Resumo:* O objetivo do GT é construir um espaço de diálogo que fortaleça pesquisas na área da História Indígena em Rondônia, bem como em toda a Amazônia. Para tanto, abriremos espaço para pesquisas em andamento e/ou concluídas que tenham, no seu escopo analítico, as trajetórias indígenas, narrativas cosmológicas e de contato com não-indígenas, perspectivas de tempo e de história a partir dos olhares dos diferentes povos indígenas que vivem na Amazônia, fortalecendo suas epistemologias e contribuições para a produção historiográfica. Também almejamos um espaço de aprendizado e de compartilhamento de metodologias colaborativas para a construção de pesquisas junto aos povos indígenas, levando em consideração seus anseios e demandas. Abordaremos

aspectos da história oral, da escuta profunda, bem como de metodologias de outras áreas do conhecimento, entre elas: arqueologia, linguística, antropologia, geografia, entre outras, para experiências transdisciplinares de pesquisa na área da História Indígena na Amazônia. Assim, todas as pesquisas que dialoguem com as abordagens do GT são bem-vindas para a construção de um espaço de aprendizado coletivo.

História, Mídia e Amazônia. *Coordenadores:* Juliana de Oliveira Vicentini (USP) e Carolina de Albuquerque (UNIR). *Modalidade:* online. *Resumo:* Este GT convida pesquisadores a compartilharem seus estudos interdisciplinares que dialoguem com o tema história-mídia-Amazônia. A ideia é trazer a história para a mídia e a mídia para a história. Nesse contexto, as investigações estão concentradas em três eixos temáticos: (1) história das mídias amazônicas, o qual envolve reflexões sobre aspectos geográficos, históricos, econômicos, políticos, jurídicos e ideológicos das mídias locais e digitais, sejam elas hegemônicas (de grandes conglomerados) ou alternativas (contra-hegemônicas) da e sobre a Amazônia; (2) história da Amazônia através da mídia, que contempla a problematização da mídia (tradicional e digital) como um tipo de fonte histórica e sua função social, a importância da pluralidade de fontes de informação, as implicações da desinformação, análises críticas de representações midiáticas sobre a Amazônia e seus reflexos para a compreensão crítica da história e da realidade local; (3) o direito à informação no e do contexto amazônico durante a história, seus entraves, oportunidades, silenciamentos e marcos legislativos.

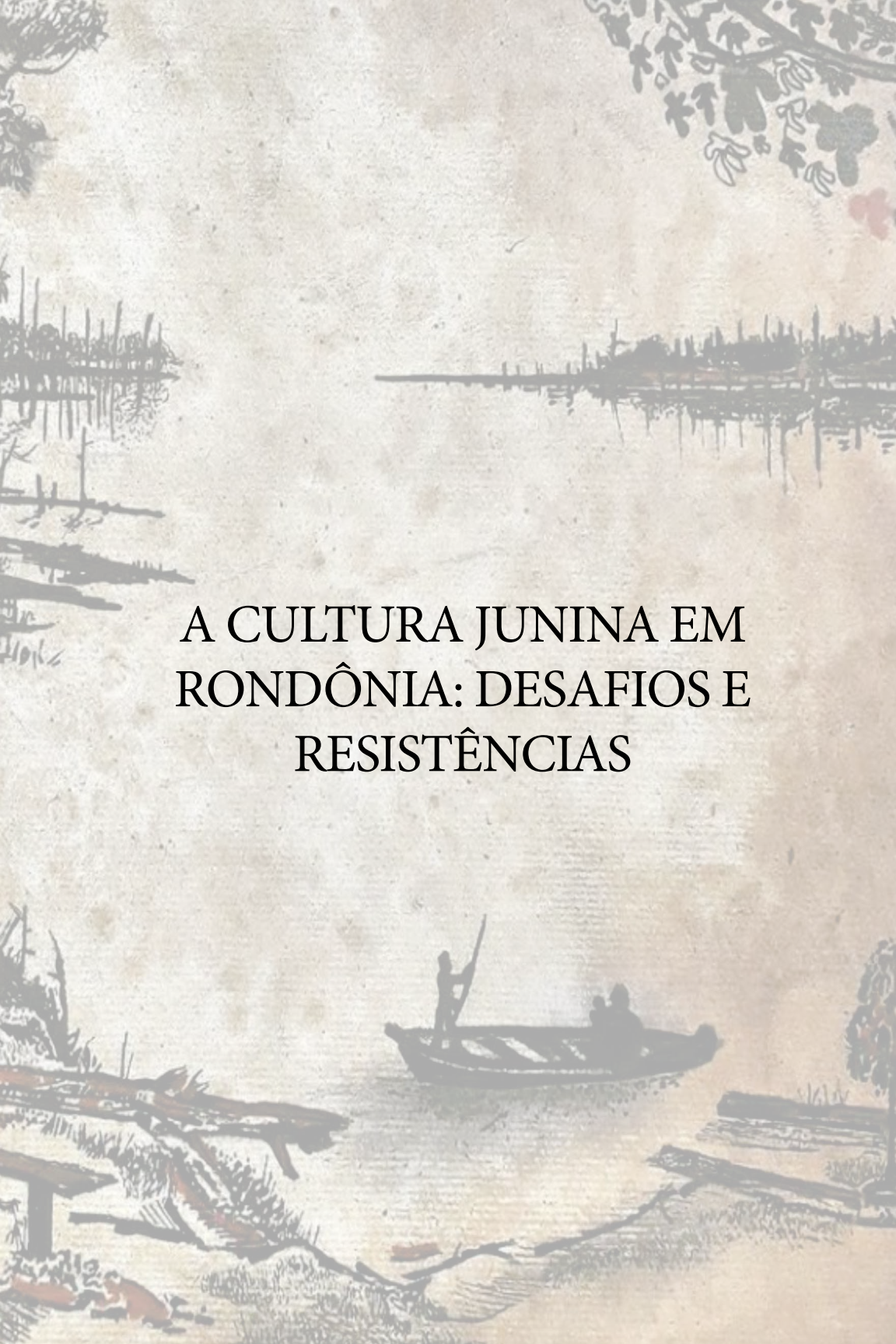
Memória, história e autoritarismo. *Coordenadores:* Rodrigo Tavares Godois (UNIR) e Eduardo Gusmão de Quadros (PUC- Goiás/UEG-Cora Coralina). *Modalidade:* online. *Resumo:* O Brasil vive momento singular em sua história pós-redemocratização que afeta diretamente suas linhas de sentido histórico. Como o caráter ético da história não dispensa sua dimensão estética, propomos este Grupo de Trabalho sobre os contornos do conceito de autoritarismo. Colocamo-nos enquanto cidadãos a interrogação: como podemos elaborar a crítica historiográfica e das memórias de um regime de historicidade autoritário onde suas faces organizam-se no (re)sentir? Remontando aos debates que tencionam a relação história/memória, buscamos interrogar as compreensões conceituais e cognitivas vigentes. Onde buscar referências para sua crítica? Como justificar os inter-

câmbios, muitas vezes inconscientes? Como captar seus efeitos sociais? Sendo assim, nosso referencial aproxima e tenciona a ética com a estética, expressas de maneira genérica, que figuram por nossa historicidade multi/inter/transcultural. As particularidades estão descritas nas vozes plurais, étnicas, raciais, de gêneros. Elas estão sinalizadas por engajamentos, por militâncias, por movimentos registrados em arquivos de diversos formatos, borrando os limites do que é subjetivo e objetividade metódica. Diante desse cenário – nacional, regional, amazônico – pretende-se reunir pesquisas que consigam meditar nesse dualismo da história e da memória, onde o que se retém e o que se envia tem impacto nas formas de experimentar o cotidiano autoritário do tempo presente.

Registros sobre a instrução pública nos vales do Madeira e Guaporé entre 1901 a 1956. *Coordenadores:* Paulo Sérgio Dutra (UNIR) e Cleicineia Souza de Oliveira (UFMT). *Modalidade:* online. *Resumo:* O presente grupo de trabalho constitui-se como um espaço de discussão sobre as experiências com a instrução pública nos Vales do Madeira e Guaporé no período que se inicia em 1901 e segue até 1956. Nesse sentido, assinala-se que o recorte temporário escolhido para a recepção de trabalhos pode ser caracterizado como período em que o espaço geográfico em destaque integrava aos Estados do Amazonas e Mato Grosso, passando pela criação do Território Federal do Guaporé ocorrido em 1943, os nuances entorno da organização da vida política, educacional no referido Território seguindo até 1956, ano em que ocorreu a mudança de nome do Território Federal do Guaporé para Território Federal de Rondônia. Ainda sobre o período mencionado, vale lembrar que interessam os nuances que correspondem as questões políticas, a legislação relacionada a instrução pública, a criação de escolas, os sujeitos como professores/ras gestores/as, a comunidade escolar e outros temas endereçados a educação para aquele momento e que serão acolhidos neste GT. O referido GT ainda possibilita compartilhar fontes que estão presentes em arquivos como Centro De Documentação Histórica de Rondônia, o APMT – Arquivo Público de Mato Grosso, e INEP.

Violência e populações periféricas urbanas e rurais na Amazônia Ocidental. *Coordenadores:* João Maciel de Araújo (IFAM) e Marco Antônio Domingues Teixeira (UNIR). *Modalidade:* online. *Resumo:* A proposta do GT é discutir a violência, lutas e resistências vivenciadas pelas diversas populações

periféricas urbanas e rurais, incluindo populações tradicionais, na Amazônia Ocidental. levantando um debate amplo sobre a necessidade de políticas públicas de assistência à essas populações/comunidades no contexto amazônico contemporâneo, principalmente no que tange as migrações recentes, o avanço da fronteira agrícola e as consequências perversas do desenvolvimento econômico atual.



A CULTURA JUNINA EM
RONDÔNIA: DESAFIOS E
RESISTÊNCIAS



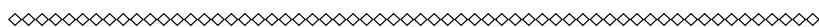
A FEIRA DO PORTO NA PRAÇA ALUÍZIO FERREIRA EM PORTO VELHO: UMA ETNOGRAFIA DA FEIRA DE CULINÁRIA, LAZER E ECONOMIA CULTURAL DA CIDADE

Ilza dos Santos Lima¹

Vagner da Silva²

Resumo: O artigo tratou-se compreender a Feira do Porto como um evento da cultura culinária de encontro dos cidadãos, das relações de lazer, das práticas de consumo e de manifestações de vida urbana, a diversidade cultural da cidade. O objetivo desse trabalho propôs-se apresentar e analisar a Feira do Porto, como os indivíduos se apropriam do espaço e apreciam a multiplicidades de sabores culinários e suas interações simbólicas. O estudo foi realizado na Praça Aluizio Ferreira situada em Porto Velho no ano de 2012. Na metodologia utilizou-se uma pesquisa de campo por meio de entrevista e observação participante. Neste trabalho, apoio-me nos dados etnográficos de coletados no espaço temporal de 2010 a 2011. Os resultados indicam que a Feira do Porto é um evento para se publicizar as identidades sociais na ação das práticas sociais.

Palavras-chaves: Feira do Porto; cultura; Porto Velho.



Introdução

As feiras livres fazem parte da história, os indivíduos desde a antiguidade fazem destes eventos espaço para as relações de trocas. O que é feira? O dicionário Aurélio, define como um “lugar público, não raro descoberto onde se expõe e vendem mercadorias”. Sato, em seu artigo sobre o *Processo Cotidiano de Organização do Trabalho na Feira Livre* citando Pirenne, (1936). Lembrou que a feira livre teve suas origens no século IX na Europa, por uma necessidade dos mercados organizados para abastecer a população local com gêneros de primeira necessidade. Mas, que a formalização da feira livre só aconteceu

1. Mestranda em História da Amazônia pela Universidade Federal de Rondônia PP-GHAm/UNIR.

2. Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Rondônia/UNIR

em 1914, por meio de um movimento grevista que reivindicava uma forma de baratear os gêneros de primeira necessidade (SATO, 2007).

Na cidade de Porto Velho há diversas feiras que oferta produtos alimentícios principalmente as feiras que estimula a venda de produtos diretos de produtor. Mas no caso deste estudo, a feira em debate consiste em uma feira diferenciada que ocorre todos os finais de semana situada em um local com peculiaridades e características socioculturais deferentes, na praça Aluizio Ferreira. Para Caldeiras (2007. P. 1), “A integração entre morfologia, estética e apropriação é que permite a formação de praças, como espaços simbólicos, lugares de memória, alma da cidade”. Neste caso, a Praça em estudo tem muita representação simbólicas e cultural, pois esta Feira do Porto é uma feira culinária de comidas típicas que representa o “caldeirão cultural” da cidade. Portanto, é uma feira degustação interações e trocas simbólicas.

É importante dizer que, o trabalho é parte de uma pesquisa de conclusão de curso graduação em Ciências Sociais, realizado em 2012, na cidade de Porto Velho. O artigo tratou-se entender a Feira do Porto como um evento cultural de encontro dos cidadãos e interações, das relações de lazer, das práticas da cultura culinária e de manifestações de vida urbana. O objetivo desse trabalho propôs-se apresentar e interpretar a Feira do Porto, como os indivíduos se apropriam do espaço e apreciam a multiplicidades de sabores culinários e suas interações simbólicas. A metodologia utilizada para realizar este trabalho consistiu em uma pesquisa de campo por observação participante, que foi realizada na Praça Aluizio Ferreira no município de Porto Velho-RO

Este artigo está estruturado em três partes: Na primeira apresento a praça. Na segunda parte mostro a metodologia do trabalho. No seguinte privilégio a apresentação do evento, degusto com os leitores os cheiros e sabores das comidas típicas e regionais, o artesanato e o lúdico. Finalizando com as considerações finais.

Apresentação da praça e organização da feira

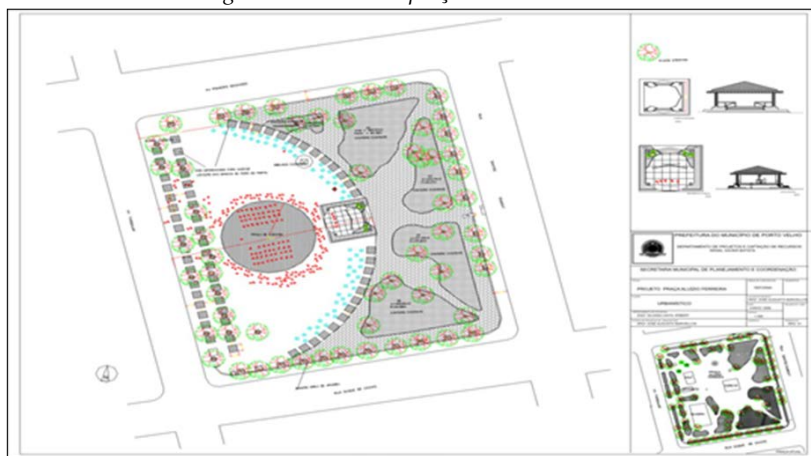
A feira estudada situa-se n Praça Aluizio Ferreira. Esta Praça é um “pedaço” da cidade que enquanto entendimento sociológico dá visibilidade a diferentes funções sociais. Serve

de lugar de trabalho, de divertimento, lugar de múltiplas interações, disputas políticas, simbólicas, que orientam o uso. Mais ainda, por meio desse espaço apresentam-se os aspectos culturais, políticos e sociais da cidade.

A história da construção da Praça Aluizio Ferreira é de pouco mais de sessenta anos, construída na gestão do prefeito Carlos Mendonça, tendo como marco a inauguração, em 1950, pelo prefeito Ruy Brasil Cantanhede (BORZACOV: 2007). Esse espaço urbano hoje é também conhecido como Praça do Porto em virtude da feira do porto criada pelo projeto de lei nº 87. A feira ocorre permanentemente todos os finais de semanas desde abril de 1999.

A Praça Aluizio Ferreira fica situada no Bairro Caiary, região central da cidade, entre a Avenida Farquhar, Pinheiro Machado, Rua Duque de Caxias e Rua Santos Dumont. Na circunvizinhança se localizam alguns órgãos de serviços públicos em Educação, Gestão e Esporte. Na circunscrição com a Avenida Farquhar está localizada a Escola Carmela Dutra e a Secretaria de Planejamento Estadual (SEMPLA). No lado que limita com a Avenida Pinheiro Machado, tem estabelecido vinte e quatro boxes de lanches e bebidas que funcionam dia e noite. Abaixo apresento uma figura que representa a planta da praça.

Figura 1 – Planta da praça Aluizio Ferreira



Fonte: SEMPLA. 2010.

Segundo Carlos (2007), os espaços urbanos criados e suas paisagens são, portanto, obras resultantes do processo cria-

dor ininterrupto dos indivíduos. Em determinado tempo cuja produção guarda relação com o mesmo paradigma pelo qual produz sua existência e a si mesmo. Nesse sentido, o espaço urbano enquanto produto social se cria a todo o momento articulado com o novo e com o velho numa constante renovação visando priorizar o fluxo de indivíduos.

A praça se constitui por um espaço urbano amplo localizado na região central da cidade. Com um formato de um quadrilátero, contendo quarenta e seis pés de diferentes espécies de árvores, todos com um quadrado ao redor que corresponde a quatro bancos de assentos, um coreto que serve de espaço para apresentação de eventos tais como: danças, encenação de peças de teatro, festivais de músicas etc. Contém quinze banquinhos de assentos, dois telefones públicos, uma pirâmide quadrangular com uma medalha alusiva a Aluizio Ferreira, uma banca de revista que também vende guloseimas e refrigerantes, uma parada de ônibus e um ponto de táxi. Esse espaço é servido por linhas de transportes públicos, praticamente todas as linhas de ônibus nos sentidos bairro-centro ou centro-bairro têm o percurso pela Avenida Farquhar, ou realizam o deslocamento pela Avenida Carlos Gomes que fica situada bem próximo.

O desejo dos gestores é de que a praça seja um dos espaços turísticos da cidade, pela diversidade de apropriações e formas de ocupação. Ocupações que se dão desde o fluxo contínuo de transporte coletivo, até como espaço de várias manifestações culturais. O cenário diurno da praça é constituído pela presença de colegas conversando, compartilhando drogas, bebendo refrigerantes etc. Têm casais de namorados, garis, pessoas esperando ônibus, comerciantes de substâncias psicoativas, moradores de ruas, carros estacionados etc.

Nos finais de semana, a ocupação da praça se distingue. A paisagem começa a modificar na sexta feira de manhã com as montagens das barracas, e se estende até o sábado, próximo à hora do início do evento que começa a partir das dezesseis horas. O cenário é de camelôs armando suas barracas com muito material pelo chão: lonas, caixas de mercadorias, cordas, pessoas armando os brinquedos, pula-pula, carrinhos elétricos de corrida, brinquedos infláveis e piscina de bolinha. Ou seja, o cenário produzido para feira de culinária, de lazer e economia cultural da cidade.

Metodologia da pesquisa

O meu primeiro contato como aprendiz de pesquisadora com o mundo dos feirantes aconteceu na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Socioeconômico e Turismo (SEMDESTUR). Eu estava no departamento de Turismo coletando informações sobre as regras municipais de funcionamento da feira, quando chegou o presidente da associação dos feirantes da Feira do Porto. Fomos apresentados, conversamos um pouco, mas ele me pareceu muito tímido. Então, seguindo os ensinamentos teóricos do Malinowski (1978, p. 22), no qual o autor lembra que não basta que o pesquisador jogue “suas redes no local certo e fique à espera de que a caça caia nelas. Ele precisa ser um caçador ativo e atento, atraindo a caça, seguindo-a cautelosamente até a toca de mais difícil acesso.” Percebi que deveria procurá-lo durante a feira.

A Feira do Porto que é uma feira de característica lúdica, com exposições e trocas sociais ao ar livre. É na confluência deste evento que inicio parte da etnografia da Praça Aluizio Ferreira. Para isso, como já referido, utilizo a técnica de observação participante delineada por Malinowski em *Os argonautas do Pacífico Ocidental* (1978). Malinowski mostrou técnica de observação relevante na descoberta da forma de vida do Trobriandeses (nativos), por meio do convívio cotidiano com esses “nativos”. Dessa forma, começo a pesquisa de observação participante interagindo cotidianamente com os feirantes e os grupos sociais que se apropriam da praça e da Feira do Porto.

Fiquei surpreendida com a dinâmica e a forma de ocupação social que a Praça Aluizio Ferreira adquire aos sábados e aos domingos. Pois a feira se constitui por evento preenchido de fazeres, lazeres, cheiros e sabores. Um espaço onde se tece os pertencimentos locais. Composta por uma diversidade de público das mais variadas classes econômicas e sociais. A isto articulado com as cores vibrantes e sonoridades peculiares há um espaço de recreação. Com efeito, toda essa diferenciação no tempo, espaço e cenário da feira acabam gerando um contraste com uso semanal da Praça.

Nesse sentido, a constituição desse cenário onde se estabelece relações comerciais, não se restringe apenas ao aspecto físico estrutural de uma feira comercial. Mas de um evento que contempla na perspectiva teórica Magnaniana às relações construídas entre os indivíduos e as formas sociais de apropriação usadas por estes.

Desse modo, cabe buscar uma trajetória metodológica que ressalte as apropriações subjetivas desse cenário. Por isso, tentei compreender pela perspectiva teórica do Magnani sobre o que significa cenário, no caso aqui o da praça e da feira:

O cenário não é, nesta perspectiva, um conjunto de elementos físicos, nem deve sugerir a idéia de um palco que os atores encontram já montados para o desempenho de seus papéis. Aqui, é entendido como produto de práticas sociais anteriores e em constante diálogo com as atuais – favorecendo-as, dificultando-as e sendo continuamente transformado por elas. Delimitar o cenário significa identificar marcos, reconhecer divisas, anotar pontos de intersecção – a partir não apenas da presença ou ausência de equipamentos e estrutura física, mas desses elementos em relação com a prática cotidiana daqueles que de uma forma ou outra usam o espaço: atores (MAGNANI, 1996, p. 37-38).

A Feira do Porto divide a praça em um cenário delimitado com corredores e esquinas. Que permite a possibilidade de diversos percursos, seja ele de produção, troca de trabalho, lazeres, fazeres, sempre impulsionado pelo consumo lúdico. Dessa maneira, a feira traz em sua constituição um referencial de identidade local. Construída pelo código de pertencimento e reconhecimento da diversidade da cultura.

A diversidade de cheiro, cores e sabores revelam a heterogeneidade que compõe a cidade de Porto Velho. Assim, a comida considerada típica caracteriza-se por “rede de significados” (GEERTZ, 1989). Pode-se dizer, também, que ainda possibilitam encontros, conversas, trocas sociais e comerciais de toda ordem. Além disso, esse evento semanal de exposição de alimentos, artesanatos e brinquedos é considerado como turismo pela SEMDESTUR representa a garantia de renda para os feirantes que lá trabalham. Pode-se dizer que essa feira, além de propor um espetáculo folclórico de “hedonismo popular” (ROCHA, 2005) é a garantia de condições básicas de reprodução econômicas culturais e subsistência de muitas famílias com a venda de seus produtos.

Em linhas gerais, os produtos oferecidos nesse evento giram em torno da diversidade da alimentação, produtos de artesanato, brinquedos infantis, a “arte de fazer” definida por Michel de Certeau (1994). No decorrer das noites de sábados e

domingos, a praça fica praticamente tomada pelos moradores de norte a sul da cidade. Isso implica sugerir que, na vibração rítmica desse “pedaço” citadino existe uma multiplicidade de relações sociais na vida da cidade. Tendo em vista que a feira na praça se enquadra na categoria “mancha” de lazer na reflexão Magnaniana. Segundo esse autor, a “mancha” ao contrário do pedaço:

[...] Apresenta uma implantação mais estável tanto na paisagem como no imaginário. As atividades que oferece e as práticas que propicia são o resultado de uma multiplicidade de relações entre seus equipamentos, edificações e vias de acesso – o que garante uma maior continuidade, transformando-a, assim, em ponto de referência físico, visível e público para um número mais amplo de usuários (MAGNANI, 1996, p. 42-43).

Nesse sentido, a feira como “mancha” constitui-se de diversas barraquinhas e equipamentos, oferecendo atividades de consumo e lazer que caracteriza o imaginário coletivo social do espaço. Assim, o artesanato, os brinquedos, as comidas, a música e as raras apresentações artísticas simbolizam a construção dos costumes da cidade.

Diante disso, não se pode entender a feira sem explicitar o contraste que partilha a vida no cotidiano dos feirantes. Como explica Gilberto Velho, em seu livro *Projeto e Metamorfose*:

Quando um antropólogo faz uma etnografia, uma de suas tarefas mais difíceis, [...] ao narrar um evento, e transmitir o clima, o tom, do que está descrevendo. A sucessão dos fatos no tempo, o número de participantes, a reconstituição das interações, são etapas fundamentais, mas quase sempre, fica-se com a sensação e/ou sentimento de que falta algo crucial. No caso, o que me parece mais importante é tentar transmitir a idéia de que, para as pessoas envolvidas, nada particularmente anormal estava ocorrendo (VELHO, 1994, p. 13).

É nessa perspectiva, de aparente normalidade descrita pelo autor, que também tento compreender por meio da observação participante o cotidiano e o universo laboral desse grupo social nos finais de semana na Feira do Porto.

Como já foi dito, a feira é considerada um evento turístico. Por isso, sua organização está a cargo da Secretaria Muni-

cial de Desenvolvimento Socioeconômico e Turismo da Prefeitura de Porto Velho. Sendo assim, cabe ao setor de Divisão de Promoção Turística a coordenação desse evento, chamado de “projeto turístico”; A concessão das barracas, autorização de funcionamento, cobranças de impostos, normas de funcionamento tipos de alimentos e artesanato que podem ser vendidos.

Conforme relatou uma funcionária de apoio do setor, existe um critério para ceder a autorização de comercialização de alguns produtos, principalmente do artesanato:

Quando um feirante vem pedir para pôr uma barraca de artesanato na feira. Além dos trâmites legais pelo qual ele tem que passar, a chefe da divisão e eu pedimos para ele trazer o artesanato, ou então, a foto para gente comparar se não tem barraca com produto igual. Se tiver dispensamos. É uma maneira de evitar a repetição de produtos. Porque se não fica aquela coisa muita repetitiva sem graça (PESQUISA DE CAMPO, 2011).

Por meio desse relato percebe-se a preocupação com a estética, os cuidados com a não repetição dos produtos. Que além de revelar as técnicas de apresentação das mercadorias no evento, para despertar a atenção dos consumidores, evidencia a prática do monopólio. Embora a alegação da organização seja calcada no discurso de que a feira é um evento cultural para privilegiar a venda de produtos diferenciados dos demais encontrados em outros comércios da cidade. Esse critério poderia ser uma forma de limitar a comercialização de mercadoria no espaço? Essa técnica de organização também pode ser percebida na associação dos feirantes, que zelam por meio de relações políticas pela manutenção da estrutura do espaço e a organização interna do evento. Abaixo figura da feira.

A comida

A alimentação encontra-se presente em toda a esfera da atividade humana e se constitui como uma das principais atividades básicas das necessidades humanas, que além de servir às funções biológicas, esta assume também valores simbólicos entre os indivíduos, o alimento e a cultura. Roberto DaMatta em seu livro *O que faz o Brasil, Brasil?* (1993), refletindo sobre os pressupostos antropológicos dos alimentos nos conceitos de Cláude Lévi-Strauss, explica os significados dos processos naturais do alimento; o cru e o cozido, o alimento, a comida, o

doce e o salgado. O cru representa o estado de selvageria, já o cozido é algo trabalhosamente elaborado pelo homem de acordo com sua cultura e sua ideologia.

Figura 2 – Feira do Porto



Fonte: SANTOS. Ilza 2012.

Para esse autor, o alimento é universal e representa tudo aquilo que se ingerido serve para manter a vida. Já a comida representa tudo que se come com prazer. Segundo DaMatta (1993, p. 55): “[...] a comida se refere a algo costumeiro e sadio, alguma coisa que ajuda a estabelecer uma identidade, definindo um grupo, classe ou pessoa”. Nesse raciocínio, os hábitos alimentares presentes na Feira do Porto, além de ser uma fonte de prazer e lazer constituem a identidade regional, nacional e a maneira “de ser, fazer, estar e viver” em Porto Velho.

Segundo Carneiro (2003), a alimentação, além de ser uma necessidade biológica é também um complexo sistema simbólico de significados sociais, políticos, religiosos, éticos e estéticos. A alimentação faz parte da história econômica geral, destacam-se em seus múltiplos aspectos particulares como um fenômeno fundador da economia. Assim, o papel do alimento coloca-se no eixo principal da produção e da reprodução socio-cultural de uma determinada sociedade. Segundo Montanari:

[...] a comida é cultura quando preparada, porque, uma vez adquiridos os produtos-base da sua alimentação, o

homem os transforma mediante o uso do fogo e de uma elaborada tecnologia que se exprime nas práticas da cozinha. A comida é cultura quando consumida, porque o homem, embora podendo comer de tudo, não come qualquer coisa, mas escolhe a própria comida, com critérios ligados tanto às dimensões econômicas e nutricionais do gesto quanto aos valores simbólicos de que a própria comida se reveste. Por meio de tais percursos, a comida se apresenta como elemento decisivo da identidade humana e como um dos mais eficazes instrumentos para comunicá-la (MONTANARI, 2008, p. 16).

Para esse autor, a comida tem um ritual cultural que passa o sentido de saciar a fome. Nessa perspectiva, a comida apresenta diversos significados culturais, que vão desde a produção, até o preparo e o consumo. O ato de preparar, o servir e consumir simboliza instrumento de identidade, código de comunicação, posições sociais, significados religiosos e o gosto dos indivíduos.

De um modo geral, o universo plural que envolveu o cenário da criação e da formação da cidade de Porto Velho reproduziu um sistema alimentar que transportou na cultura culinária uma multiplicidade de cheiros e sabores, que também estão presente na Feira do Porto. Lá se encontra as barracas com as comidas típicas, que simbolizam os cheiros e os sabores nacionais e regionais como; Vatapá, Tacacá, Acarajé, Tapioca, Carne de Sol com arroz farofa e mandioca. Pirarucu à casaca, Pato no tucupi, Galinha caipira, Galinha picante, Galinha holandesa, Salpicão, Espetinho de carne completo com baião, farofa, mandioca e vinagrete. Os doces como; Pamonha, Mingau de banana, Canjica, Milho verde, bolo de macaxeira, de milho, de cupuaçu, de castanha, de chocolate, biscoito de castanha, de cupuaçu, bombons de castanha, de cupuaçu, açaí, prestígio, brigadeiros, trufas e sorvetes. Os alimentos *fast-food* (alimentação rápida) crepes, cachorro-quente, pasteis, churros, pizzas, sanduíches, sucos e refrigerantes.

Para Montanari (2008, p. 11): “[...] às cozinhas típicas e regionais são processos de lentas fusões e mestiçagens, desencadeadas nas áreas fronteiriças e, depois, arraigadas nos territórios como emblemas de autenticidade local, mas cuja natureza é sempre híbrida e múltipla [...].” Nessa perspectiva, as comidas comercializadas na Feira do Porto têm características híbridas e múltiplas porque representam as contribuições de diversas

especificidades e mestiçagens dos povos que formaram o gosto culinário, como produto cultural dos porto-velhenses.

Segundo Ortiz, (2006, p. 77): “alimentação revela e preserva os costumes, localizando-os em suas respectivas culturas”. Dessa forma, as comidas típicas dessa feira, apresentam uma série de percursos variáveis, assimiláveis a símbolos de identidades. Ou figura de gosto pelo regional com uma combinação nacional. Assim, são compreendidas como manifestação cultural e pode ser comparada à realização de uma síntese entre o povo e os povos que fizeram parte da formação da cidade. Todos eles essenciais na construção de nossa identidade social enquanto brasileiros e porto-velhenses.

O artesanato

Nessa feira é possível encontrar uma produção artesanal que permeia o significado de pertencimento de regionalidade. A maioria desses produtos são esculturas dos símbolos da cidade, ou produtos das culturas indígenas. Os produtos são confeccionados com matéria prima retirada da floresta. As peças de madeira são miniatura das três caixas D'Água, do Trem Maria Fumaça. As biojoias são feitas das sementes das frutas como; Açaí, ouriço da Castanha do Pará e palha de Buriti. A seguir algumas figuras do artesanato vendido na feira.

Figura 3 – Artesanato vendido na Feira do Porto



Fonte: SANTOS, Ilza 2012.

O artesanato indígena é comercializado pelos próprios índios. Tive a oportunidade no decorrer da pesquisa de fazer amizade com uma índia karitiana dona de uma barraca de artesanato. Ela me revelou que além de confeccionar o artesanato que vende também compra de outros índios para poder atender à demanda. Também é comum ver índios sentados ao redor das árvores confeccionando e vendendo ali mesmo seu artesanato de palha de buriti.

É importante acentuar que em todo esse comércio lúdico é marcante as especificidades de expressões culturais da regionalidade. De acordo com a antropologia de Geertz, pode-se compreender a cultura como signos e significados criados pelos indivíduos em sociedade. Geertz, citando Weber, define cultura como uma teia de significados que o próprio homem teceu, “como uma ciência interpretativa, à procura de significado” (1989, p. 15). Por outro lado, Joffe Dumazedier, faz uma análise das peculiaridades da cultura e o sentido de ludicidade que se dá numa cultura de massa. Segundo Dumazedier:

[...] a cultura vivida, em certos aspectos, é o modo como uma sociedade ou um indivíduo se comporta e é no estudo desse processo que se poderá reencontrar modelos, a representação e os valores que formam as camadas do campo cultural. [...] toda as atividades da vida cotidiana, real ou fictícia, podem constituir a base de uma tal vida cultural e ainda serem o suporte de um desenvolvimento cultural [...] (DUMAZEDIER, 2000, p. 143).

Para esse autor, a cultura representa a organização de uma sociedade, evidenciando não apenas as suas relações com outras esferas sociais. Mas a possibilidade de conhecimentos dos significados e valores simbólicos “capital simbólico” (BOURDIER, 2005) para aqueles que vivem em uma determinada sociedade.

Na compreensão desses autores, o indivíduo tece o sentido de um conjunto de símbolos ao seu redor. Isso significa que para determinada sociedade essa simbologia tem sentido de existência cultural, uma vez que faz parte do cotidiano desses indivíduos. A culinária e o artesanato, comercializados ludicamente neste espaço urbano, apresenta-se como patrimônio cultural da cidade. Em que está implícito em seu significado o sentimento de pertença como produção cultural de identidade local.

Nesse sentido, segundo escreveu Sahlins (2003 p. 4) a cultura é “historicamente reproduzida na ação”. Para este autor, as ações culturais são reproduzidas em conformidade com a história, em razão de que as práticas culturais dão continuidade às ações produzidas por um passado intrínseco à história. Assim, a culinária e o artesanato são reproduções culturais da história local, embora, constantemente reavaliados.

O lúdico

Na Feira do Porto existe um pequeno espaço projetado estritamente para o lazer infantil. Ali comporta os brinquedos infantis que são os atrativos para muitas crianças que passeiam com seus familiares aos sábados e domingos. Os brinquedos são instalados ao lado da praça onde ficam os banquinhos e as árvores.

A oferta de brinquedos que tem nesse espaço é para o lazer de crianças de no máximo dez anos de idade. Ou seja, embora não exista delimitação territorial para se transitar no “pedaço” há um limite de idade para poder participar das brincadeiras do “pedaço.” Segundo Magnani, “pedaço” se constitui por:

[...] aquele espaço intermediário entre o privado (casa) e o público, onde se desenvolve uma sociabilidade básica, mais ampla que a fundada nos laços familiares, porém mais densa, significativa e estável que as relações formais e individualizadas impostas pela sociedade [...]. Pessoas de “pedaços” diferentes, ou alguém em trânsito por um “pedaço” que não o seu, são muito cautelosas: o conflito, e a hostilidade estão sempre latentes, pois todo lugar fora do “pedaço” é aquela parte desconhecida do mapa e, portanto, do perigo [...]. Para além da soleira da casa, portanto, não surge repentinamente o resto do mundo. Entre uma e outro situa-se um espaço de mediação cujos símbolos, normas e vivências permitem reconhecer identidade que pouco tem a ver com a produzida pela interpelação da sociedade mais ampla e suas instituições (MAGNANI, 1984, p. 138-140).

Utilizo o conceito “pedaço” do antropólogo Magnani para tentar associar o privado e o público. O “pedaço” privado dentro do espaço público. Assim são os equipamentos oferecidos para o público infantil nos dias de feira na praça. Que além

de servir para o lazer infantil, também tem sua contribuição para exercitar as sociabilidades fora da casa versus rua. Sendo assim, as crianças aprendem as trocas sociais se submetendo às regras do espaço. Que inclui apreender a consumir, dividir e esperar a sua hora de brincar. Assim, expressões utilizadas pelos pais como; “espera terminar o tempo do coleguinha!” “Já chega acabou seu tempo!” “Não tem mais dinheiro!” “Vamos pra casa!” etc., indicam o poder de consumo e a imposição de limites fora do “pedaço” que não é seu.

Alguns desses brinquedos são pula-pula, piscina de bolinha, brinquedos infláveis e carrinhos elétricos. Quanto aos preços que os pais pagam para a diversão de seus filhos consiste em preço único por minutos brincados, que é de 3,00 reais³ por dez minutos.

É importante enfatizar que esse espaço para as crianças é o motivo de muitos pais irem à Praça Aluizio Ferreira aos dias de sábado e domingo. Como justifica estes entrevistados:

Eu venho à praça quase todo final de semana. É um lugar calmo tem como trazer as crianças. Tem muitos brinquedos para as crianças, não tem bêbado, é seguro, é um espaço de família. (PESQUISA DE CAMPO, 2011).

A praça é um lugar tranquilo, familiar, venho aqui com minha filha para ela brincar um pouco. Porque também é mais barato do que ir ao shopping. Além da gente se sentir seguro aqui. (PESQUISA DE CAMPO, 2011).

Eu venho à praça pela diversão. É um ambiente agradável, familiar e tranquilo. Normalmente quando a gente recebe o salário a gente vem à praça trazer as crianças para se divertirem um pouco (PESQUISA DE CAMPO, 2011)

De acordo com esses relatos, o bem-estar e a diversão dos filhos estão diretamente relacionados com o motivo de ir à praça nos finais de semana. Além disso, associam o caráter socialmente familiar do espaço como uma das razões para frequentá-lo. Os informantes dizem sentir-se seguros ao mesmo tempo em que demonstram ter o dever para com a felicidade dos filhos. Isso parece ser uma característica da sociedade moderna em priorizar o bem-estar das crianças. Pode-se perceber

3. Preços praticados em dezembro de 2010.

essa tendência no estudo de Ariés (1981) sobre a história social da criança e da família.

Para Ariés, no primeiro momento não havia sentido da infância. A infância era apenas uma fase sem importância que não fazia sentido fixar lembrança. As crianças misturavam-se como os adultos nos jogos e brincadeiras. Ou seja, não havia espaço estritamente infantil como na sociedade moderna. Já por volta do século XVI e XVII, surgiu novo sentido de infância, que é de paparicar as crianças, elas eram vistas como distração dos adultos. Nessa fase o autor chama atenção para esse novo lugar assumido pela família e pelo sentido da infância, porém o sentimento da infância nessa fase ainda permanecia no anonimato.

Conforme ressaltou o autor, o sentimento da infância assim como o sentimento da família na idade média subsistia em silêncio. Segundo Ariés (1981, p. 10): “a passagem da criança pela família e pela sociedade era muito breve e muito insignificante para que tivesse tempo ou razão de forçar a memória e tocar a sensibilidade”. Por outro lado, precisamente no século XVII, o autor lembra que a criança conquistou espaço no seio da família. A família passou a ter mais preocupação com a carreira, o futuro e o bem-estar da criança. Embora ela ainda não fosse personagem principal, não deixando de ser um adulto em miniatura.

Outro aspecto considerado pelo autor é de que o surgimento do sentimento da família foi concomitante ao sentimento da infância. Sendo que a criança passou a ocupar lugar principal no meio da família e as festas de família tornaram-se festas da infância.

Conclusão

Neste artigo trago parte do encontrei na praça, que foi a Feira do Porto. Feira esta que representa as faces migratória de Porto Velho, pois lá se encontra a cultura expressa em forma de sabor. É de conhecimento que a cidade é cosmopolita, ou seja, um caldeirão cultural. Portanto, minha permanência neste local constituiu-se num laboratório rico empiricamente para minha formação em Ciências Sociais.

Para tanto, observei nos detalhes dos usos da praça. As pessoas no seu momento de lazer, homens, mulheres, jovens, adultos, idosos, crianças etc., degustando os alimentos que lá

são comercializados. Pais brincando com os filhos ou observando os filhos a brincar. Ouvi o discurso dos frequentadores, das autoridades públicas, dos feirantes com seus conflitos políticos interno e com o poder público municipal.

Os conflitos entre os que usam a praça como espaço de trabalho centram-se, portanto, em torno das disputas por território que garantam a melhor posição na venda dos símbolos culturais. Como bem lembrou Cohen (1978), os símbolos fazem parte da vida dos indivíduos. Por meio dos símbolos e dos atos se cria, se manipula, reproduzindo-os continuamente e historicamente.

Nesse sentido, entendo que as praças, como patrimônio coletivo de domínio público, comum do povo, constituindo-se como espaço livre que serve para as interações, percursos, construção das territorialidades e locais de sociabilidade e as expressões culturais. Isso equivale a dizer, portanto, que não se trata de um espaço homogêneo. Há heterogeneidade de apropriações, que seja por razões políticas, de sociabilidade, de lazer, trabalho, consumo etc.

Penso a partir da realidade pesquisada e concordando com Magnani (1996) que os espaços públicos representam a constituição onde os diferentes indivíduos e suas particularidades de religião, de gosto, de origem social e cultural podem se encontrar. Pois, o uso das praças é múltiplo. E é na Feira do Porto que se tem a possibilidade de perceber, de se confrontar e de se publicizar as identidades sociais na ação das práticas sociais e culturais da cidade.

Referências

ARIÉS, Philip. *A história Social da Criança e da família*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara S. A.1981.

BORZACOV, Yêda Pinheiro. **Rondônia: Espaço tempo e gente**. Porto Velho: Instituto de Estudos e Pesquisa Ary Tupinambá Penna Pinheiro, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. 6ª ed. São Paulo: Papirus, 2005.

CERTEAU, Michel. **A invenção do Cotidiano: 1. Artes de fazer**. Petrópolis, Rj: Vozes, 1994.

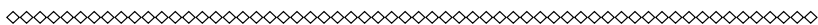
- CALDEIRA, Junia Marques. **A Praça Brasileira – Trajetória de UM Espaço Urbano: Origem e Modernidade.** Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/brasil/trabalho>. Acesso em: 14 abril. 2011.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O espaço Urbano: novos escritos sobre cidade.** São Paulo: FFLCH, 2007.
- CARNEIRO, Henrique. **Comida e Sociedade: uma história da alimentação.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
- DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e Cultura Popular.** 3ª ed. São Paulo, SP: Editora Perspectiva S. A., 2000.
- DAMATTA, Roberto. **O que faz O Brasil, Brasil.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1993.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogans S. A. 1989.
- LEI, Orgânica do município de Porto Velho: **Plano Diretor, Lei complementar no. 311, de 30 Junho, de 2008.**
- MALINOWSKI, B. **Os Argonautas do Pacífico Ocidental.** São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- MANGNANI, José Guilherme.(Org.). **Na metrópole: textos de antropologia urbana.** São Paulo: Edusp, 1996.
- MANGNANI, José Guilherme. **Festa no Pedaco.** 2a ed. São Paulo: Hucitec/UNESP, 1998.
- MONTANRRI, Massimo. **Comida como cultura.** São Paulo, SP: Editora Senac, 2008.
- SATO, Leny. **Processo cotidiano de organização na feira livre. Psicologia & Sociedade** v. 19 n. spe. Disponível em: <https://www.scielo.br>. Acesso em: jul. 2011 Porto Alegre, 2007.
- SAHLINS, Marshall. **Ilhas de Historia.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.



OS DIREITOS HUMANOS E A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE SANTO ANTÔNIO DO GUAPORÉ

Adão Carvalho Brito da Silva¹

Marco Antônio Domingues Teixeira²



Introdução

Esta pesquisa, em desenvolvimento, investiga o processo de titulação das terras remanescentes de quilombo, tomando como objeto o quilombo de Santo Antônio do Guaporé, localizado no município de São Francisco do Guaporé/RO, na área de confluência entre o Rio São Miguel e o Rio Guaporé, (fronteira com a Bolívia), no estado de Rondônia (Amazônia Ocidental), estima -se seu surgimento desde o século XIX, sendo formado por escravos que fugiram da construção do Forte Príncipe da Beira, hoje permanecem na comunidade descendentes de ex-escravos, sendo situada na área de conservação permanente da Reserva Biológica do Guaporé (Rebio Guaporé).

O quilombo de Santo Antônio do Guaporé há décadas sofre com diversos problemas, dentre eles saúde, educação, moradia, saneamento básico, em decorrência de não ter seu direito à propriedade concretizado, posto que a comunidade vive em um impasse, em razão de estar localizada em uma reserva Biológica, cuja criação se deu em 1982 pelo IBAMA/ICMBio, sendo implementada em 1986, pelo decreto 87.587 de 20 de setembro de 1987, ou seja, bem depois da formação do quilombo.

Ocorre que com a criação da referida reserva biológica a comunidade passou por duras penalidades, correndo o risco

1. Graduado em Direito pelo Centro Universitário Luterano de Ji-paraná CEUI/ULBRA (2018). Pós Graduado em Direito Previdenciário pela Faculdade Damásio Educacional de São Paulo (2020). Pós Graduando em Direito Civil e Processo Civil pela Faculdade Unina (2021), Mestrando em Direitos Humanos e Acesso à Justiça pela Universidade Federal de Rondônia.

2. Doutorado em Ciências Desenvolvimento Socioambiental pela Universidade Federal do Pará (2004). Mestrado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (1997). Possui graduação em História pela Universidade Federal do Pará (1982). Atualmente é professor do Departamento de História da Universidade Federal de Rondônia/UNIR.

de serem expulsos das terras que tradicionalmente ocuparam, chegaram até mesmo serem proibidos de plantarem e criarem animais domésticos como por exemplo, porcos e galinhas, sendo inclusive objeto de ação de reintegração de posse em 1993 a pedido do Ministério Público Federal, no qual a 2ª vara da subseção judiciária Federal da 1ª região, determinou que fosse demarcar a área da reserva e a retirada dos invasores, nessa época inúmeras comunidade foram erradicadas. A situação da comunidade passou a mudar quando em 16 de abril de 2004 a comunidade foi reconhecida pela Fundação Cultural dos Palmares, como quilombo. Logo em seguida no ano de 2006 o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) iniciou o trabalho de fixação territorial, passando a travar uma briga com o IBAMA/ICMBio, visto que ambos defendiam proporções de áreas divergentes pertencentes ao quilombo de Santo Antônio, de um lado o IINCRA defendia a área de 41.600 hectares (quarenta e um mil hectares) e do outro o IBAMA/ICMBio protegia apenas 3.495 (três mil, quatrocentos e noventa e cinco hectares). Em 31 de julho de 2011 foi celebrado um acordo entre o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e o ICMBio, concedendo a comunidade a propriedade de 7.221,4200 (sete mil, duzentos e vinte e um áres e quarenta e dois centiares), embora celebrado o acordo com ampla participação da própria comunidade, do Ministério Público Federal, com Representante da Fundação Cultural dos Palmares, havendo inclusive publicação da Portaria pelo presidente do INCRA em 02 de maio de 2019, no qual declarou e reconheceu a propriedade da comunidade, no entanto, até o presente momento não houve a emissão do título definitivo em nome do quilombo, em razão do entrave burocrático no processo de titulação das terras tradicionais, o que vem acarretando graves danos a comunidade sobre tudo aos direitos humanos.

O direito à terra, expressa na Declaração Universal dos Direitos Humanos, é um dos principais direitos universais, assim tem se a titulação das terras quilombola prevista na Convenção Internacional nº 169 da Organização Internacional do Direito do Trabalho (OIT), bem como na Constituição Federal de 1988 no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) o qual estabelece: “ Aos remanescente das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir lhes os títulos definitivos”, entretanto, o referido direito tem se mostrado inoperante, em razão de haver inúmeras comu-

nidades que ainda não possuem títulos definitivos, o que tem causado grave violações de direitos humanos.

Objetivos

O presente estudo tem como objetivo compreender de que forma a morosidade na regularização das terras quilombolas interfere no quilombo, frente a efetividade dos direitos humanos, a partir daí, criar um plano voltado para a aceleração no processo de titulação dessas terras, bem como políticas públicas voltadas para promoção dos povos remanescente de quilombo.

Metodologia

A pesquisa possui abordagem qualitativa, de natureza aplicada; exploratória e descritiva. Utiliza-se o método procedimental bibliográfico, documental e de coleta de dados.

Resultados alcançados

Dos resultados prévios alcançados até o momento da pesquisa, no Brasil das 2.715 comunidades quilombolas, somente 182 são titulados, e no Estado de Rondônia (localizado na região Norte, mais especificamente na Amazônia Ocidental brasileira), das 09 comunidades remanescente de quilombo, apenas 02 são tituladas, caracterizando, portanto, uma constante morosidade no processo de titulação de terras quilombolas, cabe ressaltar que às 09 comunidades remanescente de quilombo existente no Estado de Rondônia padecem de graves problemas sociais, como por exemplo a falta de saúde de qualidade, acesso à educação, ao saneamento básico, o que vem acarretar graves violações de direitos humanos.

Conclusões

Diante das constantes negligências de Direitos Humanos por falta de políticas públicas voltadas para sua promoção, principalmente o direito a terra, a presente pesquisa irá permitir aos profissionais do direito: Bacharéis, Advogados, Promotores, dentre outros, e ainda a toda sociedade civil em especial as comunidades remanescente de quilombo, terem maior compreensão a respeito da morosidade na titulação das terras quilombolas e ainda sobre as consequências socioeconômicas

enfrentadas por comunidades remanescente que não tiveram regularização de seus terras, portanto, o presente trabalho trará contribuição para toda a sociedade, sobretudo a efetividade dos Direitos Humanos e fundamentos da justiça.

Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (org). **Cadernos de debates Novas Cartografia Social: Territórios quilombolas e conflitos**. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia/UEA Edições, 2010, p. 300.

Assembleia Geral da ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 217 (III) A. Paris, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org>. Acesso em: 05 fev. 2023.

BORGES, lizely. **Organizações denunciam racismo e violações de direitos quilombolas para comissão Interamericana. Terra de Direitos**. Disponível em: <https://terradedireitos.org.br>. Acesso em: 03 set. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: Texto constitucional promulgado em 05 de outubro de 1988 com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais n.ºs. 1/92 a 67/2010 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão n.ºs. 1 a 6/94. – Brasília: Senado Federal, Subsecretária de Edições Técnicas, 2011.

BRASIL. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003**, regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília,DF:Palacio do Planalto, 2021. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 28 ago. 2022.

CASTILHO, Ricardo. **Direitos Humanos**. 5.ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

CAVALCANTE, Breno Neno Silva; BELTRÃO, Jane Felipe. Jovens Quilombolas em Movimento: A Luta Pela Efetivação de Direitos Humanos em Salvaterra- Pará. **R. Dir.Gar.** Fund, Vitória, v. 17, n.2, p. 51-80, jul/dez.2016.

CEZNE, Andrea Nárriman; CANTO, Adéli Casagrande. Comunidades quilombolas: A questão da cidadania e dos direitos humanos através das ações afirmativas no reconhecimento da

propriedade de suas terras. **Revista Sociais & Humanas**. v.19, n.1. 2006.

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO, **Quilombos no Brasil**. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 2020. Disponível em: <https://cpisp.org.br>. Acesso em: 06 ago. 2021.

G1 RO, Comunidade Santo Antônio é reconhecida pelo Inca como área quilombola, em RO. Rondônia: **G1**, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com>. Acesso em: 20 ago. 2021.

GILBERT, Jérémie. Direito à terra como Direito humano: argumentos em prol de um direito específico à terra. **Revista Internacional de Direitos Humanos**. p. 121-143. 2013.

IBORRA PLANS, José. **Acordo sobre o território quilombola de Santo Antônio do Guaporé, em Rondônia**. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br>. Acesso em: 17 ago. 2021.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **AGU homologa acordo entre Inca e ICMBio sobre território quilombola em Rondônia**. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br>. Acesso em: 02 ago. 2021.

MARTINS, Maria. **Brasil, um país em “permanente violação de direitos humanos”**. EL PAÍS. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/br>. Acesso em: 02 jul. 2021.

MORAES, Sônia Helena Novaes Guimarães. Reconhecimento e Titularidade das comunidades quilombolas: a legalidade não legitimada. **Retratos de Assentamentos**, v.15, n.2, 2012.

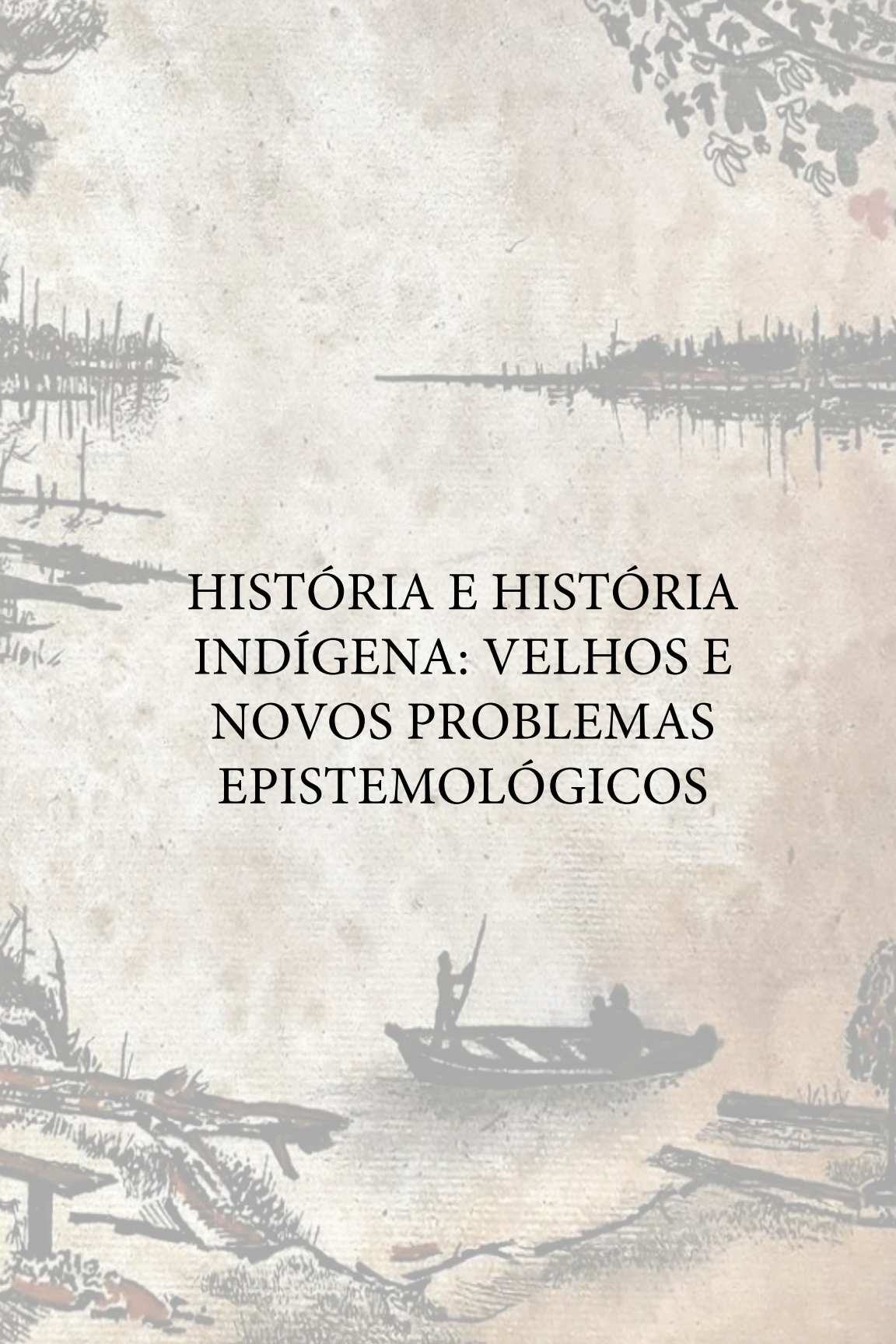
SILVA, Marcelo Gonçalves. **A titulação das terras das comunidades tradicionais quilombolas no Brasil: Análise da atuação do Estado**. Tese de doutorado em Geografia Humana, Universidade Federal de São Paulo. São Paulo, 2017.

SOARES, Paulo Sérgio Gomes; Oliveira, Gustavo Paschoal Teixeira de Castro; PINHEIRO, Ailk de Souza. **Direito Humanos e Direito à Terra: a situação jurídica das comunidades quilombolas Tocantinenses**. Revista Humanidades e Inovação. v 6, n.17, p. 190-203. 2006.

SOUZA, Matheus. Menos de 7% dos territórios quilombolas reconhecidos têm títulos de propriedade. **Jornal da Usp**. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://jornal.usp.br>. Acesso em: 12 ago. 2021.

TEIXEIRA, Marcos Antônio Domingues; Xavier, Delson Fernando Barcelos. Santo Antônio do Guaporé: direitos humanos, conflitos e resistência Socioambiental. **Revista Direito e Práx**, Rio de Janeiro, Vol. 9, N.1, 2018, p. 351-371.

TOSI, Giuseppe. **Direito Humanos: História, teoria e prática**. Pernambuco: João Pessoa Editora UFPB, 2004.



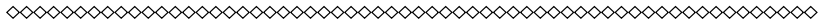
HISTÓRIA E HISTÓRIA
INDÍGENA: VELHOS E
NOVOS PROBLEMAS
EPISTEMOLÓGICOS



GRILAGEM DE TERRAS INDÍGENAS: CONFLITOS E RESISTÊNCIAS APURINÃ EM BOCA DO ACRE

Francisco da Silva¹

Rogério Sávio Link²



Introdução

Esta produção compõe um dos objetivos específicos de minha pesquisa de mestrado e versa sobre o início da grilagem de terras em Boca do Acre, cidade localizada na mesorregião sul do Amazonas, à margem direita do rio Purus na foz do rio Acre. Neste resumo, proponho, através de uma metodologia qualitativa, descrever o início da grilagem de terras em Boca do Acre, vivenciado pelos indígenas Apurinã na busca pela demarcação de suas terras. Para o tratamento das informações contidas nas fontes – jornal, relatórios do SNI, DSI-FUNAI –, uso a Análise de Conteúdo.

Boca do Acre, cidade do sul do Amazonas, fundada em 1890 pelo colonizador maranhense João Gabriel de Carvalho e Melo, foi um importante porto de embarque de borracha desde o seu primeiro auge. O município tem uma população de 34.635 (dados de 2020 IBGE) habitantes espalhados pelas zonas urbana e rural, possui aproximadamente 16 comunidades indígenas e oito Terras Indígenas (TIs) sendo que cinco já foram registradas na Secretaria de Patrimônio da União (SPU) e três estão apenas com o processo de identificação concluído.

Antes de 1950, o município de Boca do Acre somente era acessado pelos rios Acre e Purus, depois da construção da Rodovia Federal 317 ficou interligada com outras regiões do Brasil inclusive ao Estado do Acre. No território brasileiro, a BR 317 vai de Assis Brasil (AC) até Boca do Acre (AM), o trecho que interessa a este estudo é aquele que liga o sul do Amazona ao estado do Acre, com um total de 208 km, dos quais, 43 km não

1. Graduado em História (UEA). Mestrando do Programa de Pós-graduação em História da Amazônia (PPGHAm/UNIR).

2. Doutor em História (UFRGS). Professor Adjunto do Departamento de História da Universidade Federal de Rondônia (UNIR),

têm asfaltamento, em áreas que compreendem as TIs Apurinã do km 124 e Boca do Acre do km 45 (APURINÃ, 2019). Todo o município foi afetado pelas alterações advindas das políticas desenvolvimentistas, seja por projetos oficiais de colonização geridos pelo Inca ou por grilagem de terras.

Quando os assuntos são as disputas por terras e as reivindicações indígenas, para melhor compreender o fenômeno da ocupação dentro daquele processo de luta política, precisamos entender o conceito de fronteira. O conceito de fronteira é abrangente e seu uso serve para demarcar limite entre um estado de coisas, entre determinadas características sociais econômicas e políticas, entre duas ou mais região e entre indivíduos ou grupos étnicos. Ou seja, não se restringe apenas aos limites geográficos, mas sim também ao domínio da cultura e do discurso (MARTINS, 2009). Dentro das disputas no jogo pela terra, a volatilidade dos limites impostos é rapidamente ultrapassada. Uma das estratégias usadas nestas disputas de interesses, é a grilagem de terras, fato este que fez muitos indígenas ribeirinhos e pequenos agricultores, serem expulsos ou terem suas terras invadidas.

Resultados Alcançados

Dentre os maiores impactos sofrido pelos nativos está a grilagem de terra praticada nas proximidades da Rodovia, não há dúvida que isso trouxe grandes complicações para os Apurinã, inclusive abriu caminho para pessoas vindas de outras regiões do Brasil se instalarem nas mediações das comunidades indígenas. Portanto, foi com a construção da BR-317, que se propagou as invasões e apropriação ilegal das terras dos Apurinã de Boca do Acre (SILVA, 2021)

Para uma melhor compreensão do significado e abrangência do termo grilagem, a Professora Márcia M. Motta (2001, p. 04), postula que “a luta entre posseiros e fazendeiros tem uma história, cuja marca é o fenômeno da grilagem empreendida na maior parte das vezes pelos terrateintes”. A autora ainda considera que

a grilagem não é somente um crime cometido contra o verdadeiro proprietário (seja um indivíduo, no caso de terras particulares invadidas, seja em áreas pertencentes ao Estado, no caso mais freqüente de invasão de terras

devolutas), mas é um crime cometido contra a nação (MOTTA, 2001, p. 04).

Além de considerar a grilagem um crime contra a nação, a autora ainda exemplifica o caso que ocorreu em Pontal de Paranapanema, no Rio de Janeiro, onde um fazendeiro fraudou o título de uma propriedade de 300 para 5.000ha. (MOTTA, 2001). O exemplo é semelhante ao que fez o pecuarista João Sobile que, se instalou nas imediações das terras indígenas dos Apurinã, com a suposta compra de um seringal (Aripuanã) de 18.000ha. Depois aumentou para mais de 340.000ha., que transformou em lotes entre 250 e 500ha., e passou a vender para moradores de Boca do Acre, ou imigrantes vindos de outras regiões, em especial, sul e sudeste do Brasil (SILVA, 2021). Grande parte das terras manipuladas por Sobile, já pertenciam aos Apurinã e Jamamadi.

Em uma entrevista ao *Jornal Varadouro do Acre*, o líder apurinã José Miranda, em maio de 1980, relata como o invasor chegou ao local, e suas promessas de melhorias.

Entonces ele chegou lá prometendo fazer um patrimônio, 40 casas tudo assoalhado de tábuas, coberto de zinco, para nos morar tudo feito carrerinha como na cidade. Daí ele foi agradando o pessoal com um quilinho de açúcar, cafezinho... Daí encostando, encostando, encostando... Aí ele fez a casinha dele do lado. Entonce ele começou a abrir para dentro, saiu invadindo tudo. Daí pronto! Cresceu o bicho lá e quer ser dono de tudo (*Jornal Varadouro*, 1980, p. 15).

O trecho da fala do indígena nos permite compreender as estratégias do impostor que, ao prometer melhorias para a comunidade – construir casas e doando alimentos –, se aproveitou da confiança dos Apurinã para se instalar no local, fazendo uma casa próximo aos indígenas. Depois que passou a morar no local, Sobile começa a expandir sua terra, se apropriando ilegalmente da área, dizendo ser dono.

Para tal feito, o pecuarista contou com apoio das autoridades do cartório de Boca do Acre. Essa assertiva é sustentada por Márcia Motta (2011, p. 19), dizendo que “os intermitentes conflitos de terra no país demonstram que a legalização da terra [terra] se dá nos bastidores dos Cartórios locais, com a conivência de tabeliães e testemunhas que alteram a extensão da terra e forjam cadeias sucessórias”.

Um relatório da Comissão Pró-Índio do Acre, *Sobre os índios Apurinã de Boca do Acre, 1979*, com objetivo de apoiar os indígenas na busca por melhores condições de vida, pondera que em Boca do Acre/AM, os grileiros fizeram o uso do poder legal para realizarem suas apropriações ilegais, exercendo seu autoritarismo numa articulação que envolvia os fazendeiros, os políticos locais, e o juiz do Cartório daquela cidade, os quais usavam da força e do abusos de poder para pressionar os indígenas a deixarem suas terras. O relatório apurou que:

Apareceu o sr, Zezinho Portugues e se apresentou como proprietário da área. Disse que os Apurina poderiam permanecer ali enquanto ele fosse dono e que. quando vendesse as terras, não esqueceria de reservar uma parte para seus amigos Apurina. Mais recentemente, com a crescente especulação imobiliária, e cantando com o apoio do grupo Político-Econômico de Boca do Acre, sr. Valdir Ávila, prefeito; Adão Nunes Barbosa, vulgo “Mineirinha”, presidente da Câmara dos Vereadores; Mario Diogo de Melo, ex-deputado estadual e ex-prefeito; João Sorbille, vulgo “Cabeça Branca”; Irmão Ale, Dodó, mais o ex-funcionário da FUNAI, sr. Antonio Couto Fonseca. entre outros, o sr. Zezinho Portugues e seu sobrinho Francisco de Lima Neto, Juiz de Direito da Comarca, começaram a pressionar os Apurina para que abandonassem as terras (C.P.I-AC, 1979).

As pessoas descritas pela Comissão Pró-Índio do Acre eram agentes do desenvolvimento político econômico, queriam o “progresso da cidade” e tinham ao seu lado a lei e ordem, para justificarem seus atos tanto na apropriação de terras públicas, como oprimir os menos favorecidos. Para entender esse jogo de poder usamos os conceitos de “estabelecidos” e “outsiders” trabalhado por Norbert Elias e John Scotson (2000). Para os autores o conceito outsiders designam aqueles que chegam posteriormente e são desprovidos das conexões necessárias para conseguir vantagens. Os estabelecidos, por sua vez, são aqueles que já estavam estruturados e que transformam isso em vantagem perante os outsiders.

No caso dos indígenas os conceitos são invertidos, apesar dos Apurinã ocuparem a região há muito tempo, esse reconhecimento não é entendido pela elite econômica da cidade, que os colocam em situação de inferioridade, assim os indígenas seriam os outsiders. Portanto, os estabelecidos (colonos e gri-

leiros) são os que dentro de uma relação de poder, se jugam superior aos verdadeiros donos da terra. Nesse caso, como os indígenas Apurinã (atualmente moradores da TI do Km 45 e da TI do Km 124) não visavam construir fazendas, nem explorar intensamente os recursos da floresta, passaram a ser obstáculo para o “progresso da cidade”.

A princípio, os pecuaristas pediam para os indígenas saírem da terra. Como eles resistiram, começaram a ameaçá-los. Diante das ações dos pretensos donos e sem uma delimitação precisa de suas terras, os Apurinã das TIs Km 45 e Km 124, atuaram para proteger o território das investidas dos fazendeiros. O relatório ainda descreve que um indivíduo de nome Diniz Sutil teria sido morto por um índio do Km 133 no dia 18 de abril de 1978 depois de tentar invadir parte da terra. Em agosto do mesmo ano, os Apurinã haviam impedido uma derrubada chefiada por José Ferreira, um pecuarista que tentava se alojar no local. Outra ação que gerou conflito foi que um dos supostos proprietários, conhecido como Antonio Simão, proibiu os indígenas de coletarem as castanhas em outubro do mesmo ano.

Conclusões

As evidências até aqui expostas nos permitem apontar dois fatores que intensificaram os dilemas vividos pelos Apurinã de Boca do Acre: a abertura da BR 317 e a grilagem de terra, amparados pelos discursos desenvolvimentista, o que sucedeu na transformação dos antigos seringais improdutivos em grandes fazendas. Foram fatores que deixaram os indígenas numa situação complexa, vivendo em constantes conflitos com os grandes proprietários de terra. Dessa forma, dentro da fronteira da grilagem, os indígenas eram obstáculos para as transformações locais, mas não foram passivos diante dos dilemas que lhes eram impostos.

Referências

APURINÃ, Francisco. **“Do licenciamento ambiental à licença dos espíritos os “limites” da rodovia federal BR 317 e os povos indígenas”**. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Antropologia Social. UnB. Brasília-DF, 2019.

BRASIL, Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes DNIT. **Relatório de Impacto Ambiental RIMA**. Implan-

tação e Pavimentação da Rodovia BR 317/AM, subtrecho entre Boca do Acre/AM e a divisa AM/AC. 2008.

CPI-AC (Comissão pró-índios do Acre). **Sobre os índios Apurinã de Boca do Acre**, 1979.

ELIAS, Norbert; SCOTSON; John L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2000.

Jornal Varadouro. **Uma briga entre pequenos que interessam os grandes**. Edição nº 19, maio de 1980.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. A grilagem como legado. In. MOTTA, Márcia; PINEIRO, Theo Lobarinhas. **Voluntariado e Universo rural**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2001. p.77-101.

RABELLO, Antônio Cláudio. Amazônia: uma fronteira volátil. **Estudos avançados** 27 (78), p. 213-235, 2013.

RABELLO, Antonio Cláudio. Sociedade Civil e Fronteira: Rondônia (1950-1960): Desenvolvimento na fronteira amazônica. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História, ANPUH**. São Paulo, julho 2011. p. 01-09.

SILVA, Francisco. **Contra a Lei a e Ordem**: A resistência Apurinã em Boca do Acre (1972-1980). Monografia final do curso licenciatura em História, CEST/UEA, 2021.



“MÚMIA DE UM CHEFE COROADO”? ANÁLISE ICONOGRÁFICA E CONSIDERAÇÕES SOBRE UM ENTERRAMENTO INDÍGENA REPRESENTADO POR JEAN BAPTISTE DEBRET

Leandro Guimarães Ribeiro¹

Gegliane Neves da Silva²

Resumo: Jean Baptiste Debret, integrante da Missão Artística Francesa, durante sua estada no Brasil elaborou desenho de um enterramento indígena atribuído aos povos denominados Coroados, que viviam na região do atual Sudeste brasileiro. Através da análise iconográfica, aliada a dados obtidos em fontes primárias acerca desse grupo indígena, além de fontes arqueológicas, é possível verificar quais os discursos estão implícitos nessas fontes, a fim de se compreender como os enterramentos indígenas eram percebidos pelos europeus.

Palavras-chave: Enterramento indígena; Coroados; Representação; Iconografia; Debret.



Introdução

Desde o início da colonização do Brasil, no século XVI, exploradores, colonizadores, religiosos, naturalistas e viajantes que contataram os numerosos povos indígenas que viviam na América Portuguesa fizeram anotações sobre práticas de enterramentos dos povos originários. Essas anotações davam conta que tais práticas eram distintas entre si, outras eram similares (NÓBREGA, 1931; STADEN, 1930; THEVET, 1944; GANDAVO, 2008; LÉRY, 1961; CARDIM, 1925; ÉVREUX, 1874; ABBEVILLE 1874)³. A partir do século XIX, período marcado por diversos relatos de naturalistas e viajantes europeus que vieram ao Brasil, além dos registros escritos se intensificaram as representa-

1. Bacharel em História e em Arqueologia pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

2. Bacharela em Arqueologia pela UNIR e Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Amazônia (PPGHAM/UNIR).

3. Essas são as primeiras referências, do ponto de vista temporal e histórico, de relatos acerca de práticas mortuárias indígenas no Brasil. A quantidade de fontes conhecidas é extensa e sua abordagem não caberia neste artigo.

ções iconográficas de povos indígenas, bem como de seus costumes e práticas, dentre essas as dos enterramentos (MARCOY, 1869; KELLER, 1874; CREVAUX, 1883).

Este artigo aborda uma dessas representações, feita pelo francês Jean Baptiste Debret (1768-1848). O objetivo é estabelecer diálogo entre análise iconográfica e relatos feitos por outros viajantes, sobre os povos conhecidos genericamente como Coroados, dos quais Debret desenhou uma urna funerária com o corpo de um chefe daquele grupo. Também propomos diálogo com a Arqueologia, especialmente no conhecimento de vasilhas cerâmicas indígenas escavadas na região registrada como sendo a área ocupada pelos Coroados. Ao fim, será verificado se as informações obtidas e comparadas coincidem entre si ou não. Além disso, buscou-se analisar quais os discursos estão implícitos nas fontes estudadas, a fim de se compreender como os enterramentos indígenas eram percebidos pelos europeus.

Em relação às fontes, utilizou-se o desenho intitulado *“Múmia de um chefe coroadado”*, de Debret, que ilustra a obra *“Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil”* (1972); quanto às fontes documentais, na obra mencionada encontra-se a descrição do desenho, a qual será analisada conjuntamente com outras fontes primárias que trataram dos povos chamados Coroados. Consideramos importante uma abordagem arqueológica dos estudos que tratam de morfologia da cerâmica, onde fizemos comparação entre a vasilha desenhada por Debret e aquelas conhecidas em termos arqueológicos para a região onde vivia aquele povo (SEDA et Al. 2011; LEMOS, 2020).

Debret e sua representação de uma “múmia” indígena

Jean Baptiste Debret, artista francês oriundo de uma família burguesa, veio para o Brasil em 1816 na “Missão Artística Francesa” patrocinada por D. João VI. Permaneceu nos trópicos pelos próximos quinze anos, quando retornou ao país de origem, publicando sua *“Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil”* entre 1834 e 1839. Debret se interessou pelos povos indígenas, pelos negros livres e escravizados e pelo cotidiano colonial e posteriormente do país recém-independente.

Quanto aos coletivos indígenas, Debret deixou muitas anotações, a maioria das quais com as suas impressões. Registrou desde aspectos sociais de povos que viviam em aldeias afastadas dos centros urbanos, até indígenas que integravam

a sociedade colonial brasileira, realizando os mais variados ofícios. Todavia, nos últimos anos, alguns trabalhos apontam para possível prática de plágio sobre obras de outros viajantes que estiveram no Brasil antes ou concomitante a permanência de Debret, suscitando inclusive questionamentos quanto a se o francês realmente viajou pelo país ou se deteve na província do Rio de Janeiro (EQUIPE BRASILIANA ICONOGRÁFICA, 2018).

Para a descrição do enterramento de um chefe Coroado, é necessário primeiro contextualizar quem era esse povo, para em seguida realizar descrição gráfica do desenho a que alude. Debret infere que os Coroados viveram, em fins do século XVIII e início do XIX no vale do rio Paraíba do Sul, na então capitania do Rio de Janeiro. Tiveram contato muito cedo com os colonizadores, o que promoveu o extermínio de boa parte da sociedade Coroado e levou os poucos sobreviventes a viverem em aldeias afastadas. Foram estereotipados de várias formas, dentre elas na condição de selvagens. Ficaram conhecidos pelos inúmeros conflitos com os Puris, povo da mesma filiação linguística – Jê, e da mesma região (DEBRET, 1972; SPIX; MARTIUS, 1981; NIMUENDAJU, 1981, 1987).

Segundo Debret, os Coroados costumavam praticar enterramentos diferenciados para os seus chefes, os quais eram inumados em posição agachada, dentro de grandes urnas funerárias, chamadas pelo francês de “*camucí*”. O cadáver era ornado com plumas, armas e pintura na região dos olhos. A urna era enterrada em cova profunda, ao pé de uma grande árvore. Nas palavras de Debret:

os coroados tinham, antigamente, o costume de enterrar seus chefes dentro de um grande vasilhame de barro, chamado “*camucí*”, que se enterrava assaz profundamente aos pés de uma árvore grande. Nas derrubadas, encontram-se muitos hoje em dia.

Essas múmias, revestidas de suas insígnias, encontram-se perfeitamente intactas e são sempre colocadas na sua urna funerária de modo a conservar a atitude de um homem de cócoras, posição natural do índio que descansa (DEBRET 1972, p. 32).

Antes de passarmos às considerações iconográficas do desenho em tela, é necessário realizar um exercício de revisão bibliográfica dos dados etno-históricos acerca dos Coroados.

Quem eram os Coroados?

Uma das primeiras menções a esse grupo indígena data do século XVIII, sendo que no século seguinte as referências são em maior quantidade e com mais informações (CASAL, 1817; WIED, 1989; MARTIUS 1867; SPIX & MARTIUS, 1981). Cabe salientar que a designação Coroado é genérica, de origem colonial e atribuída a povos de línguas e culturas distintas e que viviam especialmente no centro-sul do atual território brasileiro. A designação foi dada em alusão ao corte de cabelo nos homens, que raspavam o alto da cabeça, deixando uma parte se assemelhando a uma coroa. Os Coroados em questão estavam localizados, respectivamente, na porção sudeste e noroeste dos atuais estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro (Figura 1). Tanto Carl von Martius quanto Curt Nimuendaju os classificou como povos aparentados aos Puris, de língua Jê (MARTIUS, 1867; NIMUENDAJU, 1981, 1987). Estudos recentes propõem que Coroados e Puris formavam um único povo, com uma única língua, o Puri-coroado, do tronco linguístico Jê (RAMIREZ; VEGINI; FRANÇA, 2015).

Figura 1 – Localização dos Coroados nos séculos XVIII e XIX (pontos verdes).



Fonte: NIMUENDAJU, 1981 (adaptado). Os pontos representam a localização dos Coroado

A relação entre os Coroados e colonizadores foi marcada por momentos alternados entre violentos conflitos e alianças contra outros grupos indígenas, principalmente aqueles que se isolavam da presença dos colonizadores, como os Puris que, embora tivessem filiação linguística com os Coroados, são considerados pela maior parte da literatura produzida sobre eles como grupos rivais, ao contrário do que atestam Ramirez, Vegini e França (2015), anteriormente mencionados.

Manuel Aires de Casal, em sua *Corografia Brasilica* foi um dos primeiros a dar informações mais detalhadas sobre aspectos sociais dos Coroados. Segundo esse religioso, o território ocupado por aquele povo era maior no século XVIII, se estendendo ao menos até o rio Pomba, atual região sudeste do estado de Minas Gerais (CASAL, 1817). Maximiliano de Wied, que contactou os Coroados já em 1817, afirmou que àquela época ainda habitavam os sertões das Minas Gerais (WIED, 1989). Mais informações sobre esse coletivo indígena relativas a uso de armas, casamento, o uso do botoque como adorno etc., são conhecidas em Eschwege (2002) e Carl von Martius (1867).

Viviam em aldeias formadas por uma casa grande (no máximo duas), feita em madeira e barro, nas quais viviam muitas pessoas. Dormiam em redes. Casal ressalta que nas casas moravam até 100 famílias, mas tal número deve ser tomado com cautela, submetido a estudos mais aprofundados, o que foge do escopo deste artigo. A fonte consultada também aborda aspectos relacionados a casamentos e nascimentos e também das práticas mortuárias dos Coroados: “enterram os mortos assentados. Antigamente sepultavam os caciques encolhidos dentro de grandes vasos de barro cilíndricos, denominados *campeis*, dos quais se têm desenterrados alguns ainda com os ossos” (CASAL, 1817, p. 207 – grifo no original).

Por ora não será aprofundada a questão, mas percebe-se que há discordância de informações entre Casal e Debret acerca do estado de conservação dos restos mortais dos caciques Coroados, quando posteriormente encontrados.

“Múmia de um chefe Coroado”: análise iconográfica

Pelo menos desde a metade do século XX, produções voltadas para análises iconográficas têm surgido em quantidade e especialmente pensadas para o desenvolvimento de história da Arte. Merecem destaque os apontamentos de Erwin Panofsky

em relação à “apreensão da arte visual” (MAZZOLA, 2016, p. 416), cujo método preceitua três fases: a da *descrição iconográfica*, *análise iconográfica* e *interpretação iconológica* (PANOFISKY, 2007, p. 47). Portanto, utilizou-se essa referência para abordar o desenho de Debret tema deste artigo.

A gravura, cujo título original é “*Momie d’un chef de Coroados*”, trata-se de pintura datada de 1834, com dimensões de 31,6 x 24,1 (Figura 2). Existe uma versão litografada, pertencente à coleção da Pinacoteca do Estado de São Paulo. Observa-se o cadáver de um indígena em posição de cócoras, de frente para o observador. Suas pernas estão flexionadas com os joelhos na altura dos ombros. Na mão esquerda (do observador), o cadáver apoia um mamífero, possivelmente um quati-de-cauda-anelada (*Nasua nasua*), este com a cabeça ligeiramente inclinada para cima e a cauda flexionada para a lateral do corpo. A mão direita do cadáver segura uma espécie de bastão possivelmente feito em madeira e ornado de penas azuis e amarelas.

O corpo do chefe Coroado está ornado com vários adereços feitos com plumária: na cabeça, um cocar com penas vermelhas; suas orelhas com penas amarelas. Sobre o peito, uma faixa diagonal, da esquerda para a direita, com penas vermelhas, bordada com penas amarelas. O quadril está com uma indumentária confeccionada em penas igualmente vermelha, com borda amarela. Por fim, logo abaixo dos joelhos, um par de ornamentos com penas vermelhas e detalhes em materiais nas cores preta e vermelha (?), possivelmente penas. É muito provável que a matéria-prima dos adereços tenha sido obtida de araras das espécies canindé (*Ara ararauna*) e vermelha (*Ara macao*). A pintura de Debret mostra que no rosto do chefe Coroado foram feitas alterações nos olhos, pintados de preto e branco; percebe-se ainda que há enchimento na cavidade bucal, deixando os dentes parcialmente à mostra.

Por fim, o cadáver foi posto em uma urna funerária, uma vasilha com asas, feita em cerâmica, grande o suficiente para que pudesse caber o corpo. Como fechamento da urna, utilizou-se uma tampa, também em cerâmica. Debret simulou a urna como quebrada, com fragmentos postos em frente à vasilha em maior quantidade à direita e com fragmentos menores à esquerda.

Em relação às cores usadas por Debret, nota-se que foram utilizadas cores frias para representar a base sobre a qual

a urna funerária está assentada, e cores quentes para o desenho do cadáver e seus ornamentos e acompanhamentos.

Figura 2 – “Momie d’un chef de Coroados”. J. B. Debret, 1834.



Fonte: Brasileira Iconográfica (modificado). Litografia sobre papel 31,6 x 24,1 cm. Acervo da Biblioteca Nacional.

Feito o breve exercício da descrição iconográfica, passaremos a comparar informações vindas da Arqueologia com o a gravura de Debret. Será necessário também revisar os apontamentos feitos por Aires de Casal (1817) e Wied (1989) para buscarmos obter mais subsídios que possam estabelecer a compreensão de como os europeus, representados pelo artista francês, viam os povos indígenas no Brasil.

Arqueologia: análise morfológica da urna funerária

Entre o século XIX e a primeira metade do século XX foram realizadas as primeiras classificações das cerâmicas de povos indígenas do início do contato com europeus a períodos mais recuados; as informações foram baseadas através da etnografia e etnohistória, assim observando duas classes: na Bacia Amazônica reconheciam-se cerâmicas mais elaboradas e de formas mais expressivas, e nas outras regiões, uma cerâmica mais simples.

Através do PRONAPA (Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas), na década de 1960, passa-se a obter uma metodologia que se compõe em classificar as cerâmicas identificando tipos, fases e tradições, obtendo recursos dos dados arqueológicos como correlações etnohistóricas e etnolinguísticas. O elemento principal da classificação foram os antiplásticos, a decoração e as formas dos vasilhames. Em 1961 o casal Betty Meggers e Clifford Evans elaborou quatro horizontes cerâmicos, hipotéticos, utilizando-se da presença ou ausência de determinados traços, no qual a descrição estaria nas técnicas decorativas (SILVA, 2017, p. 17).

Com o encerramento do PRONAPA surgiram críticas conforme o modelo metodológico utilizado para classificar essas cerâmicas; contudo, surgiu uma ideia de revisão refinando os critérios adotados, mas agora abordando o técnico-funcional do vasilhame, dos quais entrelaçam com informações etnohistóricas, etnográficas e nos modelos de expansão baseados em dados linguísticos.

Dentre essas pesquisas arqueológicas de análises cerâmicas a mais completa se destaca o livro *“Cerâmica Guarani”*, de La Salvia & Brochado (1989). Os autores elaboraram os procedimentos para análise das cerâmicas Guarani desde a sua manufatura ao descarte. Dentre as informações, e que são utilizadas atualmente, encontram-se as técnicas de produção observadas nas vasilhas: acordelada e modelada; ambas se diferenciam pela forma que são postas. A acordelada consiste em sobrepor roletes e finalizar com um acabamento; já na modelada, esta técnica consiste em aplicações de apêndices que fixa nas paredes (alças, pliques zoomorfos, antropomorfos) e algumas bases.

A análise morfológica de uma vasilha cerâmica consiste em borda ou boca, corpo da vasilha e bojo, essa parte entre a base e o pescoço, e por fim, a base. A borda nos proporciona

diferenciar conjuntos tecnológicos e uma possível reconstrução ao menos o contorno, podendo ser analisada (com fragmento por maior) sua forma, inclinação, espessamento, tipo de lábio e diâmetro de abertura. O corpo da vasilha apresenta carena, às vezes, e o bojo geralmente possui maior diâmetro; flanges são extensões que acontecem na borda externa ou do corpo elaboradas para decorações plásticas. A base é a parte inferior do vasilhame e pode ser confeccionada tanto modelada quanto acordelada e muitas vezes tem forma convexa, côncava, anelar ou em pedestal (SILVA, 2017, p. 42).

Com essas descrições do procedimento de análise morfológica e analisando a litografia disposta nesse trabalho, adentraremos nossas descrições da morfologia seguindo o roteiro: borda, corpo da vasilha, bojo e base. A tampa, iremos descrever isoladamente, e em seguida discutiremos como um todo.

Com o vasilhame disposto defronte, notamos que a borda possui uma espessura grosseira, já que na representação da quebra do vasilhame é possível ver seu núcleo e esse denota uma forma de lábio desconhecida das formas já identificadas arqueologicamente. No corpo da vasilha não há diagnóstico arqueológico, mas é válido ressaltar que toda a parede da vasilha apresenta uma espessura muito fina em relação à borda. No bojo do vasilhame foram postos dois apêndices, um em cada lado, supostamente, como asas. Essas se apresentam como meio círculo obtendo uma cavidade, possivelmente para o encaixe das mãos. Na base do vasilhame, notamos que existe uma elevação do final da parede ao encontro da base criando uma curva suave, como se trata de uma litografia, possivelmente existiu alguma questão quanto à pintura.

A tampa da urna não se caracteriza com nenhum traço de diagnóstico arqueológico; a tampa possui um diâmetro que se assemelha ao que é encontrado, muitas vezes, junto a urnas funerárias, mas se diferencia na sua profundidade que na imagem se apresenta com mais cavidade e possui um apêndice como algo de suporte para tampa.

Dentre as análises morfológicas observadas notamos a presença, possivelmente, de um desgaste ou coloração na borda de coloração escura, a mesma que acontece na tampa. Nas Cerâmicas arqueológicas, já analisadas, sobretudo urnas funerárias, tendem a ser encontradas com motivos bem elaborados com pinturas ou, muitas vezes, associados a mitologias. A tam-

pa se apresenta mais com uma tampa de panela de modelos europeus à época do que diagnósticos arqueológicos, ou seja, traços que para arqueologia são definidores de associação a povos originários do Brasil.

Existente na arqueologia como procedimento de reconstrução, nota-se que o vasilhame desenhado por Debret é erroneamente representado na base sem simetria, pois é notório que é menor que a borda da vasilha e a presença de uma curva no encontro da base com a parede nos deixa intrigados, já que para bases de vasilhame se classificam aqueles supracitados, possivelmente esse detalhe dá-se pela litografia e não teríamos veracidade dessas informações. Alguns trabalhos com análises da cerâmica abordam “grandes vasilhas” de uso para bebidas e que receberam uma segunda função especificamente como urnas funerárias e contendo pinturas, dentre essas estão as tradições policrômicas na Amazônia e Guarani (BROCHADO, 1989; BARRETO, 2005, 2009; VASSOLER, 2014). A ornamentação no morto não é descrita nas regiões do Brasil, mas em um relato do naturalista germânico Georg W. Freireyss, sobre os Coroados ele diz:

[...] não adoram Deus algum bom, mas temem um genio máu que elles se figuram na trovoada, sem comtudo importarem-se mais com elle. Que porem entre elles exista uma vaga idéa a respeito da immortalidade da alma, como entre todos os povos na sua infancia, não há dúvida porque, deixam aos mortos as armas no tumulo para, como dizem, “usar lá em cima”.

Um enterro entre os coroados apresenta certas singularidades. Primeiro quebram todos os ossos do cadaver e depois collocam-no assim nos grandes potes de barro em que preparam a sua bebida de milho fermentado. Si foi um chefe de família que morreu, enterram-no no meio da cabana que elle habitava em vida e em seguida abandonam o logar. Voltando por acaso e durante as suas caçadas para o logar onde os seus mortos estão enterrados, testemunham a sua lembrança delles por altos gritos e lamentos (FREIREYSS, 1902, p. 245-246).

Segundo ainda esses relatos do naturalista, ele destaca sobre a morfologia das vasilhas de preparo da bebida fermentada *“na qual se regalam com a bebida predilecta que fabricam fermentando o milho e que é servida em grandes potes de barro, cujo fun-*

do pontudo está enterrado no chão” (IDEM, p. 243) Nas pesquisas arqueológicas realizadas com cerâmicas associadas aos povos Macro-Jê no qual os povos Coroados são inseridos, foram identificados artefatos cujas bases dos vasilhames pontudos foram caracterizados como tradição Una.

Através destas comparações da descrição e relatos é possível dizer que a litografia de Debret nada se compara com vasilhames de diagnóstico arqueológicos, ou seja, vasilhames indígenas. Trata-se possivelmente de plágios ou até mesmo descrições de painéis voltadas a modelos europeus a época, contudo deixamos claro que a precisão, ou melhor dizendo, a veracidade das informações são base críticas do que Debret chamou de “fidedignas” que para nós nada se atesta como tal.

Quais são os dados arqueológicos para a região dos Coroados?

Conforme já mencionado, viajantes e cronistas apontaram a região entre o sudeste das Minas Gerais e o noroeste da capitania do Rio de Janeiro como o local ocupado pelos Coroados. A arqueologia da região do Sudeste brasileiro teve início no século XIX com as pesquisas do dinamarquês Peter Lund, na região de Lagoa Santa, Minas Gerais. Nos últimos cinquenta anos se intensificaram as pesquisas arqueológicas, as quais apontam para ocupação de grupos indígenas que confeccionavam cerâmica e praticavam a agricultura há pelo menos 3500 anos (MORAIS, 2000; SEDA et al., 2011).

Na região em estudo, registrou-se a ocupação de diversos povos, dentre esses um cuja cultura material foi arqueologicamente denominada *Tradição Una*⁴, caracterizada por habitações feitas em grutas e sítios a céu abertos, cerâmica com formas globulares e cônicas, não muito grandes, em geral menores que 30cm de altura (SEDA et al, 2011). Quanto aos enterramentos dessa Tradição, foram relatadas tanto a deposição de ossos quanto de cinzas dentro das vasilhas mencionadas, então usadas como urnas funerárias, prática denominada na Arqueologia de enterramento secundário (MACHADO, 1990; SEDA et al., 2011), mas também há registro de enterramento primário,

4. Em Arqueologia, Tradição se refere a tecnologias cerâmica ou lítica que apresentem amplitude temporal e espacial (BARRETO, LIMA, BETANCOURT, 2016). Estudos interdisciplinares com Etnologia e Linguística algumas vezes tentou estabelecer Tradições a filiações linguísticas, especialmente na Pan-Amazônia (RODRIGUES, 1964; ZUSE, 2014).

com deposição de grandes fragmentos cerâmicos sobre o corpo de um indivíduo adulto (SEDA, 2014). De acordo com as pesquisas arqueológicas, o conjunto material Una possivelmente era produzido por povos de língua Jê (IDEM, 2014). A cremação dos mortos e posterior enterramento das cinzas em vasilhas cerâmicas foi registrado em outros sítios arqueológicos e entre grupos Jê, em outras regiões do Brasil (SOUZA, 2012).

Os Coroados mumificavam seus chefes mortos?

Um dos primeiros questionamentos que fizemos ao ter conhecimento da gravura “*Múmia de um chefe Coroado*” foi: de que forma os Coroados enterravam seus mortos? A gravura de Debret refletia, ou, ao menos se aproximava da realidade? Se não, que informações ela possui nas entrelinhas e que dizem mais do artista que das práticas mortuárias daquela sociedade indígena? Para tentar responder, determinamos que dialogar com informações históricas, etnográficas e arqueológicas seriam os passos a serem dados.

Conforme lido nos parágrafos anteriores, quando comparadas, as práticas mortuárias anotadas por Manuel Aires de Casal (1817) e Debret (1972) apresentam consideráveis diferenças. O primeiro deixou anotado que os Coroados sepultavam seus chefes em urnas funerárias, cilíndricas, aos quais chamou *campes*. Não há maiores detalhes sobre a preparação do cadáver, todavia, é outra informação que se destaca: a de que urnas funerárias dos Coroados desenterradas continham fragmentos de ossos humanos. Dada o resumido relato de Casal, é difícil afirmar se os ossos estavam cremados ou se apenas secos. No primeiro caso, seria possível afirmar se tratar de prática mortuária de povo Jê, portanto, com grande possibilidade de associação aos Coroados. O relato de Freyreiss reforça essa hipótese, vez que esse viajante observou a quebra dos ossos dos mortos entre os Coroados, para que pudesse caber dentro da urna funerária.

Sendo assim, é questionável se os chefes Coroados eram, realmente, inumados dentro de urnas funerárias, com adereços e outros acompanhamentos funerários, e, além disso, com o corpo mumificado. Mais além: Debret de fato observou um rito fúnebre entre os Coroados, ou se baseou em outras fontes? Na segunda hipótese, seriam confiáveis? A pesquisa indica que talvez o artista francês tenha elaborado sua gravura a partir de dados históricos de povos Tupi habitantes do litoral brasileiro nos séculos XVI e XVII.

Encontramos na *Viagem ao Norte do Brasil*, do padre capuchinho francês Ives d'Évreux descrição detalhada de um enterramento Tupinambá observado na Ilha de São Luís, no Maranhão, em 1613. As informações coligidas guardam grande semelhança com a gravura de Debret:

[...] tomam o corpo, ja cheio de pennas na cabeça e nos braços, uns o vestem com um capote, outros lhe dão um chapeo, si o ha, trassem-lhe o massinho de petum, seo arco, frexas, machados, foices, fogo, agoa, farinha, carne e peixe e o que em vida elle mais apreciava.

Faziam depois um buraco fundo e redondo em forma de poço: assentavam o morto sobre seos calcanhares conforme era o seo costume, e á cova desciam-no de mansinho accommodando ao redor d'elle a farinha, a agoa, a carne, o peixe e ao lado de sua mão direita afim de poder pegar em tudo com facilidade e na esquerda arrumavam os machados, as foices, os arcos e as frexas.

Ao lado d'elle faziam um buraco, onde acendiam fogo com lenha bem secca afim de não apagar-se, e despedindo-se d'elle o incubiam de dar muitas lembranças á seos paes, avós e amigos, que dançavam nas montanhas, alem dos Andes, onde julgam ir todos os mortos.

Um dão-lhes presentes para levarem a seos amigos, e outros lhe recomendam, entre varias coisas, muito animo no decorrer da viagem, que não deixem o fogo apagar-se, que não passem pela terra dos inimigos, e que nunca se esqueçam de seos machados e foices quando dormirem n'algun lugar (ÉVREUX, 1874, p. 113-114).

Em diversas culturas indígenas, o enterramento dos chefes determinava maiores cuidados e ritos muitas vezes elaborados, que contavam com a participação de toda aldeia. A maioria dos relatos de ritos funerários feitos para os caciques registrou o preparo do corpo com ornamentos variados, como pinturas, plumária, adornos. A diferenciação mais conhecida é a destinação do corpo: alguns povos enterravam em urna funerária; outros mumificavam; havia aqueles que, após certo tempo, desenterravam os restos mortais, extraíam os ossos (em geral fêmures, costelas, crânio) e os guardavam em cestas ou enterravam pela segunda vez em urnas funerárias pequenas; são conhecidos, também, grupos que incineravam os ossos e o inumavam definitivamente, tanto em vasilhas abertas, quanto

em vasilhas fechadas, com o uso de tampas. Essas descrições são apenas alguns exemplos; outros mais são conhecidos (CREVAUX, 1883; MÉTRAUX, 1947; CHAUMEIL, 1997).

Considerando os dados arqueológicos que abordaram escavações com contextos funerários em sítios de povos Jê, registrou-se a cremação dos ossos, com posterior enterramento em vasilhas cerâmicas; possíveis enterramento primário, em urnas funerárias pequenas, de indivíduos infantis e enterramentos em abrigos sobre rochas (MACHADO, 1990; SCIENTIA CONSULTORIA CIENTÍFICA, 2005; SEDA et Al, 2011; SEDA, 2014; SOUZA, 2012), é possível que os Coroados também tinham essa prática. Ritos funerários dizem muito dos grupos humanos e, muitas vezes, estão ligados a matrizes culturais e linguísticas (FERNANDES, 1948; RUIBAL, 2003). Dessa forma, consideramos que a representação do chefe Coroado, mumificado e posto dentro de uma urna funerária pode não refletir a realidade, sendo mais provável que Debret tenha se inspirado em relatos escritos desde o início da colonização e que tratavam das práticas mortuárias de povos Tupi, especialmente os Tupinambás, com os quais os colonizadores estabeleceram relações socioeconômicas mais aprofundadas, talvez até por isso tenham sido objeto de maior “interesse” por parte daqueles que anotaram seus costumes, inclusive os de tratamento aos mortos (FERNANDES, 1948).

Considerações finais

No momento em que os europeus pisaram a primeira vez em terras hoje denominadas Américas, teve início a modernidade, com a separação de mundos onde o europeu se tornou o centro e os demais cantos do planeta as periferias. Construiu-se o “ser asiático”, que no imaginário europeu seriam os “índios”. Os povos originários do continente americano começaram a sofrer com o encobrimento de suas culturas, com a exploração de seus corpos, através da catequese, língua e mão-de-obra (QUIJANO, 1992; DUSSEL, 1993; NOGUEIRA; SAMPAIO, 2020).

Isso significa que, desde então, os povos nativos tiveram suas culturas generalizadas, como se, “conhecendo” apenas um grupo originário, se conhecia a todos os demais, inclusive aos que resistiam ao contato com o colonizador. Debret e outros viajantes europeus não estavam alheios a esse pensamento. Por mais que tenham se esforçado em descrever características

físicas, sociais e culturais dos povos indígenas, nas entrelinhas acabavam reproduzindo os discursos de encobrimento.

Nesse sentido, supomos que a gravura “Múmia de um chefe Coroados” não traduziu a realidade das práticas mortuárias dos Coroados que, sendo povos de língua Jê, talvez fosse mais certo que incinerassem seus mortos, e as cinzas depositadas em urnas funerárias, como faziam seus possíveis antepassados da Tradição Una (SEDA et al., 2011).

É razoável considerar que talvez nenhum europeu viajante tenha observado de perto os ritos funerários dos Coroados que viviam no vale do rio Paraíba do Sul. Pode parecer contradição, mas o fato é que não é possível nem afirmar, nem negar que os Coroados talvez enterrassem seus chefes com adornos e acompanhamentos dentro de urnas funerárias, uma vez que não há qualquer registro a esse respeito. O próprio Debret muito provavelmente não viu uma urna funerária com um cadáver mumificado; pelo contrário, embora tenha afirmado que múmias “intactas” foram encontradas na sua época, ao mesmo tempo o francês afirma que isso era uma prática antiga. Aires de Casal e Maximiliano de Wied a davam como abandonada (CASAL, 1817; WIED, 1989).

Portanto, consideramos que a gravura de Debret, antes de ser reprodução fiel do que o viajante supostamente observou, seja uma representação feita a partir de leituras que tratavam das práticas mortuárias de outros povos indígenas. Encerrando, vale um alerta: ainda há muito que se estudar; novas informações poderão ou não confirmar nossa hipótese, mas o primeiro passo está dado.

Referências

ABBEVILLE, Claude d'. **História da missão dos padres capuchinos na ilha do Maranhão e suas circunvizinhanças (1614)**. Tradução de Cezar Augusto Marques. São Luiz, Tipografia do Frias, 1874.

BARRETO, Cristiana. **Meios míticos de reprodução social: arte e estilo na cerâmica funerária da Amazônia antiga**. 234f. Tese (Doutorado em Arqueologia). Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

BARRETO, Cristiana. **Arte e Arqueologia na Amazônia Antiga**. Oxford: Centre for Brazilian Studies, University of Oxford. 2005.

BARRETO, Cristiana; LIMA, Helena Pinto; BETANCOURT, Carla Jaime (orgs.). Tradição. In: _____. **Cerâmicas arqueológicas da Amazônia: rumo a uma nova síntese**. Belém: IPHAN, Ministério da Cultura, 2016, p. 591-592.

BROCHADO, J. **A expansão dos Tupi e da cerâmica da tradição policrômica da Amazônia**. *Dédalo*, n. 27, p. 65-82. São Paulo, 1989.

CARDIM, Fernão. **Tratados da Terra e da Gente do Brasil (1583-1601)**. Introdução e notas de Baptista Caetano, Capistrano de Abreu e Rodolpho Garcia. Rio de Janeiro: Editores J. Leite & Cia., 1925.

CASAL, Manuel Aires. **Corografia Brasília ou Relação histórico-geográfica do Reino do Brazil**. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1817.

CHAUMEIL, Jean-Pierre. Entre la memoria y el olvido. Observaciones sobre los ritos funerários em las tierras bajas de América del Sur. *Boletín de Arqueología PUCP*, Vol. 1, Lima, 1997, p. 207-232.

CREVAUX, J. **Voyages dans L'Amérique du Sud**. Paris: Librairie Hachette et Cie., 1883.

DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil**. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1972, 2 volumes (Vol. 1), p. 31.

DUSSEL, Enrique. **1492: o encobrimento do Outro** (a origem do “mito da modernidade”) Conferências de Frankfurt. Tradução de Jaime A. Clasen. Petrópolis: Vozes, 1993.

EQUIPE BRASILIANA ICONOGRÁFICA. É plágio? A repetição de personagens e cenas nos registros dos artistas viajantes (artigo). 11 de julho de 2018. Disponível em: <https://www.brasilianaiconografica.art.br>. Acesso 21 Nov. 2022.

ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. **Jornal do Brasil, 1811 — 1817: ou relatos diversos do Brasil colectados durante expedições científicas**. Tradução: Friedrich E. Renger, Tarcísia Lobo Ribeiro e Günter Augustin. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2002.

ÉVREUX, Yves d'. **Viagem ao norte do Brasil feita nos anos de 1613 e 1614**. Tradução de Cezar Augusto Marques. São Luiz, Tipografia do Frias, 1874.

FERNANDES, Florestan. **Culto dos antepassados**. In: _____. *Organização Social dos Tupinambá..* São Paulo: Instituto Progresso Editorial S.A., 1948. (Coleção Trópico I).

FREYREISS, G. W. **Viagem ao interior do Brasil nos anos de 1814—1815**. *Revista do Instituto Historico e Geographico de São Paulo*, vol. XI, 1902. p. 237-251.

GANDAVO, Pero de Magalhães. **Tratado da Terra do Brasil: história da província Santa Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil** (1576). Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008.

KELLER-LEUSINGER, Franz. The wild Indian tribes of the Madeira valley. In: _____. **The Amazon and Madeira rivers: sketches and descriptions from the note-book of an explorer**. Philadelphia: J.B. Lipincott and Co., 1874. p. 137-169.

LA SALVIA, F. & BROCHADO, J. P. **Cerâmica Guarani**. , 2ª edição. Porto Alegre: Ed. Porsenato Arte e Cultura, 1989.

LEMOS, Marcelo Sant’Ana. Extinção “oficial” de uma etnia através da sua desterritorialização, apagamento da cultura e da língua: o caso Puri (Parte 1). **Política Linguística e retomada/revitalização das línguas indígenas: um tributo a Aritana Yawalpiti** (Curso de Extensão). Rio de Janeiro: Laboratório de Estudos do Discurso, imagem e som, UFRJ, 2020. Disponível em <http://www.labedis.mn.ufrj.br>. Acesso 6 Nov. 2022.

LÉRY, Jean de. **Viagem à terra do Brasil (1558)**. Texto integral e notas de Sérgio Milliet. Local, Editora da Biblioteca do Exército, 1961.

MACHADO, Lília Cheuiche. Sobre as práticas funerárias de cremação e suas variações em grutas do norte e noroeste de Minas Gerais. **Revista do CEPA**, nº 17 (20). Santa Cruz do Sul: Faculdades Integradas de Santa Cruz do Sul, 1990. p. 235-247

MARCOY, Paul. De Tabatinga a Santa-Maria de Belem do Para. In: _____. **Voyage a travers L’Amérique du Sud**. Tomo II. Paris: Librairie de L. Hachette et C., 1869. p. 420-421.

MARTIUS, Karl Friedrich Philip von. **Beiträge zur Ethnographie und Sprachenkunde Amerikas zumal Brasiliens**, 2 volumes. Leipzig: Friedrich Fleischer, 1867.

MAZZOLA, Renan Belmonte. Um ensaio de análise iconográfica: laços entre a teoria da arte e o método arqueológico. **Acta**

Scientiarum. Language and Culture. Vol. 37, nº 4. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, p. 413-421, out-dez/2015. .

MÉTRAUX, Alfred. Mourning rites and burial forms of the South America Indians. **América Indígena**, VII, nº 1, México, 1947. p. 7-44.

MORAIS, José Luis de. Arqueologia da região Sudeste. **Revista USP**, nº 44. São Paulo: Universidade de São Paulo, p. 194-217, dez/fev/1999-2000.

NASCIMENTO, A. LIMA, S. Procedimentos para a análise da cerâmica arqueológica. **Revista CLIO Arqueológica Universidade Federal de Pernambuco – UFP**, Recife, 1994.

NIMUENDAJU, Curt. **Mapa etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes** (livro). Rio de Janeiro: IBGE, 1981.

NIMUENDAJU, Curt. **Mapa etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes (1944)**. Escala 1: 5.000.000. 2ª impressão. Rio de Janeiro: IBGE, 1987.

NÓBREGA, Manoel. Informação das Terras do Brasil (1549). In: **Cartas do Brasil (1549-1560)**. Cartas Jesuíticas I. Rio de Janeiro: Officina Industrial Graphica, 1931. p. 97-102.

NOGUEIRA, Mara Genecy Centeno. SAMPAIO, Sonia Maria Gomes. Olhares literários sobre as Amazônias: pós-colonialismo, identidades e memórias no mar de águas doces. CAPA-VERDE, Tatiana da Silva; AMARO, Luiz Eduardo Rodrigues; NOGUEIRA, Mara Genecy Centeno (orgs). **Perspectivas literárias pós-coloniais**. Boa Vista: Editora da URFF, 2020. Disponível em: <https://www.academia.edu>. Acesso 18 Nov. 2022.

PANOFISKY, Erwin. **Significado nas artes visuais**. Tradução de Maria Clara F. Kneese e J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2007.

QUIJANO, Aníbal. Colonialiad y modernidade/racionalidade. **Perú Indígena**, nº 13(29), p. 11-20, 1992.

RAMIREZ, Henri; VEGINI, Valdir; FRANÇA, Maria Cristina Victorino. Koropó, puri, kamakã e outras línguas do Leste brasileiro: revisão e proposta de nova classificação. **Liames**, vol 15 (2). Campinas, p. 223-277, jul.-dez./2015.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. A classificação do tronco linguístico Tupi. **Revista de Antropologia**, vol. 12, n. 1/2. São Paulo: USP, p. 99-104, 1964.

RUIBAL, Alfredo González. La muerte. In: _____. **La experiencia del otro: una introducción a la etnoarqueología**. Madrid: Akal Ediciones, 2003. p.149-155.

SCIENTIA CONSULTORIA CIENTÍFICA. **Salvamento arqueológico do Sítio Arqueológico RPO-1**, São Mateus, ES. São Paulo: SCIENTIA, 2005.

SEDA, Paulo Roberto Gomes. Espaço e tempo nas sociedades primitivas: as Tradições Una e Tupiguarani no Rio de Janeiro Pré-Colonial. In: PEREIRA, Silvia Dias e outros. **Formação e ocupação de litorais nas margens do atlântico – Brasil/Portugal**. Rio de Janeiro: Corbã, 2014, pp. 113-130. Disponível em: <http://www.redebraspor.org>. Acesso: 29 Nov. 2022.

SEDA, Paulo Roberto Gomes; MACHADO, Christiane Lopes; SENE, Gláucia Malerba; SILVA, Laura da Piedade Ribeiro. Do cerrado ao mar: a Tradição Una no litoral do Espírito Santo. **Revista Maracanan**, vol. 7, nº 7. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, p. 55-82, 2011.

SILVA, G. N. **Traços, pontos e modelados: análise iconográfica da cerâmica Barrancoide no sítio arqueológico Santa Paula – Porto Velho, Rondônia**. Monografia de Conclusão de Curso de Bacharelado em Arqueologia da Universidade Federal de Rondônia, 2017.

SOUZA, Jonas Gregório de. Áreas de atividade em dois centros cerimoniais Jê do Sul: relações entre arquitetura e função. **Revista de Arqueologia**. Volume 25, nº 2. Rio de Janeiro: Sociedade de Arqueologia Brasileira, p. 120-138, 2012.

SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedich Phillip von. **Viagem Pelo Brasil: 1817-1820**. Tradução Lúcia Furquim Lahmeyer. 3 volumes. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981.

STADEN, Hans. **Viagem ao Brasil (1557)**. Versão do texto de Marpurgo. Revisão e anotação por Theodoro Sampaio. Coleção Publicações da Academais Brasileira. Rio de Janeiro: Oficina Industrial Gráfica, 1930.

THÉVET, Fr. André. Das ideias dos selvagens a respeito da immortalidade da alma. In: _____. **Singularidades da França Antártica, a que outros chamam de America (1558)**. Prefácio, notas e tradução do Prof. Estêvão Pinto. São Paulo: Cia. Edi-

toral Nacional, 1944. p. 221-224. Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br>. Acesso: 27. Dez 2017.

VASSOLER, O. P. **Análise da iconografia em vasilhas cerâmicas da subtradição jatuarana no alto rio madeira em Rondônia**. Monografia de Conclusão de Curso de Bacharelado em Arqueologia da Universidade Federal de Rondônia, 2014.

WIED, Maximiliann Prinz von (1782-1867). **Viagem ao Brasil** / Maximiliano, Príncipe de Wied-Neuwied; tradução de Edgar Sússekind de Mendonça e Flávio Poppe de Figueiredo. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989 (Coleção reconquista do Brasil, 2ª série, volume 156).

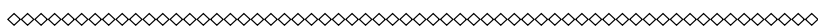
ZUSE, Silvana. **Variabilidade cerâmica e diversidade cultural no Alto rio Madeira, Rondônia**. 2014, 435 f. Tese (Doutorado em Arqueologia), Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.



A AMAZÔNIA CRIADA POR SEUS POVOS: AS NARRATIVAS DECOLONIAIS E A ARQUEOLOGIA

Deise Lemos Carvalho¹

Rogério Sávio Link²



Introdução

O presente trabalho explora algumas possibilidades de aproximação entre a Arqueologia Amazônica, as Histórias de Longa Duração e o pensamento decolonial aparado nos trabalhos de Eduardo Neves (2012, 2022), Jennifer Watling *et al.* (2020), Pierre Clastres (2014, 2022) e Mara Nogueira e Sônia Sampaio (2020). A Arqueologia possui a especial capacidade de abordar as manifestações sociais a partir da longa duração de Fernand Braudel (1990) e de seus desdobramentos diversos em diferentes campos das humanidades. Sendo assim, pode-se utilizar a Arqueologia como ferramenta decolonial, uma Arqueologia que não está a serviço das estruturas hegemônicas de poder. De acordo com Neves (2012), os métodos e técnicas da Arqueologia têm fornecido elementos para a construção da História Indígena de Longa Duração da Amazônia, por meio da análise dos líticos, dos restos de carvão, dos fragmentos de potes de cerâmica, de amostras de pólen e sementes – todos materiais agenciadores, ativos e muito informativos, tornam-se imprescindível. Os “lugares”, como as cachoeiras, também são fundamentais para a compreensão das relações sociais e interpessoais. Dessa forma, pode-se dizer que existe uma arqueologia dos lugares significativos e persistentes, ou seja, que paisagens e lugares são igualmente agenciadores.

Objetivos

- Discutir as possibilidades de aproximação entre a arqueologia amazônica na longa duração e o pensamento decolonial;

1. Graduada em Arqueologia e Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Amazônia (PPGHAm/UNIR).

2. Doutor em História (UFRGS). Professor Adjunto do Departamento de História da Universidade Federal de Rondônia (UNIR),

- Contribuir com a reimaginação amazônica, utilizando a Arqueologia como ferramenta decolonial;
- Apresentar a tentativa da criação do “Outro” na Abya Yala, através das narrativas coloniais.

Metodologia

A metodologia de pesquisa proposta aqui é uma revisão bibliográfica de pesquisas já consagradas no campo da Arqueologia Amazônica como William Denevan (1992), Donald Lathrap et al. (1985), Thomas Myers (1973), Anna Roosevelt (1989), Carlos Fausto (2000), Neves (2012, 2022), Watling et al. (2020). Essa revisão será feita através do olhar atento para as “narrativas colonialistas”, da construção deste “Outro” como inferior, conforme já amplamente discutido por Ernesto Pinto e Francisco Silva (2016), Albert Memmi (1977) e Nogueira e Sampaio (2020). As possibilidades de contribuições da arqueologia como uma ferramenta de recontar uma história, assentada no pensamento decolonial, se dão através das evidências da presença de longa duração das populações indígenas encontradas nos sítios arqueológicos, criando meios para a valorização dos povos ancestrais e seus descendentes.

Resultados Alcançados

A construção de novos olhares sobre a Amazônia com base nas leituras bibliográficas referenciadas nesse texto comprovam que a Amazônia é habitada há mais de 10.000 anos, conforme afirma Eduardo Neves (2022). A Arqueologia tem demonstrada uma autonomia cultural dos povos amazônicos na domesticação de plantas, na modificação do meio ambiente e desenvolvimento de tecnologias. Há um desenvolvimento de sociedades diferenciadas como resultado próprio da criação cultural dos povos que habitam milenarmente a região. Dessa forma, a Arqueologia desconstrói, conforme Nogueira e Sampaio (2020), a ideia colonialista de vazio demográfico, de inferno verde ou de território ocupado por populações inferiores. Há um contraponto, de acordo com Pinto e Silva (2016), aos relatos de Georges-Louis Leclerc (Conde de Buffon, intelectual francês) no século XVIII de que o mundo tido como “descoberto” era muito novo, portanto, precisava passar por um estágio de dominação da natureza, de cultivo do solo e de que o clima era o grande responsável pelos “animais inferiores”, no caso

os indígenas. Assim, a diligência europeia, o topo da evolução humana, deveria levar a civilização às regiões inferiores como a Amazônia. Refletindo o argumento de Memmi (1977, p. 82), quando ressalta que: “toda vez que o colonizador afirma em sua linguagem que o colonizado é fisicamente e moralmente fraco ele está sugerindo que esta fraqueza precisa de proteção”.

A relação entre o etnocentrismo colonial e a classificação racial universal relativamente explica a dita “superioridade” dos europeus em relação a outras “novas” populações do mundo. Essa “superioridade” foi demonstrada por meio de diferenças nas características físicas, atitudes e fundamentos culturais, entre outras características que criaram “barreiras” entre os europeus e os nativos. Nogueira e Sampaio (2020) descrevem que, ressaltando as diferenças inventa-se o “Outro”, esse “Outro” é desterritorializado, não tem língua, cultura e religião. Fazer parte de populações ágrafas determinava o processo de exclusão social, mas garantia o lugar de trabalho, não falar a língua do colonizador subalternizava os corpos e justificava que o “bárbaro”, o “diferente” e/ou o “Outro” deveriam ser controlados. Na região amazônica e na Abya Yala, a igreja ajudou amplamente a inventar o “Outro”, para converter os indígenas usavam da violência física e psicológica.

A respeito do cultivo do solo, Waitling et al. (2020) demonstram, através de pesquisas paleoetnobotânicas na região do alto rio Madeira, que há plantas domesticadas como a abóbora, o feijão, o pequiá e a goiaba, desde o início da ocupação da região. Espécies vegetais domesticadas, como a mandioca, o amendoim e o cacau são alimentos de origem amazônica, e o próprio milho, apesar de ser oriundo do México, teria passado por um segundo processo de domesticação na Amazônia, possibilitando o seu uso em outros locais do continente (NEVES, 2022). Soma-se a isto o manejo constante do solo resultando na terra preta de índio (solo de coloração escura), a construção de estruturas em terra como os geoglifos, e o manejo constante de espécies que não se tornaram propriamente domesticadas, como as palmeiras produtoras de frutos e a castanha. O resultado deste processo é uma floresta Amazônica antropizada.

O adensamento populacional e a construção das aldeias com estruturas monumentais, ambos processos que teriam se iniciado há cerca de 2.500 A.P., só estariam relacionados a mudanças nas condições ambientais mais secas, que deram lugar ao clima extremamente úmido da Amazônia. Com isso, a flo-

resta teria aumentado, favorecendo a expansão das populações que aprenderam a domesticá-la. Essa nova perspectiva vai na contramão de autores como Betty Meggers (1983), Meggers *et al.* (1988), Peter Hilbert (1968) e Eurico Miller *et alli.* (1992), que entendiam o processo de formação de grandes sítios como resultado de inúmeros e repetidos episódios curtos de reocupação dos mesmos locais por populações semi-sedentárias, possivelmente sob influência andina. Contudo, os autores que poderíamos qualificar como decoloniais, como Denevan (1992), Lathrap *et al.* (1985), Myers (1973) e Roosevelt (1989), propunham que esses sítios foram os indicadores arqueológicos de grandes e densos assentamentos sedentários pré-coloniais ocupados por longos períodos com produção cultural e tecnológica independente da região andina.

A Arqueologia foi, ela própria, um veículo do pensamento colonial, incorporando a ideia de que os povos indígenas eram incapazes de dominar a natureza. Neves (2022) ressalta que novos olhares sobre a história indígena amazônica podem nos ensinar a respeito de outras formas de viver em comunidade e lidar com a natureza. Como bem demonstra Pierre Clastres (2014, 2022), instituições caracterizadas por altos níveis de desigualdade social não se desenvolveram de forma natural na região, porque alguns povos teriam sido capazes de resistir à centralização de poder econômico e político, escapando ao “vício de servir”. A grande quantidade de recursos na floresta Amazônica teria criado condições para o estabelecimento da vida sedentária com diferenciação social, mas somente muitos anos depois das populações andinas e de forma muito diferente. Como explica Carlos Fausto,

O uso da categoria cacicado no contexto amazônico pode ser positivo, caso indique que algo diferente em escala, complexidade e integração existiu no passado. Devemos estar atentos, porém, para não interpretar as evidências em um molde tipológico, paradoxalmente nada complexo. Há vários modos de integração, regionalização e complexificação, e precisamos ampliar nossa imaginação sociológica para estudá-los, já que nem tudo no mundo foi feito à imagem da Europa (FAUSTO, 2000, p. 36).

Conclusões

Conforme a definição de Nenevé e Sampaio (2015), apenas partindo de uma compreensão de dentro da Amazônia é

que será feita uma reflexão e uma reimaginação da região, dos conceitos relacionados à mesma. Reimaginar de dentro significa ressignificar e repensar as definições e conceitos sobre o local.

A Arqueologia pode promover essa ressignificação. A Amazônia é um ambiente que tem sido modificado ao longo de milhares de anos e a Ecologia Histórica e a Arqueologia da Paisagem ajudam a entender a dinâmica dessa região, assim como o papel das populações indígenas nesse processo, pois a formação da chamada terra preta de índio, é resultado da prática de técnicas agrícolas das populações ancestrais. Os povos indígenas que habitaram essa região nos deixaram evidências que estão documentadas nos diferentes artefatos que são encontrados dentro dos sítios arqueológicos, como por exemplo, a cerâmica e o lítico (lascado ou polido). Já haviam também domesticado muitas espécies vegetais, criaram assentamentos de grande escala, por vezes conectados por estradas que eram decorados por grandes estruturas (os chamados geoglifos, valas com formas geométricas feitas no solo), contendo redes de comércio. A Arqueologia atual demonstra como a ideia da arqueóloga Betty Meggers – que citava os solos pobres, a alta temperatura e a umidade da Amazônia, como justificativa para a região nunca ter conseguido sustentar populações densas a longo prazo, por não ser suficientemente produtiva – estava permeada por preconceitos coloniais. Afinal a Amazônia sustentou uma densa população por milhares de anos, como bem demonstram as pesquisas arqueológicas mais recentes (NEVES, 2022).

Referências

BRAUDEL, F. **História e Ciências Sociais**. Lisboa: Presença, 1990.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o estado** – pesquisa de antropologia política. São Paulo: Cosac Naify, 2012 [1974].

CLASTRES, Pierre. **Arqueologia da violência**: pesquisas de antropologia política. 3ª ed. São Paulo: Cosac Naify, 2014 [1978].

DENEVAN, W. **The Pristine Myth: The Landscape of the Americas in 1492**. *Annals of the Association of American Geographers*, 82(3): 369-385. 1992.

FAUSTO, C. **Os Índios antes do Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

HILBERT, p. **Archäologische Untersuchungen am Mittlern Amazonas**. Berlin: Dietrich Reimer Verlag. 1968.

LATHRAP, D.; GEBHART-SAYER, A.; MESTER, A. “**The roots of the Shipibo art: three waves on Imiriacocho or there were Incas before the Incas**”. *Journal of Latin American Lore*, XI: 31-120. 1985.

LOPES, R. J. **Arqueólogo propõe nova visão sobre civilizações amazônicas** – Eduardo Góes Neves apresenta em livro a principal síntese em décadas da história pré-colombiana da Amazônia. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br>. Último acesso em: 04 de dez. de 2022.

MEGGERS, BETTY. **Lowland South America and the Antilles**. In: *Ancient South Americans*, Jesse Jennings, ed. San Francisco: W. H. Freeman. 1983.

MEGGERS, B.; DIAS, O.; MILLER, E.; PEROTA, C. **Implications of archaeological distributions in Amazonia**. *Proceedings of a Workshop on Neotropical Distribution Patterns*. P. Vanzolini & W. Heyer, eds. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Ciências. 1988.

MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MILLER, E. *et alli*. **Arqueologia nos empreendimentos hidrelétricos da Eletronorte**; resultados preliminares. Brasília: Eletronorte. 1992.

MYERS, T. ‘**Toward the reconstruction of prehistoric community patterns in the Amazon Basin**’, in D.Lathrap and J.Douglas (eds) *Variation in Anthropology*, Urbana: Illinois Archaeological Survey. 233–52. 1973.

NENEVÉ, M.; SAMPAIO, S. **Re-imaginar a Amazônia, descolonizar a escrita sobre a Região**. Edição, Cidade da editora: Editora, 2015.

NEVES, E. G. **Sob os tempos do equinócio**: oito mil anos de história na Amazônia Central (6.500 aC – 1.500 dC) (Tese de livre docência). Universidade de São Paulo, Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, SP, Brasil. 2012.

NOGUEIRA, M.; SAMPAIO, S. **Olhares literários sobre as Amazônias**: pós-colonialismo/decolonialismo, identidades e memórias no mar de águas doces. 2020.

PINTO, E.; SILVA, F. NEIDE, Gondim. **A invenção da Amazônia**, 2ª edição, Manaus: Editora Valer, 340 p., 2007. (Série: Memórias da Amazônia). 2016.

ROOSEVELT, A. **Resource management in Amazonia before the Conquest**. *Advances in Economic Botany* 7: 30-62. 1989.

WATLING, J.; ALMEIDA, F.; KATER, T.; ZUSE, S.; SHOCK, M. P., MONGELÓ, G.; NEVES, E. G. **Arqueobotânica de ocupações ceramistas na Cachoeira do Teotônio**. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 15(2), e20190075. doi: 10.1590/2178-2547-BGOELDI-2019-0075. 2020.



CONTINUIDADES E TRANSFORMAÇÕES NOS GRAFISMOS DAS CERÂMICAS ARQUEOLÓGICAS NO ALTO MADEIRA

Gegliane Neves da Silva¹

Rogério Sávio Link²

Silvana Zuse³

Introdução

A pesquisa das análises dos motivos e expressões decorativas nos tratamentos plásticos e crômicos das cerâmicas arqueológicas dos sítios Veneza e Santa Paula. Ambos os sítios arqueológicos estão localizados no alto Madeira nas cachoeiras Santo Antônio e Teotônio, respectivamente, no município de Porto Velho – Rondônia. Buscamos apresentar aqui os resultados preliminares do estudo da iconografia das cerâmicas associadas aos conjuntos tecnológicos Pocó-Açutuba e estilo regional Barrancoide, ambos associados a expansão de povos de matriz cultural Arawak na região. As ocupações dos portadores da cerâmica Pocó-Açutuba na região estão situadas entre 3.250 AP e 1400 AP, e da cerâmica Barrancoide entre 1.550 e 760 AP.

Os acabamentos ou tratamentos plásticos são aqueles que modificam tridimensionalmente as superfícies das vasilhas e de outros artefatos, através do arraste ou da pressão de instrumentos, ou ainda por preenchimento de pintura sobre a superfície das peças. Dentre eles, são recorrentes incisos, incisos e ponteados e apliques, combinados de várias formas. Esses tratamentos plásticos foram feitos predominantemente na parte superior da vasilha (boca ou borda), e, com mais frequência, na face externa. As linhas formam motivos em formas geométricas horizontais, verticais, oblíquas e retas ou circulares, muitas ve-

1. Bacharel em Arqueologia pela UNIR e Mestranda em História da Amazônia pelo Programa de Pós Graduação em História da Amazônia (PPGHAm/UNIR).

2. Doutor em História (UFRGS). Professor Adjunto do Departamento de História da Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

3. Doutora em Arqueologia pela USP. Professora do Departamento de Arqueologia da UNIR,

zes combinadas formando motivos triangulares, losangulares, quadrangulares, retangulares associadas ou não a ponteados e/ou pintura. Alguns motivos são figurativos, na forma de animais.

Para a análise foram separados os fragmentos cerâmicos com decorações plásticas e crômicas de tamanho suficiente para visualização dos motivos iconográficos. O estilo tecnológico da cerâmica do sítio Veneza foi anteriormente analisado na pesquisa de (ZUSE, 2014), que disponibilizou os dados para essa pesquisa, com foco no estilo visual. A cerâmica de duas áreas do sítio Santa Paula, denominadas Montículo I e Montículo II, foi anteriormente associada ao estilo regional Barrancoide (VENERE, 2019; BESPALÉZ et al., 2020) e a abordagem iconográfica, abordada nesse trabalho, é resultado de uma pesquisa monográfica (SILVA, 2017). Para a análise da iconografia cerâmica, foi fundamental a elaboração de uma ficha, dialogando com os métodos e técnicas empregados por outros pesquisadores na Amazônia, além da elaboração de decalques, desenhos e fotografias.

Objetivos

Este trabalho busca apresentar discussões preliminares a partir das análises dos grafismos indígenas realizadas no conjunto tecnológico cerâmico Pocó-Açutuba do sítio Veneza, em comparação e com a abordagem iconográfica de uma amostra do sítio Santa Paula, associada ao conjunto tecnológico cerâmico estilo regional Barrancoide, ambos associados a povos Arawak, localizados na cachoeira Santo Antônio e de Teotônio, respectivamente.

Metodologia

A amostra do Santa Paula é composta por 4.842 fragmentos na unidade do montículo I (M1) dentre esses 103 apresentam decorações plásticas: inciso, inciso e ponteados, modelado e aplique, características da tradição Barrancoide. Para as unidades do montículo II (M2) possui 11.390 fragmentos, desses 190 contém decorações plásticas Barrancoide. Foram analisados seus atributos (pasta, técnica de confecção, acabamento de superfície, decorações, forma da vasilha, queima e marca uso) e selecionados 9 fragmentos maiores do M1 e 11 fragmentos

maiores do M2 com boa visualização dos motivos para análise iconográfica (SILVA, 2017).

Em toda amostra de cerâmica do sítio Veneza (4703 fragmentos), 1137 são diagnósticos. Trinta e nove (39) vasilhas foram pintadas, 172 possuem tratamentos plásticos, com predominância de incisos e escovados (ZUSE, 2014, p. 238-240).

No caso do sítio Veneza, os fragmentos diagnósticos, triados em análises anteriores, foram distribuídos na bancada do laboratório, sendo selecionados as peças com tamanho suficiente para a descrição dos motivos. Para a análise dos grafismos, foram separados 19 fragmentos, desses associados a 5 vasilhas, já que alguns foram fixados ou associados a mesma vasilha, totalizando 9 amostras para a descrição detalhada, tendo em vista a alta fragmentação da cerâmica desse sítio.

Para a análise da iconografia cerâmica, elaboramos uma ficha dialogando com os métodos e técnicas empregados por outros pesquisadores na Amazonia. Na ficha, inicialmente é caracterizado o campo iconográfico: descrição do campo, localização, posição/distribuição e dimensões. O campo iconográfico constitui de elementos unitários que formam motivos aplicados na parte externa ou interna da cerâmica, delimitado por duas faixas e/ou linhas, ou ainda, muitas vezes estão relacionados com os limites formais das distintas morfologias dos vasos. Dentro de cada campo foram caracterizados os tratamentos plásticos e as pinturas, quando existentes. Para ambos foram analisadas: técnicas, expressões decorativas (elementos principais e outros), motivos (distribuição, encadeamento, repetição/ritmo, simetria, figuras reconhecíveis); gestos (descrição da ação, direção/sentido, continuidade, interrupções, intensidade, unidade/plasticidade); marcas do instrumento (a forma do instrumento) e conservação. Tal ficha, segue adaptada da primeira análise iconográfica da monografia já mencionada, considerando a maior diversidade de materiais e decorações analisados nessa pesquisa, seguindo alguns critérios utilizados por Oliveira (2016, p. 346-347).

As técnicas decorativas são aquelas que modificam tridimensionalmente as superfícies das vasilhas e de outros artefatos, através do arraste ou da pressão de instrumentos, ou ainda por preenchimento de pintura sobre a superfície das peças. As expressões decorativas são elementos unitários que compõe a decoração. Os motivos são aqueles combinados pelas decora-

ções plásticas e/ou pintura criando um efeito visual. Por gesto entende-se a ação, ou marca do movimento e/ou pressão que o instrumento utilizado deixa ao modificar a superfície da vasilha (LA SALVIA; BROCHADO, 1989; JÁCOME et. al., 2017; BARRETO et. al., 2016).

Resultados Alcançados

A Pocó-açutuba possui em sua característica principal a adição de pintura, recorrente nos lábios e/ou na borda, principalmente face externa da vasilha. Estas combinadas, às vezes, com incisões horizontais, perpendicular, quadrangular ou escalonadas. Dentre as pinturas recorrente está o vermelho, branca e vermelha e branca sobre vermelha. Com o desgaste não pudemos identificar motivos, mas é notório a ideia de faixas.

Entre os tratamentos plásticos, a técnicas identificadas são: incisos, apliques, modelados, serrungulados, raspadas. Dentre os incisos encontrados, estão linhas paralelas horizontais, verticais e perpendiculares, dupla incisa horizontal, círculos, zigue-zagues, angulares, quadrangulares, retangulares, excisão, entrecruzadas e, quando combinados, formam motivos triângulos, losangos, volutas escalonadas, ondas, olhos, narizes e/ou figuras zoomórficas, e um motivo conhecido na arqueologia como “escama de peixe”. As linhas finas possuem diâmetro de 3mm de largura com profundidade menor 1mm, entre as médias varia entre 3,5mm a 4 mm de largura com profundidade de 1mm. Das linhas largas seu diâmetro varia de 5 a 10mm com profundidade menor de 1mm. Essas decorações predominam na parte superior da vasilha e na face externa.

Diferente da cerâmica Barrancoide do Santa Paula, no Veneza ocorre baixa presença de ponteados. Apliques zoomorfos foram identificados associados a duas vasilhas, em deles em borda fragmentada. Outros apliques ou modelados formam uma vasilha zoomorfa, nas bordas ou flanges, ocorrem na forma de bicos ou partes quadrangulares, porém a fragmentação não permite avançar muito na descrição e interpretação.

Para os tratamentos plásticos da cerâmica estilo regional Barrancoide, são recorrentes os incisos, incisos e ponteados e aplicados combinados de diversas formas com predominância na parte superior da vasilha e na face externa. Dentre os motivos estão as linhas retas, horizontais, verticais e oblíquas, ou circulares, geralmente combinadas, às vezes formando mo-

tivos triangulares, quadrangulares, círculos associados ou não a ponteados, elaborados na vasilha ainda úmida. É recorrente a presença de linhas paralelas incisas, intercaladas com pontos, em zonas específicas das vasilhas. As linhas são finas e rasas, variando entre 1 e 3 mm de largura e profundidade, e os ponteados são circulares ou arrastados. Entre os apliques, destacam-se as esferas aplicadas, associadas a ponteados, alguns possivelmente representando zoomorfos.

Conclusões

Com os resultados preliminares da análise, buscamos estabelecer comparações entre os estilos visuais dos grafismos nas cerâmicas dos dois conjuntos tecnológicos, Pocó-Açutuba e Barrancoide, buscando identificar as mudanças e continuidades. Ambas as cerâmicas possuem as técnicas incisas, apliques e/ou modelados, acanalados. Ambas possuem incisões formando motivos geométricos losangulares, triangulares, quadrangulares, linhas paralelas verticais, perpendiculares esses motivos acontecem na borda, principalmente na face externa.

Na cerâmica Pocó-Açutuba possui técnicas não identificadas na Barrancoide, como serrungulados, raspada. A associação de incisões e pintura ocorre apenas na Pocó-Açutuba. Existe uma maior variação das linhas incisas combinadas entre si. Elas foram feitas de forma fina, média e larga com a pasta ainda úmida para secar. Os motivos, excisão, ondas, volutas escalonadas também são específicas dessa tradição. O modelado, especialmente nas bordas e flanges, também é recorrente nessa cerâmica. O próprio formato da boca das vasilhas e dos flanges labiais que as acompanham, formam movimento.

Na cerâmica Barrancoide também ocorrem particularidades, como as linhas incisas paralelas intercaladas com ponteados. As linhas incisas são mais finas e a pasta encontrava-se muito úmida no momento em que foram feitas.

Essas comparações iniciais permitiram identificar as continuidades e mudanças no estilo visual dos conjuntos. As técnicas são tradicionais e estão relacionadas a identidades culturais das populações que ocuparam o sítio. Portanto, podemos afirmar que as técnicas decorativas utilizadas nos dois conjuntos cerâmicos analisados possuem relação entre si, que pode ser explicada por ambos estarem associados, na Amazônia, a povos de matriz cultural Arawak. Além disso, também podemos

inferir que as especificidades das cerâmicas Pocó-Açutuba e Barrancoide ocorrem também em relação a outros estilos regionais identificados na Amazônia, associados a estas mesmas tradições, isso possibilita afirmar que os povos que produziram essas cerâmicas estavam vinculados em uma ampla rede de trocas e comércio na bacia Amazônica.

Referências

BARRETO, Cristiana. **Meios míticos de reprodução social: arte e estilo na cerâmica funerária da Amazônia antiga**. 2009. 234f. Tese (Doutorado em Arqueologia). Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

BARRETO, Cristiana; LIMA, Helena Pinto.; JAIMES BETANCOURT, Carla. **Cerâmicas arqueológicas na Amazônia: em busca de uma nova síntese**. Belém: MPEG, IPHAN, 2016.

BESPALEZ, Eduardo; ZUSE, Silvana; PESSOA, Cliverson; VENERE, Pedro Pedraza; SANTI, Juliana. Rossato. Arqueologia no sítio Santa Paula, alto Madeira, Porto Velho/RO, Brasil. **Boletim do museu paraense emílio goeldi. Ciências humanas**, v. 15, p. 1-22, 2020.

JÁCOME, Camila; CARVALHO, Adriano; PANACHUK, Lillian. Os gestos na decoração plástica de vasilhas Tupiguarani em Minas Gerais. (Org.): André Prous e Tania Andrade Lima. In: **Os ceramistas Tupiguarani**. Volume 2. 2ªed. Belo Horizonte: Graphar, 2017, v. 2, p. 37-56.

LA SALVIA, Fernando; BROCHADO, José Proença. **Cerâmica guarani**. Porto Alegre: Ed. Porsenato Arte e Cultura, (2ed), 1989.

LATHRAP, Donald Ward. **The Upper Amazon**. Ancient peoples and places. Vol. 70. Thames and Hudson, 1970.

LATHRAP, Donald Ward. **O Alto Amazonas**. Lisboa: Editorial Verbo, 1975.

OLIVEIRA, Erêndira. **Potes que encantam: Estilo e agência na cerâmica policroma da Amazônia central**. Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em Arqueologia, 2016.

OLIVEIRA, Erêndira; Nobre, Emerson; e Barreto, Cristiana. Arte, Arqueologia e agência na Amazônia. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, V15 N(3), p. 1-27 [159-167], 2020.

SILVA, Gegliane Neves. **Traços, pontos e modelados: análise iconográfica da cerâmica Barrancoide no sítio arqueológico Santa Paula – Porto Velho, Rondônia.** Monografia de Conclusão de Curso de Bacharelado em Arqueologia da Universidade Federal de Rondônia, 2017.

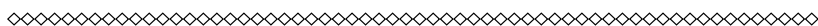
VENERE, Pedro pedraza. **Variabilidade artefactual cerâmica e processos de formação do montículo I do sítio Santa Paula – Porto Velho/RO.** Monografia de Conclusão de Curso de Bacharelado em Arqueologia da Universidade Federal de Rondônia, 2019.

ZUSE, Silvana. **Variabilidade cerâmica e diversidade cultural no Alto rio Madeira, Rondônia.** Tese de doutorado (apresentada no Museu de Arqueologia e Etnologia/ USP). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.



PATRIMÔNIO HISTÓRICO E DINÂMICAS SOCIOCULTURAIS: INDÍGENAS E QUILOMBOLAS NA COMUNIDADE DE ROLIM DE MOURA DO GUAPORÉ

Maria Gracineide Rodrigues Costa¹



Introdução

O presente estudo tem como objetivo pesquisar as dinâmicas socioculturais, patrimônio histórico das populações indígenas Wajuru e quilombolas localizada na comunidade de Rolim de Moura do Guaporé, distrito do município de Alta Floresta D'Oeste no estado de Rondônia, situado no médio Guaporé, terreno de uma pequena “ilha” de terra firme em meio ao Rio Mequéns, afluente do Rio Guaporé, no entorno do Parque Estadual de Corumbiara, divisa com a Bolívia.

Conta em sua formação com uma população multiétnica, constituída por quilombolas, indígenas de três etnias, (Wajuru, Sakirabiat e Guaraussê), ribeirinhos, bolivianos e outros no mesmo território. Sendo esta comunidade multicultural e com interesses diversos, surge a seguinte indagação: como é viver e conviver em um espaço multiétnicos, onde a cultura, a religião, o território, a educação parece ser algo conflitante entre os povos? Evocando Elias quando sustenta que:

[...] vida social dos seres humanos é repleta de contradições, tensões e explosões. O declínio alterna-se com a ascensão, a guerra com a paz, as crises com os surtos de crescimento. A vida dos seres humanos em comunidade certamente não é harmoniosa” (ELIAS, 1994, .p 18).

De fato, toda relação social é conflitante, não reconhecer essa argumentação como verdadeira seria perceber as relações sociais como una e homogênea, coisa que historicamente podemos comprovar que nunca foi, independentemente do tipo de sociedade o qual estamos nos referindo, elas são adversas.

1. Graduada em História pela UNIR e Mestranda em História da Amazônia pela Universidade Federal de Rondônia (PPGHAm-UNIR).

Assim as relações dos grupos étnicos que habitam esse espaço ora mencionado não diferem do pressuposto, uma vez que são inúmeras as divergências que muitas vezes se transforma em conflitos.

Esse território antagônico, gerou em nós uma inquietação quanto a investigação das relações culturais estabelecidas naquele espaço geográfico, uma proposta de entender a vivência, concepção das culturas enquanto repertório histórico, sua ancestralidade, afirmação da identidade, memória e conhecimentos tradicionais, enfim como são construídos os saberes dos grupos que o formam.

É nosso interesse também, entender os processos histórico de povoamento do lugarejo que aproximou indígenas e quilombolas e outras etnias na composição do território, desenhando com isso a historicidade do local seu modo de vida, religião, constituição dos grupos familiares local e por último como é o entrelaçamento dessas culturas internas e como as externas e suas influências.

É importante não ignorar o papel dinâmico e difuso da cultura, é perfeitamente possível a difusão de uma cultura com outra, tão importante quanto, tornando-se uma “nova cultura”, sem, no entanto, perder a sua e fazendo dela elemento de resistência. Para Cunha (2009, p. 312) “vários povos utilizam a “cultura” imposta com sucesso para fazer valer os seus direitos”, com base nessa afirmação, pensar e interpretar a cultura dos povos da comunidade de Rolim de Moura do Guaporé, é buscar meios para entender em que medida a cultura é incorporada como uma estratégia de resistência e sobrevivência, frente a realidade de conviverem com invasores de seus territórios, ausência de amparo de políticas públicas de enfrentamento dos problemas por parte dos poderes públicos locais.

Objetivos

Estudar, analisar e compreender a história e as dinâmicas socioculturais dos povos indígenas Wajuru e quilombolas que habitam a comunidade de Rolim de Moura do Guaporé, registrando os aspectos culturais, identificando e relacionando elementos do patrimônio histórico cultural, destacando o que é próprio de cada grupo étnico e o que de alguma forma se comunicam e se relacionam.

Metodologia

O presente estudo consiste em uma pesquisa descritiva e qualitativa, com base histórica e etnográfica, entendemos a importância do diálogo com outras ciências tais como Antropologia e Sociologia, uma vez que estamos trabalhando com grupos étnicos e cultural diferentes e que é diferenciado na sociedade brasileira, caminhamos na perspectiva da interdisciplinaridade, a História não linear e social.

Estudo dos referenciais teóricos e fontes escritas com revisão de bibliográfica sobre a temática. A atividade de estudo de referenciais teóricos se dará durante todo o percurso da pesquisa, de forma que subsidie as demais etapas, bem como fontes como: jornais eletrônicos, documentos administrativos, relatórios, mapas, documentos produzidos pela comunidade, dados disponíveis nas plataformas de informações digitais, visando estabelecer uma sistematização dos dados quanto os aspectos sociopolítico, econômico e cultural dos grupos étnicos mencionados e da comunidade em uma proposta de construção de um panorama geral.

Por fim entrevista com profundidade, de forma não estruturada, gravada, com indígenas da étnia Wajuru e com quilombolas, todos maiores de idade, sendo lideranças e não lideranças. Em virtude de nossa proposta em pesquisa participante, poderemos entrevistar interlocutores indicados por pessoas da comunidade, apontados através do contato ou em discussões informais, que elas entendam ser fundamental a participação.

Resultados Alcançados

Até aqui foi possível realizar a sistematização de dados e construção histórica da formação do território, aspecto sociopolítico e econômico e como indígenas Wajuru e quilombolas se constituirão no espaço denominado Rolim de Moura do Guaporé.

Conclusões

A pesquisa encontra-se na fase das entrevistas de campo, consideramos essa etapa fundamental para o nosso trabalho. Os relatos orais são importantes e indispensáveis fontes que dialogarão com as demais. A escuta dos relatos é a forma de registrarmos o que não se cristalizou nos documentos, en-

tendemos que os sujeitos da pesquisa tem muito a nos dizer e contribuir, uma vez que através dos diversos espaços que participam colaboram com a construção da memória individual, bem como como a coletiva dos grupos étnicos.

Espera-se com esse trabalho colaborar para um discussão sobre as múltiplas culturas existente na comunidade de Rolim de Moura do Guaporé, identificando elementos das culturas indígenas Wajuru e quilombolas, suas dinâmicas e seus elos relacional que se perpetuam e que se modificaram ao longo do tempo e suas divergências e convergências. Buscando com isso fazer uma releitura da formação histórica da comunidade e valorização do patrimônio histórico cultural indígena e quilombola.

Referências

BRASIL. **Portaria nº 02 de 17 de janeiro de 2006**. Certifica a Comunidade de Rolim de Moura doo Guaporé como remanescente de quilombo. Diário Oficial da União: nº 15, seção 01. Brasília. p.17. ISSN 1677-7042 .2006

CUNHA, Manuela Carneiro da. “Cultura” e cultura: conhecimentos tradicionais e direitos intelectuais. In: _____. **Cultura com aspas**. São Paulo: Cosac Naify, 2009. p. 311-373.

DIEGUES, A.C et al. (Org.). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. São Paulo: MMA-USP, 2000;

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, V. 1ª, 1994.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro, 1978.

GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. São Paulo, Marco Zero: 1994.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-modernidade: identidade em Questão**. Rio de Janeiro, DP&A. 1992.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 31ª edição, 1986.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: UNICAMP, 5ª edição, 2003.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – RO. 6ª Câmara. **Populações indígenas e comunidades tradicionais**. Protocolo de Consulta Prévia de Rolim de Moura do Guaporé. 2019.

TEIXEIRA, Marco Antônio, et al. **Afros & Amazônicos** – Estudos sobre o negro na Amazônia. Rondônia: EDUFRO. 2009.

TEIXEIRA, Marco Antônio. As famílias Wajuru negras de Porto Rolim de Moura do Guaporé. **Revista Labirinto**, Porto Velho, vol. 31, nº.1, p. 208-234. 2019.

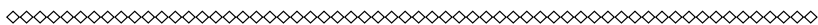
TEIXEIRA, Marco Antônio. **Quilombolas de Jesus** – Vale do Rio São Miguel do Guaporé/Rondônia. São Paulo: WB, 2010.



DIÁLOGOS INTERCULTURAIS: UMA ABORDAGEM EM PROJETO DE ENSINO NO IFAC

Leilaine Fonseca Ribeiro¹

Cristiane De Bortoli²



Introdução

Neste trabalho apresentamos parte do projeto de ensino desenvolvido no Instituto Federal do Acre (IFAC), Câmpus Tarauacá, que proporciona o diálogo entre os alunos indígenas e não indígenas que estudam nos cursos técnicos integrados ao ensino médio.

A proposta aborda lacunas que existem em instituições de ensino não indígenas no que se refere ao atendimento das especificidades de indígenas que ingressam nestas instituições e que não encontram espaço para viverem suas culturas e, muitas vezes, sofrem preconceitos.

A Constituição de 1988 possibilitou aos povos indígenas a manutenção de suas identidades culturais ao reconhecer, no artigo 231, “sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam” (BRASIL, 1988). Apesar de terem esse direito garantido em lei, a efetivação delas é um desafio que enfrentam em seus cotidianos, seja dentro ou fora de suas comunidades.

Para os povos indígenas, os ambientes de ensino podem proporcionar dupla função, pois ao mesmo tempo que possibilita que as novas gerações aprendam e se organizem na luta pelos próprios direitos, pode contribuir para o reconhecimento e valorização de suas culturas.

No entanto, para que isto ocorra fora de suas comunidades, é necessário que as instituições de ensino não indígenas se preparem para trabalhar com as questões indígenas e com os alunos indígenas e suas especificidades. Esse desafio é cons-

1. Mestranda PPGLI/UFAC.

2. Doutoranda PPGLI/UFAC.

tante no IFAC – Câmpus Tarauacá por estar em um município que é envolto de terras indígenas e que tem uma população indígena expressiva, principalmente do Povo Yawanawa e do Povo Huni Kuin.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais nos chama atenção sobre os desafios da Pluralidade Cultural no ambiente escolar ao afirmar que:

O grande desafio da escola é reconhecer a diversidade como parte inseparável da identidade nacional e dar a conhecer a riqueza representada por essa diversidade etnocultural que compõe o patrimônio sociocultural brasileiro, investindo na superação de qualquer tipo de discriminação e valorizando a trajetória particular dos grupos que compõem a sociedade (BRASIL, 1998).

Assim, entendendo a instituição escola como espaço plural que recebe indivíduos dos mais variados contextos culturais, socioeconômicos e ideológicos, através do projeto de ensino “Diálogos interculturais: entre saberes e ressignificações na (re)construção de conhecimentos” buscamos oportunizar momentos em que os alunos indígenas pudessem protagonizar as discussões nas quais são atores ao colocar em diálogo pensamentos e visões de mundos distintos que fazem parte dos contextos sociais da comunidade acadêmica do IFAC câmpus Tarauacá.

Objetivos

O trabalho visa estimular reflexões acerca de questões relacionadas à temática indígena junto aos alunos dos cursos do IFAC – Câmpus Tarauacá, a partir do olhar e demanda dos alunos indígenas.

Além de possibilitar espaços de diálogos que favoreçam a troca de saberes interculturais, de forma a valorizar as culturas indígenas, a proposta busca proporcionar o protagonismo dos alunos indígenas na condução das ações, bem como a participação de seus parentes que trazem suas formas de pensar sob outras perspectivas.

Metodologia

Para a construção e execução do projeto, contamos com a participação de três alunos do povo Yawanawá, os quais

atuaram direcionando os assuntos que consideram pertinentes serem trabalhados a partir de suas experiências enquanto discentes indígenas em contexto de instituição de ensino não indígena. Suas trajetórias nos indicaram problematizações que deveriam ser feitas, tais como diversidade, preconceito e valorização de elementos culturais indígenas, ou seja, partimos dos anseios já apresentados por eles.

Com relação aos alunos não indígenas, propusemos que fizessem perguntas ou observações acerca dos povos indígenas. Estas questões foram respondidas nas rodas de conversas realizadas em dois momentos, sendo o primeiro com os alunos dos primeiros anos e posteriormente com os alunos dos segundos e terceiros anos. No hall de entrada do auditório do Campus, foi realizada uma exposição de artesanatos e imagens de elementos considerados importantes para ilustrar aspectos culturais e identitários do povo Yawanawá.

Músicas e danças do povo Yawanawá também foram apresentadas ao vivo para comunidade acadêmica do campus.

Resultados Alcançados

A partir das rodas de conversas, muitos estereótipos que reforçam preconceitos e inferiorizam os povos indígenas começaram a ser desconstruídos. Percebemos que muitos julgamentos são feitos por desconhecimento e este espaço de diálogo oportunizou o esclarecimento de dúvidas de forma descontraída, sem constrangimentos que às vezes acontecem até mesmo em conversas informais.

O protagonismo dos alunos indígenas na condução das atividades favoreceu o uso do ambiente escolar como um espaço de transformação e construção e conhecimentos, como um instrumento de acesso a saberes científicos que ajudam na preservação cultural e na luta por melhorias e garantias de seus direitos, tal como explica Baniwa (2006):

Diante das necessidades de um mundo cada vez mais globalizado, os índios julgam que a educação escolar, quando apropriada por eles e direcionada para atender às suas necessidades atuais, pode ser um instrumento de fortalecimento das culturas e das identidades indígenas e um possível canal de conquista da desejada cidadania, entendida como direito de acesso aos bens e aos valores

materiais e imateriais do mundo moderno. (BANIWA, 2006, p. 129)

A transformação do olhar dos alunos não indígenas sobre os assuntos que foram abordados foi constatada através de relatórios que eles produziram e que expressaram a importância desses diálogos interculturais. Candau (2003) explica como a interculturalidade promove relações dialógicas e igualitárias entre sujeitos que vivem em diferentes contextos culturais, de forma a dirimir desacordos sem ignorar as relações de poder que existem nas relações sociais e “reconhece e assume os conflitos procurando as estratégias mais adequadas para enfrentá-los.” (CANDAU, 2003, p. 148)

Nesse sentido, a escola revela-se como espaço para o reconhecimento da diversidade e quebra de preconceitos, muitas vezes mantidos pelo próprio sistema que não está preparado para assumir os conflitos interculturais que estão presentes na escola justamente por causa da variedade de seu público.

Conclusões

Para além dos avanços nas discussões e implementações de leis que reconhecem a identidade e autonomia indígena, com relação à educação, várias questões ainda precisam ser superadas, principalmente no tocante a interculturalidade e a presença de alunos indígenas em escolas urbanas.

As atividades desenvolvidas serviram como um laboratório para experimentarmos novas possibilidades de construção de conhecimentos sob outras epistemologias. De acordo com Krenak (2019), precisamos de ideias para adiar o fim do mundo, precisamos questionar a humanidade e proporcionar espaços de reflexão que nos coloque diante de novos pensamentos, de novas perspectivas e óticas do mundo, criando e modificando nossas subjetividades e as de nossos alunos.

Referências

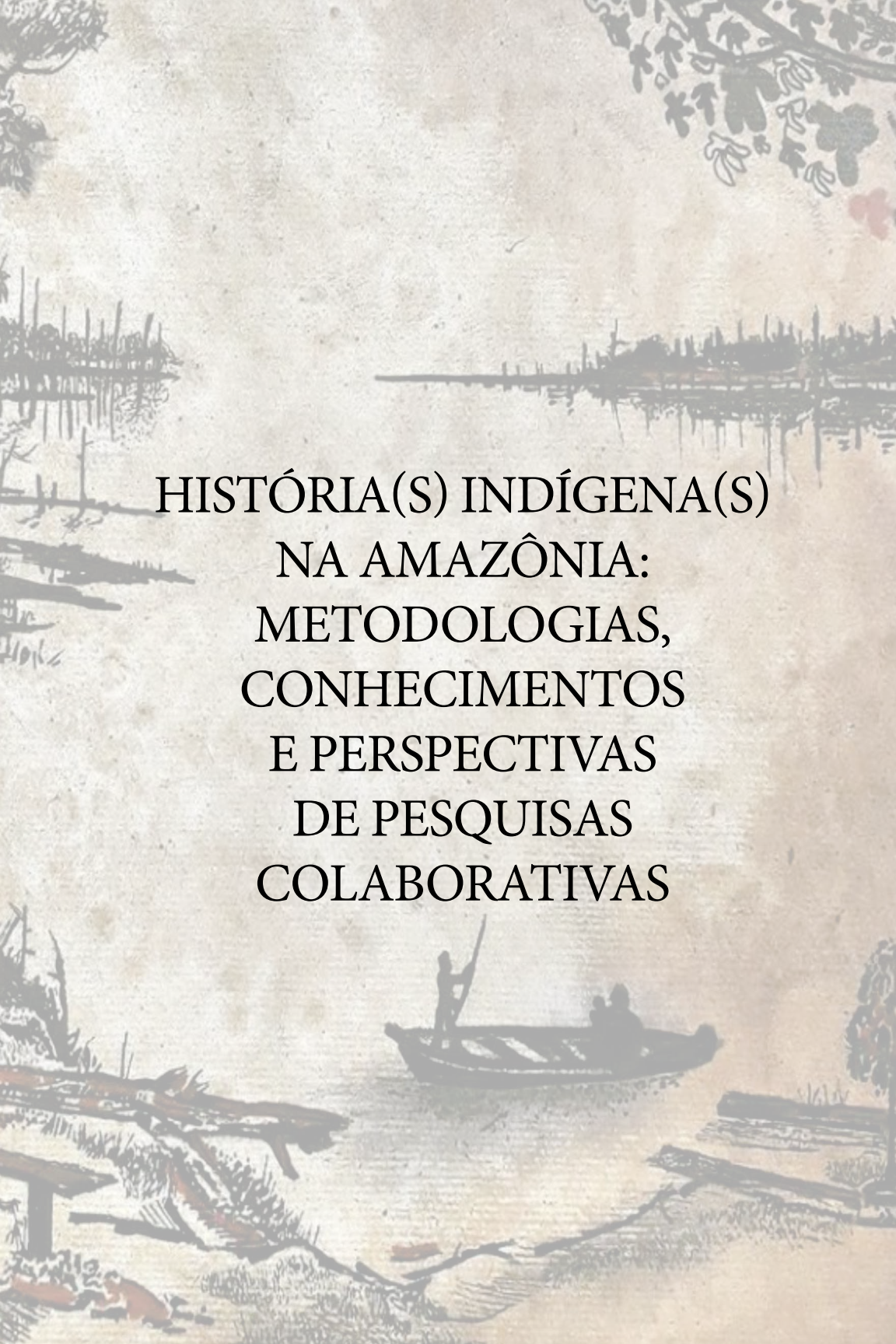
BANIWA, Gersem dos Santos Luciano. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: MEC/SECAD; LACED/Museu Nacional, 2006. 233p. (Coleção Educação Para Todos. Série “Vias dos Saberes n. 1).

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 25 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Ética e Pluralidade Cultural, 1998.

CANDAU, Vera Maria. Didática e Interculturalismo: uma aproximação. In: LISITA, V.M.S. de S. e SOUSA, L.F.E.C.P. **Políticas Educacionais, práticas escolares e alternativas de inclusão escolar**. Rio de Janeiro. DP&A, 2003

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

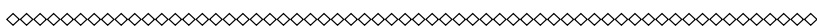


HISTÓRIA(S) INDÍGENA(S)
NA AMAZÔNIA:
METODOLOGIAS,
CONHECIMENTOS
E PERSPECTIVAS
DE PESQUISAS
COLABORATIVAS



A RELAÇÃO DO POVO ORO WARI COM A CASTANHA E O SURGIMENTO DA SUA HISTÓRIA

Marciana Cassupá Oro Mon¹



Introdução

O presente trabalho envolve a relação do Povo Oro Wari com a castanha e o surgimento de sua história. Esta pesquisa está sendo realizada nas aldeias Winain Tain e Sagarana, as duas localizadas no interior da Terra Indígena Sagarana, margem direita do rio Guaporé, no município de Guajará- Mirim – RO. Somos falantes da língua Txapakura, meu nome é Marciana Cassupá Oro Mon, nasci e cresci na aldeia Sagarana, mas, atualmente, minha família mora na aldeia Winain Tain próximo ao distrito de Surpresa. Neste trabalho iremos conhecer o surgimento da Castanha, sua história, os motivos para ela ser tão alta, o cuidado que temos que ter ao colher e o que é preciso fazer para que ela não caia em cima de nós. E também o quanto ela é importante para nós e os benefícios que ela tem para nossa saúde e para os animais. Para conhecermos a história teremos que ouvir a narrativa do Makayo, uma longa história, espero que todos viagem em um mundo de imaginação. Esta pesquisa compõem o Programa de Bolsas de Extensão e Cultura (PIBEC), Departamento de Educação Intercultural (DEINTER) da Universidade Federal de Rondônia, bem como está vinculada a pesquisa Histórias às margens: geografias políticas mundiais e fronteiras territoriais indígenas entre Andes e Amazônia no período (pré)colonial e suas repercussões contemporâneas (CNPq, UFSC, UNIR, UFPB).

Objetivo

O objetivo deste trabalho é apresentar a história do Makayo e como surgiu a Castanha entre o meu povo. Objetivamos também registrar os alimentos que eram feitos antiga-

1. Bolsista Programa de Bolsas de Extensão e Cultura (PIBEC 2022/2023), Acadêmico de Educação Intercultural (DEINTER), Universidade Federal de Rondônia (UNIR Campus de Ji- Paraná).

mente na terra tradicional e também como eles armazenavam a castanha. Compreender o respeito que tinham ao colher suas frutas e os benefícios que ela tem para nossa saúde e também ensinar as nossas crianças esses conhecimentos.

Metodologia

A pesquisa está sendo realizada na Terra Indígena Sagarana. Na aldeia Winain Tain foi feita entrevistas com o sagedor Harein Winain Tain Oro Mon e Pakao' Oro Mon, juntamente com a contribuição de seu filho Co Um'. Na aldeia Sagarana tivemos a participação da professora Marcelina Oro Waram Xiyein. Estamos trabalhando com entrevistas temáticas, a partir da compreensão da relação entre o meu povo e a planta castanheira, para realizar a pesquisa estamos usando os seguintes equipamentos: gravação das entrevistas (áudio celular), vídeos (celular), anotações em caderno. Os anciões e anciãs que estão participando apoiaram a autora neste maravilhoso trabalho para que fique registrado para que nossas crianças e jovens possam ter acesso os conhecimentos riquíssimos do nosso povo.

Resultado alcançado

Contam nossos avós que existia um homem chamado Makayo que era casado com uma moça chamada Xi' e com sua mãe chamada Paxam'. Makayo era um homem, mas dizem que ele também tinha aparência de um sapo que dormia no chão. Certo dia os homens da aldeia fizeram armadilhas (cofos) para pegar peixe, quando ficou pronto eles colocaram na água. Pela manhã, bem cedo, vinham os Oro me', dizem que eles moravam no outro lado do rio, e eles tinham asas e vinham assoviado: Ho,ho,ho ...!!! Sua mãe o acordava: – Makayo, Makayo acorda, os Oro me' já estão indo buscar os peixes, eles vão pegar seu peixe! Ele acordava se espreguiçando: Omm, Omm. É logo em seguida pegava o paneiro e ia atrás, buscar peixe. Assim que o Makayo saía a Paxam' dizia para sua nora: – Você fica aqui em casa, vou buscar Oroyat (gongo). Xi' responde: – Tá bem, eu fico, não vou sair. Mas antes de sair a velha deixava água para que ela não saísse e também pegava cinzas e jogava ao redor da casa para ver se ela ia sair ou alguém poderia entrar. Então ela ia embora para o mato atrás de Oroyat (gongo). Logo em seguida chegava um rapaz que era o amante da moça e ficava com ela. Mas ele tinha seus truques de como entrar na

casa e sair sem deixar rastros. Assim que estivesse perto do horário da velha chegar ele ia embora. Poucos minutos depois a velha chegava trazendo muitos oroyat (gongo). Perguntava se ela saiu e a moça dizia que não, então ela olha a moça pelo corpo todo e como não encontra nada ela fica convencida. Diz para ela assar os oroyat e assim que ficava pronto elas comiam e não deixavam para Makayo. Pela tarde os Oro me' passavam, logo depois o Makayo também chegava trazendo muitos peixes. Então elas davam comida e chicha para ele – dizem que ele comia muito. Então elas também preparavam o peixe para comerem. E assim passou-se meses e anos e os acontecimentos iam se repetindo. Um certo dia a moça ficou grávida, mas dizem que era do seu amante porque os casamentos eram arranjados, antigamente as pessoas eram obrigadas a se casarem mesmo sem amor. Então a barriga da moça estava crescendo! Aí a mãe do Makayo resolveu matar ele. Ela fez chicha, mas não deixou ficar bem cozida e disse para a esposa dele: – Essa chicha é especialmente para Makayo! Quando ele chegar você dá para ele beber. A esposa concordou. Mas ela também fez a chicha separada para elas tomarem. E assim aconteceu, quando ele chegou da pescaria deram a chicha envenenada para ele beber. Quando foi a noite ele morreu. Pela manhã, como sempre, os Oro me' passaram para buscar peixe. Então sua mãe o chamou: Makayo, Makayo acorda, os Oro me' já estão indo buscar peixes, eles vão pegar todos seus peixes. Ela pegava talo de tucumã e batia nele, chamando-o, mas ele não respondeu pois estava morto! Ela então chorou! Após a morte do Makayo a criança nasceu! Era um belo menino. Um certo dia a velha pergunta para moça se ela não quer ir ao mato para fazer suas necessidades. Ela responde que não, mas a velha insistia, mesmo assim ela dizia não. Então, a velha ficou falando em pensamento, desejando que ela fosse para ficar sozinha com o menino. Até que a mulher resolveu ir fazer suas necessidades. Ela disse para velha: – Vê se não faz nenhum mal para o meu filho! Toma conta dele direito. Então ela foi ao mato, quando estava lá, ouviu os gritos e choro desesperado do seu filho. Ela disse: – Bem, essa velha fez mal para o meu filho! Ela saiu correndo, quando chegar na casa e pegou o seu filho, a velha disse: – Foi um aramru u' (marimbondo) que ferrou ele! A criança chorava, a mãe tentava acalmar, foi aí que ela viu a moleira furada... – Você furou a moleira do meu filho, ela falou! E nos seus braços a criança morreu. Ela chorou muito, os parentes chegaram e com muita raiva da velha eles iam ma-

tá-la. Mas quando eles levantavam os arcos ou iam flechar a velha, eles não conseguiam porque a velha era como uma bruxa. Seus arcos e flechas ficavam, pois não atingiam ela. E assim ela voou e virou Pica Pau (Paxam'). Os avós disseram: – Vamos enterrar o nosso neto. E assim fizeram! Passou-se algum tempo e em cima do local onde foi enterrado, nasceu uma planta que eles não tinham conhecimento. Mas os parentes falaram que era o neto deles que estava nascendo. Essa planta nasceu e cresceu e passou um pouco da cama que eles faziam (tapit), e parou de crescer, logo floresceu e deu muito frutos, todos admiravam. Um dia a família disse: – Vamos ver o nosso neto se já está maduro. Tiraram o ouriço com a mão, pois era bem baixo e partiram, mas ainda não estava maduro e foram embora. Passou um tempo eles disseram: – Vamos ver de novo. Agora já estava maduro! Então eles começaram a comer na sua alimentação. Mas, certo dia, um homem foi tirar e sem querer ele acabou derrubando o ouriço, que caiu e bateu na beira da cama (tapit) e depois no chão. Neste exato momento a árvore cresceu rapidamente até as nuvens. Então a mãe e os parentes começaram a gritar pra ele descer. Ele obedeceu e desceu, desceu e depois parava. Então eles continuavam a chamá-lo para descer mais. Então ele desceu mais um pouco, desceu, desceu, desceu até chegar em uma altura, onde só tinham árvores altas ele parou. E não quis mais descer, então ele disse: – Vou ficar nesta altura, em mim vai crescer muito cipó e muitos de vocês irão subir em mim para tirar meus frutos e também irão cair, essa planta vai nascer e crescer muita pelas matas e dará frutos Tokwe Castanha e servirá como alimento. Assim termina a história do Makayo e o surgimento da castanha no povo Oro Wari. Essa é a castanha do Pará como os brancos a chamam. A nossa relação com as castanheiras é de respeito, ao colher nós assoviamos pois é uma forma de nos proteger para ela não cair em nossas cabeças. É como um ritual, eu aprendi com meus avós que são anciões, eu creio que outras pessoas também tiveram esses ensinamentos. Também tive os ensinamentos de comer tukuim' (tipo de gongo), pois ele protege nossos dentes para que não sentirmos dor de dente. Desde antigamente os nossos avós sempre preservaram a castanheira para tirar seu fruto eles subiam no cipó. Como diz a história era através do cipó que o povo iria subir para tirar os frutos, e eles usavam muito para fazer sua comida e bebida tradicional. Hoje em dia colhemos a castanha para nosso consumo e também para vender e aprendemos a fazer muitos alimentos com a castanha

como tirar o leite, fazer o doce, entre outras coisas. Sabemos que a castanha é uma fruta tradicional do meu povo e também de outros povos.

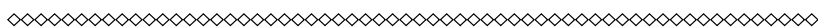
Conclusão

Neste trabalho abordei o surgimento da castanheira. Através desse trabalho estamos sistematizando informações sobre a importância que ela tem em nossas vidas, os alimentos que os nossos avós faziam antigamente na terra tradicional, que nos dias atuais não consumimos mais, pois com a mudança territorial muitas plantas que existem no território tradicional não são encontradas no meio ambiente da TI Sagarana. A partir desse registro muitas crianças e pessoas irão conhecer quais são esses alimentos e a importância da castanheira para o povo Oro Wari, fortalecendo assim a nossa cultura e a valorização da floresta.



CURRÍCULO INTERCULTURAL: UM OLHAR PARA O ESTUDO DA HISTÓRIA E DAS CULTURAS INDÍGENAS EM ESCOLAS DE JI-PARANÁ

*Valéria Rocha dos Santos¹
Lidiani Brilhante da Silva²*



Introdução

O Grupo de Pesquisa em Educação na Amazônia (GPEA) na Linha de Pesquisa Antropologia Etnopedagógica e Currículo, institucionalizado na Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR) promoveu junto ao Programa Institucional de Bolsas e Trabalho Voluntário de Iniciação Científica (PIBIC), no âmbito do “Projeto Karo e Ikolen: Histórias e culturas indígenas na perspectiva da Lei 11.645/2008” e “Investigações pós-coloniais: a pesquisa-ação como ferramenta para o estudo da História e Culturas Indígenas na Amazônia” estudos a respeito da implementação da Lei 11.645/2008. O presente trabalho é um resumo acerca da discussão que decorre nas páginas de um artigo a ser publicado.

Objetivos

O objetivo foi analisar os estudos sobre a História e as culturas indígenas no currículo escolar público de Ji-Paraná, no estado de Rondônia, nos ciclos do PIBIC 2013-2014 através dos Relatórios Finais, bem como suas repercussões: que materiais derivaram destas investigações? A expectativa é localizar a partir dos currículos Lattes das equipes pesquisadoras que estiveram presentes durante os dois ciclos, um conjunto de publicações que expressem as repercussões dos Projetos: resumos, trabalhos completos, artigos, Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), dissertações de mestrado, por exemplo, que traduzam a produção do conhecimento na Educação Intercultural da Amazônia. Para o referencial teórico conta com as contribuições de Walsh (2009), Bergamaschi e Gomes (2012) e Neves (2013) que

-
1. Mestranda da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR).
 2. Mestranda da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

discutem o currículo intercultural, a desconstrução do ser subalterno, interculturalidade crítica, além de documentos oficiais (BRASIL, 2008). O processo de coleta de dados envolveu a realização de entrevistas narrativas e a análise documental (BOGDAN; BIKLEN, 1994) referentes aos produtos publicados sobre o tema no âmbito do Grupo de Pesquisa em Educação na Amazônia (GPEA).

Metodologia

A escrita considerou a pesquisa documental, um recurso metodológico que “[...] vale-se de materiais que não [receberam] ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa [...]” (GIL, 2008, p. 50).

Resultados Alcançados

No ciclo 2013-2014, do Programa Institucional de Bolsas e Trabalho Voluntário de Iniciação Científica (PIBIC), foi aprovado o Projeto de Pesquisa: “História e cultura indígena como conteúdos de aprendizagem: como anda a implementação da Lei 11.645/2008 nas escolas públicas da Amazônia?”, vinculado à Linha de Pesquisa Antropologia Etnopedagógica e Currículo do Grupo de Pesquisa em Educação na Educação na Amazônia (GPEA), ressaltamos que este ciclo foi o primeiro na perspectiva da Lei 11.645/2008.

A finalidade foi verificar os estudos produzidos pelo Grupo de Pesquisa em Educação na Amazônia (GPEA) referentes à Lei 11.645/2008, conforme quadro 1, a qual estabelece a inserção da História e Cultura dos Povos Indígenas nos currículos das instituições de ensino. Foi possível verificar que desde 2013 o Grupo de Pesquisa em Educação na Amazônia (GPEA) a partir de um coletivo de pesquisadores e pesquisadoras no âmbito da iniciação científica, de produção de monografias de graduação até as dissertações de mestrado, promovem discussão a respeito dos estudos sobre a História e as Culturas indígenas na perspectiva da Lei 11.645/2008.

Quadro 1 – *História e cultura indígena como conteúdos de aprendizagem: como anda a implementação da Lei 11.645/2008 nas escolas públicas da Amazônia? Ciclo 2013-2014.*

	Título	Autoria	Tipo	Ano	Local de Publicação
01	Currículo Intercultural: o processo de aplicação da Lei 11.645/2008 nas escolas públicas da Amazônia	Neves	Artigo	2013	Revistas Partes
02	História e cultura indígena na escola antes da Lei 11.645/2008. O que revela a prática pedagógica?	Dantas, Neves	Resumo	2014	Revista Pesquisa & Criação Anais do XXIII 2013/2014
03	Lei 11645/2008: o ensino da história e da cultura indígena evidenciado na prática pedagógica nas escolas públicas de Ji-Paraná, na perspectiva de um currículo intercultural.	Silva, Neves	Resumo	2014	Revista Pesquisa & Criação Anais do XXIII 2013/2014
04	História e cultura indígena como conteúdos de aprendizagem: está realmente sendo efetivada a lei 11.645/2008 no âmbito escolar?	Kuzma, Neves	Resumo	2014	Revista Pesquisa & Criação Anais do XXIII 2013/2014
05	Investigando as evidências e ausências da lei 11.645/2008 nas práticas pedagógicas em escolas de Ji-Paraná-RO	Silva	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	2014	DCHS/UNIR Ji-Paraná/RO
06	História e cultura indígena na escola: a prática pedagógica antes e depois da Lei 11.645/2008	Dantas	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	2015	DCHS/UNIR Ji-Paraná/RO
07	A Lei 11.645/2008 e os Povos Indígenas: Possibilidade de um Currículo Intercultural Escolar na floresta.	Silva, Neves, Dias	Artigo	2016	Revista Partes
08	Diálogo com professoras: investigando os des/conhecimentos dos conteúdos exigidos pela Lei 11.645/2008 na perspectiva indígena.	Silva, Neves	Artigo	2016	Revista Partes
09	Na trilha dos Urupá: estudos de Antropologia Etnopedagógica	Neves	Artigo	2016	Revista Tellus

10	As contribuições das teorias culturais para a prática de um currículo intercultural: a Lei 11.645/2008 e o ensino da história e cultura indígena através do uso das tecnologias.	Silva	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – Especialização Lato Sensu	2016	Faculdade Educacional da Lapa
11	Evidências e ausências da Lei n.º 11.645/2008 (história e culturas indígenas) em escolas da rede pública de Ji-Paraná.	Silva	Dissertação de Mestrado	2018	Universidade Federal de Mato Grosso

Fonte: Grupo de Pesquisa em Educação na Amazônia (GPEA).

De forma geral, os resultados obtidos durante o ciclo 2013-2014 do PIBIC, consideram a necessidade premente das secretarias – municipal e estadual, bem como instituições de educação superior que atuam nas licenciaturas cumprirem a Lei 11.645/2008 e assim promoverem processos de formação inicial e continuada para a docência de Ji-Paraná. A demanda por formação continuada deve envolver além dos (as) professores (as), também os (as) gestores (as), enfim, todos (as) que constroem o ambiente escolar conforme orienta a referida Lei.

Conclusões

Analizamos três Relatórios Finais resultado do Ciclo do PIBIC 2013-2014 e foi possível compreender que a investigação sobre a História e as culturas indígenas no currículo escolar público de Ji-Paraná-RO tem se evidenciado de forma pontual através do livro didático, possivelmente em função das exigências do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). A partir da investigação também foi possível perceber que a Lei 11.645/2008 ainda não está sendo cumprida conforme a mesma estabelece e que se faz importante as lideranças indígenas cobrarem dos órgãos de fiscalização e secretarias de ensino a inserção correta da Lei, garantindo que os Povos Indígenas da região amazônica tenham direito de falas dentro da construção curricular das instituições de ensino.

Referências

BERGAMASCHI, Maria Aparecida; GOMES, Luana Barth. **A temática indígena na escola: ensaios de educação intercultural.** Currículo sem Fronteiras, 1994.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em Educação**: fundamentos, métodos e técnicas. In: *Investigação qualitativa em educação*. Portugal: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural, [...]. Brasília: MEC/SEF, 1997. BRASIL. Lei nº. 11.645/2008. **Inclusão no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 15 nov. 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. – São Paulo: Atlas, 2008.

NEVES, Josélia Gomes. **Currículo intercultural**: o processo de aplicação da Lei 11.645/2008 nas escolas públicas da Amazônia. In: *Revista Partes*, V. 15, São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www.partes.com.br> Acesso em: 21 dez. 2018.

WALSH, Catherine. **Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial**: in-surgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, Vera Maria (Org.). *Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.

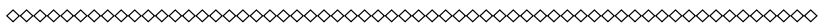


DESTERRITORIALIDADE E RESISTÊNCIA DAS ETNIAS CINTA LARGA E RIKBAKTA NA IMPLANTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JUÍNA

*Diego Roque Evangelista¹
Julien Marius Reis Thevenin²*

Resumo: Este trabalho pretende compreender as vicissitudes ocorridas com os povos indígenas na implantação do município de Juína, analisando a luta por direitos civis, como o de usufruto da sua terra, ao direito de expressar sua religião, ao direito de ir e vir e o de ser indígena, ou seja, a sua busca por dignidade. Vale ressaltar a importância desses povos na composição populacional do município de Juína. Portanto, foi observado um grande processo de apagamento da identidade cultural dos povos indígenas já citados, principalmente no que diz respeito a religião, mesmo assim as comunidades ainda resistem as investidas do não indígena buscando preservar aquilo que é mais significativo. A pesquisa foi possível através do método bibliográfico, a partir da análise bibliográfica da produção intelectual dessas etnias disponível em periódicos, livros e sites de pesquisa.

Palavras-chave: Juína; Rikbakta; Cinta Larga; Desterritorialidade; Resistência.



Introdução

O município de Juína no Noroeste do Estado de Mato Grosso é marcado por alguns conflitos entre indígenas e não indígenas devido a questões territoriais mal resolvidas no momento de exploração e emancipação do município que ocorreu em meados da década de 1970. O histórico da colonização não somente do noroeste mato-grossense, mas em grande parte da Amazônia é marcada por desumanidades contra os indígenas, vale lembrar que esse evento e de muitos outros não noticiados continuam sem punição.

1. Mestrando em Geografia/UNIR – Universidade Federal de Rondônia. Licenciado e Geografia pela AJES – Faculdades do Vale do Juruena.

2. Doutor em Geografia, pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Pós-doutor pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Professor da Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

O projeto de colonização foi acompanhado pela SUDECO – Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste e a Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso – CODEMAT. A primeira sediada em Brasília e a última em Cuiabá e Vilhena. Diversos problemas acompanharam a implantação desse projeto desde a falta de infraestrutura para que os colonos chegassem até suas terras, até a falta de um mínimo de condições de vida a esta população, mas o que pesou mais para a história dessa região foram os conflitos com os povos indígenas que, segundo o as informações que eram veiculadas, não existiam na região.

Juína é conhecida por possuir um gigante patrimônio cultural indígena presente em sua história como também no cotidiano. A presença desses povos em perímetro urbano é constante, eles estão matriculados em escolas, frequentam postos de saúde e hospitais, estão nos supermercados e em todos os ambientes, então é uma cidade com muitas características culturais de povos indígenas da Amazônia. O Noroeste de Mato Grosso possui mais de 7 etnias, mas no município especificamente são três: os Rikbaktsa, Cinta Larga (envolvidos no massacre do Paralelo 11) e os Enawenê-Nawê (FERREIRA, 1994).

Vale destacar que, nas etnias Cinta Larga e Rikbatsá existe uma constante presença do cristianismo causada por um devotado processo de proselitismo. Os Rikbatsá, em sua maioria, adotaram a religião cristã abandonando as suas práticas tradicionais de apelo ao sagrado tais como: o culto aos seus ancestrais, aos elementos da natureza e o uso dos conhecimentos dos pajés.

Diante desse contexto o presente artigo objetiva compreender o papel dos povos indígenas na implantação do município de Juína, analisando a luta por direitos civis, como o de usufruto da sua terra, ao direito de expressar sua religião, ao direito de ir e vir e o de ser indígena, ou seja, a sua busca por dignidade. Esse estudo se pauta na análise das participações históricas de duas etnias presente no território deste município. Para alcançar o objetivo proposto utilizou-se o procedimento da pesquisa bibliográfica e documental que consiste na busca e análise de material acadêmico e documental dentro da abordagem que estabelece o objeto da pesquisa tal qual: artigos, dissertações, teses, relatórios, legislação, acervos fotográficos e outros materiais existentes sobre as populações tradicionais do Noroeste de Mato Grosso, focando nos Cinta Largas e Rikbatsá.

A cultura, a religiosidade e a terra são muito importantes para os povos indígenas, então pesquisas como essa reforçam e aprofundam conhecimentos que possam colaborar com a luta pela dignidade dos povos nativos, donos da terra que hoje está estabelecido o município de Juína.

Juína e seu projeto de implantação

Localizado no noroeste de Mato Grosso, Juína está a aproximadamente 748,9 quilômetros de Cuiabá, capital administrativa do estado. Possui divisas com os municípios de Castanheira e Aripuanã ao norte, Campo Novo dos Parecis e Comodoro ao sul, Vilhena a oeste e a leste o município de Brasnorte. O município também está dentro do Vale do Rio Juruena um dos afluentes do Tapajós.

Hoje é conhecida como a “Rainha da Floresta”, devido à presença constante da Floresta Amazônica em nosso horizonte, além do caráter histórico e mitológico do nome Juína. De acordo com Ferreira (2001), é originalmente um nome indígena, “[...] da etnia Pareci, de grafia “zui-uína”, que significa – Rio do gavião. Também há a possibilidade de originar da etnia Cinta Larga “ju-hi-iña” (Ferreira, 2001.p.416).

Pertence ao bioma amazônico, por possuir matas densas, relevo irregular e com árvores de ampla cobertura. O Clima é predominantemente equatorial com duas estações muito bem definidas sendo elas: seca e chuvosa, a primeira é marcada pelo período que compreende entre os meses de maio a setembro, já a última tem como características as chuvas constantes marcadas até por dias de chuva seguidas (FERREIRA, 2001).

Por pertencer ao bioma amazônico a região possuía diversas espécies arbóreas com um alto valor para o mercado madeireiro, sendo um dos fatores de atração econômica para a região. Também possuía terras consideradas boas para pastagens e posteriormente para implantação de lavoura. O extrativismo vegetal e mineral também contribuíram para o crescimento econômico da região, mas alterou a dinâmica colonizatória, com uma desenfreada cobiça pelo ouro, acarretando irreversíveis impactos ambientais e problemas sanitários associados.

Em seus quarenta anos de emancipação Juína já passou por diversos problemas de ordem social, política e econômica. Então, não podemos tratar aqui só de aspectos progressistas da história deste município. A mesma é marcada por inúmeros conflitos en-

tre colonos e povos indígenas, principalmente, na chegada dos primeiros exploradores à região. Tanto a CODEMAT quanto a SUDECO já tinham conhecimento destes exploradores que esti-

Figura 01: Localização do município de Juína-MT

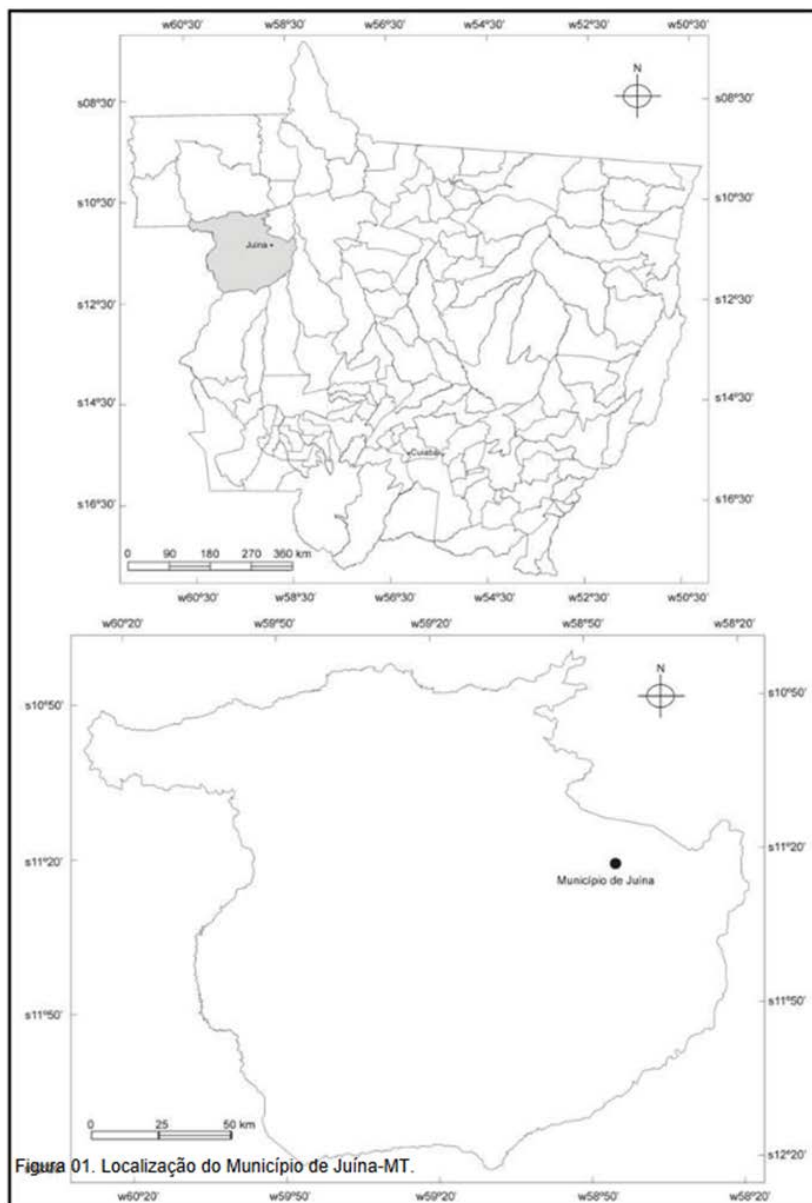


Figura 01. Localização do Município de Juína-MT.

Fonte: LEMES, Denise Peralta

veram aqui para espiar a terra, os mesmos foram mandados para região através de empresas mineradoras, foram os mesmos que informaram que não havia indícios de comunidades indígenas na região, o que era uma grande mentira.

De acordo com SANTI (2015) os objetivos do Projeto Juína era receber o excedente populacional de outras regiões, principalmente sul e sudeste, e ocupar racionalmente a região, estabelecendo uma comunidade que fosse sustentável política, social e economicamente, através de políticas públicas que viabilizassem o fomento e o incentivo para o colono na derrubada, no manejo e na conservação da terra. Em tese era tudo perfeito, mas na prática o que ocorreu foi bem diferente, uma grande quantidade de pequenos produtores tiveram que vender suas propriedades pela falta de políticas públicas básicas que foram garantidas no contrato de venda dos lotes. E não tendo mais como voltar para sua terra os mesmos permaneceram no município, fazendo parte de mão de obra local.

Devemos frisar que o projeto Juína só foi possível devido a informação equivocada e criminoso da inexistência de indígenas na região. O projeto foi formalizado através de uma reunião do distrito de Fontanillas, região que fica hoje a 60 km da área urbana. Nessa reunião estavam alguns diretores da SU-DECO e CODEMAT, as mesmas já haviam sido convocadas a viabilizar junto ao programa POLAMAZÔNIA³ a construção de uma rodovia que ligasse a BR-364 no município de Vilhena – RO até Aripuanã no Mato Grosso, ou seja implantar uma cidade em meio a floresta amazônica era o plano da época, então, “O projeto teria aproximadamente 411 mil hectares na região do Alto Aripuanã ao Juína-Mirim, do quilômetro 180 ao 280 da rodovia AR-1.” (SANTOS, 2012).

Os Cinta Larga: genocídio e resistência

Em quase toda a extensão da Floresta Amazônica existe terra indígena, o que torna a informação da inexistência de comunidades indígenas no noroeste mato-grossense bastante parcial aos interesses econômicos, políticos e sociais da época. Na verdade, qualquer ação do Estado para desenvolver deter-

3. Art. 1º. É criado o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA), com a finalidade de promover o aproveitamento integrado das potencialidades agropecuárias, agro-industriais, florestais e minerais, em áreas prioritárias da Amazônia. (D.O.U – Decreto nº 74.607, de 25 de setembro de 1974.)

minada região iria de encontro com alguma terra indígena e como está definido no artigo 18 da Lei nº 6.001/1973, o Estatuto do Índio. “As terras indígenas não poderão ser objeto de arrendamento ou de qualquer ato ou negócio jurídico que restrinja o pleno exercício da posse direta pela comunidade indígena ou pelos silvícolas.” Neste sentido o poder público foi negligente ao conceder a liberação desse projeto de povoamento em terra indígena.

Claramente ocorreu neste município a tentativa de apagamento destas populações, visando a ocupação do território para exploração dos recursos naturais, assim como ocorreu na história de colonização do Brasil.

Dentro desse contexto de perseguição, violação e apagamento do povo indígena não podemos esquecer do conhecido “Massacre do Paralelo 11”, marcado pela tentativa de extermínio dos “Cinta Larga” na região hoje entre as fronteiras de Rondônia e Norte de Mato Grosso. Observando este momento que mais parece um roteiro de filme de terror, podemos constatar que tudo ocorreu há quase 60 anos atrás, considerado muito recente e o mesmo, ainda permanece sem uma devida investigação e uma possível criminalização.

Esse massacre ganhou muita repercussão internacional, alguns anos depois devido a denúncia de algumas ONG’s e ativistas dos direitos humanos como também alguns indígenas que questionaram a falta de investigação do genocídio indígena que vinha acontecendo no norte de Mato Grosso. A partir destas reclamações a Comissão Nacional da Verdade⁴, que foi instituída para investigar violações a direitos humanos no período militar passou a incluir também os povos indígenas em suas investigações (VALENTE, 2017). Com a inclusão dos povos autóctones brasileiros nas investigações da Comissão da Verdade foi possível o encontro de diversas informações através da recuperação de documentos importantes para elucidação desses fatos, um desses documentos foi o Relatório Figueiredo.

O Relatório Figueiredo que era dado como perdido em um incêndio ocorrido no Ministério da Agricultura no ano de 1967 foi recuperado em dezembro de 2012 pelo ativista Marcelo Zelic. Com mais de sete mil páginas o relatório é fruto do

4. Criada mediante a Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011. A comissão objetivava investigar os diversos crimes como mortes, sequestros e desaparecimentos ocorridos no regime militar no período de 18 de setembro de 1964 a 5 de outubro de 1988.

trabalho da investigação, conduzida pelo Procurador Jader de Figueiredo Correia durante a década de 1960 (entre 1967 e 1968). O documento está disponível para conferência na internet⁵ (VANÇAN & RODRIGUES, 2021).

Nas mais de sete mil páginas deste relatório está presente o relato da Chacina que dizimou mais de 3.500 indígenas da etnia Cinta Larga, a região já mencionada acima, era conhecida internacionalmente como reserva de diamantes (VALENTE, 2017). Os Cinta Larga ou “Cinturão Largo” ganham esse nome por confeccionarem um tipo de cinto, feito da casca de uma

[...] árvore chamado wabep que significa (embirema), que onde as cintas (nzalājpiap) são tiradas da entre casca desse árvore. As cintas eram usados somente pelos homens a partir de 08 anos de idades em obrigatoriamente em diretamente nas caçadas, pescarias, na roçada, derrubada, e de outros trabalhos do dias, e somente é tiravam na hora de dormirem como se fosse a roupas de hoje. As cintas que são ainda coloridos com as tintas de urucum que é vermelhas, as tintas de jenipapos, que é preto ou azul (CINTA LARGA, 2015, p. 13).

Vale ressaltar que o nome Cinta Larga foi criado pelo não indígena devido a essa característica e posteriormente adotado pela Fundação Nacional do Índio. Sendo *Pandééréje* o termo correto na linguagem da própria etnia.

Os Cinta Larga possuem um território tradicional no sudeste da Amazônia brasileira, principalmente entre as fronteiras do Estado de Rondônia e do Mato Grosso (Figura 02). As terras indígenas estão localizadas nos seguintes municípios: T. I. Roosevelt Aripuanã MT e de Espigão do Oeste-RO com 230.826,03 hectares; T. I. Parque Aripuanã no município de Juína-MT e de Vilhena-RO com 1.603.246 hectares; T. I. Aripuanã no município de Aripuanã-MT e de Juína-MT com 750. 649 hectares; T. I Serra Morena no município de Juína-MT com 147.836 hectares (CINTA LARGA. 2015).

O contato com os indígenas da etnia Cinta Larga ocorreu pela primeira vez em torno de 1928, e desde então essa etnia vem sofrendo com diversos conflitos com o não indígena. Os primeiros contatos foram realizados por exploradores da época

5. Relatório Figueiredo. Museu Nacional do Índio. Rio de Janeiro, 1967. Disponível em: <http://www.docvirt.com/docreader.net>. Acesso em: 28 de novembro de 2022.

como seringueiros, garimpeiros e pistoleiros que invadiam as terras a mando de grandes latifundiários. Assim como contextualiza historicamente o João Dal Poz Neto:

Desde meados da década de 50 o território indígena vinha sofrendo a pressão crescente de firmas seringalistas e empresas de mineração, situação que se agravou com a inauguração da estrada Cuiabá-Porto Velho (BR 364) em 1960. Hostis aos invasores, os Cinta Larga representavam empecilho à expansão destes empreendimentos, principalmente pelos afluentes dos rios Juruena e Aripuanã. E assim, ganharam proporções alarmantes as operações destinadas a “limpar a área”, organizadas pela firma Arruda & Junqueira e outras, que vinham explorando seringais e pesquisando ouro e diamante na região (DAL POZ NETO, 1991, p. 55).

Figura 02: Mapa das terras Indígenas ocupado pelo povo Cinta Larga.



Fonte: CINTA LARGA, 2015.

A chacina foi confessada por um dos participantes da expedição que não havia sido pago devidamente, o delator compareceu à sede do Serviço de Proteção ao Índio, em Cuiabá. Apontou que a expedição começou em julho de 1963, como ponto de partida a sede da empresa mineradora Arruda & Junqueira. Por vários meses os pistoleiros permaneceram na trilha feita pelos Cinta Larga, para manter o grupo a empresa enviava de avião os estoques de alimento e munição que eram necessários, e durante todo esse período muitos indígenas foram mortos. Os pistoleiros não se importavam em atirar em crianças,

idosos ou mulheres grávidas, o processo ocorreu com requintes de crueldades (POZ NETO, 1991).

Conta-se uma história no município de Juína sobre uma mulher indígena que foi partida ao meio nessa época e atribuiu-se a ela o nome da cidade, pois a comunidade afirma que o nome da vítima era Juyná. E dentro dos documentos de investigação possui uma fotografia que documenta esse esquartejamento. Veja a figura a baixo:

Figura 03: Mulher indígena pendurada pelos tornozelos.



Fonte: Jornal O Globo. 25 de janeiro de 1966, p. 15.

Segundo o relato de Francisco de Brito, funcionário da empresa seringueira, foram organizadas duas expedições para essa região, sendo uma por aeronave, onde foi jogado açúcar com arsênico, já na segunda expedição explosivos que foram

jogados na aldeia destruindo e matando grande parte daquela comunidade (KRÄUTLER, 2012).

Um dos primeiros moradores do município e autor do livro “A rainha da floresta”, Lídio Iores (2009) narra essa história. Os indígenas sobreviventes foram em busca de esconderijo na mata, os jagunços que receberam pelo feito passaram a caçar cada indígena como se fosse um bicho, um mero empecilho para algo mais importante. Entre os sobreviventes estava, Myky e Juyná, um casal juntamente com seu filho, tentaram fugir pelo rio, mas acabaram sendo encontrados, Myky foi esquartejado a golpes de facão, Juyná foi estuprada e depois foi içada por duas pernas como se levanta qualquer animal para o processo de “carnear” e partida ao meio na frente de seu filho. O destino da criança é incerto, mas conta-se que sobreviveu.

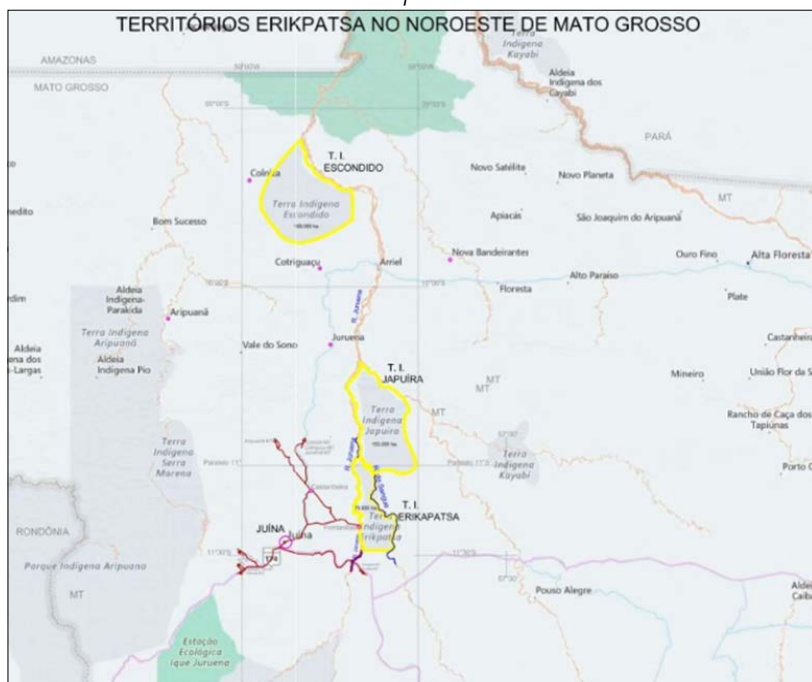
As denúncias mais graves contidas no Relatório Figueiredo é a do Massacre do Paralelo 11, não estamos falando somente na tentativa de apagar um povo e sim de tortura, perseguição e humilhação. Reduzindo a existência desses povos a mero animais a serem caçados. Mesmo com auxílio da Comissão Nacional da Verdade, o único resultado que se chegou foi o conhecimento das marcas da violência da ditadura militar sobre os povos originários, principalmente pela negligência e impunidade do Estado Brasileiro, sendo ele responsabilizado pelo assassinado de 8.350 indígenas.

O Massacre do Paralelo 11 não foi o único embate entre os Cinta Larga e o não indígena, também vivenciaram a pressão dos garimpeiros, seringueiros e madeireiros que foram incisivos na negociação dos recursos naturais de suas terras, o que também configura crime, gerando diversas tensões e princípios de violência.

Territorialidade e desterritorialidade do povo Rikbaktsá

Distribuídos em três territórios, a T.I. Erikbaktsa demarcado em 1968, a T.I. Japuira em 1986 e T.I. Escondido já em 1998. As terras indígenas dos Rikbaktsá se localizam no sudoeste da Amazônia Legal as margens do Rio Juruena, passando pelo rio do Sangue e depois pelo rio Arinos. Em terras contínuas os dois primeiros territórios estão entre os municípios de Brasnorte e Juara, fazendo limite com Juína e Castanheira e mais ao norte nas regiões dos municípios de Juruena e Cotriguaçu limitando com Colniza, onde localiza-se a T.I. do Escondido.

Figura 04: Territórios Indígenas demarcados onde vivem atualmente o povo Rikbaktsa.



Fonte: SANTOS, 2018.

A região onde hoje abarca toda a diversidade cultural Rikbaktsá era considerada isolada, antes do século XX não se tem histórico de nenhum contato entre essa etnia e o não indígena, pode-se apontar como causa o comportamento desses povos ou entendimento de não explorar as margens dos rios em épocas de chuva, pois o rio possibilita uma melhor circulação de embarcações (ARRUDA, 2014). A região em questão também não estava na rota das expedições, ocorridas no século XVII, fazendo com que um primeiro contato fosse somente “acidentalmente” através de avistamento, mas em vias de fato a possibilidade de contato seria bastante remota como aponta Reis e França (2013).

Nada se conhecia do interior das matas nessa região, pois as expedições comerciais e científicas da época só se limitavam a margem dos principais rios, poucos se aventuravam mata adentro, pois de acordo com Arruda (2014) os Rikbaktsá eram rotulados como povos desconhecidos, selvagens e até mesmo caracterizados pelo imaginário popular de canibais. Já Santos

(2018) compreende que os mesmos são guerreiros e como tal enfrentaram os seus invasores defendendo seus domínios, armados de arco e flecha atacaram aos seringueiros e exploradores que decidiram invadir suas terras para explorá-la.

O primeiro contato “pacífico” só aconteceu mediante aos interesses da exploração da borracha e de outros produtos extrativistas da Amazônia, em época também conhecida como 3ª ciclo de exploração da borracha no Brasil. Esse contato ocorreu em 30 de julho de 1957, mediante a troca de presentes, prática essa adotada para diminuir os conflitos armados e ataques epidemiológicos entre os indígenas e o não indígena, e posteriormente culminou na ocupação dos seringalistas destas terras (ARRUDA, 2014).

Desde então os povos indígenas da etnia Rikbaktsá buscam um meio termo entre a resistência e a reinvenção de sua dignidade étnica, ressignificando seus hábitos, costumes e crenças para poder sobreviver ao processo de “pacificação” entre indígena e não indígena.

Cerca de 75% dos integrantes desta etnia morreram em decorrência do conflito contra seringueiros ou por doenças transmitidas pelo contato de trabalhadores da frente de expansão, missionários e desbravadores, muitas crianças perderam seus pais nesse momento. Visando “proteger” os órfãos das mais diversas etnias da região do Noroeste os missionários jesuítas decidiram enviar essas crianças para Utiariti, que era um internato localizado no município de Campo Novo às margens do rio Papagaio, afluente do Juruena. Um dos principais pesquisadores dos Rikbaktsá, Rinaldo Arruda (2014), aponta que o maior índice de mortandade dos povos dessa etnia foi através da contaminação de doenças características dos não indígenas e principalmente na ação dos missionários jesuítas. Como Pires (2012. p. 35) também afirma. “Este contato mais próximo acabou gerando mais mortes por contágio do que a guerra com os seringueiros, já que provocavam a interação com missionários, Rikbaktsa, outras populações indígenas e agentes estatais”.

Então o processo de catequização dos indígenas mediante os missionários jesuítas também contribuiu nesse processo de aculturação dos Rikbaktsá que são na atualidade cristãos em sua maioria, esse posicionamento religioso diferente do tradicional foi causado pelo processo de proselitismo em terra indígena, como também pela ação do internato jesuíta no Utiariti.

Conhecido como Centro de Assistência para Indígenas do Oeste da Prelazia, dentre as várias funções o Utiariti possuía a mais importante que era de prover apoio logístico para as missões volantes dos missionários jesuítas pelo território do Noroeste Mato-grossense, principalmente ligado à sua localização (figura 05), como também o acesso aos rios principais que ligavam as comunidades indígenas. Mesmo com vários problemas na instalação desse Centro o Utiariti passou a desenvolver um ambicioso plano na época que era instituir um internato em pleno Noroeste do Estado do Mato Grosso. Em entrevista à revista *Kosmos o Pe*. Padre Thomaz Aquino de Lisboa disse.

No início começamos apenas com um grupo, os Nambiquaras, a partir de 1945 é que o trabalho se abriu um pouco mais. Os missionários começaram a trabalhar com sistema de internato, trazendo jovens, meninos e meninas para Utiariti e tentar ali, formá-los, “civilizá-los” e cristianizá-los.

As crianças que perdiam os seus pais vítimas dos conflitos entre indígenas e não indígenas ou vítimas das doenças epidemiológicas eram enviadas para o Utiariti, mas a orfandade dessas crianças não era em sua totalidade real e poderia sim, ser questionada, pois algumas crianças não eram completamente órfãs. Muitos pais foram convencidos pelos missionários a entregarem as suas crianças para que os missionários pudessem criá-los longe dos conflitos, em um local seguro, onde elas teriam melhores condições de estudo, saúde etc.

O convencimento dos pais dessas crianças era tão forte que houve um momento na história do internato que a maioria, cerca de 62,7 % da instituição era de crianças não órfãs. Em meados da década de 1960 uma das funções dos missionários volantes era o de convencer os pais a entregarem os seus filhos para esse internato. Santos (2018) também compreende que ao informar que todos os internos estão na condição de órfãos é uma boa estratégia para angariar recursos junto a governos e entidades filantrópicas. Cartazes de propaganda do Utiariti correram o mundo em busca de recursos para manter um orfanato que abrigava crianças resgatadas de zona de conflito entre seringalistas e indígenas.

Era importante que a criança indígena fosse retirada do convívio de seus pais, para que ela se sentisse insegura, colocando-a sobre influência dos missionários facilitando o domí-

nio absoluto sobre suas vidas. Os objetos pessoais e característicos de suas etnias também eram retirados, na tentativa de desconstruir qualquer identidade para que depois pudessem reconstruir uma diferente. A única coisa que eles possuíam era a sua rede para dormir. Essas condições foram ideais para a introjetar uma nova educação religiosa, moral e étnica.

Figura 05: Mapa de Viagem ao Baixo Arinos.



Fonte: DORNSTAUER. João Evangelista, 1956.

Claramente o Utiariti serviu de internato confessional para crianças órfãs de pais indígenas, a mensagem dos missionários não era nas entrelinhas, as crianças estavam ali para serem alfabetizadas e catequizadas dentro do Cristianismo católico não observando a cultura tradicional, a língua materna ou até mesmo algum conhecimento religioso que determinada criança um pouco mais velha possuísse (SANTOS, 2018).

Alterando aqui a Identidade Cultural dessas crianças que em sua idade adulta não se encaixariam dentro da territorialidade indígena e muito menos a não indígena. Neste sentido, Manuel Castells (2001, p. 22) “entende-se por identidade a fonte de significado e experiência de um povo”, ou uma espécie de “sentimento de pertencimento” para Pêrsio Santos de Oliveira (2001, p. 139).

Territorialidade é entendida pela interação social de um povo em relação a seu território, não é uma superficial relação entre o indivíduo e o espaço, mas em todas as escalas sociais. Então, “as territorialidades estão intimamente ligadas a cada lugar: elas dão lhe identidade e são influenciadas pelas condições históricas e geográficas de cada lugar” (SAQUET, 2009, p. 88). Também compreendido como um ambiente simbólico onde as relações cotidianas são representadas expressando sua máxima ideia identitária. Como Haesbaert (2007, p, 22) comenta que a territorialidade “está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar”. Portanto, a desterritorialidade acontece no momento que essas crianças são “resgatadas”, reunidas no mesmo espaço com outras etnias sem respeitar a sua identidade cultural.

Eram impedidos de se comunicar com a língua materna de cada etnia, pois deveriam falar em português era a ordem dentro do internato. Essa proibição foi o ato mais incisivo na aculturação dessas crianças, a maior expressão de uma cultura é a sua língua, e como a imagem do indígena sempre foi construída como o “selvagem que precisa ser domesticado” a língua também ganha essa conotação, ela também precisa ser colonizada (BONÁCIO & HONÓRIO, 2007). A língua materna é o que conecta qualquer ser humano a sua identidade, quando se proíbe o indígena de se expressar com sua língua materna é uma tentativa de expropriação identitária seja ela consciente ou inconsciente.

Haviam várias etnias no mesmo internato haviam os Rikbaktsa em maior número os Iranche, os Nabiquara, Cinta Larga, os Caiabi, os Apiacá que eram todos rivais historicamente. A homogeneização da cultura não era necessariamente para mediar conflitos entre essas territorialidades, pois estamos falando de crianças, mas foi realmente uma manobra para aculturação desses povos que depois da inativação do internato, os indígenas atendidos pela instituição se perceberam não pertencentes a lugar nenhum.

Entenderam que a permanência dessas crianças representava uma imensa perda cultural não somente para essas crianças, mas principalmente para as comunidades as quais tinham origem. Mesmo entendendo os problemas que os métodos do internato causavam à identidade cultural daqueles povos os jesuítas não reconhecem a gravidade de seus atos nem que representaram um desserviço àquelas comunidades.

Com o encerramento do Utiariti em 1969 e permanência dos Rikbaktsa no local até 1971, os indígenas vivenciaram outro dilema que foi o retorno às suas comunidades, alguns tiveram dificuldades nessa reaproximação, muitos não foram aceitos e também não se aceitavam mais como pertencentes aquele povo, tornando-os “diferente” entre os próprios indígenas, ou seja, por passarem pelo processo de desterritorialidade os indígenas agora terão que se reconectar com a sua identidade cultural.

Considerações finais

Atualmente em Juína os indígenas, estão nas escolas, nas empresas, nos hospitais, nas igrejas e nos espaços culturais. Eles são nossos alunos, nossos professores, nossos colegas de turma, nossos amigos, mas quando nos deparamos com situações e discussões que envolvem causas indígenas ainda percebemos muito preconceito, mas devido à presença desses povos no cotidiano os conflitos têm se amenizado, mas ainda temos muito a percorrer para construirmos um espaço de equidade entre as culturas.

O Relatório Figueiredo denunciou graves atentados aos povos indígenas da região noroeste de Mato Grosso. Esses eventos trágicos, além de tentarem apagar a cultura de determinado povo ainda promoveram torturas, perseguições e massacres. Mesmo com auxílio da Comissão Nacional da Verdade, o resultado que temos foi o conhecimento das ações do Estado

frente as atrocidades cometidas na ditadura militar, principalmente ligada aos povos indígenas as quais não chegaram a nenhuma penalidade para os autores.

Os Rikbaktsa enfrentaram conflitos diretos com os exploradores, principalmente, seringalistas motivados pelo 3º ciclo da borracha, além dos conflitos diretos outro ataque dos não indígenas foram as doenças epidemiológicas que os trabalhadores da expansão transmitiram indiretamente. Quando tratamos desta etnia nos deparamos com uma aculturação extremamente incisiva, levando a comunidade a buscar um meio termo entre resistência da preservação de sua cultura e a inclusão social a cultura capitalista do não indígena.

Percebe-se que o cristianismo está presente tanto na etnia Cinta Larga quanto na Rikbaktsa devido ao compartilhamento cultural e principalmente ao proselitismo, o qual ainda é bastante presente na atualidade. Claramente o Internato no Utiariti contribuiu para a desterritorialidade dos Rikbaktsá em relação a sua religiosidade tradicional, resignificando sua identidade cultural que agora se inter-relaciona com o não indígena.

Portanto, podemos entender que o verde das matas virgens com passar do tempo passou a ter uma fonte de sangue sendo jorrada, sangue daquela terra, sangue daquela gente, gente que nasceu, cresceu e morreu ali, alguns não chegaram a nascer, alguns não chegaram a crescer, mas uma grande parte morreu. A bandeira é sim vermelha, vermelha do sangue destes povos e de muitos outros que sofrem a tentativa de apagamento de suas culturas e vivências.

Referências

ARRUDA, R. S. V. **Os Rikbaktsa do rio Juruena: a dinâmica da tradição**. 1a. ed. Saarbrücken, Alemanha: Novas Edições Acadêmicas, 2014.

BONÁCIO. Daiany; HONÓRIO. Maria Aparecida. **Identidade, História e Língua: O Outro e o Centro na Construção Discursiva do Sujeito-Índio**. Colóquio de Estudos Linguísticos e Literários. 3, 2007 p. 1276.

BRASIL. LEI Nº 6.001, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1973. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1973.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. Tradução Klaus Brandini Gerhardt. 2.ed. Coleção: A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. Vol 2. São Paulo, Editora: Paz e Terra, 2000. 530p.

CINTA LARGA, Augusto. **Saberes e fazeres matemáticos do Povo Cinta Larga** / Augusto Cinta Larga; orientador, Kécio Gonçalves Leite. – Ji-Paraná, 2015 58f. : 30 cm. Trabalho de conclusão de curso de Licenciatura em Educação Básica Intercultural. – Universidade Federal de Rondônia, 2015.

FERREIRA, João Carlos Vicente. **Cidades de Mato Grosso: Origem e significado de seus nomes**. João Carlos Vicente Ferreira, Pe. José de Moura e Silva. – Cuiabá: J.C.V. Ferreira, 2008. 240p. 22cm.

HAESBAERT, Rogério. **Território e Multiterritorialidade: um debate**. GEOgraphia. Rio de Janeiro, ano 11, n. 17, p. 19-44, mar. 2007a.

LARGA, B. C., & CUSTÓDIO, R. C. (2018). O primeiro contato do povo Pandééréj do município de Aripuanã: uma perspectiva indígena. **História e Diversidade**, 10(1), 41–57. Recuperado de <https://periodicos.unemat.br>. Acesso em 28 de novembro de 2022.

NETO, João Dal Poz. **No país dos Cinta Larga: uma etnografia do ritual**. 1991. 408 p. Tese (Doutorado em Antropologia Social) Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

OLIVEIRA, Pérsio Santos. **Introdução à sociologia**. São Paulo: Ática, 2001.

PACINI. Aloir. **Um Artífice de Paz Entre Seringueiros e Índios**. São Leopoldo; Unisinos, 2015. p. 224.

PIRES. Paula Wolthers de Lorena. **Rikbaktsa: Um estudo de parentesco e organização social**, São Paulo-SP, Humanitas, 2012. p. 35.

REIS, V.; FRANÇA, C. C. Rikbaktsa: Uma História sob duas Perspectivas. **Revista Moinhos**, v. 1, p. 5-20, 2013. V

SANTI, Rejane Pereira. **A ação da CODEMATO na colonização oficial de Mato Grosso: revisitando o Projeto Juina (1978 – 1997)**. 2015. [148] f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Cuiabá, 2015.

SANTOS, Julio César dos. **A fronteira como lugar das diferenças: Rikbaktsa entre a Igreja e o Estado (1930 – 1985)**. 2018. 230 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Geografia, História e Documentação, Cuiabá, 2018.

SANTOS, Julio César dos. **Garimpos de Juína: entre história, relatos e memórias (1986-1994)** / Orientador: Vitale Joanoni Neto. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em História, Cuiabá. 2012.

SAQUET, Marcos. **Por uma abordagem territorial**. In: SAQUET, M.; SPOSITO, E. (Orgs.). Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 73-94.

VALENTE, Rubens. **Os fuzis e as flechas: História de sangue e resistência indígena na ditadura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. p. 07-220.

VANÇAN, A. C.; RODRIGUES, M. V. O Massacre do Paralelo 11 e os Direitos Fundamentais a partir do Direito de Memória Indígena e a decolonização do Direito Brasileiro. **RELACult – Revista Latino-Americana De Estudos Em Cultura E Sociedade**, 7(1), 2021. <https://doi.org/10.23899/relacult.v7i1.2135>.



DOCUMENTAÇÃO DE CONHECIMENTO TRADICIONAL DO POVO WAJURU

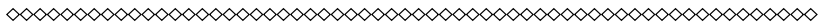
Antônia Fernanda de Souza Nogueira¹

Maria Wajuru²

Jaqueline Wajuru³

Resumo: Este artigo traz um relato dos primeiros resultados do projeto de documentação da língua e cultura Wayoro/Wajuru (ELDP), língua tupi gravemente ameaçada, localizada no estado brasileiro de Rondônia. Wayoro tem apenas duas falantes fluentes (e menos de 20 semifalantes) da população total de cerca de 300 pessoas. Os registros do projeto de documentação, para além de não deixar a desejar às próximas gerações qualquer aspecto linguístico de seu interesse, precisam documentar aspectos ameaçados da cultura material e imaterial, das cosmovisões, dos jeitos de conhecer, jeitos de explicar e de jeitos de fazer as coisas do dia a dia. Apresentamos a metodologia usada para escolha dos temas e das gravações (micro-projetos), bem como descrevemos um exemplo de micro-projeto, a documentação da preparação da tipoia.

Palavras-chave: Documentação Linguística e cultural; Povo Wajuru; Língua Wayoro



A documentação linguística

De acordo com Himmelmann (2006, p. 3, tradução nossa), um projeto de documentação linguística consiste em “[...] criar um registro de uma língua no sentido de um corpus abrangente de dados primários que não deixe nada a desejar às gerações posteriores que queiram explorar qualquer aspecto da língua em que estão interessados [...]”. Acrescento que, para além de não deixar a desejar às próximas gerações qualquer aspecto linguístico, é preciso registrar aspectos ameaçados da cultura material e imaterial, das cosmovisões, dos jeitos de conhecer, jeitos de explicar e de jeitos de fazer as coisas do dia a dia. Os registros linguísticos devem ter um caráter duradouro, multiuso e multifuncional. Ou seja, podem ser úteis, a qualquer tem-

1. Doutorado, Universidade Federal do Pará.

2. Pesquisadora indígena (PIBIC), Aldeia Ricardo Franco.

3. Pesquisadora indígena (PIBIC), Aldeia Ricardo Franco.

po, para qualquer pessoa interessada em diferentes aspectos da vida do povo documentando, servindo a diferentes propósitos, por exemplo, à elaboração de materiais didáticos ou a uma investigação histórica.

Nesse sentido, submetemos ao *Endangered Languages Documentation Programme* (ELDP) um projeto que visa fornecer documentação da língua e cultura Wayoro/Wajuru (além da língua Makurap), língua tupi gravemente ameaçada, localizada no estado brasileiro de Rondônia (GALUCIO; NOGUEIRA, 2022). Wayoro tem apenas duas falantes fluentes (e menos de 20 semifalantes) da população total de cerca de 300 pessoas. Este artigo dos primeiros resultados do referido projeto.

Projetos de documentação linguística produzem coleções de dados linguísticos e culturais, geralmente gravados em áudio e vídeo, contendo além dos dados primários, metadados, transcrições e traduções desses dados (anotações sobre os dados). Essas coleções de dados devem ser salvaguardadas em arquivos especializados que garantam sua sustentabilidade a longo prazo, como por exemplo, o Endangered Language Archive (ELAR) e o Arquivo de Línguas Indígenas do Goeldi (ALIM), a fim de que estejam disponíveis para uso dos falantes, pesquisadores de diferentes áreas de conhecimento e o público em geral. Os dados resultantes deste projeto serão depositados no Arquivo de Línguas Indígenas do Goeldi (ALIM) e no Endangered Language Archive (ELAR).

Nossa visita à aldeia se inicia com a Oficina de Documentação Linguística, realizada de 16-20 de fevereiro de 2023, na aldeia Ricardo Franco, ministrada por mim, Antônia Fernanda de Souza Nogueira (UFPA) e pelos colegas Ivan Rocha (Museu Paraense Emílio Goeldi), Ana Vilacy Moreira Galucio (Museu Paraense Emílio Goeldi) e Carla Costa (Museu Paraense Emílio Goeldi), como atividade programada dentro dos projetos apoiados pelo *Endangered Languages Documentation Programme*. Cerca de 15 alunos foram assíduos à oficina, jovens e adultos das etnias Wajuru, Makurap, Kujubim, Djeoromitxi, Tupari.

Ao fim do curso, os alunos demonstraram habilidade para manusear equipamentos de gravação em vídeo, a saber, câmeras, como a Canon XA45 e a Zoom Q8, tripés, microfones de cabeça, como o Shure, e microfones externos, como Rode Video Mic Pro.

Figura 1: Sofia Makurap treinando o registro audiovisual, gravando sua mãe Cristiane Djeoromitxi cortando jenipapo



Foto: Antônia Nogueira , em janeiro/2023.

Outro tema da oficina foi a transferência dos arquivos de vídeo (.mov ou .mp4) e áudio (.wav) para um computador e para um HD externo, como forma de backup dessas gravações. Dois kits completos de equipamentos de captura de imagem e de transferência dos arquivos para backup foram entregues à comunidade para que a documentação linguística e cultural possa fazer parte das atividades da aldeia.

Figura 2: Jovens Wajuru e Kujubim treinando a transferência de arquivos das câmeras para um computador



Foto: Antônia Nogueira, em janeiro/2023

Como metodologia para a gravação das temáticas selecionadas pelos alunos e pela comunidade, adotamos o procedimento de planejamento de micro-projetos baseado na documentação linguística e cultural realizada pelos Gavião e Surui, em Rondônia (MOORE, 2018). Os documentadores preenchem um formulário de planejamento de micro-projeto, informando local, objetivos, pesquisa sobre o assunto, plano de ações do micro-projeto, roteiro de filmagem, equipamentos necessários, qual tipo de texto é documentado e quem fará a tradução. Essa técnica foi essencial para que os micro-projetos fossem concluídos com êxito, apresentando as temáticas como um registro audiovisual completo, coerente, com introdução, desenvolvimento e conclusão.

A escolha dos temas para documentação

Em janeiro, fizemos a gravação com a mamãe (falante fluente, Paulina Macurap) de temas que consideramos importante que os jovens Wajuru e também os *ere* (não indígena) conheçam, são eles:

- como fazer tipoia de carregar bebê;
- como fazer um batizado (primeira pintura da criança);
- como preparar pintura de corpo com jenipapo;

- como preparar a pintura de breu;
- procurar gongos para comer;
- como fazer uma lamparina;
- como fazer pamonha;
- como tirar mel;
- como fazer esteira, flecha, cesto;
- como fazer uma festa tradicional

No final das atividades de janeiro, organizei uma festa para mostrar como se faziam as festas antigamente. Preparar uma festa para a comunidade dá muito trabalho. Meus filhos e sobrinhos ficaram três dias fora, com as armas de caça de seus pais, para trazer alimentos. Pegaram oito queixadas. No dia da festa, a cacique Adão Ajuru fez moquém para assar as carnes. Fiz pamonha, trouxe farinha da minha casa, minha sobrinha Karina fez chicha de cará roxo e de macaxeira. Durante a festa, Vandete Djeoromitxi e seu pai ensinaram como fazer um cesto de palha, Vando Djeoromitxi ensinou a fazer esteira. As mulheres e meninas pintaram os parentes. Cantamos algumas músicas nossas para ficar gravado. Durante esses trabalhos, algumas coisas mamãe contou que eu não sabia, por exemplo, como fazer o ponto para costurar uma tipoia, a história da mãe do gongo eu também não sabia. No mês de março, não gravamos muito porque meu marido está muito doente, tenho que cuidar dele e também trazer alimento para casa. Nossa terra próxima de casa não produz e temos que comer. Por isso, tenho que ir por muitos dias cuidar das minhas roças e plantações em meu pupunhal (sítios longínquos), e meus filhos também vão caçar e pescar. Sempre levo minha mãe comigo quando vou para lá. Marquei de passar o mês de abril no pupunhal e convidei a Jaqueline para ir junto. Marcamos de trabalhar lá, pois lá tem tudo o que a gente precisa para fazer nossos trabalhos (comida, materiais da natureza).

A documentação

Particpei da Oficina de Documentação Linguística, na aldeia Ricardo Franco. Aprendi a mexer com material de gravação de vídeo, com tripé, e com o computador. Aprendi a usar juntamente com câmera microfones de cabeça e externo. Estudamos como deixar a gravação bem feita, enquadrar bem a pes-

soa que será gravada, pedindo para ela levantar e esticar os braços. É importante sempre ter um fone de ouvido para confirmar que o som está sendo gravado. Pude comprovar a importância do fone de ouvido quando fomos gravar vovó Paulina ir buscar folha de bananeira para cozinhar jacu. O microfone não estava ligado e o vídeo ficou sem som. Nós havíamos esquecido os fones de ouvido, nesse dia. Usei meu celular para tirar fotos de nossos trabalhos, de plantas (como as plantas do caminho da aldeia para a casa de Mariazinha e vovó Paulina), objetos da nossa cultura (como tipoia, cocho, flechas). Também usei o celular para gravar vídeos, como o vídeo que mostra a vovó Paulina tecendo a linha de algodão. Escrevi algumas páginas de caderno com palavras e frases na língua, quando vovó Paulina falava. Também usei o celular para aprender mais palavras no aplicativo de dicionário, por exemplo, 'domir' *era*, 'macaco-preto' *mbokam*. Gravei os vídeos dos assuntos escolhidos por Maria e vovó Paulina. Os assuntos escolhidos foram: como fazer tipoia, como fazer pamonha, tirar mel, como fazer lamparina, procurar gongos, como preparar uma festa tradicional.

Um exemplo de micro-projeto de documentação: preparação de tipoia

O objetivo dessa gravação é ensinar as outras gerações o passo a passo da produção de uma tipoia. Para fazer tipoia precisa saber qual material coletar e precisa saber a medida exata da tipoia para a pessoa que vai usar.

Utilizamos para essa gravação câmera, tripé, fones de ouvido, microfones de cabeça e de lapela, e celular. A gravação foi feita por Jaqueline Wajuru e as sabedoras que ensinam são Maria Ajuru e Paulina Macurap. Veja uma ilustração dessas gravações em fotografias.

A produção da tipoia envolve ir no mato tirar pau de apuí.

Depois é preciso bater com um terçado ou com pedaço de pau até a casca soltar do próprio pau. Depois de soltar a casca do pau, é preciso virar a casca e tirar inteira.

Em seguida, é preciso lavar a casca e colocar no sol.

É importante observar que D. Maria aprendeu pela primeira vez a forma de costurar tradicionalmente a tipoia nessa ocasião.

Figura 3: Maria, após derrubar com terçado o tronco e galho de árvore de apuí, mede com D. Paulina o tamanho exato.



Foto: Antônia Nogueira , em janeiro/2023.

Figura 4: Maria Ajuru batendo a casca com terçado para soltar, depois virar ao avesso e retirar a casca inteira.



Foto: Antônia Nogueira , em janeiro/2023.

Figura 5: Casca do pau de apuí colocada no sol para secar.



Foto: Antônia Nogueira , em janeiro/2023.

Conclusão

Neste artigo, expomos um relato da pesquisa de documentação linguística e cultural realizada em janeiro de 2023, na aldeia Ricardo Franco, Terra Indígena Rio Guaporé, Rondônia. Como resultado da Oficina de Documentação, jovens Wajuru (bem como de outras etnias) aprenderam a elaborar micropro-

jetos de documentação, a usar os equipamentos necessários de captura de vídeo e a transferir esses arquivos para um computador e/ou HD externo. Descrevemos a escolha dos temas a serem gravados e um narramos como foi feito um dos micro-projetos de documentação, a saber, a preparação da tipoia.

Referências

GALUCIO, Ana Vilacy; NOGUEIRA, Antônia Fernanda de Souza. **Documentation of the severely endangered languages Makurap and Wayoro (Brazil): material and non-material traditional culture, and its associated knowledge.** Berlim: Endangered Languages Archive, 2022. Disponível em: <http://hdl.handle.net>. Acesso em: 31/03/2023.

HIMMELMANN, N. P. Language Documentation: What is it and what is it good for? In: GIPPERT, J.; HIMMELMAN, N. P.; MOSEL, U. (Org.). **Essentials of Languages Documentation.** Berlin: Mouton de Gruyter, 2006. p. 1- 30.

MOORE, Dennis. **Language documentation with a focus on traditional culture among the Gavião and Suruí of Rondônia.** Berlim: Endangered Languages Archive, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net>. Acesso em: 31/03/2023.



EXPLORADORES ESTRANGEIROS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA (1840-1870): LEVANTAMENTO E PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES

Vitor Julio Gomes Barreto¹



Introdução

O século XIX é considerado pelo historiador Eric Hobsbawm (2002) como o século das explorações. Viagens que combinavam elementos científicos e econômicos, quase sempre ligados aos interesses políticos dos estados-nações, e na maioria das vezes por eles financiadas, multiplicaram-se por toda a superfície terrestre. Paralelamente com a segunda revolução industrial na segunda metade do século, o conhecimento sobre a superfície terrestre, da natureza e de seus povos, tornou-se estratégico. A geografia passou a desempenhar um papel de saber legitimador na reconfiguração do mundo contemporâneo à época (Romani, 2013).

O Brasil foi palco de diversas viagens de exploração ao longo do século XIX, a maior parte deles originados de grandes potências imperialistas: Estados Unidos, Inglaterra, França, Alemanha e Espanha. A região Amazônica tornou-se destino prioritário destas, diversos exploradores estrangeiros atravessaram-na ao longo do século XIX. O mais conhecido deles foi o alemão Alexander von Humboldt que realizou, entre os anos de 1799 e 1804, uma viagem à América do Sul, percorrendo as regiões do Alto Rio Negro e do Alto Amazonas (Lisboa, 1999).

Com a oficialização da permissão da entrada de estrangeiros e a vinda da família real portuguesa para o Brasil no início do século “viajantes naturalistas europeus foram incentivados a inventariar a riqueza natural da região” e seus relatos ganharam forte caráter científico (Gomes, 2018, p. 135). O século XIX, portanto, viveu uma explosão de expedições rumo ao Brasil, ganhando o país imagens e representações, apontam estudos de Kury (2001), Diener (2014) e França (2014).

1. Doutorando em Geografia Humana na Universidade de São Paulo.

O século XIX também foi marcado por uma descoberta técnica que modificou o mapa dos interesses europeus sobre o globo. A descoberta da borracha levou os olhos das potências coloniais às florestas equatoriais do Congo e da Amazônia. O explorador francês, La Condamine, na metade do século XVIII foi um dos primeiros a mencionar o uso da borracha por indígenas na região de Esmeraldas no Equador, para a produção de garrafas, botas e tigelas. Suas descrições teriam atraído a atenção europeia para o produto, mas somente a partir de 1840 com o desenvolvimento do processo de vulcanização por Charles Goodyear, houve uma demanda crescente sobre a borracha (Gomes, 2018). Com a invenção da bicicleta em 1890 e da popularização do automóvel em 1900, a demanda de borracha para fabricar pneus explode (Bueno, 2012).

A exploração da borracha, apesar de ter tido seu auge entre os anos de 1870 e 1910, desde os anos de 1840 passou a guiar a economia da região amazônica. Nos primeiros anos sua produção concentrou-se em alguns poucos municípios paraenses (Breves, Anajás, Melgaço e Gurupá), a partir de 1870 houve uma expansão das áreas de produção para o Oeste, no Pará, no Baixo Xingu e no baixo Tapajós, e principalmente no Amazonas, nos rios Solimões, Madeira, Purus e Juruá (Weinstein, 1993). O escoamento dos produtos era facilitado pelo transporte fluvial crescente nos rios, o que permitiu cada vez mais a interiorização da extração.

Objetivos

Neste sentido nos perguntamos: Qual a relação entre as explorações estrangeiras na Amazônia e a expansão do ciclo da borracha? Para respondê-la será necessária uma análise das publicações dos exploradores em paralelo à uma análise da evolução econômica da região amazônica. Por tratar-se de uma pesquisa em estágio inicial, nosso objetivo neste resumo é realizar apenas um levantamento dos exploradores estrangeiros, e de suas publicações, que passaram pela região amazônica no período anterior a primeira expansão da borracha, entre os anos de 1840 e 1870.

Metodologia

Nossa metodologia constituiu-se primeiramente de um levantamento de fontes secundárias que citassem explorado-

res estrangeiros na área amazônica e posteriormente de uma seleção dos arquivos em que poderíamos encontrar as fontes primárias dos exploradores. O recorte temporal deverá ser anterior a explosão do ciclo da borracha. Por isso utilizaremos o ano de 1840 como o marco para nossa pesquisa estendendo até o ano de 1870

Resultados Alcançados

Por meio de um levantamento preliminar baseado em fontes secundárias (Carneiro, 2009; Weinstein, 1993) e de uma pesquisa realizada na Biblioteca Nacional do Chile, identificamos que os seguintes exploradores passaram pela região entre os anos de 1840 e 1870:

Tabela 1 – Exploradores estrangeiros na Amazônia e suas respectivas publicações (1840-1870)

Explorador	Publicações	País	Ano
William H. Edwards	A Voyage up the River Amazon	Estados Unidos	1847
Willian Lewis Herndon	Explorations of the Valley of the Amazon	Estados Unidos	1853
Alfred Russel Wallace	A narrative of travels on the Amazon and Rio Negro, with an account of the native tribes, and observations on the climate, geology, and natural history of the Amazon Valley.	Inglaterra	1853
Émile Carrey	L'Amazone: Huit jours sous l'Équateur	França	1856
	L'Amazone II : Les métis de la Savane		1857
	L'Amazone III : Les révoltes du Para		1857
Langlet-Dufresnoy	Quinze ans au Brésil, ou excursion à la Diamantine de Mme L. D	França	1861
Auguste-François Biard	Voyage au Brésil	França	1861
	Deux années au Brésil		1862
	Les Pèlerin de l'enfer vert: rio Amazonie 1858-1859		1862
Henry W. Bates	A Naturalist on the River Amazons	Estados Unidos	1863
Francisco Michelena y Rojas	Exploracion oficial por la primera vez desde el norte de la America del Sur	Espanha	1867
James Cooley Fletcher	Brazil and the brazilians: portraved in historical and descriptive sketches	Estados Unidos	1868

Aléxis de Cadoine Gabriac	Promenade à travers l'Amérique du Sud. Nouvelle-Grenade, Équateur, Pérou, Brésil.	França	1868
Louis Agassiz e Elisabeth Agassiz	A Journey in Brazil	Estados Unidos	1868
Laurent de Saint-Cricq Marcoy	Voyage à travers l'Amérique du Sud de l'océan Pacifique à l'océan Atlantique	França	1869

A lista dos exploradores estrangeiros e de suas respectivas publicações sobre a Amazônia ainda deve aumentar, na medida que a pesquisa for avançando. Pretendemos realizar pesquisas na Biblioteca Nacional, Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, na Bibliothèque Nationale de France, British Library, Digital Public Library of America e Deutsche National Bibliothek. Na tentativa de identificar exploradores das principais potências imperialistas da época: França, Inglaterra, Estados Unidos e Alemanha.

Conclusões

Os anos que se seguiram às explorações, trouxeram mudanças profundas nos territórios amazônicos, a produção de borracha explodiu, acompanhada por uma forte migração de nordestinos, fugindo de fortes secas que assolaram a região no final da década de 1870. Ficariam conhecidos como “seringueiros”, a base de muita exploração, extraíam o látex dos seringais para abastecer as potências capitalistas com borracha. A Amazônia tornou-se uma fronteira de expansão do Estado brasileiro, culminando na criação do estado do Acre (Morais, 2020).

Referências

BUENO, Ricardo. **Borracha na Amazônia: as cicatrizes de um ciclo fugaz e o início da industrialização**. 1ed. Porto Alegre: Quatro Projetos, 2012.

CARNEIRO, João Paulo Jeannine Andrade. Exploradores franceses na Amazônia brasileira durante o século XIX: breve biobibliografia. In: **II Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico**, São Paulo, 2009.

DIENER, Pablo. Os viajantes naturalistas do século XIX e suas contribuições para o conhecimento científico das línguas e cul-

turas dos povos nativos das Américas. **Revista Brasileira de Linguística Antropológica**, v. 6/2, p. 329-331, 2014.

FRANÇA, J. M. C., CRIBELLI, T. ; PARADA, M. . **As descobertas do Brasil: O olhar estrangeiro na construção da imagem do Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, v. 1. 240p, 2014.

GOMES, Carlos Valério. Ciclos econômicos do extrativismo na Amazônia na visão dos viajantes naturalistas **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências. Humanas.**, Belém, v. 13, n. 1, p. 129-146, jan.-abr. 2018.

KURY, Lorelai. B.. Viajantes e naturalistas do século XIX. In: Paulo Roberto Pereira. (Org.). **Brasiliana da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional/Nova Fronteira, 2001.

LISBOA, Karen. M.. Humboldt e os viajantes no Brasil na primeira metade do século XIX. In: LEOPOLDO, Z.; MAGALLÓN, M. (Org.). **El mundo que encontro Humboldt**. 1ed.México d F: IPGH; Fundo de Cultura Econômica, 1999.

MORAIS, Maria de Jesus. A formação do estado do Acre nos arquivos do IHGB, da SGRJ e Biblioteca do Palácio do Itamaraty. In: SOUSA NETO, M. F.; LIRA, L. A.; DUARTE, R. B. (Org.). **Geografias das ciências, dos saberes e da história da geografia**. 1ed.São Paulo: Espaço Alameda, 2020.

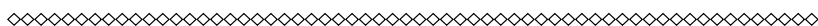
ROMANI, C Missões científicas, imperialismo e política externa nas fronteiras com as Guianas. In: Britto, Adilson J. I.; Romani, Carlo; Bastos, Carlos Augusto. (Org.). **Limites Fluentes: Fronteiras e identidades da América Latina**. Curitiba: Editora CRV, 2013.

WEINSTEIN, Bárbara. **A Borracha na Amazônia: Expansão e Decadência (1850 – 1920)**. São Paulo: HUCITEC: Editora da Universidade de São Paulo. 1993.



HISTÓRIA E A RELAÇÃO DO POVO PAITER COM A CASTANHEIRA

Natanael Pabikãr Suruí¹



Introdução

Este trabalho apresentará a história e a relação do Povo Paiter Suruí com a castanheira. A história conta que *Palob* (Deus) convidou todos os animais para comer a castanha e durante essa festa os animais que eram pessoas antigamente vão se transformar em bichos como de hoje, além disso a história conta como a castanheira ficou uma árvore alta, antigamente era baixa.

O trabalho também traz a relação do povo Paiter Suruí com a castanheira. O povo Paiter acredita que *Palob* mora em cima da copa da castanheira, por isso ela é uma árvore que representa uma espiritualidade de grande respeito para nosso Povo.

Por esse motivo a castanheira não pode ser cortado por qualquer pessoa a não ser por uma pessoa que tem espírito de guerreiro, ou seja, líder do clã (cacique) ou guerreiro, mas primeiro tem que pedir a permissão do *Palob*. A castanha também é uma fonte de alimentação para povo Paiter com ela podemos fazer vários tipos de alimentos tradicionais que consumimos em nossas diárias.

O povo Paiter Suruí faz parte da família linguística Tupi-Mondé, vive na Terra Indígena Sete de Setembro, município de Cacoal, Rondônia. Esta pesquisa compõem o Programa de Iniciação Científica (PIBIC), Departamento de Educação Intercultural (DEINTER) da Universidade Federal de Rondônia, bem como está vinculada a pesquisa Histórias às margens: geografias políticas mundiais e fronteiras territoriais indígenas entre Andes e Amazônia no período (pré)colonial e suas repercussões contemporâneas (CNPq, UFSC, UNIR, UFPB).

1. Bolsista do Programa de Iniciação Científica (PIBIC 2022/2023). Acadêmico de Educação Intercultural (DEINTER). Universidade Federal de Rondônia (UNIR Campus de Ji-Paraná).

Objetivo

Conhecer a história e a relação do povo Paiter Suruí sobre a castanheira. Fortalecer esses conhecimentos históricos e da culinária do povo Paiter a partir da castanha.

Metodologia

A pesquisa está sendo realizada através do registro das narrativas do ancião Agamenon Gamasakaka Suruí. Agamenon é morador da Aldeia Lapetanha, situada na TI Sete de Setembro, região do município de Cacoal, Rondônia, é pai do autor deste trabalho, é também um ancião muito respeitado pelo povo Paiter. Durante a pesquisa também tivemos a participação da anciã Elza Ćopojog Suruí, mãe do autor, a participação da anciã foi muito importante por contribuir na demonstração dos alimentos tradicionais do povo Paiter a partir da Castanha.

Conforme Descola “Para fazer o inventário, é necessário ir ao encontro das pessoas e observar seus costumes, suas formas de fazer, de dizer; é necessário compartilhar sua vida cotidiana durante vários anos, aprender aquilo que sabem, compreender aquilo que fazem [...]” (DESCOLA, 2007, p. 9). Desta forma, enquanto pesquisador indígena busquei olhar minha cultura, as histórias indígenas do meu povo a partir de um olhar observador e curioso para a construção do registro das histórias.

Para realizar a pesquisa o uso das câmeras e gravador de áudio foi essencial para registrar com fotos e vídeos as atividades do campo. Conforme Mezacasa ao experienciar pesquisas de campo:

a experiência de campo mostrou que as histórias indígenas não estão somente nas oralidades, mas, podem se apresentar nas expressões da pintura do corpo, nos modos de fazer, modos de colher, nas relações entre humanos e não humanos, na relação que se dá ao longo dos territórios experienciados. (MEZACASA, 2021, p. 38).

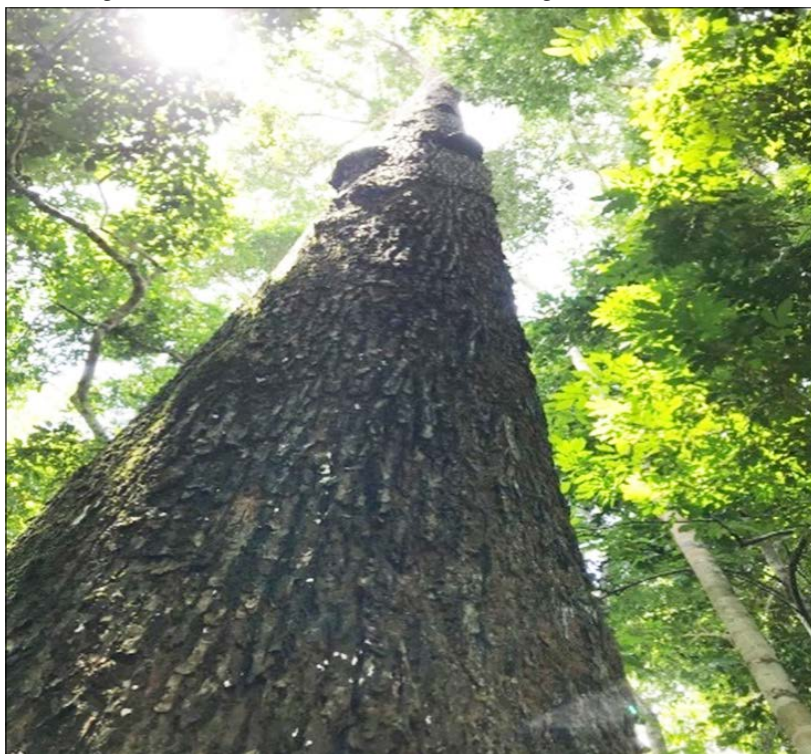
Dessa maneira, sabemos que a experiência da pesquisa na área da história indígena não está somente na gravação de entrevistas, mas na experiência vivenciada em diferentes lugares e saberes cotidianos, tal como a vivência na coleta da castanha, entre outros.

Resultados alcançados

A narrativa Paiter sobre a história da castanheira se inicia junto com os animais. A história conta que antigamente o pé da castanheira eram bem baixo, a pessoa podia tirar seus frutos em pé mesmo, porque estava bem perto. A história conta que as crianças flechavam os seus frutos ou batiam com uma vara tirando ou quebrando suas folhas. Olhando isso *Palob* (Deus) não gostou do que estava vendo – castanheira pertencia a *Palob* – então ele resolveu chamar todas as pessoas para comer a castanha e os animais eram gente (pessoas) antigamente.

Então *Palob* pediu ao seu parceiro (*Palob leregud*) subir no pé da castanheira para tirar todos os seus frutos, ele subiu na árvore e *Palob* pediu para ele não olhar para baixo. Quando *Palob leregud* estava em cima da castanheira *Palob* fez com que a árvore ficasse alta e ela foi subindo até ficar como nos dias atuais.

Imagem 1 – Castanheira no interior da Terra Indígena Sete de Setembro



Fonte: Autor

Quando estava comendo a castanha o mutum pegou uma castanha verde e falou o seguinte: Eu acho muito lindo essa castanha verde bem vermelha, então quero ter ela como meu bico, eu ficaria muito lindo com meu bico vermelho! Vendo isso o jacamim também pegou a cera da castanha e falou: Eu também acho que a cera da castanheira ficaria muito bonito como meu bico, então Palob pediu para eles usarem como bicos deles, mas primeiro eles teriam que cantar para virar bichos e assim todos os animais que estavam ali viraram animais como são nos dias atuais. Nesse momento *Palob* (Deus) deu função para cada animal.

Desde a criação dos seres vivos *Palob* (Deus) criou regras para o ser humano, dentro dessas regras existem o que a pessoa pode fazer e também o que não pode. Por meio dessa história o povo Paiter acredita que *Palob* fica em cima da castanheira, então isso significa que a castanheira é uma árvore de grande importância por sua espiritualidade para os Paiter Suruí.

Na cultura Paiter só a pessoa de grande importância podia cortar, como, cacique, líder do clã ou guerreiro, mas primeiro tem que pedir a permissão ao seu dono que é (*Gõrah*) *Palob*. Segundo os Paiter se a pessoa cortar sem a permissão do *Gõrah*, ele pode castigar o tempo com a grande tempestade, o tempo fica escuro com a grande chuva. Isso significa que o *Gõrah* não gostou, essa atividade também serve para ver se a pessoa tem espírito forte, um teste para medir a força do espírito de uma pessoa, ou seja, se a pessoa pedir a permissão do *Gõrah* para cortar a castanheira e mesmo assim ele castigar o tempo, significa que ele não tem espírito forte, ou seja, ele não é guerreiro, também não pode ser líder do clã.

A castanheira também é uma árvore que produz alimentos tradicionais para povo Paiter. A partir do seu fruto “castanha” podemos fazer vários tipos de comida, como por exemplo: castanha ralada com mel, castanha ralada com polpa de caju do mato, massa de castanha com pássaro (cozido e moído no pilão), castanha torrada, beiju de castanha com babaçu e outras.

Conclusões

Durante a pesquisa podemos ver o quanto a castanheira é uma árvore que tem bastante significativo para povo Paiter Suruí, seja como alimento ou na espiritualidade. Por meio dessa representatividade cada ser vivo, como animais ou planta tem

o seu respeito pelo povo indígena dependendo da sua cultura ou história.

Esse costume de ter certo respeito com a natureza vem desde a criação do mundo, ou seja, quando Palob (Deus) criou ser humano, plantas e animais. Então esse conhecimento de um povo vem sendo repassado e preservado pelas gerações futuras. Como escreveu Mezacasa, a partir dos aprendizados construídos junto dos povos indígenas em Rondônia:

no que toca a Amazônia, compreende-se a complexidade da interação entre o natural e o cultural, a tal ponto que pensar as categorias cultura e a natureza separada é construir um vazio epistemológico. Tal abordagem tendem a silenciar as relações que as diferentes etnias indígenas estabelecem com o território que são usados, manejados, modificados, negociados [...], concretizando uma relação muito além da dicotomia entre a natureza e cultura (MEZACASA, 2018, p. 29).

Por meio das histórias podemos ver que durante a Criação dos animais e plantas *Palob* (Deus) já pensou no equilíbrio ambiental, por isso durante a criação ele fez as regras para as pessoas seguir, ou seja, criou culturas diferentes. Se não houver essas regras muitos ser vivos poderiam estar em extinção há muito tempo, então essa história nos traz essa reflexão é ter mais respeito com a natureza.

Referências

DESCOLA, Philippe. **Outras Naturezas, Outras Culturas**. Editora 34, 2016.

MEZACASA, Roseline. As Mulheres Makurap e o saber fazer do Marico. **Revista Brasileira de Linguística Antropológica**, Brasília, v. 10, n. 1, p. 23-45, jul. 2018.

MEZACASA, Roseline. **Por histórias indígenas**: o povo Makurap e o ocupar seringalista na Amazônia. Tese (Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina). Florianópolis, 2021.

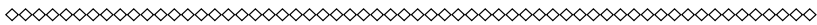


HISTÓRIA(S) AKUNTSÚ E LINGUÍSTICA: ANOTAÇÕES DE DADOS E FERRAMENTAS LINGUÍSTICAS

Luana Luiza da Silva Santos¹

Carolina Coelho Aragon²

Fabrcio Gerard³



Introdução

Considerando a língua um veículo de transmissão das histórias indígenas, demonstramos neste trabalho como o uso de ferramentas linguísticas, vinculadas à construção de *treebanks* da *Universal Dependencies* (MARNEFFE et al., 2021) para línguas indígenas, está vinculada às narrativas históricas do povo Akuntsú. Desta forma, partindo da experiência vivenciada na Iniciação Científica, discutimos o uso da linguagem CoNLLU como ferramenta de revitalização e documentação de línguas indígenas brasileiras.

O projeto “Educação, Linguística, História e Comunidades Indígenas” vem sendo desenvolvido na Universidade Federal da Paraíba desde 2021. Em síntese, foram desenvolvidos: material didático para as escolas Makuráp; expansão do dicionário Akuntsú; e anotações de enunciados e histórias nos *treebanks* organizados para essas duas línguas da família linguística Tuparí (Tupi).

Atualmente, três mulheres constituem a totalidade do grupo Akuntsu: Pugapia, Aiga e Babawro, as quais vivem na Terra Indígena (TI) Rio Omerê, estado de Rondônia (ARAGON; ALGAYER, 2020). O primeiro contato oficial da Fundação Nacional do Índio (Funai) com os Akuntsu aconteceu no ano de 1995. Os Makurap, por sua vez, estão hoje divididos entre as TI Rio Branco e Rio Guaporé em Rondônia, ocupando as margens do lado esquerdo do Rio Branco e do Rio Colorado há anos

1. Graduada em Letras – Língua Portuguesa (UFPB).

2. Doutora, Professora da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

3. Doutor, Professor da Universidade de Tubinga.

(MALDI, 1991). De acordo com a autora, essa situação atual é fruto da desterritorialização que ocorreu na década de 1940-1960 com o aumento dos seringais, um processo intenso e marcado nas narrativas dos Makurap, bem como nas de todos os povos do Vale do Guaporé (ver MEZACASA, 2021).

Neste trabalho, focaremos nas ações do projeto associadas à língua Akuntsú, mostrando como um diálogo interdisciplinar entre linguística e história é relevante para a construção de um espaço de aprendizagem coletiva sobre os povos indígenas da Amazônia.

Objetivos

Objetiva-se com este trabalho demonstrar como a descrição linguística se relaciona à diferentes disciplinas, em especial à história indígena. Segundo Cavalcante (2011), todo povo indígena possui história e essa história é digna de ser estudada “independente do grau de relação que ela tenha com o contexto colonial” (p. 366).

Partindo desse princípio epistemológico, buscamos dialogar com a disciplina de história indígena para discutir a descrição linguística por um olhar (multi)disciplinar, focando no trabalho desenvolvido pela equipe do TuDeT (Tupían Dependencies Treebanks) vinculado ao TuLaR (*Tupian Language Resource*), um projeto em andamento que está construindo e disponibilizando em livre acesso dados referentes às línguas Tupi.

Por fim, objetivamos demonstrar os trabalhos desenvolvidos a partir dos *treebanks* como uma forma de documentação histórica.

Metodologia

Levando em consideração que todas as palavras têm uma história por trás de seu significado, descrever uma língua é uma maneira de documentar e compreender histórias orais de um povo. A exemplo disso Mesacaza (2021) traz o histórico do termo ‘marico’, utilizado para descrever as bolsas feitas da folha de *tucum* (*Astrocaryum vulgare*) e que, de acordo com a autora, é uma apropriação indígena de uma palavra usada para designar uma bolsa utilizada pelos seringueiros para levar os seus utensílios. A partir desse e de outros olhares, foi possível remontar a história do povo Makurap e da invasão seringalista em seu território.

Como defende Toledo e Miranda (2021), as documentações de línguas indígenas são uma forma de preservar os saberes socioculturais e remontar a história de um povo. Levando esse pensamento em consideração e partindo do pressuposto de que a palavra, por si só, conta uma história e de que a oralidade é uma forma de disseminação cultural, as anotações da língua Akuntsú buscam retratar esses saberes.

Para realizar a documentação dessa língua via anotações no TuDeT, utilizamos como ferramenta os *Treebanks* da *Universal Dependencies* (UD) para anotar textos e dados linguísticos. Esta ação faz parte de um projeto de pesquisa maior intitulado TuDeT (*Tupian Dependencies Treebanks*), uma base de dados de anotações em *treebanks*. Neste trabalho, mostraremos, por meio desses métodos, como as histórias orais estão no processo de organização no *Treebank* Akuntsú já existente.

Resultados Alcançados

A seguir é possível observar parte das anotações na língua Akuntsú, no formato CoNLLU, presentes no TuDeT (2022). Essa pequena amostra é uma história contada por uma das indígenas Akuntsú.

sent_id = 0011.23

text = Ekwita ko eno , oiat . Txiramanty po ekwita topkora . kojöpi ipa . nom , en nom ekwit pe .

text_eng = I ate honey there, my caught (thing). Txiramanty's hand looked for honey. At night, returned. You didn't, you didn't go to honey's path.

text_port =

1	Ekwita	Ekwit	NOUN	n	-	2	obj	-	[e'k'it];mel;honey
2	ko	ko	VERB	vt	-	0	root	-	[ko];comer;eat
3	eno	eno	ADV	adv	-	2	advmod	-	['enu];lá;there
4	,	,	PUNCT	punct	-	2	punct	-	-
5	oiat	at	NOUN	vt	Nomzr=Obj Person[psor]=1	2	appos	-	[at];pegar;to catch
6	.	.	PUNCT	punct	-	5	punct	-	-
7	Txiramanty	Txiramanty	PROPN	n	-	8	nmod	-	-
8	po	po	NOUN	n	-	10	nsubj	-	[pu];mão;hand
9	ekwitat	ekwit	NOUN	n	-	10	obj	-	[e'k'it];mel;honey
10	topkora	topkora	VERB	vt	-	2	parataxis	-	[top'kura];procurar;search
11	.	.	PUNCT	punct	-	10	punct	-	-
12	kojöpí	kojöpí	ADV	adv	-	13	advmod	-	[kopö'bi];noite;night
13	ipa	ip	VERB	vi	Tv=Yes	10	parataxis	-	[ip];voltar;come.back
14	.	.	PUNCT	punct	-	13	punct	-	-
15	nom	nom	ADV	adv	-	20	discourse	-	[nôm];não;no
16	,	,	PUNCT	punct	-	20	punct	-	-
17	en	en	PRON	pron	Number=Sing Person=2 PronType=Prs	20	nsubj	-	[ên];você;you
18	nom	nom	ADV	adv	-	20	advmod	-	[nôm];não;no
19	ekwít	ekwit	NOUN	n	-	20	nmod	-	[e'k'it];mel;honey
20	pe	pe	NOUN	posp	-	13	parataxis	-	[pe];para;to
21	.	.	PUNCT	punct	-	20	punct	-	-

N

topkora . kojôpi ipa . nom , en nom
ekwit pe . [0011.23] ||

Conclusões

Este trabalho procurou visibilizar a importância de estudar as histórias indígenas como parte das descrições linguísticas. Para isso estabelecemos relações entre a linguística computacional, em conjunto com a descritiva, como um meio de fortalecer não apenas a descrição de línguas ameaçadas de extinção, como de promover conhecimentos sobre suas comunidades e suas histórias.

Também buscamos discutir a relação da linguística na compreensão de processos culturais, pois quando se trata de línguas indígenas, olhar para elas é restaurar parte de histórias silenciadas, além de nos despertar para o fortalecimento das políticas de línguas dos povos originários, como também das políticas públicas de proteção desses povos.

Referências

ARAGON, C.; ALGAYER, A. A história contada pelos Akuntsú: ocupação territorial e perdas populacionais. **Revista Brasileira de Linguística Antropológica**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 223–234, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br>. Acesso em: 16 out. 2022.

CAVALCANTE, T. L. V. Etno-história e história indígena: questões sobre conceitos, métodos e relevância da pesquisa. **História (São Paulo)**, v. 30, n. 1, p. 349-371, jan/jun 2011.

DE MARNEFFE, M. C.; MANNING, C. D.; NIVRE, J.; ZEMAN, D. Universal Dependencies. **Computational linguistics**, v. 47, n. 2, p. 255-308, jun, 2021.

MALDI, D. O complexo cultural do Marico: sociedades indígenas dos rios Branco, Colorado e Mequens, afluentes do Médio Guaporé. In: FURTADO, L. G. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Série Antropologia, v. 7, n. 2. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1991. p. 209-269.

MEZACASA, R. **Por histórias indígenas: o povo Makuráp e o ocupar seringalista na Amazônia**. Tese (Doutorado em História)

ria), Universidade de Santa Catarina, Florianópolis, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br>. Acesso em: 10 mar. 2023

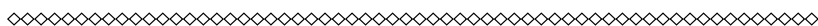
TOLEDO, B. F. MIRANDA, C. C. Por que documentar e descrever línguas? A importância desses estudos para revitalização e fortalecimento de línguas indígenas brasileiras. **Articulando e Construindo Saberes**, v. 6, 2021

TUDET: Tupían Dependency Treebank. Disponível em: <https://zenodo.org>. Acesso em: 10 mar. 2023.



HISTÓRIA(S) DA FRENTE DE PROTEÇÃO ETNOAMBIENTAL GUAPORÉ NOS CONTEXTOS DAS TERRAS INDÍGENAS MASSACO, RIO OMERÊ E TANARU

Altair Algayer¹
Carolina Coelho Aragon²
Roseline Mezacasa³



Introdução

No Brasil, a partir de compilação de dados da Fundação Nacional do Índio (Funai), o Estado brasileiro reconhece a existência de 114 registros atualmente, sendo 28 com presença confirmada (ISA 2018; Opi 2021) de população indígena vivendo em situação de isolamento. Para que a autodeterminação desses povos seja garantida, um conjunto de ferramentas de proteção foram construídas e implementadas pelo órgão indigenista ao longo da sua história.

Nesta comunicação, tomando enquanto base para as reflexões a atuação da Coordenação de Frente de Proteção Etnoambiental Guaporé (CFPE-GPE), buscamos fortalecer as discussões sobre algumas ferramentas de proteção – ações territoriais, análise das materialidades e das atitudes linguísticas –, desenvolvidas não apenas para os isolados, como também para os indígenas de recente contato.

Objetivos

Objetivamos compreender contextos históricos, políticos, linguísticos e etnoambientais de povos indígenas que vivem nas Terras Indígenas (TIs): Massaco, Rio Omerê e Tanaru, localizadas no estado de Rondônia. Essas áreas fazem parte de uma macrorregião que abrange a faixa territorial entre a margem esquerda do rio Branco até a margem direita do rio Corumbiara,

1. Indigenista/FUNAI.

2. Doutora, Professora da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

3. Doutora, Professora da Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

considerando também a bacia do rio Tanaru até a sua foz no rio Pimenta Bueno.

Metodologia

Procurando abarcar as relações históricas no estado de Rondônia, faremos um apanhado histórico do processo de colonização recente, atrelando-o às ações de proteção das equipes da Funai desde a década de 1980, antes mesmo da criação da Frente de Proteção. O recorte territorial relaciona-se ao escopo da atuação profissional do autor/autoras desse trabalho que envolve três territórios indígenas: TI Massaco, TI Tanaru e TI Rio Omerê. Sob o ponto de vista metodológico, este estudo dialoga com documentos históricos, documentação oficial e etnografias da região, com oralidades construídas a partir de entrevista, e com os resultados de experiências e pesquisas de trabalho de campo. Sob a perspectiva teórica propomos, de forma interdisciplinar, apresentar debates da história indígena (MEZACASA, 2021), da linguística (CAMPBELL, 2002; CREVELS & VOORT, 2008; ARAGON, 2014;) e da antropologia (VILLA, 2018; GOW, 2012; AMORIM, 2022).

Resultados Alcançados

A década de 1980 foi emblemática para a política indigenista brasileira. Em 1988 ocorreu a promulgação da Constituição Federal, garantindo aos indígenas novos direitos perante o Estado brasileiro. Um ano antes, um conjunto de novas diretrizes passaram a compor o rol de práticas da Funai na relação com povos em situação de isolamento. Entre essas mudanças, destaca-se o direito à autodeterminação de se manterem em isolamento, bem como a garantia de novos métodos demarcatórios para os seus territórios. Também foi ao longo da década de 1980 que a paisagem do estado de Rondônia passou por modificações nunca vistas. O slogan do governo federal era de “uma terra sem homens para homens sem terra”, entretanto, essas terras, colocadas na categoria de vazio demográfico, estavam habitadas por muitos coletivos indígenas.

Alguns povos, em um contexto de dinâmicas históricas e territoriais, envolveram-se com a sociedade não indígena. Outros, até os dias atuais, permanecem nas florestas, vivendo em situação de isolamento. Contudo, o direito à autodeterminação do não contato, para que de fato seja garantido aos povos em situação de isolamento, necessitam de um conjunto de ferra-

mentas de proteção desenvolvidas pelo órgão indigenista, e foram, justamente essas ferramentas desenvolvidas pela CFPE-GPE – as ações territoriais e a análise das materialidades e das atitudes linguísticas – o que propiciou a garantia da autodeterminação do isolamento.

A garantia da demarcação dos territórios indígenas, bem como os métodos construídos para a observação dos vestígios das materialidades, dos manejos da floresta, dos usos do território constituídos por esses povos, das atitudes linguísticas compreendidas e manifestadas na linguagem verbal e não verbal e nos usos sociais da língua, são ferramentas para a prática cotidiana da política pública do órgão indigenista frente aos povos isolados e de recente contato.

O apanhado histórico da CFPE-GPE, enquanto estudo de caso, deixa evidente o comprometimento dos indigenistas/sertanistas nesta demanda desde a década de 1980 até os dias atuais. Ações que envolvem desde a fiscalização das áreas – para coibir invasões de madeireiros, garimpeiros, posseiros ilegais – a acompanhamentos de estudos de novas áreas com a presença de populações vivendo em situação de isolamento ou não, como no caso dos Akuntsú e dos Kanoé do Omerê.

Conclusões

Em documento que marca as novas diretrizes da política indigenista brasileira para os povos em situação de isolamento, escrito no final da década de 1980, sertanistas/indigenistas assim registraram: “parecemos humildes e desprovidos do charme urbano. Mas temos a força do conhecimento, da experiência e desta mesma humildade” (Funai 1987). Essas palavras significam muito sobre os homens e as mulheres que tornam a política indigenista uma conquista para os povos indígenas em situação de isolamento e de recente contato, as quais envolvem, entre outras características, muito conhecimento e experiência nos confins do Brasil.

Contudo, nos últimos anos, o crescimento de discursos negacionistas, principalmente no tocante à Amazônia Brasileira, tem incentivado invasões às TIs com presença de população em situação de isolamento ou não. Em Rondônia, a TI Uru-Eu-Wau-Wau está invadida, situação que coloca em risco iminente a vida de povos isolados, bem como a de outros povos que também habitam a região e já possuem contato com a

sociedade não indígena. Embora saibamos dos avanços na política indigenista brasileira para os povos indígenas em situação de isolamento/recente contato, também é de conhecimento que essa mesma política precisa ser constantemente protegida e conquistada. Lamentavelmente, as instabilidades políticas no cenário nacional sempre pressionam essas conquistas.

Referências

AMORIM, Fabrício. **Varadouros indígenas, percursos indigenistas: relatos e perspectivas sobre o isolamento dos povos indígenas**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Oeste do Pará. 2022.

ARAGON, Carolina C. **A grammar of Akuntsú, a Tupían language**. Tese de doutorado, Universidade do Hawai'i, Manoa, Honolulu. 2014.

CAMPBELL, Lyle. 2002. What drives linguistic diversification and language spread. In P. Bellwood and C. Renfrew (orgs.) **Examining the farming/language dispersal hypothesis**, p. 49-63, McDonald Institute for Archaeological Research, Cambridge.

CREVELS, Mily e Hein van der Voort. 2008. The Guaporé-Mamoré region. **From linguistic areas to areal linguistics**, v. 90, p. 151-179.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI). **I Encontro de Sertanistas** – documento final, Brasília. 1987.

GOW, Peter. **“Me deixa em paz!”** Um relato etnográfico preliminar sobre o isolamento voluntário dos Mashco. *Revista de Antropologia*, v. 54, n.1, 2012.

ISA. Instituto Socioambiental. Disponível em: <https://site-antigo.socioambiental.org>. Acesso em: 10 set. 2022.

MEZACASA, Roseline. **Por histórias indígenas: o povo Makurap e o ocupar seringalista na Amazônia**. Tese de doutorado em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2021.

Opi. Observatório dos Direitos Humanos dos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato. Disponível em: <https://povosisolados.org>. Acesso em: 10 set. 2022.

VILLA, Amanda. **Demarcando vestígios: definindo (o território de) indígenas em isolamento voluntário na Terra Indígena Massaco**. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de São Carlos. 2018.

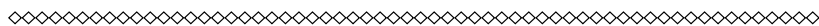


O MÉTODO NARRATIVO EM HISTÓRIAS DE VIDA AMAZÔNICAS: MARILDA, REJANE E SÔNIA EM UM SABER FAZER DECOLONIAL

João Paulo da Silva¹

Resumo: O trabalho tem como enfoque explicitar como o método narrativo junto com a técnica de pesquisa história de vida foi o percurso metodológico que me permitiu desenvolver pesquisa de mestrado colaborativa e em coautoria com as sujeitas integrantes. Tendo a Amazônia amapaense como cenário e Marilda, Rejane e Sônia como narradoras protagonistas de suas vidas e sujeitas integrantes do processo de saber fazer, trabalho neste artigo o quanto a oralidade pode ser um instrumento teórico metodológico potente para enaltecer as participantes do processo de produção de campo científico. Por objetivo busco dialogar sobre formas mais aproximadas de nossa realidade em nossos modos de fazer ciência com a elevação da subjetividade. Como referencial teórico, trabalho com a decolonialidade demarcada em racialidades territoriais amazônicas fora do espectro colonial dominante. Se como pergunta de pesquisa trago: como métodos subjetivos que contam nossas histórias por vozes locais podem ser aliadas para visibilizar nossas potências e problemáticas em um contexto científico social; como resultado, reconheço o quanto precisamos repensar nossas ideias sobre a relação colonial “eu” “outro” em aspectos acadêmicos, assim como em nossas vidas.

Palavras-chaves: Método narrativo; História de vida; Amazônia; Decolonialidade; Protagonistas.



Introdução

Início esta propositura textual apresentando Marilda, Rejane e Sônia enquanto condutoras de uma “embarcação literária acadêmica” que ancorou na Amazônia Amapaense/Tucuju. Seu nome: “Entre conversas e memórias: mulheres da Amazônia Tucuju narram suas histórias”. Academicamente classificada como dissertação de mestrado, em meu fazer decolonialmente pedagógico (WALSH, 2014) trago suas vozes em narrativas de vidas a fim de contemplar formas mais parecidas com o que somos na elucidação de nossas latinidades territoriais amazônicas.

1. Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Piauí.

Antecipo-me, apresentando-me enquanto cientista social em compromisso com um fazer acadêmico que busque comunicar-se e contemplar outros e outras, fazendo com que o acesso ao conhecimento sobre quem somos possa navegar para além do meio acadêmico. Em reforço, já apresento Marilda, Rejane e Sônia também enquanto coautoras de um saber fazer oral educacional, que em meu navegar dissertativo por trabalho de campo e análise de dados tem na contagem de suas histórias de vidas substratos para dialogar sobre como o colonialismo e a colonialidade interferem na produção de *outridades* (KILOMBA, 2019); estas, em contexto amazônico territorial com enfoque na Amazônia amapaense; estas em conexão com as interseccionalidades negras e indígenas que formam parte do nosso povo; ambas em contraste com o “eu” europeu colonial e suas estratificações brancas, cristãs, masculinas, ricas etc.

Coloco-me como narrador condutor de suas memórias e me incluo na secundariedade para que elas possam falar sobre suas vidas através do método narrativo e técnica de pesquisa história de vida, pela liberdade que ambos conferem quanto a contar nossas histórias, mesmo cientes de que não serão elas capazes de romper com o eurocentrismo acadêmico, porém, sendo ferramenta metodológica subjetiva e mais aproximada a uma realidade onde a invisibilidade e o desconhecimento real sobre o que somos de fato prevalece.

Conectado ao que Tilly (2004) apresenta como itinerário social, o “outro” em oposição ao “eu”, ramificado naquilo que ele põe como análise social ao tempo presente, em que o pesquisador em ciências sociais opta sobre como produzir visões sobre as análises feitas ao campo: se no presente ou passado, se na prescrição ou na explicação, se na ação ou no contexto, alinham-se há um tempo presente os “eus” de Marilda, Rejane e Sônia ao falarem sobre si com as propriedades de serem múltiplas em suas interseccionalidades, sendo estas substratos para pensarmos quantas outras Marilda, Rejane e Sônia existem no nosso país a atravessar lutas semelhantes contra uma estruturação patriarcal, machista e racista onde pessoas ainda são cotidianamente avaliadas por critérios meritórios de serem/pertencerem herdeiros do “eu” colonial.

Em continuidade, trabalho neste artigo o quanto a oralidade pode ser um instrumento teórico metodológico potente e rico, capaz de elevar as participantes do processo de produção de campo científico a categoria de produtoras de conhecimento

(e não apenas produtos de uma experiência de pesquisa), em diálogo com um referencial teórico predominantemente composto por mulheres racializadas (brasileiras, latinas e afro-americanas), que falaram e fizeram ciência por suas experiências pessoais em outros tempos – em questionamento ao modo de ser e estar no mundo. Oralidade; oralidade, que entrelaça-las nas suas diferenças interseccionais onde tudo que não é “euro-peu” ou “europeizado” reduz-se a “outro”; “outra”.

Por objetivo, busco dialogar – da Amazônia e pela Amazônia – sobre formas mais aproximadas de nossa realidade em nossos modos de fazer ciência, com a elevação da subjetividade, da oralidade e do tom colaborativo em nossos modos científicos de saber/fazer ciência, tendo como “norte” ou “sul” a *decolonização* científica acadêmica que parte de territórios como o de Marilda, Rejane e Sônia: a Amazônia amapaense; Amazônia esta imersa em problemáticas sociais; periferia da periferia (periférica do Norte; periférica no Estado brasileiro).

Em retorno a maneira de utilização do método e técnica percorridos neste artigo, trago que foi pelo relato de suas vivências amapaenses e suas visões particulares sobre si, nos pontos abordados pelo roteiro pré-temático composto pelos tópicos: nascimento e infância na Amazônia, crescimento e processos educacionais, relacionamentos sociais, afetivos e constituição familiar, trajetória profissional, ancestralidade e aspectos culturais correlacionados à raça e a territorialidade amazônica, subalternidades vividas a partir dos marcadores identitários de gênero, raça, classe e territorialidade, resistências às subalternizações enfrentadas durante a vida e visão de futuro, que pude construir um percurso antecessor a tecnicidade analítica, que me permitiu identificar elos naquilo que as unem em suas diferenças.

Por fim, se como pergunta de pesquisa trago: como métodos subjetivos que contam nossas histórias por vozes locais reais podem ser aliadas para visibilizar nossas potências e problemáticas em um contexto científico social; como resultado, a partir do acima exposto, apresento que se faz necessário adiantar-se o quanto – assim como são as intenções a quem faz uso de linguagens múltiplas para se contar histórias – o alinhamento teórico e epistêmico devem congrega esforços para dialogar sobre a colonialidade do ser, saber e poder na visão das protagonistas e trazer visibilidade ao território amazônico em comentário, ao renegar a condição de periferia da periferia do Bra-

sil e do mundo ao Amapá, na apresentação de histórias reais de gente que pertence a esse país assumindo sua identidade e etnicidade.

Síntese do fazer: panorama do construto junto a elas

Quando projetei a construção de um texto acadêmico dissertativo juntamente com três mulheres latinas amazônicas amapaenses interseccionalizadas em suas racialidades, foi imprescindível conectar-se com uma forma de pensar epistemologia e metodologia através de um “fazer” ciência com respeito aos atravessamentos subjetivos daquelas. Foi quando minha orientadora (*in memoriam*), mulher preta nordestina, incutiu em mim a ideia de combater a colonialidade do saber introduzindo, em íntegra e análises, a história de vida de cada uma delas por suas perspectivas; por suas vozes. A mim restava à condução dos principais pontos inerentes à trajetória de qualquer indivíduo em seu processo natural entre o nascimento e os dias atuais.

Partindo do princípio de ter visitado capitais dentro da Amazônia e instalação definitiva em Macapá, além de interesse em produzir estudos territoriais humanos cotidianos locais, havia escolhido escrever sobre uma realidade a partir de um lugar que eu buscava desvendar, não só como pesquisador, mas como agora residente fixo. Assim, ao vislumbrar o território amazônico como campo de estudo, era com Santos (1999) que projetava uma embarcação literária acadêmica navegante por entre territórios vivos, compostos para além de terra e fronteiras.

Neste sentido, era imprescindível, antes de tudo, situar-me junto aos construtos simbólicos, históricos, ancestrais, naturais e culturais que produziam humanas amazônicas tucujus. Apurava o olhar experienciando uma escrita incorporada por elementos regionais e elaborados a partir de falas que retratavam “escrivências” amazônicas (EVARISTO, 2013) aos quais florestas, rios, ancestralidades, divindades e criações culturais geracionais particularizavam todo o processo de surgimento deste enredo literário acadêmico.

Em primeiro plano, foi imprescindível colocar Marilda, Sônia e Rejane no patamar de sujeitas de pesquisa/participantes do processo no criar, e a todo instante perfazer um texto onde todas fossem sempre vistas sob esse prisma. Não se tratava do meu “eu” pesquisador fazendo análises interseccionais

sobre a vida delas a partir de temáticas pré-definidas e sim, delas, as sujeitas de pesquisa, contado suas histórias de vida e suas palavras fazendo parte de um todo textual em que suas narrativas eram o ponto principal do estudo.

Sujeitas de pesquisa. Sempre me referindo a elas enquanto sujeitas de pesquisa, resgatando a ideia distintiva que bell hooks (2019) trazia entre sujeito de estudo e objeto de estudo na proposição de uma forma educativa que priorizasse o pensar feminista racializado a partir de um lugar onde não mais cabia a elas ser tão somente objeto de análise de um mundo “branco”. Era preciso fazer das histórias que a colonialidade do poder distorce histórias contadas por vozes como de Marilda, Rejane e Sônia; histórias fora do espectro do macho eurocentrado dominante, pelo qual a objetividade de fazer ciência era propulsora da renegação da alcunha de cientista às mulheres racializadas, definindo-as como “outras”, não protagonistas, ou reduzindo-as a meros objetos de análises dos “eus” sujeitos.

Meu olhar sociológico também não vislumbrava um modo de fazer ciência sem estar em posição de igualdade quanto à parte colaborativa de cada uma das integrantes da jornada, uma vez que os diálogos produzidos neste trabalho flertavam quase que em integralidade com saberes decoloniais, feministas e antirracistas. Destarte, não tinha como o estudo não ter nas experiências pessoais e na valorização da subjetividade como modo de fazer ciência o substrato epistêmico e metodológico da embarcação-dissertação.

A escrita em primeira pessoa como opção de apresentação textual foi a porta de entrada para reconhecer e legitimar um modo de fazer ciência desprovido de fórmula única ou padrão. “Eu”, em compromisso acadêmico decolonial com uma forma genuína de fazer ciência, escrevi em primeira pessoa porque as questões interseccionais que atravessam as envolvidas neste estudo não permitiriam um modo de escrita outro, sobretudo porque havia particularidades que atravessavam as vidas das sujeitas de pesquisa de forma tão peculiar que as análises interseccionais não teriam como manter as falas narradas em dissonância com o campo teórico textual.

Logo foi necessário romper com a imparcialidade de se escrever em terceira pessoa, uma vez que percorrer biografias de vida tinha como premissa priorizar o sujeito que fala, que narra, que impõe a sua voz e seu ponto de vista, ciente de ser a

experiência individual atravessada pela interseccionalidade o meio adequado para se explicitar as tramas inerentes à inferioridade e a subalternidade propagada pelo projeto moderno colonial. Em complemento ao descrito, cito Lélia Gonzalez (1984) que ao tratar de interseccionalidade e lugar aduz que:

O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Para nós, o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular. Consequentemente, o lugar de onde falaremos põe um outro, aquele que habitualmente vínhamos colocando em textos anteriores. E a mudança se deu progressivamente a partir de certas noções que, forçando sua emergência em nosso discurso, nos levaram a retornar à questão da mulher negra em uma outra perspectiva (GONZALEZ, 1988, p. 238).

Ainda em defesa de uma escrita que contemple verdades, cito Clandinin e Conelly (2011), autores que defendem o método narrativo como força de expressão para uma produção científica que perpassa histórias as quais, através de um olhar apurado quanto ao que se tem a dizer, tornam possível um construto social progressista. Muito mais que debruçar-se sobre teorias, é preciso reconhecer que a invisibilidade amazônica, seja a nível nacional quanto às suas reais faces ou a nível local no que se refere ao Amapá, como também as interfaces de explicitar existências racializadas amapaenses, têm no método narrativo o alcance metodológico para contextualizar as interseccionalidades e a territorialidade para além do espaço físico projetado a mentalidade da maioria dos nacionais.

Outrossim, sobre ter assumido a escolha do método narrativo para o desenvolvimento do estudo em contemplação a um fazer saber onde o referencial teórico escolhido fosse vislumbrado como teoria evidente nas falas das personagens foi quase como uma via de mão dupla a reconhecer como a oralidade exposta por elas na contagem de suas histórias se faz elucidativa e educativa no que confere ao racismo, sexismo, classismo e demais preconceitos estruturais que recaem sobre corpos “outros”. Continuemos a falar sobre o método narrativo em interseção com as narrativas de Marilda, Rejane e Sônia.

A escolha do método narrativo para fins de expressar subjetividades e retratos fidedignos do que somos

Retomo a falar sobre o processo de escolha do método narrativo como expressão maior de uma subjetividade que permeou todo o processo de produção de uma dissertação que teve na metodologia e técnica de pesquisa substrato para feitura de obra decolonialmente “divergente” de um padrão eurocentrado de se pensar o construto do saber. No que confere a escrita e ao discurso produzido em meu texto pelo método narrativo, Prado, Soligo e Simas dizem que:

O registro narrativo na primeira pessoa do singular tem outra especificidade que tende a ampliar a complexidade da escrita, pois a situação é de produção de um tipo de discurso autobiográfico. Quando é assim, indiscutivelmente aquele que escreve desempenha três papéis de sujeito a um só tempo: autor, escritor e personagem protagonista. E, ainda que possa sugerir ficção literária, este tipo de registro é uma escrita de si, datada, contextualizada, nascida de uma experiência pessoal sensível (PRADO, SOLIGO, SIMAS, 2014, p. 6).

Tendo sido o cotidiano o norte ou o sul do campo textual e molde para alcance das personagens principais desta obra, reverencio Dias (1994) quanto a um pensar em metodologia que abrace o cotidiano como fórmula de produção de saberes. Vejamos:

Ao investigar experiências de vida, o estudo do cotidiano nas sociedades em transformação escapa ao normativo, ao institucional, ao dado e ao prescrito, apontando para o vir a ser, para papéis informais, para o provisório e o improvisado – em geral para o vivido, o concreto, o imponderável e o não dito, sobretudo quando confrontado com regras, valores herdados e papéis prescritos. O movimento da história perpassa o cotidiano descobrindo ângulos de estudo imprevisíveis, elaborando conhecimentos novos (DIAS, 1994, p. 362).

Entre o processo de escrever e sentir a formação do texto, pensar-me enquanto pesquisador em ciências sociais latino americano me dava uma sensação de não permissibilidade quanto a quedar-se inerte a discursos de neutralidade, muito menos defender uma objetividade acadêmica que ofuscasse nossos problemas reais, sobretudo, no que confere ao território

que busquei averiguar. A isso comungavam as frases e falas ditas por Marilda, Rejane e Sônia, que são por si só um grito de que não há possibilidade alguma de se pensar uma outra forma de se fazer nada, atualmente, sem se posicionar contra as barbáries vivenciadas pelo povo brasileiro nos últimos anos, em consonância com a demanda epistemológica de Grada Kilomba (2019), na qual o pessoal e o subjetivo fazem parte de um discurso acadêmico encaixado para falar de histórias e realidades específicas de mulheres inferiorizadas pelas suas condições de gênero, raça, classe e territorialidade.

Associado a assumir uma escrita que se fazia potente e pessoal, o encaixe do método narrativo junto a episteme decolonial, feminista e antirracista foi o vislumbre da combinação perfeita para entrelaçar os nós entre as personagens principais, a orientadora e meu “eu” escritor dissertativo poético acadêmico. Muito mais do que relatar fatos ou produzir contextos a partir de entrevistas direcionadas à determinada finalidade, o estudo teve na cadência do nascer, crescer, socializar e sonhar a base para compreensão da complexidade da experiência antropológica de viver. Para Patrícia Hill Collins:

O método narrativo exige que a história seja contada, não decupada pela análise; que seja objeto de crença, não de admiração científica. A autora também aduz que a experiência como critério de significado com imagens práticas como veículo simbólico é um princípio epistemológico fundamental para os sistemas de pensamento afro-americanos (COLLINS, 2019, p. 412 e 413).

Ter no método narrativo o meio para consecução de trabalho dissertativo poético colaborativo – junto as personagens principais Marilda Silva da Costa, Rejane Ferreira Soares e Evangelina Sônia dos Santos Jeanjacque – foi determinante para amplificar realidades invisibilizadas e esquecidas em contexto regional e nacional, sobretudo, sendo nossas diferenças determinantes na construção de nossas territorialidades.

Se para que haja revolução há de se ter ação; pulverizemos nossas ações com desobediências acadêmicas epistêmicas, assim como Mignolo (2009) sugere quanto a enfrentarmos o eurocentrismo em nossas desobediências a modernidade-colonialidade. Assim, façamos de nossas pequenas grandes desobediências metodológicas epistêmicas forças para reverberar

projetos mais subjetivos e parecidos com o que somos, que tem na força dos nós o substrato de sua potência.

Ainda a destrinchar a metodologia do meu trabalho pela escolha do método narrativo, como técnica de pesquisa, optei pela entrevista narrativa biográfica não diretiva para colheita das histórias de vida das personagens, uma vez que via nela a possibilidade perfeita de tornar o ambiente um espaço pertinente para que as narradoras pudessem falar sobre si sem pressa, de maneira confortável, traçando as linhas do tempo de suas vidas ao seu modo, sem o peso de sentirem que estavam a frente de um pesquisador com perguntas fechadas sobre pontos específicos de suas vidas. Enquanto defensores da técnica de pesquisa qualitativa por mim escolhida, Bauer e Gaskell trazem que:

A entrevista narrativa visa encorajar e estimular o sujeito entrevistado/"informante" a contar alguma história sobre algum acontecimento importante de sua vida e do contexto social. Ela é considerada uma forma de entrevista não estruturada, de profundidade, com características específicas. Conceitualmente, a ideia da entrevista narrativa é motivada por uma crítica do esquema pergunta-resposta da maioria das entrevistas (BAUER, GASKELL, 2002, p. 95).

Para Patricia Hill Collins (2019), é na valorização do diálogo que se perfaz uma epistemologia feminista racializada, motivo pelo qual é a conexão e não a separação um componente essencial no alcance do conhecimento. Ciente da estruturação do trabalho nas escolhas por mim assumidas, a forma como as narrativas biográficas de Marilda, Rejane e Sônia foram colhidas vislumbrou não o esquema criticado por Bauer e Gaskell (2002) de perguntas e respostas fechadas, que transparece a grosso modo uma posição impessoal quanto a retirar informações dos participantes em pesquisas em ciências sociais; ao contrário, foi no transcorrer de falas naturais, risos, pausas para cafés, emoções e sinalizações não verbais que foi possível perquirir o tipo específico de comunicação que moldou "Entre conversas e memórias: mulheres da Amazônia Tucuju narram suas histórias": o contar e escutar histórias sobre o cotidiano.

Encontros e desencontros tornaram os diálogos com as informantes possíveis em momento e horários oportunos por elas escolhidos e mesmo com as limitações de contato físico, em

virtude da pandemia de COVID-19, foi possível criar uma relação de troca e afeto entre as sujeitas de pesquisa, sem perder de vista o cerne de fazer ciência pelas premissas já defendidas quanto às contribuições positivas que a subjetividade traz em um processo acadêmico de produzir conhecimento de lugares subalternizados (Norte e Nordeste) e por humanas projetadas como “outras” pelos viés da colonialidade. Assim, antes do início do trabalho de campo e em respeito às tratativas que regulam as pesquisas realizadas com seres humanos no Brasil, o projeto de pesquisa foi submetido e aprovado pelo comitê de ética e pesquisa da Universidade Federal do Piauí (onde fui estudante de mestrado), como requisito de transparência e garantia de direitos às participantes do processo.

Sobre a importância da eticidade quanto as produções de nossos campos, sobretudo no que confere aos nossos espaços de atuação em localidades onde a vulnerabilidade faz-se presente, Débora Diniz (2008) traz que: “a aposta de que ética e pesquisa acadêmica sejam campos próximos deve ser concretizada por valores partilhados universais como são os direitos humanos, a proteção às populações vulneráveis e a promoção da ciência como bem público” (DINIZ, 2008, p. 423).

Foi através deste preceito filosófico milenar que o navegar com Marilda, Rejane e Sônia fez-se ontológico, ao pensar nossos lugares no mundo por nossas visões particularizadas, que se fizeram únicas em nossas trajetórias individuais e aproximadas em anseios, superações e projeções para um futuro. Acreditamos que além de nos transformar, esta dissertação expressa muito do que se é o real povo brasileiro, e ainda que produzida da Amazônia por amazônicas, reflete identidades comuns a todos nós: identidades latinas, em “outridades”, brasileiras não eurocentradas etc.

Marilda, Rejane e Sônia: decoloniais, elucidativas, educativas, companheiras

Dentre pontos em comum de existir e particularidades que me trazia a certeza do quanto cada pessoa é um infinito particular, Marilda, Rejane e Sônia foram as amazônicas tucujus que aceitaram o desafio de junto a mim seguirem rumo a um navegar impreciso, com horizonte de produção de conhecimento contrário aos padrões modernos eurocêntricos de se fazer ciência.

Assumindo o papel de contar a história junto com elas, Marilda, que infelizmente fez a passagem para o plano da ancestralidade, abre os trabalhos se nomeando e trazendo suas raízes negras amazônicas amapaenses; Rejane apresenta-se e traz a força de suas origens amazônicas afro diaspóricas através do ato político de vestir-se com referências próprias – de onde veio e onde habita – em um plano geográfico onde a mesma entende-se enquanto mulher preta latina amazônica da periferia e Sônia, mulher indígena, traz na força da sua voz, em um tempo no Brasil em que se renova e intensifica um ciclo colonial de tentar exterminar nossos povos originários, um grito pelo direito à educação para os seus irmãos indígenas enquanto nova estratégia de sobrevivência e enfrentamento ao genocídio dos nossos povos originários.

Sobre encorajamentos e fazeres individuais, pensava no desafio da dissertação, a recordar o quanto a compressão sobre o que é lugar de fala (RIBEIRO, 2016) tornava-me agente contra colonial em soma a luta antirracista e feminista. E foi na filósofa política Djamila Ribeiro (2016) que encontrei coragem e cais para pensar-me como sujeito político, falando do meu lugar social contra o colonialismo imperativo produtor das interseccionalidades presentes nas trajetórias das narradoras, e em alinhamento teórico com àquelas que vieram antes; navegando lado a lado com as protagonistas; em observação a vivência amazônica tucuju; em oitiva as pessoas que constroem esse território nacional; despertando-me sobre quem sou eu pelo viés de um Brasil que nos pertencem.

Comunicar-se. A isso propus-me em coletivo e em anseios, com “Entre conversas e memórias: mulheres da Amazônia Tucuju narram suas histórias”, a fim de que as mensagens decoloniais por nós produzidas fossem elucidativas e educativas quanto a reflexão pelos leitores sobre quem somos; sobre nossos tempos, ainda ditos “modernos”; sobre como a colonialidade e seus efeitos nefastos nos atravessa dia a dia. Comunicar-se, em união, com elas – narradoras, teóricas, integrantes diretas e indiretas da jornada – a espalhar mensagens de humanidade plena: contra o racismo, o sexismo e a xenofobia; a propor formas de reeducarmo-nos em posturas e posicionamentos cotidianos quanto ao outro; na compreensão de que a mão do Estado é punitiva e seletiva; na conscientização de que cota não é esmola e que a racialidade caminha junto a miséria; no combate à pobreza etc.

Também tinha dimensão do quanto o poder, em sua microfísica (FOUCAULT, 2014), fazia-se presente não só nas estruturas sociais estatais e econômica inerentes a eles; similarmente, todas as relações sociais eram imbricadas de traspassamentos em que o poder é parte integrante, sendo a educação e a ciência uma das searas em que este era exercido e moldado pelos seus promotores europeus. Outrossim, por uma ótica decolonial e feminista, o combate ao poder social eurocentrado envergava-se neste trabalho por outros espectros, pelas escritas e vivências das componentes deste todo textual, sobretudo, no que confere as teóricas produtoras de estudos e discursos a partir de epistemes e métodos contra argumentativos a forma imposta moderna colonial de fazer ciência.

Elas, as companheiras de viagem, divergentes, navegando em contra fluxo. Os mapeares pretéritos em nosso atual navegar. Diferindo da norma, elas, que ao fazer o que hoje é tido como ciência feminista através de suas interseccionalidades, em um passado recente foram reduzidas a não cientistas (a não ciência), pelo desprezo as formas de pensar, ser e saber delas; elas, que tiveram que falar sobre si em primeira pessoa para relatar suas dores e dizer o quanto o modo social imposto não as contemplavam em suas aspirações e formas de pensar, pensando em todos os outros; e todas as outras, em proteção mútua e conjunta. Em retorno a fantasia de nosso navegar, foi nos fatos ouvidos nas trajetórias de vida de Marilda, Rejane e Sônia que reconheci a contemporaneidade e coletividade em uma produção de conhecimento decolonial, feminista e antirracista: elas; elas por elas, por suas vidas.

A essas três mulheres foi preciso falar não apenas sobre o poder estrutural que oprime corpos com marcadores identitários múltiplos, mas sobretudo, quais resistências foram possíveis para sobreviver dentro de uma sociedade colonial falocêntrica, branca e classista. Mais que isso: quais enaltecimentos e desconstruções sociais foram imprescindíveis sendo elas amazônicas amapaenses quando dos seus percursos por dentre outros portos, pois suas histórias também possuíam a ressalva de uma territorialidade nortista amazônica litorânea, que me faziam pensar nas territorialidades delas sendo estendidas enquanto inferiores por tão somente pertencerem a região Norte do Brasil.

Por fim e através da atuação conjunta das três protagonistas foi possível uma produção de conhecimento escrita e

narrada por pessoas daqui capaz de mensurar questões globais atinentes à existência interseccionalizada e em igual dimensão questões específicas de existência única. Para cada ser humano uma subjetividade, um infinito: rios e oceanos a navegar. Amazônia. Amazônias.

Conclusão ou um pouco do muito de cada qual

O tom poético – por inspirações dos tempos, rememorar de momentos e trajetórias das sujeitas de pesquisa – do presente estudo navegou junto a epistemologia decolonial amazônica antirracista e feminista. Porque todas as vozes aqui presentes produziram lamentos, manifestos, doçuras ou afetos a partir de suas falas e isso também é uma forma de “ser” poesia.

A poesia aqui existente dentre falas se verbalizaram e instrumentalizaram por trechos poéticos meus; relatos da orientadora deste estudo, em momentos à sala de aula ou em falas públicas, por sua militância política; no riso solto de Rejane em acreditar que há amor possível para ela e para quem consiga, antes de tudo, se amar da forma como se é; nos sonhos de Sônia em se projetar exemplo para seus irmãos indígenas; e no existir Marilda, que em sua passagem por esta vida honrou sua ancestralidade e suas raízes, quase como a força de um rapper, ao sempre afirmar que de África também vieram reis e rainhas. Há de se ter poesia em uma episteme contemplativa de sujeitas singulares em suas existências, porque parte do que foi e ainda é expressão de realidades subalternizadas instrumentaliza-se pela arte como maneira de melhor ser captada pelo todo social.

Ainda sobre o navegar com as integrantes principais da jornada – Marilda, Rejane e Sônia – foi possível vislumbrar um reflexo territorial de jornada pensando uma Amazônia longe da mistificação colonial produzida desde 1500 (um mil e quinhentos) e incutida no imaginário nacional enquanto lugar atrasado. Junto às histórias particulares únicas, foi necessário ao todo tentar vislumbrar corpos ao cotidiano com aspirações e sonhos comuns, vivendo em espaço urbano, com sociabilidade plural, casamentos inter-raciais, mudanças de percursos profissionais, filhos e netos, e afastar-se das projeções xenofóbicas escutadas sobre os moradores da Amazônia enquanto pessoas que vivem em aldeias, em meio a indígenas, andando nus em meio à cobras, onças e jacarés, tendo em vista que no espaço e na história: a Amazônia é muito mais que isso.

Sobre ela e com elas, foi possível flutuar sob marés e oceanos distintos: por suas individualidades únicas, porém, em visão coletiva, decifrando aquilo que lhes foi/é comum; com bússola em direção ao norte ou ao sul, sob raios solares alaranjados e maresias decoloniais. Por método narrativo e técnica de pesquisa entrevista narrativa biográfica não diretiva foi possível uma artesanaria decolonial científica, potente, rica e mais aproximado do que somos; em antítese ao que eles pensam que somos.

Em encerrar emotivo e grato pelo navegar com Marilda, Rejane e Sônia, trago que sem tantas mãos, vozes e caminhos percorridos por tantas outras, essa dissertação jamais teria tomado forma; muito menos, eu teria tido coragem de embarcar nesta aventura, apresentando-se em tom narrativo poético esperançoso. Tão cru, porém, sendo lapidado por elas: Marilda, Rejane, Sônia, Sueli, Grada, Angela, Socorro, Djalmila... Sob os encantos da fantasia... Em modo de fazer subjetivo, único, coletivo. Acreditando nelas ao centro. Em navegares amazônicos decoloniais.

Referências

BAUER, Martin W e GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som : um manual pratico**; tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

CLANDININ, D. Jean. CONELLY, F. Michael. **Pesquisa narrativa: experiências e história na pesquisa qualitativa**. Tradução: Grupo de Pesquisa Narrativa e Educação de Professores ILEEL/UFU. Uberlândia: EDUFU, 2011.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Tradução Jamille Pinheiro Dias. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 2019.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica das diferenças**. Trabalho apresentado no colóquio internacional formação, pesquisa e edição feministas na Universidade: Brasil, França e Quebec, Rio de Janeiro, 1994. **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto/** Angela Arruda... [et al.]; organização Heloisa Buarque de Holanda. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

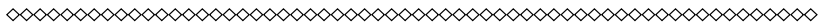
DINIZ, Débora. Ética na pesquisa em ciências humanas – novos desafios. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, 13(2):417-426, Editora da Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

- EVARISTO, Conceição. **Becos da Memória**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2013.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 28ª edição. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2014.
- GONZALEZ, Lélia. **A categoria político-cultural de amefricanidade**. Rev. TB. Rio de Janeiro, 92/93; 47/68, jan-jun., 1988.
- HOOKS, Bell. **Olhares negros: raça e representação**. Tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019.
- KILOMBA, Grada. **Memórias de Plantação – episódios de racismo cotidiano**. Tradução Jess Oliveira. 1ª edição. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- MIGNOLO, Walter D. **Desobediência Epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política**. In: Caderno de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade, nº 34, Rio de Janeiro, 2008.
- PRADO, Guilherme do Val Toledo; SOLIGO, Rosaura; SIMAS, Vanessa França. **Pesquisa narrativa em três dimensões**. VI CIPA – Congresso Internacional de Pesquisa (Auto)biográfica – Modos de Viver, Narrar e Guardar. Rio de Janeiro, RJ: 2014.
- RIBEIRO, Djamila. **O que é: lugar de fala**. 1ª edição. Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando, 2017.
- SANTOS, Milton. **O dinheiro e o território**. Revista Geographia, Ano 1. n. 1, p. 7-13, Rio de Janeiro, 1999.
- TILLY, Charles. **Itinerários em análises sociais**. Tradução de Alexandre Morales. Revista de Sociologia da USP, v. 16, n. 2, pp. 299-302, novembro de 2004.
- WALSH, Catherine. **Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re) existir y (re) vivir**. Série pensamento decolonial. Editora Catherine Walsh, México: Editora copyleft, 2014.



O PROTAGONISMO FEMININO NA TERRA INDÍGENA KAYAPÓ NA LUTA PELA DEFESA DA FLORESTA ATUALMENTE (2000-2022)

Debora Suely do Espirito Santo Souza¹



Introdução

O presente resumo busca apresentar o trabalho em andamento *“Vozes Insurgentes – As mulheres Mebêngokrê-Kayapó: O protagonismo feminismo na Terra Indígena Kayapó na Luta pela defesa da Floresta atualmente (2000 – 2022)”*, cuja análise visa compreender esse protagonismo das mulheres indígenas Mebêngokrê-Kayapó, como sujeitos participantes de uma História Compartilhada (VAN DER VEER 2001). A proposta se ancora em uma perspectiva interdisciplinar ao acionar a História e a Antropologia. Assim, o objetivo principal dessa pesquisa é evidenciar o protagonismo feminino na TIK, em defesa da floresta, situada na região sudeste do Pará, onde se concentra uma forte tensão fundiária e de garimpo ilegal, que tem contribuído historicamente para a destruição dessa terra e conseqüentemente para os indígenas em um recorte dos anos 2000 até os dias atuais. Também trataremos de temas transversais que auxiliarão no entendimento das relações de poder e do processo de marginalização dos povos indígenas. Para uma melhor compreensão do nosso problema de pesquisa, escolhemos como recorte territorial a Terra Indígena Kayapó, uma das áreas mais antigas ocupadas pelo Mebêngokre, localizada no Sudeste Paraense e cujos habitantes têm relações de contato substancialmente ampliadas com as cidades, vilas e povoados que fazem parte da paisagem amazônica. Os Mebêngokre-Kayapó fazem parte da família linguística Jê e somam mais de 400 anos de existência independente, desde que se desvincularam de seus parentes mais próximos, entre os séculos XVI e XVII (Tuner, 1992). A TIK é um terreno fértil para se analisar os processos de autonomia indígena, de disputas, de trocas de negociações entre os in-

1. Mestranda do Programa de Pós-graduação em Diversidade Cultural da Amazônia – MPEG.

dígenas Mebêngokrê Kayapó, os garimpeiros e os agricultores eurodescendentes, que forçam um processo de neocolonização.

Objetivos

O Objetivo central deste trabalho é apresentar a inserção das mulheres Mebêngôkre-Kayapó nos movimentos socioterritórios que lutam contra o avanço do garimpo ilegal nas terras indígenas, em especial na Terra Indígena Kayapó, e a luta pela floresta, compreendendo o protagonismo feminino entre as Mebêngôkre-Kayapó.

Metodologia

O ponto de partida para realização desta pesquisa será de realizar um levantamento bibliográfico de trabalhos acadêmicos, documentos, relatórios, peças jurídicas, matérias jornalísticas, entre outros que nos apontam o protagonismo das Mulheres Mebêngôkre- Kayapó da TI Kayapó, que estão na luta pela preservação da Amazônia e do avanço do garimpo ilegal na TIK. Para isso, teremos que acessar arquivos que nos possibilite encontrar fontes e análises críticas em torno da problemática da pesquisa. Com o progredir do tempo, a memória e a história passaram ora por distanciamentos, ora por aproximações. Em alguns momentos, esteve a memória mais próxima dos mitos, e a história da ciência. O que se verifica é que a memória enquanto ideia trata-se de um conceito em disputa. Le Goff (1990, p. 367), sobre a aproximação da memória com as ciências humanas e sociais, diz que o fato pode ser atribuído à percepção dos cientistas de que “o fenômeno da memória, tanto nos seus aspectos biológicos como nos psicológicos”, seria nada mais nada menos que “resultados de sistemas dinâmicos de organização, e apenas existem na medida em que a organização os mantém ou os reconstitui”, ainda que a memória individual estivesse imersa em “manipulações conscientes ou inconscientes”, geradas a partir do “interesse, a afetividade, o desejo, a inibição e a censura” (LE GOFF, 1990, p. 368).

Resultados Alcançados

Percebemos que o ataque dos não-indígenas contra a floresta não é um problema de hoje e a corrida pelo ouro, na verdade, não é sinônimo de civilização como os homens brancos tentam implantar em seus discursos colonizadores, mas sim,

sinônimo de muito sangue. Hoje, a floresta chora com os ataques e (des)políticas impostas pelo processo de neocolonização e é por essas razões que o objetivo principal desta pesquisa é discutir a inserção das mulheres Mebêngôkre-Kayapó, no Movimento *Aliança em defesa do território, Acampamento Terra Livre* – entre outros movimentos que marcam o protagonismo das Mulheres Mebêngôkre na luta pelo fim do garimpo ilegal em terras indígenas e pela preservação da floresta Amazônica; lideranças Kayapó, Yanomami e Munduruku que lutam contra o avanço do garimpo ilegal nas terras indígenas, que tem sido grande vozes insurgentes nesta luta e; a liderança indígena Maia Payakan Kayapó à frente deste movimento, *Aliança em defesa do Território*, que nos motivou a buscar compreender as histórias e o papel das mulheres à frente das lutas em defesa da Terra indígena Kayapó.

Desse modo, o gênero, conforme Scott (1989), enquanto categoria de análise histórica nos faz sentindo, e se trata de “um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1989, p. 21). Contudo, essas relações de poder não estão relacionadas somente ao domínio histórico do homem sobre a mulher. Para o caso das mulheres indígenas existe uma sobreposição de hierarquias, pois ser mulher indígena é diferente de ser homem indígena, que é diferente de ser mulher ou homem “branco” diante das relações de poder estabelecidas a partir da modernidade colonial, em que se observam relações de hierarquias dentro do mesmo grupo, no caso as mulheres. Portanto, ser mulher indígena é diferente de ser mulher não-indígena/branca/ocidental, ou seja, nem sempre lidamos com grupos distintos de pessoas, mas sim com grupos sobrepostos. Nessa sobreposição, é necessário considerar o lugar da marginalidade histórica onde se encontram as mulheres indígenas e, nesse caso, entender que as relações de poder a partir do gênero não podem estar desassociadas de um recorte de classe e de etnia. Diga-se a complexidade de analisar as relações de gênero em sociedades indígenas, que historicamente estão assombradas pelo fantasma da colonialidade.

É de fundamental importância compreender o processo histórico em que se constitui o movimento indígena, enquanto um movimento social e identitário, no entanto, com o objetivo principal de compreender a inserção feminina no movimento.

Uma vez que, estas questões estão diretamente relacionadas à atuação das mulheres indígenas em nível nacional, cujas questões relacionadas à afirmação da identidade étnica e na luta pela preservação da Amazônia e pela gestão soberana dos recursos naturais nelas existentes são, todavia, elementos caros para finalmente compreendermos o contexto em que ocorre a participação feminina e o crescente protagonismo feminino indígena.

Assim, compreender o protagonismo feminino no universo indígena significa considerar como determinantes os processos e as relações que as colocam como sujeitos marginalizados historicamente.

Conclusões

Até o presente momento, concluímos que esta pesquisa tem relevância principalmente em fortalecer a História Indígena, com enfoque nas mulheres Mebengokrê-Kayapó, pois os movimentos sociais são necessários e devem ser conhecidos para que as pessoas de cor não se mantenham às margens da sociedade e que, principalmente as mulheres de cor não fiquem abaixo em um racismo estrutural. Essas vozes que se insurgem precisam se fazer ouvir todos os dias, para que mudanças urgentes e necessárias ocorram, em prol de uma sociedade mais justa para as comunidades menos favorecidas. Por isso, a pesquisa colaborativa neste trabalho dá voz a quem sempre teve voz, mas que nunca conseguiu se fazer ouvir. Suas experiências, lutas e culturas precisam ser respeitadas e valorizadas.

Referências

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP. Editora da UNICAMP, 1990.

LUGONES, María. **Colonialidad y Género**. Tabula Rasa, Bogotá, n. 9, p. 73-102, Dec. 2008.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 22(3): 320, setembro-dezembro/2014.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, p. 71-99, jul./dez. 1989.

VAN DER VER, Peter. **Encontros Imperiais**. Editora da Universidade de Princeton, Nova Jércei, USA, 2001.

RIBEIRO, Maria Fernanda. Aliança em Defesa dos Territórios levanta sua voz contra o garimpo. In: **Instituto Socioambiental**. Disponível em: <https://www.socioambiental.org>. Acesso em: 28 de jul, de 2022.



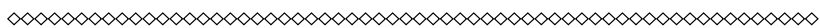
OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAS NA TERRA INDÍGENA KAYAPÓ ORIUNDAS DO GARIMPO ILEGAL (2019-2022)

Alberto da Silva Amaral¹

Claudia Leonor López Garcés²

Resumo: O trabalho apresenta os resultados de pesquisa inicial desenvolvida no MPEG, que objetiva compreender os impactos socioambientais gerados pela atividade ilegal do garimpo na terra indígena Kayapó, situada na região sudeste do Estado do Pará. A partir do levantamento bibliográfico e documental, com abordagem qualitativa, e enfoque histórico e socioantropológico, buscamos compreender a atividade garimpeira como fator propulsor de destruição da Amazônia com a contaminação dos rios pelo uso de mercúrio e sedimentos oriundo da exploração desenfreada dos garimpeiros, o forte desmatamento em decorrência do garimpo ilegal.

Palavras-chave: Terra Indígena Kayapó; Garimpo Ilegal; Ouro; Impactos socioambientais.



Introdução

O presente trabalho no qual estamos propondo apresentar nesse importante evento, é resultado de nossa pesquisa onde apresentamos algumas hipóteses em torno da problemática da pesquisa. Trata-se de analisar questões que estão diretamente ligadas à uma questão que é de suma importância para a sociedade brasileira, em especial a amazônica, uma vez que, os impactos gerados pela atividade ilegal do garimpo têm ocasionado fortes mudanças na geografia territorial e humana do povo indígena Mebêngôke-Kayapó que vive na TI Kayapó. Trata-se dos impactos ambientais em decorrência da atividade ilegal de garimpo que ocorre dentro da TIK, que recentemente tem que ganhado grandes repercussões em nível nacional e internacional, como o desmatamento, provenientes desta atividade. Nesta pesquisa, estamos justamente buscando analisar e compreender os impactos socioambientais na Terra Indíge-

1. Graduando em Sociologia, bolsista PIBIC-CNPq – MPEG.

2. Doutora em Antropologia. Pesquisadora do Museu Paraense Emílio Goeldi.

na Kayapó, que ao lado da Terra Indígena Yanomami e Mundurucu concentra hoje a maior atividade ilegal de garimpagem em terras indígenas (AMARAL, 2022).

Essas questões contribuem diretamente para a instabilidade sociocultural entre os Indígenas, uma vez que suas terras estão sendo devastadas com o avanço do garimpo ilegal, em especial na Terra Indígena Kayapó. Essa atividade ilegal é responsável por 60% do desmatamento da Amazônia (MAP-BIOMAS 2021-2022), e apresentado na pesquisa intitulada “O Impacto do Garimpo Ilegal na Terra Indígena Kayapó – 2000 – 2020. (AMARAL, 2022).

Para isso, tentamos imergir na literatura histórica, geográfica, socioantropológica e da ecologia política³ entre outros campos do saber. Dado a complexidade de nosso objeto de pesquisa, recorreremos para a interdisciplinaridade do mesmo modo que acessamos fontes documentais que nos possibilite a análise e compreensão dos Impactos ambientais ocasionados nos últimos quatro anos no Brasil, Amazônia e na Terra Indígena Kayapó, para que então possamos nos aprofundar em torno da contaminação mercurial na TIK, situada na região Sudeste do Estado do Pará. Importante compreender os cuidados que devemos ter ao tratar desse assunto, tendo em vista que existem vários interesses envolvidos nessa questão, mas ressalto que ao nos aprofundarmos nas fontes que foram consultadas, nos textos e nas informações de geoprocessamento, ficamos assustados com o avanço do garimpo nas terras indígenas, fato que vêm gerando uma forte contaminação dos rios da Amazônia. Do mesmo modo percebemos que a Amazônia está sendo fortemente destruída nesse período temporal proposto nesta pesquisa que se compreende entre os anos de 2019 à 2022, alterando toda a sociabilidade dos povos indígenas e da florestas, devido à forte contaminação por mercúrio, cujos impactos são assustadores, tendo em vista que os povos indígenas ficam

3. De acordo com Marcelo Lopes de Souza a “Ecologia Política não é apenas um saber acadêmico ou científico: ela é um saber surgido, formalmente, no interior de espaços de produção de saber animados por classes média progressista ou radicalizada urbano-metropolitana, em parte dentro e em forte parte fora das universidades (isso varia de acordo com o país). Ao mesmo tempo, ela sempre procurou estudar princípio, valorizar a produção de conhecimento realizada por atores/sujeitos situados fora do contexto urbano-metropolitano, universitário e de classe média: camponeses, ribeirinhos, indígenas etc. Isso significa que, ao mesmo em que foi assomando como um campo de saber-político-ativista e, especialmente em alguns países, também, fortemente e cada vez mais um campo acadêmico interdisciplinar” (SOUZA, 2019, p. 32).

impedidos de se alimentar, uma vez que o pescado é uma das principais fontes proteínicas na sua dietas alimentar, como também ficam impedidos de beber água, dentre outros impactos que veremos ao longo dessa escrita.

Uma vez que ainda existe garimpo de ouro na Amazônia, algo que ficou silenciado entre a virada dos séculos XX para o século XXI, ganhando força nos últimos anos, sobretudo o período temporal que abordamos nessa pesquisa – 2019 a 2022. Para isso essa pesquisa responde uma dúvida recorrente do público dos grandes centros urbanos brasileiros (não só da região centro-sul, mas de todo território nacional). Essa não será nossa pergunta condutora, porém nela encontra-se parte da importância de se pesquisar o tema do garimpo ilegal do ouro em terras indígenas na Amazônia brasileira na atualidade em especial na Terra Indígena Kayapó, que deste do projeto de iniciação científica que desenvolvemos entre 2021-2022 tem sido no foco de análise.

Nosso objetivo central neste trabalho é apresentar como a corrida do ouro na Amazônia, desencadeou o avanço do garimpo ilegal na Terra Indígena Kayapó e como consequência dessa atividade ilegal desencadeou grandes impactos ambientais em decorrência do Garimpo Ilegal afetando diretamente a sociabilidade dos Mebêngôkre-Kayapó da TIK.

Para avançar nas investigações imergimos em uma grande pesquisa bibliográfica para que pudéssemos analisar os documentos consultados para esta pesquisa como os relatórios do Mapbiomas (2021/2022) artigos jornalísticos como os da BBC Brasil, produções acadêmicas como artigos, dissertações e teses, recorremos a noção Foucaultiana de Arqueologia, que seguindo os rastros do pensador Michel Foucault nos aponta que a Arqueologia não

Não procura a transição contínua e insensível que liga, em declive suave, os discursos ao que os precede, envolve ou segue. Não espreita o momento em que, a partir do que ainda não eram, tornaram-se o que são: nem tampouco o momento em que, desfazendo a solidez de sua figura, vão perder, pouco a pouco, sua identidade. **O problema dela é, pelo contrário, definir os discursos em sua especificidade;** mostrar em que sentindo o jogo das regras que utilizam é irreduzível a qualquer outro; segui-los ao longo de suas arestas exteriores para melhor

salientá-los. Ela não vai em progressão lenta, do campo confuso da opinião à estabilidade definitiva da ciência; não é uma “doxologia”, mas uma análise diferencial das modalidades de discursos. [...] **a arqueologia não é ordenada pela figura da soberana da obra**: não busca compreender o momento em que está se destacou do horizonte anônimo. Não quer reencontrar o ponto enigmático em que o individual e o social se invertem um no outro. [...] ela define tipos e regras de práticas discursivas que atravessam obras individuais, às vezes as comandam inteiramente e as dominam sem que nada lhe escape; mas às vezes também só lhe regem uma parte. A instância do sujeito criador, enquanto razão de ser de uma obra e princípio de sua unidade, lhe é estranha. [...] **A arqueologia não procura reconstituir o que pôde ser pensado, desejado, visado, experimentado, almejado pelos homens no próprio instante em que proferiram o discurso**; ela não se propõe recolher esse núcleo fugidivo onde o autor e obra trocam de identidade; onde o pensamento permanece ainda mais próximo de si, na forma ainda alterada do mesmo, e ode a linguagem não se desenvolveu ainda na dispersão do discurso (FOUCAULT, 2009, p. 157-158. Grifos nossos).

Diante dessas fontes citadas acima, nos debruçamos para compreender como a problemática da crise ambiental no Brasil e o avanço do garimpo ilegal na Terra Indígena Kayapó. Para que então possamos compreender como a contaminação mercurial tem sido uma desses grandes impactos na sociabilidade dos Mebêngôkre-Kayapó.

Numa análise histórica que adota como questão ofensiva o limiar de epistemologização – “o ponto de clivagem entre as formações discursivas definidas por sua positividade e figuras epistemológicas que não são todas, forçosamente, ciências” –, ou seja, a cientificidade não serve como norma. “O que se tenta revelar, na **história arqueológica**, são as práticas discursivas, na medida em que dão lugar a um saber assume o status e o papel de ciência” (FOUCAULT, 1986, p. 216 – grifos do autor).

Desenvolvimento

Desde os primórdios da colonização, século XVI, a mineração de ouro no Brasil contribuiu para a formação do território nacional (vide, por exemplo, a relação entre a atividade

mineradora e a conquista das terras a oeste do Tratado de Tordesilhas). Nos primeiros dois séculos de colonização, a mineração de ouro limitou-se a um ensaio minerador no sul da colônia – São Paulo e posteriormente Paranaguá, Curitiba, Iguape e Cananéia (MARTINS, 1984). Todavia, a descoberta de ricas jazidas nas Minas Gerais transformou-se no grande marco do Brasil colonial, alterando a dinâmica territorial brasileira e fundando uma nova economia extrativa no século XVIII (PRADO JUNIOR, 1976). No mesmo século, as descobertas do ouro se seguiram em direção os sertões da Bahia, de Goiás e do Mato Grosso, neste último, nas proximidades de Cuiabá e de Vila Bela da Santíssima Trindade (GARCIA, 2014; PÓVOA NETO, 1997; VEIGA; SILVA; HINTON, 2002). Podemos considerar que a mineração de ouro, no tempo da colônia, foi impulsionada por uma corrida sobre os minerais na região de fronteira de recursos do território colonial. Neste período, milhares de indivíduos – bandeirantes, capitalistas, profissionais liberais, homens livres e escravos – se deslocaram ligeiramente para o interior em busca do metal aurífero e, assim, ocuparam o centro do continente sul-americano, como apontou Caio Prado Junior:

A mineração teve na vida da colônia um grande papel. Durante três quartos do século ocupou a maior parte das atenções do país, e desenvolveu-se à custa da decadência das demais atividades. O afluxo de população para as minas é, desde o início do séc. XVIII, considerável: um rush de proporções gigantescas, que relativamente às condições da colônia é ainda mais acentuado e violento que o famoso rush californiano do séc. XIX. (...) Em alguns decênios povoa-se um território imenso até então desabitado, e cuja área global não é inferior a 2 milhões de km² (PRADO JUNIOR, 1976, p. 64).

O ímpeto da extração mineral se seguiu sobre os aluviões e depósitos superficiais, por mais de 100 anos, mas já agonizava no princípio do século XIX. Estimativas contabilizam que, entre 1690 e 1790, pelo menos 840 toneladas de ouro entraram em circulação na economia mundial a partir das Minas Gerais. Quantidade correspondente a aproximadamente 2/3 do montante extraído no mundo na época (SCLIAR, 1994). Para se ter ideia da magnitude, a média de 8,4 toneladas/ano do período colonial é superior a extração anual oficial registrada até o fim da década de 1970. Além disso, o ápice da extração anual durante o ciclo do ouro, estimado em 16 t/ano, era bastante representa-

tivo para época e até mesmo para o período atual. Esse patamar só voltou a ser alcançado em 1980, segundo dados oficiais, ou 1978, em contagem estimada – como podemos observar na Figura 1 que segue abaixo (PORTO; PALERMO; PIRES, 2002).

Na Amazônia brasileira, a contribuição da mineração de ouro no ordenamento da região e da sociedade, no último meio século, é significativa. **Os mitos**, crenças e fetiches que o **metal carrega**, a **massa humana** por ele mobilizada, o montante de capital gerado e circulado por meio da economia mineral, a atração de instituições do Estado e do mercado, e os efeitos socioespaciais oriundos direta ou indiretamente dela, coloca a extração aurífera no patamar de um dos principais fatores reestruturadores do espaço regional amazônico contemporâneo.

A busca do El Dorado nunca deixou de estar no imaginário das classes dominantes em sua relação com a conquista do território. E isso desde o pau-brasil, cuja tintura se transformava em ouro e prata. E que nos legará inclusive, um adjetivo pátrio raro terminado em eiró – brasileiro – epíteto que designava, em Portugal no período Colonial, o português que voltava rico por explorar o Brasil. [...] A busca do El Dorado nunca deixou de estar no horizonte e, nessa busca permanente, uma figura se imporá no panteão dos heróis nacionais, os bandeirantes, que viviam em busca do ouro. (..) **O ouro é uma espécie de equivalente geral civilizatório que, no entanto, em sua materialidade sempre implica conflito, devastação e violência com/contra povos/etnias/nacionalidades/grupos-classes sociais** (PORTO-GONÇALVES, 2020, p. 11-12. Grifo nosso)

A história da Amazônia está, desde a chegada das nações europeias, ligada ao ouro, sua busca, existência e mito. A lenda do Eldorado incitou exploradores, colonizadores e aventureiros a adentrarem na selva tropical, à procura de um suposto tesouro escondido por indígenas. Esse mito conduziu portugueses, espanhóis, franceses, holandeses e irlandeses em expedições saídas dos Andes, do Caribe e do Atlântico rumo à bacia do rio Amazonas (SOUZA, 1994). As metrópoles europeias tinham a esperança de encontrar ricos depósitos auríferos sobre as formações sedimentares da bacia. Para isso, investiram em expedições exploratórias com intuito de encontrar o minério. Entretanto, os relatos dos exploradores não narraram com precisão a presença abundante do mineral, muito menos

a existência do Eldorado. Inclusive, o geógrafo Alexander van Humboldt, no século XIX, coordenou uma das últimas expedições coloniais que confirmou a inexistência material do Eldorado, ou sua existência enquanto fábula sul-americana (HUMBOLDT; BONPLAND, 1907). O cientista, todavia, explicou o processo geológico que justificava a presença de grãos de ouro em alguns rios amazônicos, sendo esses, resultado da lavagem das montanhas andinas que drenavam em direção ao estuário Atlântico.

Nas primeiras décadas do século XX, os garimpeiros ocuparam uma mina privada, novamente na bacia do Gurupi, em 1912. Diante do fato, o governo estadual interveio, propondo a formação de um polo agromineral como solução. O polo não foi à frente e, na década de 1930, um grupo de três mil garimpeiros, agora incentivados pelo governo do estado, tomou novamente a área, fundando ali uma comunidade mineira (CLEARY, 1990; PINTO, 1993). Em 1930, descobrem-se cascalhos com presença de ouro na bacia do rio Cassiporé, no estado do Amapá, atraindo expressivo número de indivíduos, que se espalharam ao longo do rio e seus tributários. Em meados da década de 1930, o Departamento Nacional de Pesquisa Mineral – DNPM estimou volume de 240 kg anuais de ouro oriundo da região amazônica. Mesmo assim, a extração aurífera, no período, devia ser bem maior, considerando a total ausência de regulação estatal e o difícil acesso às áreas de mineração na região. No final da década de 1930, surgem expressivos garimpos de ouro e diamante no rio Tocantins, no estado do Pará, no estado do Amapá e no estado de Roraima (VELHO, 1982; MACMILLAN, 1995; PINTO, 1993).

Com a apropriação da natureza, as disfunções capitalistas se apresentam em toda a ordem social, como na alteração direta nas comunidades, seus meios e condições de vida. Coincide, como foi disposto na recapitulação histórica, com a interferência na qualidade de vida em populações tidas como periféricas e, ainda, predominantemente, não brancas. A crise social é outro desafio para que alcancemos o ethos mundial (BOFF, 2008).

As mudanças que o ser humano provoca na Terra agora passariam a marcar uma nova época geológica, a do Antropoceno. O químico Paul Crutzen cunhou o termo e o justifica pelo fato da criação de materiais que não são naturalmente produzidos pelo planeta Terra, propiciando modificações profundas em sua configuração. As ações humanas como o desmatamen-

to, a ser aprofundado nas seções seguintes, estão dentre as motivações para esta justificativa científica (CRUTZEN, 2006).

O povo Mebengokré/Kayapó está ligado histórica e cosmologicamente aos Kayapó setentrionais. Segundo Turner (IDEM, 1992:313), um mito de origem explica que todos os ancestrais morariam juntos numa região “entre águas”, o que também reforça a argumentação a partir da relação com a etimologia da palavra Mebengokré, que tem significado relacionado à sua cosmologia e origem, como sendo o “povo do buraco d’água” (LEA, 2012), ou a “gente do espaço dentro das ou entre águas” (TURNER, 1992). Segundo o pensamento Kayapó, o grupo descobriu uma árvore às margens do rio Tocantins, que produzia espigas de milho. Ela foi derrubada pelos guerreiros e à medida que o povo ia recolhendo as muitas espigas para cultivá-las, passavam a falar línguas diferentes, pois as espigas eram distintas e determinavam a diversidade de línguas. Assim teria sido a origem dos grupos que se separaram formando os Jê atuais.

Somente na década de 1960 houve a produção mais densa de pesquisas sobre o povo Kayapó, a partir do *Harvard Central Brazil Project*-HCBP, uma iniciativa que reuniu diversos pesquisadores brasileiros e americanos a fim de registrar informações sobre os povos indígenas macro-jê do Brasil Central (INGLEZ DE SOUSA, 2000). Estas pesquisas influenciaram a maior parte das produções científicas sobre os povos deste tronco nas décadas seguintes, visto que focalizaram as estruturas clássicas de constituição de cada grupo. A partir de então, pesquisadores importantes como Terence Turner (1966, 1987, 1991, 1992), Joan Bambenger (1967, 1979), Simone Dreyfus (1963), Lux Vidal (1977), Darrel Posey (1979 e 1987) e Vanessa Lea (1986, 1992, 2012) produziram trabalhos muito relevantes para se conhecer os Mebengokré/Kayapó. Mais recentemente, há produções em diversas áreas, como nos trabalhos de Cassio Inglez de Sousa (2000), Clarice Cohn (2006), Adriano Jerzolinsk (2005), Sol Elizabeth González Pérez (2016), Andres Pablo Salanova (2001), Andre Demarcchi (2014), Claudia López Garcés (2012 até os dias atuais), Pascale De Robert (1990), Pedro Glécio (2016) entre outros.

A questão é que apesar da vasta pesquisa sobre a etnia, existem poucas ou nenhuma pesquisas tem sido desenvolvida sobre a questão do Garimpo Ilegal, conforme pode ser conferido na pesquisa que desenvolvemos no âmbito do PIBIC-MPEG

– 2021-2022 (Amaral, 2022) onde pode ser observado que uma das principais razões dos impactos socioambientais nas terras indígenas do Povo Mebêngôkre-Kayapó são oriundas do garimpo ilegal, do mesmo modo quase não encontramos literatura que aponte o impacto da contaminação mercurial em solos Kayapó. Por essas razões que desde 2021, tenho me dedicado à essa problemática de pesquisa, pois compreendo que esse gesto é também um gesto político.

As atividades de garimpo e extração de madeira sem dúvida estabeleceram profundas transformações no modo de vida Mebengokré, mesmo para aquelas aldeias que não se envolveram diretamente com estas atividades. Para os pesquisadores da época, os Mebengokré estavam destinados à perda de suas terras, pois “muitos objetariam que os efeitos do dinheiro e das mercadorias sobre uma comunidade indígena são conhecidos e previsíveis: cesura dos nexos sociais e de parentesco, crescimento do individualismo, dissolução da moralidade comunitária; em poucas palavras: deterioração cultural e assimilação” (GORDON, 2006, p. 39)

Ressaltamos que a presença inicial do garimpo na TI Kayapó iniciou-se nos anos 60, com pico nos anos de 1980, quando 10 mil garimpeiros chegaram à então reserva Gorotire para realizar a atividade de extração de ouro da mina Cumarú (HECHT, 2010). Consultando as fontes que já foram apresentadas em capítulos anteriores, a presença do garimpo na TIK remonta a década de 1970 com o início do Projeto Cumarú, onde reservas de ouro foram descobertas na região da Serra Gradaús pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Atraindo empresas mineradoras para a região em busca de conseguirem o direito de exploração, no entanto, a notícia se espalhou de forma vertiginosa e rapidamente garimpeiros se deslocaram para a região chegando inclusive primeiro que as empresas de mineração, iniciando a lavra de forma manual em 1980. Sobre tudo por que os depósitos de ouro estavam dispersos pela região, propiciando dessa maneira a chegada da garimpagem em território Kayapó (Cedi, 1984). Mediante o impasse, a solução encontrada pelo governo federal da época foi a instalação, em março de 1981, de um sistema de controle análogo ao que ocorria em Serra Pelada, com a manutenção dos garimpeiros e a chegada de diversos órgãos para abastecimento, segurança, atendimento de saúde e, principalmente o monopólio da compra do ouro, atividade exercida pela Caixa Econômica Federal.

Se estava criado o então Projeto Cumaru, parte dele progredindo sobre a terra Kayapó. (Cedi, 1984) Como podemos verificar na Figura 1, hoje a devastação desse território é enorme.

Figura 1 – Garimpo Maria Bonita em plena atividade em 2021



Fonte: Instituto Sócioambiental – 2021.

Com o controle do governo federal sobre a extração do ouro, os Kayapó não passaram a garimpar em sua própria terra, mas firmaram convênio com a Caixa, recebendo parte do valor arrecadado. Entretanto, não demorou muito para os índios sentirem os efeitos nocivos da garimpagem. Com a poluição das águas próximas ao garimpo, o número de doentes nas aldeias aumentava e a pesca era uma atividade cada vez menos frequente (O Liberal, 1981). Mais tarde, eles começaram também a demonstrar sinais de insatisfação quanto à porcentagem recebida pela atividade e, em 1984, comunicaram aos órgãos federais que estavam dispostos a desativar os garimpos caso os donos de barrancos não aceitassem aumentar o valor repassado (O Liberal, 1984).

De acordo com o Mapa de Conflitos da Fiocruz, a Terra Indígena Kayapó tem sofrido com as atividades ilegais de garimpo há pelo menos 40 anos. Nesse sentido, o nosso enfoque nessa pesquisa é verificar como o garimpo tem avançado ao longo do século XXI, visto que essa atividade tem atingido bastante a vida dos indígenas nesse território (MAPA DE CONFLITOS, FIOCRUZ, 2022). A atividade garimpeira se intensifica

nos anos 80 na TI Kayapó, “no leito do rio Arraias, um tributário do rio Fresco”, se prolongando até meados dos anos 90:

Nesta mesma época surgiu outro foco de atividade garimpeira a montante da aldeia Gorotire, no rio Fresco, um dos principais tributários do Xingu próximo à cidade de São Félix do Xingu. Em 2014, uma nova frente garimpeira começou a operar na região do rio Branco, no limite nordeste da TI Kayapó. A atividade iniciou de forma incipiente e acelerou a partir de 2015, promovendo danos extensos e irreparáveis à calha do rio Branco e às populações das aldeias próximas aos garimpos. A partir de 2018, a atividade garimpeira ali começou a declinar, mas migrou novamente para os rios Arraias e Fresco, atualmente em rápida expansão. Em apenas quatro anos, entre julho de 2015 e julho de 2019, 5.713 hectares já foram destruídos pela atividade garimpeira que se aproxima cada vez mais das aldeias, colocando a saúde dos indígenas em risco e provocando conflitos associados à repartição inadequada dos benefícios gerados, à promoção da prostituição, assim como à violência causada pela facilidade de acesso a bebidas alcoólicas e outras drogas. Este número é maior do que o dobro de todo o desmatamento ocorrido na TI Kayapó desde a década de 1980 até junho de 2015. Em 2020, apenas nos cinco primeiros meses do ano, já foram desmatados 684 hectares – 182 ha só em maio (DOSSIE – GARIMPO NO XINGU, 2021, p. 05).

Através da análise dos dados coletados nas fontes, verificamos que a Funai, Ministério Público Federal – MPF, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos naturais – Ibama, a Polícia Federal (PF), a Marinha e a Força Nacional, “desde 1994 até agosto de 2018, realizaram mais de 14 operações de combate ao garimpo ilegal” (CIMI – 2018). Notemos que, em agosto de 2021, Força Nacional Ibama, Exército e Marinha realizaram uma operação em Cumaru do Norte com o intuito de impedir o avanço do garimpo na região como podemos ver na reportagem do jornal A notícia – Sul do Pará / Tocantins (2021):

[...] começaram as mobilizações de garimpeiros para tentar impedir a entradas de um comboio que se dirigia para a sede do município de Cumaru do Norte e que em seguida partiria para os garimpos da região com o objetivo de prender e parar as atividades de extração de ouro,

que acontecem em várias áreas, inclusive indígenas. Por volta de meio dia os garimpeiros usaram máquinas e abriram uma grande vala na PA 287, próximo a cidade de Cumarú do Norte. Ao mesmo tempo os garimpeiros também atearam fogo em uma ponte, para garantir que os carros da operação não seguissem viagem. Participam da operação, o exército, força nacional, marinha e Polícia Federal. Cinco helicópteros fazem parte da frota aérea que dá apoio a operação. Relatos que chegaram a nossa redação dão conta de **que várias pontes já foram queimadas nas estradas de acesso às áreas de garimpos,** com o intuito de impedir que os policiais cheguem até as os locais de extração de ouro. Ao todo são três os principais garimpos onde se concentram maior número de garimpeiros e máquinas PC que são os garimpos Maria Bonita, Cumaruzinho e Tarzam (A NOTÍCIA – SUL DO PARÁ / TOCANTINS, 2021).

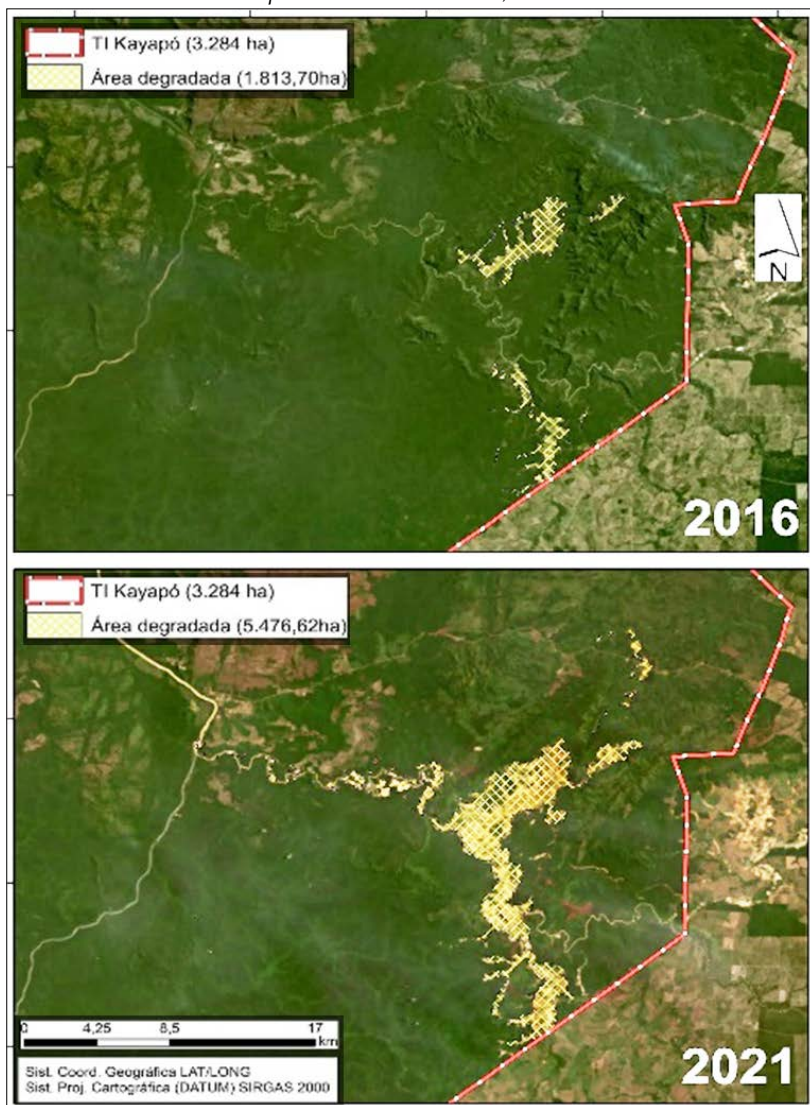
Fatos que não favoreceu a diminuição das tensões em torno da exploração de recursos naturais, muito pelo contrário, o que presenciamos foi o crescimento do desmatamento e da atividade garimpeira dentro da TI Kayapó. Como bem podemos observar nas análises realizadas na coleção 06 do Mapbiomas, a TI Kayapó lidera o ranking de desmatamento na Amazônia, como já foi visto anteriormente. Para que possamos compreender visualmente esse avanço do garimpo, as Figuras 20 e 21 nos mostra como o garimpo tem avançado na TI Kayapó:

Figura 3 – Cor da água do Rio da Ponte e Rio Fresco sendo indicativo de particulados provenientes da lavagem de material (solos) em atividade garimpeira na TI Kayapó



Fonte: Mural Interdisciplinar.

Figura 3 – Análise temporal por imagem de satélite (mosaico) Planet referente à degradação do solo por atividade garimpeira na Terra Indígena Kayapó, no município de Cumarú do Norte, Pará Brasil



Fonte: Mural Interdisciplinar.

A partir das imagens acima, percebemos o quanto a atividade garimpeira é perversa no processo de “ursurpação” e violento nas transações garimpeiras em terras indígenas. O avanço do Garimpo na TI Kayapó só nos mostra a triste realidade que

os povos indígenas tem enfrentado ao longo dos anos “dentro desse modelo mineral brasileiro, alguns inclusive já possuem investigações e monitoramento sistemático como os estudos desenvolvidos pelas organizações indígenas e o Instituto Socioambiental (ISA).” (WANDERLEY, 2021, p. 12)

Conclusão

Com base nas fontes consultadas ao longo dessa pesquisa histórico-antropológica, apresentamos como o avanço do garimpo ilegal tem se consolidado na TI Kayapó se intensificou nos últimos quatro anos, inclusive mostrando que nenhuma das ações do poder público tem sido o suficiente para impedir essa ação predatória, de violência e destruição, em nome de um capitalismo nefasto que inclusive pode aniquilar os seres humanos e não humanos, como bem observa Krenak (2020):

[...] em nome do poder o homem tem sido a praga do planeta, uma espécie de ameba gigante. Ao longo da história os humanos, aliás, esse clube exclusivo da humanidade – que está na declaração universal dos direitos humanos e nos protocolos das instituições –, foram devastando tudo ao seu redor. É como se tivessem elegido uma casta, a humanidade. Não são só os caiçaras, quilombolas e povos indígenas, mas toda a vida que deliberadamente largamos à margem do caminho. E o caminho é o progresso: essa ideia prospectiva de que estamos indo para algum lugar. Há um, horizonte, estamos indo para lá, e vamos largando no percurso tudo que não interessa (KRENAK, 2020, p. 10).

Durante a pesquisa ficou muito esclarecido qual a real intenção do Poder Político brasileiro sobre a questão da exploração de recursos minerais em terras indígenas, uma vez que, em evidência a agenda anti-indígena da antiga gestão federativa.

Essa hostilidade contra os povos indígenas é fortemente marcada pelo histórico de dominação colonial, exclusão jurídica, política e econômica. De forma que a “criminalização dos povos indígenas possibilita, cada vez mais, a concretização do ideal integracionista ainda vigente na legislação indigenista ordinária a partir do princípio da igualdade” (MOREIRA, 2015, p. 76). A constituição e o quadro jurídico fundamental do país constituem uma base impressionante de proteção aos direitos fundamentais e humanos, no entanto, o Estado não tem respeitado estes direi-

tos como se deveria, afinal, o que estamos presenciando ao longo dos anos é um verdadeiro genocídio contra os povos indígenas e o garimpo ilegal tem uma considerável parcela nesse processo. Assim, podemos constatar que esses problemas gerados contra os povos indígenas que foram apresentados ao longo desta pesquisa é uma consequência do colonialismo que ainda vigora na organização do Estado brasileiro, uma vez que esse sistema admite que as diferenças culturais e de formação social não sejam valorizadas e que apenas os padrões de comportamentos reconhecidos pelo Estado, composto de não indígenas, e possam ter seus direitos e garantias assegurados por esse, ou seja, é um sistema que preserva privilégios, que exclui os grupos e indivíduos que não se enquadram no padrão da suposta superioridade racial, entre eles indígenas e negros.

Referências

ALBUQUERQUE, Bruno Pinto de. **As relações entre o homem e a natureza e a crise sócio-ambiental**. Orientador: Alfredo César Tavares de Oliveira. 2007. 96 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Ensino Médio Integrado à Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Saúde) – Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Fiocruz – Fundação Oswaldo Cruz, 2007.

AMARAL, Alberto. **O avanço dos Garimpos Ilegais na Terra Indígena Kayapó**. Uma análise histórico-crítica desse conflito – 2000 a 2020. Relatório final do Pibic 2021-2022. Museu Paraense Emílio Goeldi: Belém. 2022.

ARAÚJO, Roberto; LÉNA, Philippe. **Da predação à sustentabilidade na Amazônia: a difícil metamorfose**. In: ARAÚJO, Roberto; LÉNA, Philippe. *Desenvolvimento Sustentável e Sociedades na Amazônia*. Belém: Ed. MPEG. 2011.

BOFF, Leonardo. **A busca de um ethos planetário**. *Perspectiva Teológica*, [s. l.], v. 40, n. 169, p. 165-179, 2008.

CORRÊA, Roberto. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

CRUTZEN, Paul Josef. **The “Anthropocene”**. In: Ehlers, E.; Krafft, T. (org.). *Earth System Science in the Anthropocene*. Berlin: Springer, 2006, p. 13-18.

FIGUEIREDO, Bernardino. **Garimpo e mineração no Brasil**. In: ROCHA, Gerônimo. **Em busca do ouro: garimpos e garimpeiros no Brasil**. Ed. Marco Zero, 1984.

FIOCRUZ, ENSP, PUC RIO, HUTUKARA, ISA, [S.I], 2016. Disponível em: <https://www.socioambiental.org>. Acesso em: 6 de fev. 2021.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2009.

GORDON, Cesar. **Economia Selvagem: ritual e mercadoria entre os índios Xikrin-Mebêngôkre**. São Paulo: ISA/NUTI/UNESP. 2006.

INGREZ DE SOUZA, C. N. **Vantagens, vícios e desafios. Os Kayapó Gorotire em tempos de desenvolvimento**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

JEROZOLIMSKI, A.; ZIMERMAN, B. **Alternativas Econômicas Sustentáveis**. In: RICARDO, B. **Povos Indígenas no Brasil 2006/2010**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011. p. 506-508.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LEA, VANESSA. **Riquezas Intangíveis de Pessoas Partíveis: Os Mëbêngôkre (Kayapó) do Brasil Central**. São Paulo: Edusp e Fapesp, 2012.

MOREIRA NETO, C. A. Relatório sobre a situação atual dos índios Kayapó. Revista de Antropologia, v. 7:49-64. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1959 Disponível em: <https://www.revistas.usp.br>. Acessado em 18/09/2022.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **“Ninguém bebe minério”**: águas e povos versus mineração. In SANT’ANA JÚRIO, Horácio Antunes de; RIGOTTI, Raquel Maria (org). **Ninguém bebe minério – águas e povos versus mineração**. Rio de Janeiro: 7letras. 2022.

PÓVOA NETO, Helion. **No caminho das pedras: itinerários na formação da mobilidade garimpeira**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, 1998.

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1976. PROCÓ.

REDE XINGU+. **Dossiê: Garimpo no Xingu**. [S.I]. 2020. Disponível em: <https://www.socioambiental.org>. Acesso em: 6 nov. 2021.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Ambientes e Territórios** – Uma introdução à ecologia política. Rio de Janeiro: Betrand Brasil, 2019.

TURNER, Terence. **Da cosmologia à história: resistência, adaptação e consciência social entre os Kayapó**. Tradução. Trabalho apresentado na reunião da ABA Associação Brasileira de Antropologia, Belém do Para, 1987. Disponível em <https://www.revistas.usp.br>. Acessado em 18/09/2021.

TURNER, Terence. Os Mebengokre Kayapó: História e Mudança Social. De comunidades autônomas para a coexistência interétnica. In: CUNHA, M. Carneiro da (Org). **História dos Índios do Brasil**. São Paulo: Ed. Schawarcz Ltda, 1992. p. 311-338.

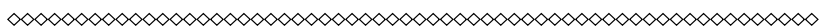
WANDERLEY, L.; MOLINA, M. **O cerco do ouro: Garimpo, destruição e lutas em terra Munduruku**. Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente a Mineração. Brasília – DF. 2021.

WANDERLEY, Luiz Jardim; GONÇALVES, Ricardo Junior; MILANEZ, Bruno. O interesse é no minério: O neoextrativismo ultraliberal marginal e a ameaça de expansão da fronteira mineral pelo governo Bolsonaro (2020). **Revista da ANPEGE**, v. 16, nº 29, pp. 555-599, 2020.



PARA ALÉM DO CONTATO: AS REDES DE TROCA TIRIYÓ NO CONTEXTO DE MISSÃO

Joanan Marques de Mendonça¹



Introdução

Os habitantes da região do Alto Paru de Oeste, no Noroeste do Pará, receberam, no final da década de 1950, a presença de religiosos da Igreja Católica Romana e de militares da Força Aérea Brasileira (FAB), cujo interesse consistiu no estabelecimento de uma Missão religiosa e de um Posto militar na fronteira com o Suriname, com o intuito de garantir a presença na região e inserir os indígenas Tiriyo na sociedade brasileira. O projeto mudaria a vida dos indígenas e, após a atração de um grande contingente na Missão, os manteriam “dependentes” dos serviços no âmbito da saúde, educação e trabalho. Os indígenas que se dedicavam aos serviços ofertados pelos agentes, sendo eles no campo ou nas oficinas, poderiam ter, com seus salários (vale compra), acesso aos produtos importados que eram comercializados na loja da Missão. Devido a movimentação na fronteira, o governo surinamês estabeleceu sua presença através de uma Base militar e de uma Missão evangélica, reunindo parte dos Tiriyo que residiam no país.

Para tanto, buscando alcançar os objetivos deste estudo, dialogaremos com as pesquisas antropológicas produzidas sobre os Tiriyo (FRIKEL, 1971; RIVIÈRE, 2001; GRUPIONI, 2005; NANKOE, 2017), numa perspectiva que envolva o grupo nos dois países, as quais foram responsáveis pela análise sociocultural e cosmológico dos indígenas imersos nos projetos de socialização pela colonização. Assim, tratando-se de que a cultura é um campo de conflitos e que nos ajuda a compreender os homens e mulheres, a situação vivenciada pelos Tiriyo foi constantemente ressignificada, permitindo-nos, a partir deste estudo, evidenciar os esforços para sua autonomia e protagonismo.

1. Doutorando em História pela Universidade Federal do Pará.

Objetivos

Mediante o processo desarticulador ocorrido com a centralização dos grupos étnicos em Missões e Postos militares na região de fronteira, analisar-se-á na instituição da Missão Paru de Oeste a continuidade das redes de troca. A circularidade de produtos é fruto do constante fluxo entre as Missões Tiriyo do Brasil e do Suriname, cuja relação e meios para sua aquisição pretendemos pesquisar.

Metodologia

Quanto aos meios abordados para construção deste trabalho faremos uso dos seguintes métodos: análise da literatura sobre os Tiriyo; análise da documentação produzidas por não indígenas; e resgate da história oral temática. A literatura existente é muito importante para compreender o contato, principalmente, por tratar das mudanças socioculturais de um povo e as intenções do Estado em estabelecer-se na fronteira. Devido à vasta produção documental gerada pelos religiosos na administração da Missão Tiriyo, dedicaremos parte do nosso tempo para análise dos documentos. Outro aspecto a ser priorizado nesta pesquisa são as entrevistas daqueles que se dedicaram nos serviços da Missão Tiriyo, permitindo-nos, a partir dos métodos da história oral, construir um texto que contemple a versão Tiriyo na sua relação com os agentes, buscando, nesse processo, identificar os esforços para a diminuição da dependência e suas dificuldades para adaptação, assim como a identificação das formas de resistência sociocultural no contínuo conflito com a cultura dominante, cujo intento nesse processo foi o da desorganização e reorganização da “cultura” indígena (KHOURY, 2000). Para melhor delimitação da pesquisa, fizemos um recorte temporal entre as décadas de 1960 e 1980.

Resultados Alcançados

Buscando responder a hipótese de que ‘o motivo que levou o grupo ao convívio com os missionários deva-se à busca por produtos industrializados’, o qual rompe com o intermédio dos negros surinameses, podemos constatar os seguintes resultados: participação nos serviços ofertados pelos missionários para obtenção de produtos industrializados na loja da Missão; fluxo na fronteira, circularidade de pessoas e de produtos; e

por fim, busca de alternativa para se ter acesso aos produtos sem depender das formas de trabalhos dos missionários.

O relato do contato apresentado pelo religioso Thomas Kockmeyer na expedição de 1958, publicado na revista alemã *Adveniat* com título, *Die Expedition zu den Tyrió-Indianern*, enfatiza o interesse do grupo pelos bens que portavam os viajantes. Na sua narrativa destacam-se o solene acolhimento proporcionado pelos anfitriões e os pedidos incomuns por mercadorias específicas, como bacias ou tachos grandes, que deveriam ser levados pela equipe num eventual encontro futuro. Essas conclusões foram feitas a partir da compreensão dos sinais gesticulados e da interpretação dos guias que falavam uma língua de variação Karib diferente da língua Tiriyo. Para Peter Rivière (2001), a hospitalidade e outras instituições mediadoras são importantes para o comércio. Nas relações interétnicas são conferidos prestígio social aos produtos vindo de fora, principalmente quando há escassez de matéria prima para confecção de um produto específico. Outro fator é a habilidade técnica empregada no artefato. Em relação aos produtos estrangeiros, a sua disponibilidade surtiu um grande efeito nas rotas de comércio indígena, permitindo que os visitantes religiosos fossem considerados potenciais parceiros de comércio, como o fizeram com os negros surinameses.

Sendo assim, não se pode afirmar que a centralização dos Tiriyo nas missões religiosas, deva-se apenas aos esforços eloquentes dos missionários. Muito pelo contrário, essa ação é fruto da reflexão do grupo que viu vantagens no convívio, oportunizando acesso direto aos bens industrializados. Ao analisar o projeto da Missão brasileira, podemos constatar que os frades buscaram conciliar o acesso às mercadorias por meio da participação no trabalho, fazendo dessa prática um método para a inserção do grupo na sociedade brasileira. Desse modo, a loja da Missão tivera a função de uma grande vitrine, a qual tem o poder de despertar o interesse de consumo por bens industrializados, que só se alcançaria através da participação individual nos serviços.

A reafirmação da fronteira pelos dois países não configurou um problema para a mobilidade do grupo. Longe disso, a presença estrangeira na região permitiu aos Tiriyo interagir segundo suas necessidades, adotando a prática de convívio que lhes parecia interessante. Podemos observar que os Tiriyo muitas vezes trocaram de missão em busca de maior liberdade re-

ligiosa e benefícios. O fluxo na fronteira é motivado por visitas aos parentes e resulta nas possibilidades de trocas entre afins e participação nos trabalhos ofertados, os quais lhes permitem retornar para suas aldeias com itens dos países visitados.

Tendo em vista o crescente interesse dos missionários pela arte indígena, os Tiriyo criaram uma alternativa para ter acesso às mercadorias e não depender dos serviços ofertados na Missão. Os missionários as revendiam nos conventos franciscanos do Brasil e da Alemanha, como afirmou o religioso Paulo Calixto, ter enviado muitas vezes caixotes de madeira cheio de arte indígena. Em visita à cidade para cuidados médicos ou reuniões de assembleia indígena, aproveitavam para vender os seus produtos por melhores preços. Era comum, também, a aquisição de produtos industrializados nessas viagens, tendo em vista que os missionários atribuíam uma porcentagem sobre os produtos da loja. Alguns se aventuravam em trabalhos fora do território indígena, como é o caso de Tomé Pere Tiriyo, que trabalhou na extração de ouro em garimpo no Suriname. Dado à falta de políticas de combate ao tráfico de animais silvestres, isso no período estudado, essa atividade possibilitou oportunidade de acesso ao dinheiro, manifestando outro meio para se adquirir mercadorias.

Conclusões

O estudo organizado por Gallois (2005), *Redes de relações nas Guianas*, evidencia a existência e a importância das relações de trocas entre os indígenas. Para tanto, levando em consideração a presença do Estado brasileiro e surinamês na fronteira e a interferência no modo de vida Tiriyo, podemos constatar a continuidade dessas redes numa dimensão muito mais ampla. O processo de socialização proporcionou o aumento da experiência com o outro. Entretanto, essa relação não se reduz ao contato com não indígenas, mas assume uma dimensão étnica que atinge grupos de todo Brasil, proporcionando trocas de saberes e experiências. Esses encontros acontecem nas cidades, nas Assembleias indígenas, na Casa do Índio etc.

Entrevistas

Frei Paulo (Raimundo) Calixto Cavalcante, 85 anos, Canindé/CE, em 24/02/2019.

Tomé Pere Tiriyo, 52 anos. Aldeia Moneni-Território Tiriyo, Óbidos/PA, em 23/01/2019.

Referências

CEDI. **Povos indígenas no Brasil**. São Paulo: Centro Ecumênico de Documentação e Informações, 1983. p.183-213.

FRIKEL, Protásio. **Dez anos de aculturação Tiriyo 1960-1970: mudanças e problemas**. Belém: publicações avulsas do Museu Goeldi, 1971.

GALLOIS, Dominique Tilkin; GRUPIONI, Denise Farjado. **Os povos indígenas no Amapá e Norte do Pará: quem são, onde estão, quantos são, como vivem e o que pensam?** São Paulo: IEPÉ, 2009.

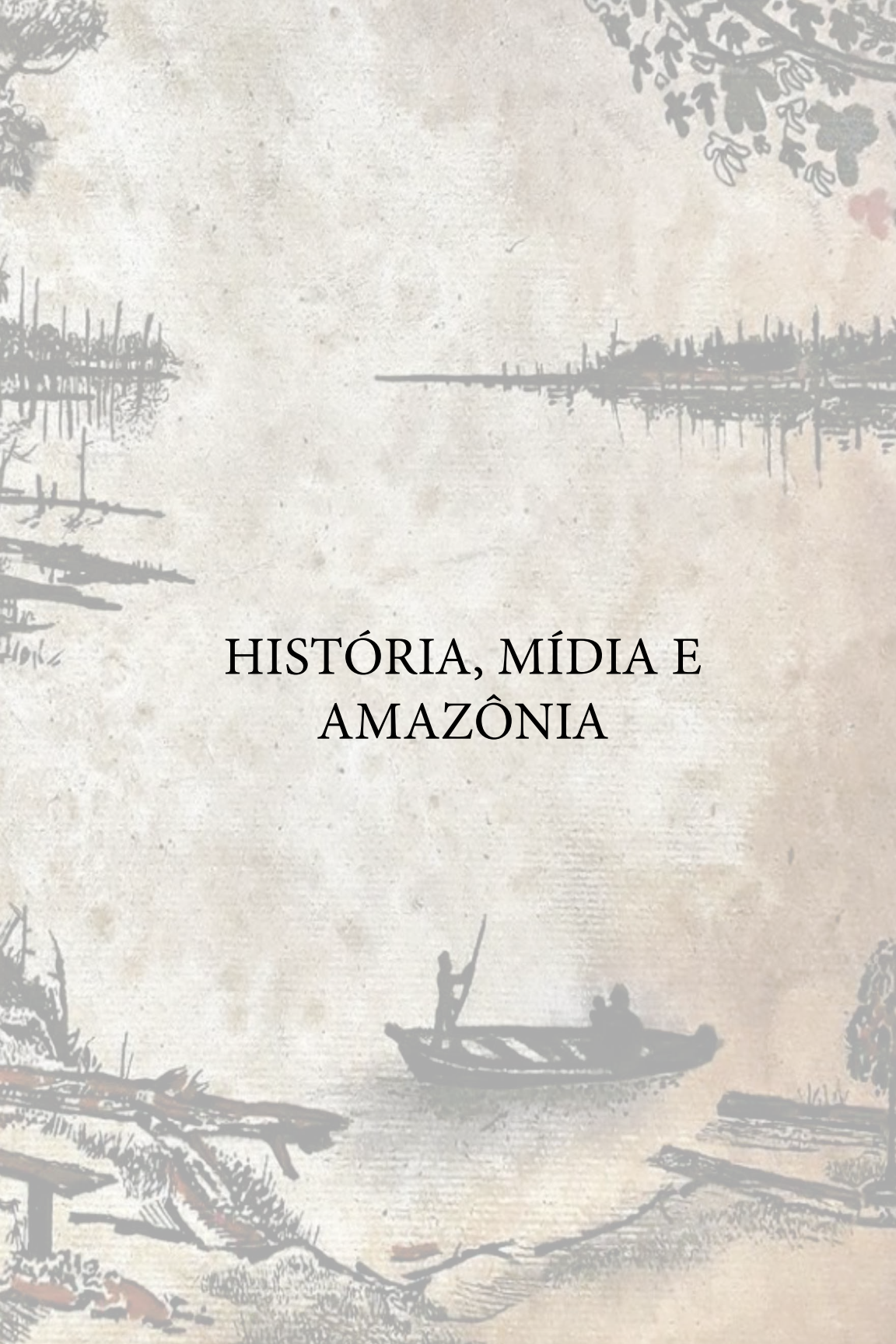
GRUPIONI, Denise Farjado. Tempo e espaço na Guiana indígena. In: GALLOIS, Dominique Tilkin (Org). **Redes de relações nas Guianas**. São Paulo: FAPESP, 2005, p. 23-57.

NANKOE, Mirella. **Trio's in Suriname and Brazil: a brief history**. Disponível em: <http://www.adekusjournal.com>. Acesso em 30 mar. 2023.

KHOURY, Yara Aun. Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. In: FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; Almeida, Paulo Roberto de; KhOURY, Yara Yun (Orgs). **Muitas memórias, outras histórias**. São Bento: Olho d'Água, 2000, p. 116-138.

KOCKMEYER, Thomas. **Unter den Tiriyo-indianer: die expedition zu den Tiriyo-indianern**. Adveniat. ALE, n. fasc, 19, p. 74-84, s.d.

REVIÈRE, Peter Gerard. **O indivíduo e a sociedade na Guiana: um estudo comparativo da organização social ameríndia**. São Paulo: Edusp, 2001.

The background of the cover is a traditional ink wash painting. It depicts a wide river or lake. In the center, a small boat with two figures is shown; one figure stands at the bow holding a long pole, while another sits at the stern. The water is rendered with light, textured brushstrokes. In the foreground, on the left, there is a thatched-roof structure, possibly a hut or a boat, with some figures nearby. The right bank shows a few trees and logs. The far bank is lined with a dense forest of tall, thin trees, their forms reflected in the water. The overall style is minimalist and evocative, typical of traditional East Asian art.

HISTÓRIA, MÍDIA E
AMAZÔNIA



A CIDADE COMO UM TEXTO: PORTO VELHO NOS ANOS 1940 E 1950 POR MEIO DA FOTOGRAFIA

Amanda Aparecida Montagil Silva¹



Introdução

O desenho das ruas e das casas, das praças e dos templos, além de conter a experiência daqueles que os construíram, denota o seu mundo. É por isto que as formas e tipologias arquitetônicas, desde quando se definiram enquanto habitat permanente, podem ser lidas e decifradas, como se lê e decifra um texto. ((ROLNIK, 1988, p. 6).

Este trabalho busca apresentar a cidade de Porto Velho através do viés fotográfico. Por meio do método semiótico, apresentar como estava a cidade e seus acontecimentos políticos, sociais, econômicos e culturais, que marcaram a história da cidade e do Estado de Rondônia como um todo. A temática em que o trabalho está inserido que é a busca da leitura e análise da cidade pela fotografia, propões também posicionar a cidade como um texto. A cidade de Porto Velho como um texto, que ao decorrer da sua trajetória histórica teceu seus acontecimentos e seus fatos históricos, possibilitando ser lida e decifrada, como a epígrafe acima. Ademais, no contexto em ler a cidade como um texto, o trabalho busca apresentar as categorias de análise, a fotografia como fonte de pesquisa para o historiar, os seus usos sociais, Porto Velho e seu mito fundador, as simbologias e as imagens referente aso anos 40 e 50, períodos em que o trabalho se dedicou a analisar.

Objetivos

Analisar as fotografias dos anos 40 e 50, mapeadas no Centro de Documentação do Estado sobre a cidade de Porto Velho, e a partir delas perceber os fatos históricos, acontecimentos que foram escolhidos para serem registrados na cidade, apresentar a cidade de Porto Velho como um texto, expondo seus aconteci-

1. Graduada em História pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Mestranda em História pelo PPGHAM/UNIR.

mentos históricos, políticos, sociais, econômicos que marcaram a trajetória da mesma, discutir a fotografia como fonte para o historiador pesquisador, as simbologias, e seus usos sociais.

Metodologia

Ao historiador, a fotografia lança um grande desafio: como chegar àquilo que não foi revelado pelo olhar fotográfico. Tal desafio impõe-lhe a tarefa de desvendar uma intrincada rede de significações, cujos elementos — homens e signos — interagem dialeticamente na composição da realidade. Uma realidade que se formula a partir do trabalho de homens como produtores e consumidores de signos; um trabalho cultural, cuja compreensão é fundamental para se operar sobre esta mesma realidade. (CARDOSO; VAINFAS, 1997, p. 574).

O trabalho utilizou das metodologias de análise fotográfica, a descrição e o método semiótico, para se chegar o mais próximo do objetivo da pesquisa, analisar e ler os acontecimentos registrados da e na cidade de Porto Velho, um desafio para o historiador pesquisador, como apresenta a epígrafe. Acreditamos que com o método semiótico, o trabalho terá os objetivos propostos alcançados. De início o trabalho contou com o roteiro para o levantamento das fotografias, no processo de investigação.

Quadro 1 – Roteiro para composição da ficha para levantamento das Fotografias

Identidade do Documento	Descrições Relevantes	Fotógrafo
Qual a localização da Fotografia?	Existe o ano de produção?	Há identificação?
Faz parte de Coleção? Qual?	Há legenda?	
É peça avulsa?	O que a imagem reproduz?	
Está inserida em um contexto de palavras-chave?	Descrição da imagem. Breve resumo.	
Qual a condição da fotografia?		
Como é armazenada?		

Fonte: Boris Kossoy (2001).

Resultados Alcançados

Para a produção do trabalho, realizamos um processo de levantamento de fotografias no Centro de Documentação

do Estado de Rondônia. Foram diferentes pastas e fotografias encontradas e olhadas, mas, tendo um direcionamento para as fotografias dos anos 40 e 50. Ao decorrer do levantamento das imagens fotográficas referentes aos períodos mencionados, percebemos que na cidade de Porto Velho teve muitas fotografias tiradas, mas, essas fotografias não foram da cidade em si, das estruturas, das ruas, os lugares mais movimentados, as diferentes localidades, mas, sim de um Bairro chamado Caiari. Esse bairro, e nesse bairro foram construídas residências para os trabalhadores da Ferrovia Madeira Mamoré. As outras fotografias encontradas em grande número, foram as do Presidente Getúlio Vargas, quando esteve em Porto Velho nos anos 40 tendo a criação do Território Federal do Guaporé. Percebemos que ler a cidade como um texto e a análise fotográfica dos anos 40 e 50, dialogam nos acontecimentos históricos de Porto Velho. Ademais, utilizar a fotografia como fonte de fato requer um exercício árduo para obter o máximo de interpretação que alcançar, almejando chegar o mais próximo do real.

Imagem 1 – Bairro Caiari – Casas de funcionários – 1943.



Fonte: Centro de Documentação do Estado de Rondônia. Autor: Sem identificação.

A imagem acima, apresenta uma das características mais comum do que podemos observar no meio urbano, no quesito, forma da construção. Residenciais, casas de alvenarias. Perce-

bemos também que são residências que possui um padrão de organização, pois tinham um objetivo para ser construídas, estando uma do lado da outra. Residências assim, também são conhecidas por casas geminadas, pois tem as construções interligadas uma na outras. Essas residências, como apresenta na fotografia foram construídas nos anos 40 em (1943), em prol dos trabalhadores da Ferrovia Madeira Mamoré, para os funcionários. De acordo com o contexto histórico, os anos de (1942 – 1945), é marcado como o segundo ciclo da borracha amazônica, esse novo ciclo teve a interferência econômica dos Estados Unidos nessas localidade devido o acordo de Woshington. Ademais, um período marcado com a criação do Território Federal do Guaporé com o governo de Getúlio Vargas. Com o processo de levantamento e análise, percebemos que o Bairro Caiari foi o centro dos registros fotográfico da cidade de Porto Velho nos anos 40, pois tinha tinha todo um contexto político e econômico interligado. Assim, logo notamos que a visita de Getúlio Vargas na cidade, também foi motivos de grandes registros fotográficos, estando atmbém em um contexto político e econômico. A grande maioria das fotografias que utilizamos no trabalho estão sem identificação do altor, assim como esta analisada.

Conclusões

Com a realização do trabalho compreendemos que o registro fotográfico é intencional e planejado. Nesse sentido, ler a cidade como um texto é fundamental para chegarmos aos seus detalhes e linguagens presentes nas construções, nas ruas, nas formas, nos modelos, nos grupos sociais e que a fotografia possibilita chegar a essas linguagens por meio da análise profunda, a semiótica.

Referências

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da História: Ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

ROLNIK, Raquel. *O que é Cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1998.

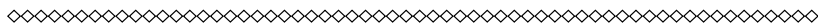


A IMPRENSA DA DÉCADA DE 1980: O POPULAR E O SENSACIONALISTA NA REPRESENTAÇÃO DAS SEXUALIDADES E IDENTIDADES DISSIDENTES

Pedro Antonio de Brito Neto¹

Resumo: Este artigo tem por objetivo discutir sobre a imprensa parense e como esta construiu a sua representação sobre identidades e sexualidades dissidentes na década de 1980. Para isso, utilizei como aporte os conceitos de Indústria Cultural e Cultura de Massa, bem como os conceitos de Jornalismo Popular e Sensacionalista para chegar a conclusão que o discurso estabelecido obedecia uma lógica mercadológica (capitalista) e de perpetuação do preconceito (homofobia e transfobia) contra as identidades e sexualidades das narrativas publicadas nos jornais.

Palavras-chave: Imprensa popular; sensacionalismo; identidade; sexualidade; violência.



Introdução

É recorrente afirmar que para o estudo da história recente muitos historiadores tendem a recorrer aos testemunhos orais, sendo estes tratados como documentos privilegiados na pesquisa histórica do tempo presente. Ocasionalmente, apelam para outras fontes de informação, afinal, a historiografia exige a análise sob diversas perspectivas.

Mas na história do tempo presente, trabalhar com fontes correntes é um tanto arriscado. Não é à toa que, este foi um campo que o historiador teve por muito tempo receio em se aventurar. No entanto, devido as memórias e o vasto material relacionado a história recente, especificamente sobre o período da Ditadura Civil-militar no Brasil, este campo entrou em evidência, e principalmente, outras fontes para além das orais, neste caso: as fontes da imprensa (CAPELATO, 2014)

Textos produzidos pela imprensa até as primeiras décadas de século XX, não tinham a integridade de serem tratados como fonte histórica. Os escritos apresentavam fatos fragmen-

1. Mestrando PPHIST-UFGA.

tados e baseados em interesses extremamente tendenciosos. Assim, “[...] em vez de permitirem captar o ocorrido, dele forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas [...]” (LUCA, 2008, p. 112).

De acordo com a escola “metódica e positivista” situada no século XIX, por se caracterizar como uma atividade abstrata, frívola e conectada intimamente ao presente e suas polêmicas contemporâneas, as fontes da imprensa não eram dignas de pertencer a lista de documentos necessários para o entendimento das conjunturas históricas, pois o paradigma vigente exigia objetividade na escrita da história (CAPELATO, 2014). Portanto, somente em meados dos anos 1970 que as resistências foram se modificando, e as fontes da imprensa começaram a obter espaço na fundamentação dos eventos históricos de história recente.

Tornando-se em pesquisas recentes fonte principal do trabalho histórico, muitos historiadores incorporam a imprensa também como objeto de pesquisa, usando-a para o estudo de outros temas que vão além da discutível ditadura brasileira. Logicamente, a ditadura é plano de fundo em muitas dessas investigações, mas não é o objeto principal.

Assim, enceto este artigo tratando sobre a minha pesquisa de mestrado que se debruça sobre a imprensa popular e sensacionalista, gênero, sexualidade e violência na Belém dos anos 1980, propondo cruzar tais debates com as discussões sobre indústria cultural e cultura de massa construídas durante a disciplina *História, Cultura e Mídia no Mundo Contemporâneo*, do Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia (UFPA), lecionada pelo Prof. Dr. Mauricio Costa (FAHIS/PPHIST-UFPA). De modo que, o debate instigue, esclareça, e promova o uso das fontes da imprensa como meio e objeto de elucidação das conjunturas históricas.

A imprensa paraense: uma introdução à guerra mercadológica e as categorias sexuais e de gênero

No ramo da imprensa na década de 1980 em Belém do Pará, três jornais emparelhavam tiragens diárias. O primeiro deles foi o *A Província do Pará*, que surgiu no século XIX, em 1876, concebido por Joaquim José de Assis, Francisco de Souza Cerqueira e Antônio José de Lemos (CARVALHO et al., 2015), sendo este último intendente de Belém no período de 1897 a

1911. Esse jornal permaneceu ativo por 125 anos, e deixou de circular em 2001².

O segundo, surge em 1946, e mantém-se ativo há 77 anos, refiro-me ao *O Liberal*, que à época do seu surgimento pertencia ao Órgão do Partido Social Democrático do Pará. Em terceiro e último, temos o *Diário do Pará*, fundado em 1982. Foi criado pela família Barbalho no período de redemocratização do Estado Brasileiro, coincidindo com a candidatura de Jader Barbalho ao governo do Estado do Pará, tendo como principal objetivo alavancar sua eleição.

Apesar da origem em contextos distintos, os três surgem com finalidades político-partidária, e mais, na década de 1980 usaram do jornalismo popular e seu segmento sensacionalista, estabelecendo uma competição mercadológica; por consequência, a manipulação das massas, aproveitando do poder de compra do público-leitor e da manobrável consciência social para operar as opiniões e gerar mais lucro ao seu negócio.

A seção dos jornais que me debrucei para esta análise do manejo mental e venda dos periódicos foi dos cadernos/editoriais Polícia, segmento em que a minha pesquisa se desenvolve desde a graduação e, no qual, os juízos de valor se mostraram recorrentes. As narrativas policiais, em que a violência é determinante, não foram selecionadas de forma generalizada, pois filtrei os textos cujo protagonistas são as sexualidades e identidades de gênero invisibilizadas pela história, definidos como indivíduos dissidentes, no caso, os “gays”, “lésbicas”, “sapatão”, “travestis”, “bichas” e “bonecas”³ que atuaram na capital paraense, sob condições adversas e circunstanciais.

Seguindo o exemplo de grandes periódicos da imprensa brasileira, os periódicos paraenses empregaram em seus escritos metodologias que se aproximavam do jornalismo popular, até então, caracterizado como a prática em que a linha editorial de um jornal se modifica para atrair ou se adequar à determinado público-leitor. Este popular poderia estar atrelado ao conceito de cultura popular, mas não especificamente. Cultura popular tende a ser pensada para o “povo” e pelo “povo”, am-

2. Atualmente *A Província do Pará* tornou-se um jornal eletrônico que pode ser acessado através do URL: <https://aprovinciadopara.com.br/.sa>.

3. Termos que as notícias de jornal empregam nos títulos e no corpo dos textos para se referirem as identidades de gênero e sexualidades.

plamente vista, mas não é regra que ela tem que ser engendrada para significante público (DAVIS, 1992, p. 1411).

Dando gancho para esta discussão, convenhamos dizer que, a imprensa, naquela conjuntura, usou do “popularesco” pois o cenário social e histórico da época demandou e se fez próspero para a práxis. Além disso, os meios de comunicação estavam rompendo as mordanças que censuraram suas vozes, e os impossibilitaram de divulgar os acontecimentos de interesse público. Deste modo, passaram a redefinir o seu papel social-democrático na sociedade no processo de abertura “lento, gradual e seguro” da nação. Sem códigos de ética ou conduta que os orientasse na redemocratização do Estado até 1985⁴, a imprensa cravou seus pés no que ela considerou a melhor estratégia para levar a informação, apostando no que era mais “baixo”, “indecoroso” e “sórdido”, se ramificando do popular para o sensacionalista.

Popular e sensacionalista: para atingir as massas

A prática do sensacionalismo é recorrente desde o século XV, na França, mas se efetivou na imprensa a partir do século XIX, especificamente nos Estados Unidos.⁵ Dois importantes jornais surgem na década de 1880 como modelos de uma imprensa sensacionalista, o *New York World* e o *Morning Journal*. Estes produziram títulos extensos em suas notícias, publicando informes desnecessários, dados deturpados, provocando “[...] fraudes de todos os tipos, como falsas entrevistas e histórias e, também, quadrinhos coloridos e artigos superficiais [...]” (AMARAL, 2006, p. 18).

Os dois impressos foram o grande marco do sensacionalismo americano, acontecendo com o *New York World* a dissemi-

4. Após discussões estabelecidas em diversos encontros realizados pelos jornalistas ao longo do território nacional, foi criado, em 1985, o primeiro Manual de Assessoria de Imprensa, que viria se tornar o Código de Ética e Conduta dos Jornalistas Brasileiros, pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), no qual o Sindicato dos Jornalistas do Estado do Pará (SINJOR-PA) não esteve entre os signatários.

5. “O surgimento dos jornais sensacionalistas foi em geral “explicado”, tanto nos Estados Unidos quanto na Europa, em função do desenvolvimento das tecnologias de impressão e da concorrência entre as grandes empresas jornalísticas. Na América Latina, quando a imprensa sensacionalista é estudada, é para apresentá-la como exemplo palpável da penetração dos modelos norte-americanos que, situando os negócios acima de qualquer outro critério, corromperam as sérias tradições do jornalismo independente” (MARTÍN-BARBEIRO, 1997, p. 244-245).

nação da expressão “imprensa amarela”. A referência ao “amarelo” está ligada a um personagem de história em quadrinhos publicada no jornal *New York World*, que utilizava uma camisa amarela (AMARAL, 2006).

No Brasil, diferentemente da referência à cor amarela, a cor atribuída ao jornal que usasse de uma linguagem “escandalosa” era o marrom, assim “imprensa marrom”⁶. As origens são diversas, mas Marília Amaral considera a afirmação do jornalista Alberto Dines que disse ser um termo cunhado por Calazans Fernandes, que mudou a expressão em uma notícia do jornal *Diário da Noite*, no Rio de Janeiro, em 1960. O marrom, então, estaria estabelecendo relação com as fezes humanas, a “cor de merda” (AMARAL, 2006).

Inicialmente, no Brasil, também veríamos o sensacionalismo ganhar forma na literatura de cordel, em que se mesclava as notícias ao poético e a narração cantada. Mas, quando a informação dos versos passou a ter mais destaque do que a poesia, se desenvolveu nos textos das cantigas características intrínsecas do jornalismo ambicionado para atingir as massas, ou seja, se tornaria comum observar nesses textos “[...] os grandes títulos chamando a atenção para o principal fato narrado em versos, importância assumida pela parte gráfica, com desenhos ilustrando o texto, a melodramatização de um discurso que parece fascinado pelo sangrento e o macabro [...]” (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 245).

O sensacionalismo fez-se um termo generalizante que tachou o tipo de produção jornalística que usava das distorções, do mau gosto, tornando o que era produzindo em uma mercadoria. O conceito de sensacionalismo, relativamente, não se aplica para designar o material jornalístico considerado popular ou que provoque sensações no leitor, esta classificação, para tais produtos é errônea, já que o sensacionalismo estaria

6. “[...] possivelmente uma apropriação do termo francês para procedimento não muito confiável. [...] O senso de “marrom” como coisa ilegal, clandestina, aparece no início do século XIX na França. Segundo o “Dictionnaire des Expressions et Locution Roberts”, a origem possível do termo marrom teria sido uma apropriação do adjetivo cimarron, que se aplicava na metade do século XV aos escravos fugidos ou em situação ilegal. De acordo com a Enciclopédia Larousse, tratasse de um adjetivo aplicado a pessoas que exercem uma profissão em condição irregular, “médecin marron”, “avocat marron”. A expressão “imprensa marrom” ainda é amplamente utilizada quando se deseja lançar suspeita sobre a credibilidade de uma publicação.” (AGRIMANI SOBRI-NHO, 1995, p. 22).

encaixado em diversas adequações (AMARAL, 2006), mas geralmente

[...] a palavra passa a designar com frequência o jornalismo que privilegia a superexposição da violência por intermédio da cobertura policial e da publicação de fatos considerados chocantes, distorcidos, usando uma linguagem que não raras vezes apela a gírias, palavrões, e inclui no seu repertório expressões de fácil entendimento para os grupos populares (BARBOSA; ENNE, 2018, p. 68).

Logo, se conclui que o conceito de sensacionalismo era utilizado para designar a produção jornalística que evocasse a violência, exposta nas páginas das editoriais/cadernos Polícia, apresentando as notícias “[...] num tom mais irreverente e escandaloso, com frequente emprego da gíria e da linguagem popular” (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 246).

Na década de 1980, além “imprensa sensacionalista”, “imprensa marrom” e “imprensa popular”, os periódicos teriam o cognome de “espreme que sai sangue”, alcunha título do livro de Danilo Agrimani Sobrinho. Para ele, sensacionalismo se enquadra em

[...] tornar sensacional um fato jornalístico que, em outras circunstâncias editoriais, não merecia esse tratamento. Como o adjetivo indica, trata-se de sensacionalizar aquilo que não é necessariamente sensacional, utilizando-se para isso de um tom escandaloso, espalhafatoso. Sensacionalismo é a produção de noticiário que extrapola o real, que superdimensiona o fato (AGRIMANI SOBRINHO, 1995, p. 16).

Nesse sentido, em uma disputa mercadológica todo jornal pode ser sensacionalista, pois utiliza de métodos para prender o leitor, e, portanto, conquistar boas vendas (AMARAL, 2006), atendendo as exigências do cliente. Mas, o “customer is not king, as the culture industry would like to have us believe, not its subject but its object” (ADORNO, 1975, p. 12.). Deste modo, parte intrínseca da indústria cultural, a imprensa usa o cliente como objeto para manipular sua mentalidade, logo, manipular as massas. Sendo que as “masses are not the measure but the ideology of the culture industry, even though the culture industry itself could scarcely exist without adapting to the masses” (ADORNO, 1975, p. 13).

Essa adaptação às massas explica as razões que os jornais populares, tachados de sensacionalistas, reorganizaram seus escritos para se ajustar a “ditadura do leitor”⁷, mas também à manutenção da “preocupação” da indústria cultural com as mentalidades das massas. A indústria cultural, e a manipulação pelas classes dominantes, isto é, os donos da imprensa e aqueles que financiam a notícia, passaram a pensar mais no lucro, logo, a qualidade das notícias diminuíram, e considerando que a sociedade brasileira era mais desigual e subdesenvolvida, a população refletia ignorância e uma suscetibilidade as ideias impressas.

Segundo o conceito de *mass media*, a imprensa, está encaixada em um “circuito comercial”, logo, está submetida a “lei da oferta e da procura”, presenteando o público com o que ele deseja, indo do melhor ao pior conteúdo, obedecendo as regras do consumo e da persuasão publicitária (ECO, 2008). Portanto, atingir de modo massivo as classes sociais populares, diminuir os preços e a qualidade das informações, estrategicamente, resultou em êxito na guerra mental-mercadológica, pois os jornais usaram de uma linguagem que se aproximou ao máximo da realidade social do leitor.

Logo, a prática popular e seu segmento sensacionalista foi precisa, pois projetou nos discursos das notícias as evidências e os traços do sensacionalismo que originaram de outra vertente cultural, esta “simbólico-dramática, a partir da qual são modeladas várias das práticas e formas da cultura popular. Uma matriz que não opera por conceitos e generalizações, mas sim por imagens e situações” (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 246). Ou seja, o sensacionalismo da imprensa buscou na matriz cultural popular a fonte das suas notícias, remodelando a seu bel-prazer.

Assim, a estratégia sensacionalista destinava suas notícias para determinadas classes sociais, que para os jornalistas, seriam os mais ávidos em consumir suas notícias. Logo, seus jornais caracterizar-se-iam como

[...] produtos destinados às classes B, C e D, que recebem essa classificação porque, trazem manchetes “impactantes”, que causam sensações nos leitores, dão mais espaço à cobertura de fatos policiais em que predominam a vio-

7. Expressão que cunhada por Amaral (2006) para designar a transformação que os impressos passaram na década de 1980, em que o público passou a ser visto não apenas como leitor, mas também consumidor.

lência, trazendo imagens chocantes de pessoas mortas, esfaqueadas, baleadas etc. (LIMA; ARAÚJO, 2011, p. 4).

O que se manifesta é que, a utilização expressiva de imagens e de manchetes impactantes que causam uma sensação de curiosidade no receptor do veículo, impulsioná-lo-ia à compra e à leitura da notícia. No entanto, o uso desses mesmos artifícios jornalísticos não teria o objetivo de passar a notícia ou uma informação relevante, mas sim provocar sensações em relação àquilo que está sendo noticiado (LIMA; ARAÚJO, 2011). Portanto, as notícias que envolviam a violência, presente em todas as classes sociais, fez com elas recebessem um trato diferente: o leitor seria habituado ao acontecimento-notícia, em que, se por acaso ele fosse protagonista de algum fato violento, seria transformado em notícia, e assim poderia se ver refletido e representado na reportagem.

A transposição de uma história comum e cotidiana da realidade social do leitor estavam nos cadernos/editoriais Polícia, pois eram esses segmentos dos jornais da época que retratavam a violência e os acontecimentos mais comuns enfrentados pelas populações da área urbana central e periférica. O jornalismo popular policial possuía as características objetivadas para atingir as classes mais populares, produzindo uma linguagem coloquial, caracterizada como “exagerada, podendo usar gírias e palavrões” (LIMA; ARAÚJO, 2011, p. 7).

Faziam uso de recursos gráficos como método para atrair o leitor, o título da notícia vinha em maior destaque, seja na capa ou na seção específica, geralmente em caixa alta, e com uma mensagem chocante. E em concordância, as “imagens, legendas e os subtítulos, seguem a mesma linha, são produzidas de acordo com o conteúdo do texto” (LIMA; ARAÚJO, 2011, p. 7).

Apesar dessas características estarem atreladas ao sensacionalismo, que facilmente afirmaram como uma promoção da burguesia tencionada em manobrar e alienar as massas; consta nas discussões de Osvaldo Sunkel que foi preciso coragem para afirmar que “por trás da noção de sensacionalismo, como exploração comercial da reportagem policial, da pornografia e da linguagem grosseira se esconde uma visão purista do popular” (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 246).

Isto é, o sensacionalismo também é espelho da cultura popular. E essa reprodução da cultura popular, apoiada na afirmação de que a “cultura orienta, desenvolve, domestica certas

virtualidades humanas” (MORIN, 1997, p. 14) , como também é capaz de inibir e proibir certos sujeitos e práticas, enquadrando as identidades de gêneros e sexualidades dissidentes na violência, tornando-os grotescos, irrisórios, criando textos ácidos e preconceituosos, “ênfatizando a estigmatização dos sujeitos e a negação de identidades e orientações sexuais” (FERREIRA JÚNIOR; COSTA, 2016, p. 526), devido as suas frágeis moralidades, bem como os vícios sexuais, e o abuso de substâncias ilícitas, afirmação costumeira na cobertura jornalística sensacionalista (FERREIRA JÚNIOR; COSTA, 2016).

Os textos usaram da opinião comum sobre as sexualidades/identidades de gênero, para reafirmar o que já era julgado pela sociedade, desenvolvendo “sempre uma ação socialmente conservadora” (ECO, 2008, p. 42). Assumindo atitudes e práticas do que consideraram a cultura popular, os textos não se construíram através das culturas de baixo, mas, sim, por imposições vindas da cultura de cima, e da genuína cultura popular, em sua essência, nada portam (ECO, 2008).

Representação das identidades e sexualidades dissidentes

Dessa maneira, a imprensa, retransmitindo os ideais da cultura popular, reposicionou os sujeitos dissidentes à margem da sociedade, perenizando o discurso da subversão, expressa na sua homofobia e transfobia⁸. Esta, hipoteticamente, se manifestou pela não aceitação dos próprios desejos sexuais desviantes de quem escrevia as notícias, fazendo com que os jornalistas produtores do sensacionalismo submetessem seus escritos à exigência moral da época. Deste modo, além de criar uma égide com o discurso homofóbico, protegendo a recusa da sua própria sexualidade, o jornalista também provocou no leitor da notícia efeito semelhante, pois como cliente, este reforça o discurso ao aceitá-lo e reverberar a mensagem de preconceito e intolerância (AGRIMANI SOBRINHO, 1995, p. 69).

Sinteticamente, o preconceito jornalístico tem origem na negação da própria sexualidade não-heteronormativa, de for-

8. Assim como homofobia, o conceito de transfobia remete a processos violentos em níveis massificados ou coletivos, não apenas reportando-se a comportamentos individuais ou à literalidade do sufixo “fobia”, [...] A transfobia é uma sanção normalizadora à transição de gênero e à violação das normas de gênero que se inscrevem no corpo. A violência transfóbica atua em um nível discursivo, por discriminações sutis, de modo que a rejeição à transgeneridade circula nos discursos, entre as pessoas antes mesmo que elas iniciem suas transições e entendam-se pessoas trans. (PODESTÀ, 2019, p. 375)

ma que o jornal e o leitor agem como principais reprodutores desta fobia, que infere na rejeição ou aversão das sexualidades e identidades transgressoras na notícia. Deste modo, a homofobia e transfobia jornalística caracteriza-se igualmente por uma atitude derivada do heterossexismo, termo mais correto “para designar a discriminação experimentada por homossexuais e por todos aqueles que desafiam a heterossexualidade como parâmetro de normalidade em nossas sociedades” (RIOS, 2009, p. 60).

A submissão, o próprio condicionamento das identidades e sexualidades dissidentes, independente do que tenha ocorrido com elas na notícia, vítimas ou não do fato violento, cometem sobre eles o sentido da culpa. A estigmatização, a marca da exclusão, e o pertencimento à um grupo minoritário, faz com que sofram uma dupla discriminação, neste caso não só o fato do desvio heteronormativo, mas a própria abordagem que as notícias de jornal constroem em seu discurso (AGRIMANI SOBRINHO, 1995).

Portanto, quando são cometidos pela violência, ou assassinados, o jornal sensacionalista imprime na notícia um conjunto de ações, que vão atrelar o ato criminoso com a identidade/sexualidade da vítima do acontecimento. Tendo a finalidade de possivelmente “parece ser o de “justificar” (ou pelo menos “compreender”) o ato violento (AGRIMANI SOBRINHO, 1995, p. 70). Assim, aquele que cometeu o ato, ou seja, o real criminoso, não está mais fixado no topo da hierarquia do crime cometido, sua condição é modificada, passando a ser “identificado como transgressor de “importância” especial, por ter punido um transgressor mais temido, inconscientemente, pelo tecido social” (AGRIMANI SOBRINHO, 1995, p. 70).

Deste modo, estaria “justificado” que a exclusão, a marginalidade, e a condenação, seria porque, sendo o jornal um veículo destinado às classes populares, o periódico estaria reproduzindo as características morais e homofóbicas do seu público, enquadrando os homossexuais masculinos, as travestis e as lésbicas, sendo esta última também marcada pelo uso e abuso de uma linguagem pejorativa e pelo estigma da sua identidade. Aparecendo de modo nociva, violenta, indesejável e não legítima, só pelo fato de ousar perturbar a ordem convencional dos comportamentos masculinos e femininos, socialmente determinados (PEDROSO, 2001).

Logo, em ambas as notícias há o estabelecimento da discriminação e do estigma social, marcando as identidades pela condenação social, “como elemento cômico, anormal, que é assassinado em decorrência de seu comportamento desviante” (AGRIMANI SOBRINHO, 1995, p. 123), acompanhado de um discurso antiquado sobre a orientação sexual. Assim, eles também aparecem de forma perversa, pervertida, “cuja conduta fere a “normalidade” e coloca em risco as instituições” (AGRIMANI SOBRINHO, 1995, p. 66). O jornal endossa uma personalidade escandalosa, consolidando a sua ridicularização frente ao público que, igualmente, o definiu como provocativo, subversivo e violento, pois o seu desvio da convenção tradicional dos papéis de gênero masculino e feminino, é reprovado socialmente, tratado como “imundo”, e associado à doença (PEDROSO, 2001).

Considerações finais

Portanto, instruídos pelos donos do poder, obedecendo as regras da indústria cultural e da cultura de massa, a imprensa perpetuou o preconceito e a intolerância não só em razão do reflexo social, mas também do anseio do público, este que, em certas circunstâncias, foi considerado sagrado para a manutenção do jornal, mas que, equitativamente, esteve classificado apenas como mais um entre as massas suscetíveis à manipulação.

É certo que o que era produzido tinha finalidades propriamente lucrativas, pois a década de 1980, além de conservadora e neoliberal, experimentou uma crise econômica severa, no qual a indústria teve que se reinventar. Apostar no popular pareceu ser a melhor alternativa naquela conjuntura econômica e social. Considerando que a imprensa estava rompendo os seus grilhões, e as leis estavam sendo reformuladas, por que não apelar naqueles que mais contribuem para a preservação do mercado?

Assim sendo, ressignificar o conceito do popular e escrachar as identidades e sexualidades que não obedecem ao padrão heteronormativo, não só foi necessário, mas demonstrou ser uma regra que os jornais paraenses e de todo o território nacional tiveram que seguir em seus discursos, observando as transformações e os contextos que faziam esses dissidentes mais visíveis, seja pela participação nos movimentos sociais, que exigiam a volta da democracia, e a garantia dos direitos

fundamentais, como também as associações ao submundo do crime, a prostituição, e a pandemia global de HIV-Aids.

Referências

ADORNO, Theodor. Culture Industry Reconsidered. **New German Critique**, Ithaca, n. 6, p. 12-19, mar./jun., 1975. Disponível em: <https://www.jstor.org>. Acesso em: 15 jun. 2021.

AGRIMANI SOBRINHO, Danilo. **Espreme que sai sangue**: um estudo do sensacionalismo na imprensa. 1. ed. São Paulo: Summus, 1995.

AMARAL, Márcia. **Jornalismo Popular**. São Paulo: Contexto, 2006.

BARBOSA, Marialva.; ENNE, Ana. O jornalismo popular, a construção narrativa e o fluxo do sensacional. **ECO-PÓS**, Rio de Janeiro, v.8, n.2, p. 67-87, ago./dez. 2005. Disponível em: <https://revistaecopos.eco.ufrj.br>. Acesso em: 18 fev. 2018.

CARVALHO, Vanessa *et al.* A cobertura de ciência em três jornais paraenses: um estudo longitudinal. **Rev. Bras. Ciênc. Comum**, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 207-230, jul./dez. 2015. Disponível em: <http://portcom.intercom.org.br>. Acesso em: 29 jun. 2021.

CAPELATO, Maria Helena. História do Tempo Presente: a grande imprensa como fonte e objeto de estudo. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves.; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). **História do Tempo Presente**. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

DAVIS, Natalie. Toward Mixtures and Margins. **The American Historical Review**, v. 97, n. 5, p. 1409-1416, dec., 1992. Disponível em: <https://www.jstor.org>. Acesso em: 15 jun. 2021.

ECO, Umberto. "Cultura de Massa e 'Níveis' de Cultura" In: _____. **Apocalípticos e Integrados**. São Paulo: Perspectiva, 2008. p. 33-67.

FERREIRA JUNIOR, Sérgio.; COSTA, Alda. Dissidentes, violentos e violentáveis: LGBTs nas narrativas de violência da Amazônia Paraense. **Revista Rua**, Campinas, v. 2, n. 22, p. 525-551, nov. 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br>. Acesso em: 30 nov. 2017.

LIMA, Sérgio.; ARAÚJO, Rosângela. O Jornalismo Popular no Caderno de Polícia da Folha de Pernambuco. In: XXXIV CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO,

34., 2011, Recife. **Anais** [...] Recife: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2011. p. 1-15. Disponível em: <http://www.intercom.org.br>. Acesso em: 08 set. 2017.

LUCA, Tania Regina. Fontes Impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **O historiador e suas fontes**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. “Os Processos: dos nacionalismos às transnacionais” In: _____. **Dos Meios às Mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008. p. 217-260.

MORIN, Edgar. **Cultura de Massas no século XX: neurose**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997. p. 3-82.

PEDROSO, Rosa Nívea. **A construção do discurso de sedução em um jornal sensacionalista**. São Paulo: Annablume, 2001.

PODESTÀ, Lucas. Ensaio sobre o conceito de transfobia. **Periodicús**, n. 11, v. 1, mai./out. 2019 p. 363-380. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br>. Acesso em: 12 dez. 2022.

RIOS, Roger. Homofobia na Perspectiva dos Direitos Humanos e no Contexto dos Estudos sobre Preconceito e Discriminação. In: JUNQUEIRA, Rogério (Org.). **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009. p. 53-84.

dores em nível nacional ainda precisam compreender totalmente a importância da ferrovia na formação do Brasil republicano e na economia política global. Muito pouco dessa pesquisa chegou à historiografia em língua inglesa sobre o Brasil, e menos ainda à historiografia sobre os Estados Unidos e o grande Caribe. Este resumo, e a tese que se seguirá, visa dialogar com os estudos estabelecidos na região amazônica e colocar a EFMM no centro desses três campos historiográficos interligados.

Metodologia

Este projeto explora a centralidade da migração negra do Caribe e de outras partes do Brasil para a região do noroeste da Amazônia para a construção não apenas da EFMM, mas dos mundos conectados socialmente, culturalmente, e economicamente do Brasil moderno e do Caribe. Esses mundos foram moldados pelo movimento diaspórico africano, redes de trabalho e cultura, dinâmicas que exploro por meio de análise crítica de registros de imigração, materiais da empresa ferroviária, documentos policiais e governamentais, registros médicos e hospitalares, jornais e cartas pessoais coletadas em vários arquivos públicos e privados brasileiros, estadunidenses, britânicos e barbadianos. Também estou realizando entrevistas de história oral com descendentes desses trabalhadores sobre os assuntos históricos em Rondônia e Barbados. Indo além dos limites tradicionais dos métodos históricos e envolvendo-se com inovações encaminhadas pelos estudiosos de Black Studies, também examino a fotografia para imaginar inúmeras possibilidades de relações afetivas que se aproximam melhor da vida interior de assuntos históricos que deixam pouco no registro escrito (CAMPT, 2017; HARTMAN, 2019).

Ao consultar esses arquivos, examino de perto os documentos incluídos, mas permaneço atento às intervenções metodológicas de estudiosas feministas negras e de cor como Sadiya Hartman, Marisa Fuentes e Anjali Arondekar para melhor interpretar e imaginar as histórias de construção e exclusão de arquivamento (HARTMAN, 2008; FUENTES, 2016; ARONDEKAR, 2005). Hartman e Fuentes, em particular, destacam como as mulheres negras foram historicamente obscurecidas do arquivo e, ao mesmo tempo, fornecem estruturas para explorar suas histórias em relação a essa exclusão. Arondekar explora a exclusão de discussões sobre sexualidade e gênero do arquivo formal, questionando a noção de inclusão de arquivo

como o árbitro final da legibilidade histórica e legitimidade histórica.

Embora não esteja vinculado diretamente nessas estudiosas, vejo o trabalho do historiador Peter Beattie sobre a manipulação de normas racializadas de gênero e sexual para induzir padrões de trabalho produtivos e “honrosos” nas forças armadas e nas prisões a serem um modelo para envolver o gênero e a sexualidade racializado no Brasil através de arquivos tentando obscurecer essas forças sociais (BEATTIE, 2001; 2016). Além disso, o trabalho de Sueann Caulfield sobre o Rio de Janeiro demonstra como a “honra” foi empregada como um meio de garantir uma ordem social “harmoniosa” dentro das famílias da classe trabalhadora e as formas pelas quais a raça estrutura o acesso à honra e à respeitabilidade. Embora o sistema judicial, que desempenha um grande papel no trabalho de Caulfield, não tenha sido desenvolvido em Porto Velho, as estratégias para controlar socialmente mulheres e famílias trabalhadoras, no entanto, abundavam ao longo das faixas da Madeira-Mamoré (CAULFIELD, 2000). Mais recentemente, os livros de Kaysha Corinealdi e Joan Flores-Villalobos fornecem modelos para estudos históricos sobre a migração laboral caribenha que destacam as contribuições das mulheres negras, apesar dos desafios de arquivo (CORINEALDI, 2022; FLORES-VILLALOBOS; 2023).

Resultados alcançados

Embora minha pesquisa esteja em andamento, as conclusões preliminares são moldadas por pesquisas de arquivo já feitas na Harvard University Baker Library, que contém os registros da Brazilian Railway Company e da biblioteca principal da Universidade de Yale, onde li os papéis de Percival Farquhar e seu biógrafo. Também fiz uma extensa pesquisa sobre a Hemeroteca Digital, realizada pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, e estou trabalhando nos arquivos relacionados à EFMM mantidos no Centro de Documentação no Museu da Memória Rondoniense.

Minha tese sobre a construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré propõe três grandes intervenções na historiografia do Brasil, América Latina e Caribe. Primeiro, essa história complica a narrativa padrão da infame imigração e política de branqueamento do Brasil, postulando que o branquiamento via imigração europeia, Oriente Médio e Oriental da Ásia para o

sudeste industrializante para deslocar os trabalhadores negros estava ligado à migração negra para a periferia e a desapropriação de terra indígena. Segundo, o trabalho realizado por mulheres negras e homens perto de Porto Velho para construir uma ferrovia e suas vidas na Amazônia brasileira exigem atenção ao gênero e à sexualidade, tanto para enfatizar as contribuições subestimadas das mulheres negras para o projeto quanto teorizando o desenvolvimento de capitalismo moderno tanto internacional quanto localmente. Terceiro, os padrões de migração e trabalho nos padrões paralelos da Madeira-Mamoré observados em outros locais de trabalho imperiais transnacionais ao redor do Caribe. Este estudo expande nossa compreensão das redes de migração, trabalho e cultura que conectava regularmente comunidades na Flórida, Panamá e Antilhas, postulando que os limites de atuação caribenho se estendem mais ao sul do que já eram concebidos antes.

Além dessas principais intervenções centradas no Brasil e no Caribe, meu projeto também sugere novos entendimentos da natureza do imperialismo dos Estados Unidos no final do século XIX e do início do século XX. O projeto EFMM conecta as origens do Império Hemisférico dos Estados Unidos às falhas da reconstrução depois da Guerra Civil dos Estados Unidos, exemplificadas por um ex-oficial da União na Guerra Civil que fez um acordo com o imperador Pedro II para aumentar a exportação de commodities para o norte global industrial. Para o Coronel George Church, o financiador inicial, as considerações morais da escravidão caíram no caminho à medida que os lucros potenciais da borracha brasileira entraram na equação. Seja por solidariedade diaspórica, interesse próprio ou, provavelmente, uma combinação de fatores, os trabalhadores afro-americanos recusaram a participação nessa tentativa inicial de construção ferroviária, apesar dos pesados esforços de recrutamento. O caso da tentativa inicial de construir a EFMM demonstra que o crescimento do imperialismo hemisférico, o entrenchamento da supremacia branca e os processos de acumulação capitalista no mercado interno e internacionalmente podem estar ligados ao abandono do projeto de reconstrução.

Embora o projeto do século XIX tenha vacilado, a iteração do século XX continuou a ser ilustrativa dos desenvolvimentos do Império Hemisférico, sustentado pela supremacia branca e pela expansão capitalista. Técnicas de gerenciamento de trabalho e saúde, fundamentais para empreendimentos econômicos

e políticos da América do Norte em lugares como Panamá ou Honduras, foram experimentados nos trabalhos na Amazônia brasileira. O patrocínio por empresas privadas do movimento de massa de trabalhadores negros que redefiniriam regiões inteiras ao longo do século XX foi testado cedo em Rondônia. E a aplicação das normas racializadas de gênero para induzir a produtividade dos trabalhadores floresceu ao longo da linha ferroviária e comunidades relacionadas, apesar da resistência. Além disso, as maneiras pelas quais os brancos industriais dos Estados Unidos, os gerentes e os trabalhadores do meio se envolveram com o povo, as plantas e animais da floresta amazônica são ilustrativos das dimensões bioculturais do Império e da supremacia branca. Seja através de imagens destinadas a recriar as condições de vida norte-americana nos trópicos ou o abate de espécies nativas de plantas e animais. Para entender completamente a função desses sistemas e seus efeitos nas pessoas, devemos desvendar como essas lógicas de dominação se estendem do mundo natural ao mundo social.

Conclusões

Meu projeto sobre a estrada de ferro Madeira-Mamoré constrói uma história de raça, migração, trabalho e gênero que é novo em seu foco regional e transnacional. Reúne fontes de arquivo díspares para pintar uma imagem mais complexa da vida social e política no noroeste brasileiro e de todas as regiões brasileiras e caribenhas. Eu intervenho nas discussões sobre a construção do Brasil moderno, redes de migração circum-caribenha e no desenvolvimento do Império Hemisférico dos Estados Unidos. Ao mostrar o número e a influência dos migrantes do Caribe, especialmente as mulheres, na política e na cultura locais, meu projeto posiciona Porto Velho e a região da Amazônia como essenciais para o projeto da modernidade brasileira e, no mesmo tempo, central para a história do Caribe e do hemisfério.

Referências

ARONDEKAR, Anjali. Without a Trace: Sexuality and the Colonial Archive. **Journal of the History of Sexuality**, University of Texas at Austin Press, vol. 14, no. 1/2, 10-27, 2005.

BEATTIE, Peter. **Punishment in Paradise: Race, Slavery, Human Rights and a Nineteenth-century Brazilian Penal Colony**. Durham, NC: Duke University Press, 2015.

BEATTIE, Peter. **The Tribute of Blood: Army, Honor, Race, and Nation in Brazil, 1854-1945.** Durham, NC: Duke University Press, 2001.

CAMPT, Tina. **Listening to Images.** Durham, NC, EUA: Duke University Press, 2017.

CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro, 1918-1940.** Campinas: Ed. da UNICAMP, 2000.

CORINEALDI, Kaysha. **Panama in Black: Afro-Caribbean World Making in the Twentieth Century.** Durham, NC, EUA: Duke University Press, 2022.

FLORES-VILLALOBOS, Joan. **The Silver Women: How Black Women's Labor Made the Panama Canal.** Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2023.

HARTMAN, Saidiya. Venus in Two Acts. **Small Axe**, Duke University Press, vol. 12, no. 26, 1-14, Junho 2008.

HARTMAN, Saidiya. **Wayward Girls Lives, Beautiful Experiments: Intimate Histories of Riotous Black Girls, Troublesome Women, and Queer Radicals.** New York: Norton, 2019.

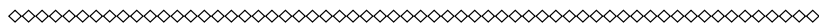


IMPrensa E PODER NO GUAPORÉ DURANTE O GOVERNO VARGAS

Mirian Penha Franco¹

Resumo: O objetivo desse artigo é o de verificar o alinhamento governamental da produção editorial do Jornal *Alto Madeira* durante o Governo Vargas, quando se colocou como voz concordante com as forças políticas nacionais, não havendo na região uma Imprensa alternativa que fizesse o contraponto ao total controle da Imprensa, colocando-se como um aliado de linha de frente, notadamente naquele período em que se estabelece na região um braço do governo federal sucedido pela estrutura da Ferrovia Madeira-Mamoré que fora abandonada pela administração estrangeira, como também observar como o jornal se posicionava em relação aos segmentos populacionais e partidários que não comungavam do pensamento vigente.

Palavras-chave: História da Imprensa; Governo Vargas; Território do Guaporé; Alto Madeira; Política



Introdução

A comunicação jornalística em Porto Velho iniciou com os jornais de língua inglesa impressos nas oficinas da Madeira-Mamoré e dirigidos aos funcionários estrangeiros da ferrovia a partir de 1909, mas nas vilas e cidades do interior do Amazonas houve grande incidência de jornais no final do século XIX, conforme descreve José Aldemir de Oliveira (2006): “As cidades e/ou as vilas foram concebidas como o local da troca, do poder, da guarnição, mas também e principalmente propulsoras de novos modos de vida”. Em levantamento feito no Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas, Oliveira localizou o arquivo de jornais existentes nos diversos povoados ao longo dos rios Madeira, Purus e Negro. E descreveu: “O Itacoatiara” (1874), “Foz do Madeira” (1876), em Itacoatiara; “O Rio Madeira” (1881), “Commercio do Madeira” (1884), “Correio do Madeira” (1885) e “Gazeta de Manicoré” (1886), em Manicoré; “Commercio do Purus”, “O Purus” e “O Labrense” entre 1886 a 1890, em Lábrea. São ainda

1. Bacharel e Licenciada em História e Acadêmica de Jornalismo, pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Amazônia (PPGHAm/UNIR).

relacionados o “Humaythaense” (1894) e “Thriumpho” (1889), em Barcelos (OLIVEIRA APUD REIS, 1989).

Criado em 1914, o município de Porto Velho surgiu a partir do aglomerado formado pelas obras da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (EFMM), que teve seu curso inicial modificado da localidade de Santo Antônio para sete quilômetros rio abaixo. Um povoado existente desde o século anterior, que servia de entreposto para carga e descarga de mercadorias no início do trecho encachoeirado do rio Madeira (TEIXEIRA e FONSECA, 2001, pág. 143).

Implantado em 1917, o Jornal *Alto Madeira*, acompanhou por todo o século XX os acontecimentos que marcaram a localidade, desde sua transformação em Território Federal em 1943, como também a implantação do Estado de Rondônia em 1981. Neste contexto, o Jornal *Alto Madeira*, que finalizou sua circulação em 2017, durante um século inteiro acompanhou a maioria dos acontecimentos sociais e políticos por que passaram a região.

A trajetória do Jornal Alto Madeira

Joaquim Augusto Tanajura foi o segundo superintendente de Porto Velho, eleito no primeiro pleito eleitoral pelo Partido Republicano Conservador em 1917, ano em que fundou o Jornal *Alto Madeira*. Participou da Comissão Rondon como Médico Chefe de Saúde; também foi intendente do Município de Santo Antônio do Rio Madeira. Entre 1923 e 1925, como deputado estadual pelo Amazonas, voltou a governar Porto Velho, uma vez que à época era permitido acumular esses cargos. A 4 de agosto de 1924, deu-se uma interrupção em seu governo, em razão do movimento tenentista que dissolveu a Assembléia Legislativa e a Constituição do Estado, porém, restabelecida a legalidade no Amazonas, ele retornou à superintendência de Porto Velho (CANTANHEDE, 1950, p. 59). No ano de 1909 ele deixou o Núcleo de Saúde e se filiou ao Partido Republicano Conservador (PRC), sendo nomeado pelo então governador do Mato Grosso, como intendente de Santo Antônio. Quando o relatório apresentado pela Comissão Sanitária de Oswaldo Cruz, que esteve na região em 1910 inspecionando as condições sanitárias, recomendou a extinção do povoado de Santo Antonio pelas condições insalubres e a precariedade sanitária da vila, Tanajura, que também era jornalista, escreveu uma matéria em forma de manifesto e a fez publicar no Jornal do Commercio

de Manaus, em 1911, defendendo a população e chamando a atenção das autoridades pela ausência dos serviços sanitários, contrapondo-se ao fechamento do local como recomendava o relatório. Essa fase marcou sua entrada no processo político (VITAL, 2011, p. 545-557).

O então médico, empresário e jornalista, solidificou as bases do periódico que, como já observamos, atravessou o restante do século XX na cobertura dos acontecimentos que nortearam a efetivação da região, posto ser quase impossível traçar a trajetória do jornal sem que ela esteja notadamente marcada pelos fatos e acontecimentos históricos que se sucederam posteriormente.

No início dos anos 40 do século XX, o jornal *Alto Madeira* já havia acompanhado o desenvolvimento da região por mais de vinte anos e teria resistido, inclusive, à principal crise econômica desencadeada com a queda da comercialização da borracha. Pode-se afirmar que o *Alto Madeira* tenha nascido em meio à crise econômica, pois quando o jornal surgiu em 1917, a crise já estava se acentuando e seria ainda mais agravada nas décadas seguintes, mais especificamente em torno de 1930. O jornal permaneceu atendendo seus leitores e circulando com duas edições semanais, às quartas-feiras e aos domingos, trazendo as notícias da região e do mundo em suas quatro páginas em formato tablóide. Desde a sua criação, até meados da década de quarenta, o jornal *Alto Madeira* veiculava notícias em maior parte da cidade de Manaus, tendo na primeira década de sua implantação se destacado nas publicações dos atos da Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas; dos atos administrativos que configuram a estruturação da Prefeitura de Porto Velho; de publicações de acordos entre os governos do Amazonas e do Mato Grosso, além das publicações relativas à formação dos equipamentos públicos e da organização da sociedade civil que estava em formação na região (ALTO MADEIRA, 06/03/40).

A Imprensa no período desse estudo está representada pelo jornal *Alto Madeira* que direciona maior atenção aos empreendimentos políticos do coronel Aluízio Ferreira, que estão ligados ao desenvolvimento do Guaporé, reforçados pelos interesses dos grupos seringalistas e comerciantes, integrantes do Partido Social Democrático (PSD).

Fazendo um chamamento aos assinantes para que regularizassem o pagamento das assinaturas de dois anos seguidos, o *Alto Madeira*, em sua edição de 6 de março de 1940, fazia um panorama das localidades por onde circulava:

Pedimos aos nossos assignantes de Porto Velho, Santo Antonio, Jacy-Paraná, Rio Abunã, Presidente Marques, Villa Murtinho, Guajará-Mirim, Rio Jamary, Arikemes, Baixo Madeira, Rio Guaporé, Villa Bella, Rio Mamoré, Trinidad, Riberalta, Santa Cruz e o longo da Estada de Ferro Madeira-Mamoré e Cachoeira de Samuel, o obséquio de mandarem satisfazer o pagamento das suas assignaturas do anno passado e a do corrente anno (1940) (ALTO MADEIRA, 06/03/40).

A circulação do jornal por essas diversas localidades mostra o caráter regional de sua amplitude, que perpassava as fronteiras do Estado vizinho do Mato Grosso, indo atingir anunciantes localizados nas Cidades de Trinidad, Riberalta e Santa Cruz de La Sierra, na Bolívia, além de todo o trecho ao longo da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. A ferrovia iniciava em Porto Velho, em terras pertencentes ao Amazonas e entrava nas terras do Mato Grosso no município de Santo Antonio, que estava vizinho a Porto Velho, até atingir seu extremo em Guajará-Mirim, por onde se dava o acesso à Bolívia (SOUZA, 2001).

Essas reflexões sobre a economia da região e as localidades por onde o *Alto Madeira* circulava mostram que os leitores de maior interesse nas suas informações estavam ligados diretamente à economia extrativa e ao comércio dos gêneros produzidos naquelas localidades, eram os seringalistas e comerciantes que tinham, através do jornal, as informações sobre as cotações de preços dos produtos, datas de embarques e chegada de mercadorias, publicação de telegramas procedentes de Manaus, de Belém e do Rio de Janeiro, enfim, informações que davam conta das atividades que podiam impulsionar a economia local. Acrescenta-se nos interesses regionais as informações políticas que vinham da capital do estado e da capital da República, das publicações dos atos políticos e administrativos que iam dando conformação à cidade de Porto Velho, além de toda a movimentação social, esportiva e de lazer das pessoas que habitavam o entorno da cidade, onde estava localizada a sede do jornal.

A edição de 3 de janeiro de 1940 do *Alto Madeira* informava na capa a viagem do Capitão Aluizio Ferreira, Diretor da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré e Inspetor da Fronteira Madeira-Guaporé à Capital Federal. Com o título “Capitão Aluizio Ferreira”, segue o texto em duas colunas, com foto em clichê. A notícia mostra como a viagem do diretor da empresa

ferroviária é um acontecimento importante para a cidade, fazendo com que não só as pessoas comuns, mas as autoridades, os ferroviários e pessoas amigas o acompanhem ao aeroporto para presenciar seu embarque e desejar-lhe uma boa viagem. O texto evoca ainda a importância da figura do Capitão Aluizio Ferreira, destacando o grau da estima que lhe é dedicada e deixa clara a intenção da confiança que nele depositam para que continue alcançando e trazendo benefícios para a região. Aluizio Ferreira dirigia a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, desde 1931, quando a administração estrangeira deixou a ferrovia.

Assim, observa-se que o jornal vai acompanhando o desenvolvimento da região, configurando-se como um painel dos acontecimentos sociais, econômicos e políticos, divulgando suas principais notícias e eventos, editais, informações sobre os embarques das companhias de navegação e de empresas aéreas, constituindo-se como elo de informação para a compra e a venda da borracha e demais produtos que circulam, cotações de preços de venda e custo dos fretes para a Cidade de Manaus.

O periódico reproduz notícias dos jornais de Manaus, Belém e do Rio de Janeiro, bem como as notícias distribuídas pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que na época controlava toda a emissão de notícias para a Imprensa.

Na edição de 14 de abril de 1940, com o clichê de Augusto Tanajura, segue o texto homenageando o fundador do jornal, informando, inclusive, que o programa traçado por ele em 1917 está sendo seguido integralmente. E segue o editorial, na mesma edição, comentando a data de 15 de abril daquele ano, quando o jornal completava 23 anos de existência. Por essa época, o expediente do *Alto Madeira* já havia acrescentado ao lado de “bi-semanário independente”, o slogan “devotado à defesa dos interesses regionaes”, além de informar o endereço de sua sede, com redação e oficinas localizadas à Avenida Sete de Setembro, 14 (ALTO MADEIRA, 14/04/40).

A visita do presidente Vargas e sua comitiva a Porto Velho foi registrada em várias edições do jornal, mostrando os desdobramentos que esse acontecimento desencadeou na região. As matérias publicadas no *Alto Madeira* nos mostram como foi o acompanhamento da sociedade civil que habitava a cidade à época, representada pelas famílias que levaram seus filhos para desfilar em homenagem ao presidente, pelos militares da Companhia de Fronteira e pelos ferroviários, funcioná-

rios da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. O presidente também recebeu, na ocasião, a visita de empresários e comerciantes que representavam a Associação Comercial de Porto Velho. No segundo dia de sua estada, Getúlio Vargas visitou colégios religiosos e hospitais, além do trecho da futura rodovia que ligaria o Amazonas a Cuiabá.

O *Alto Madeira* não manifestou, em nenhum momento, conflito sobre o cerceamento de opinião, ou mesmo qualquer manifestação concreta sobre a censura imposta à Imprensa no período, que eventualmente tivesse impedido o jornal de expor sua liberdade de expressão. Ao contrário, em determinados momentos, o jornal posicionou-se a favor da política do Estado Novo, elogiando os atos do presidente Getúlio Vargas, como aconteceu quando a 10 de novembro de 1940 o Estado Novo completava três anos de implantação e recebia uma matéria elogiosa. A força do elogio ao presidente Getúlio Vargas expressa no texto tem muito mais um caráter de manter vivo o sentimento de esperança para as melhorias prometidas para a região, que foram feitas quando da visita do presidente no mês anterior ao aniversário do Estado Novo.

A matéria afirma que o caráter da criação do Estado Novo seria o de atender “às legítimas aspirações do povo brasileiro [...] com o fim de assegurar à Nação a sua unidade”, e reafirma a esperança nas promessas feitas pelo presidente ao “fazer contato com as regiões mais afastadas” (ALTO MADEIRA, 10/10/40).

No Guaporé, durante o período Vargas, o *Alto Madeira* reinava solitário, descendente que era de mais de cinco centenas de jornais que já haviam sido editados no Amazonas, a maioria na Capital, e nas cidades que se formavam ao longo dos rios.

Um jornal de pequeno porte que traduzia, porém, todos os acontecimentos que permeavam a região e se constituía como as janelas, os olhos do Guaporé no plano da capital federal e vice-versa. Após a incorporação aos Diários Associados, em 1943, o jornal se solidificou no contexto Amazônico, preparando sua estrutura que mais tarde viria alcançar o Estado de Rondônia. Chateaubriand adquiriu o Jornal do Commercio, de Manaus, o Alto Madeira, no Guaporé, o Imparcial, em São Luiz, o Liberal, em Belém, e formou a primeira rede de jornais e rádios, trazendo posteriormente a Televisão para o país (ALTO MADEIRA, 10/10/43).

Houve uma mudança de interesses em relação à região com a transferência da direção do *Alto Madeira* para o empresário da comunicação Assis Chateaubriand. Não era mais o interesse que levou Tanajura a manter o jornal por quase três décadas, ou seja, um empreendimento jornalístico numa crescente região pertencente ao Amazonas. Segundo, o interesse de Chateaubriand em adquirir o *Alto Madeira* nessa época estava primeiramente voltado para atender seus objetivos em formar uma rede nacional de jornais e emissoras de rádio e, posteriormente, ampliar seu poderio, como já vinha ocorrendo em outros Estados. É claro que os interesses são econômicos e políticos, no aspecto de “poder concentrado” através dos meios de comunicação, contudo, não se trata somente de um olhar voltado para o *Alto Madeira* e para Porto Velho (ALTO MADEIRA, 06/06/43).

O Coronel Aluizio Ferreira representava politicamente os interesses dos coronéis seringalistas e da maioria dos comerciantes que movimentavam a economia na região. Ele mantinha o elo político entre o Guaporé e a Capital da República. Mas esse controle do poder político começou a mudar a partir de 1945 com a entrada no cenário do Tenente Coronel Joaquim Vicente Rondon, que o sucedeu no governo do território e passou a aglutinar forças de outros segmentos empresariais e políticos, formando um novo grupo, também direcionado a arrebatar o poder político representado por uma cadeira na Câmara Federal. Ainda no período de disputa da eleição começou a haver oposição entre os partidários que penderiam para o lado de Aluizio Ferreira e, de outro lado, o grupo que passaria a apoiar o governador Vicente Rondon. Posteriormente essa oposição viria a se acirrar entre os partidários de Aluizio, que foram denominados de “cutubas” e os adeptos de Vicente Rondon, denominados “peles-curtas” (TEIXEIRA; FONSECA, p. 165-166).

Para Barbosa Lima Sobrinho, a Imprensa não veio a ser “um poder complementar e sim um poder à parte, capaz de influir sobre todos os outros, pois podia formar contra eles a irresistível corrente da opinião pública” (SOBRINHO, 1988, p. 12).

A população que acompanhava o jornal durante anos, um tablóide acanhado ilustrado com pequenos clichês, via o mundo através do jornal, em composição mais abrangente e ilustrada por nítidas radiofotos, adquiridas das agências internacionais pela Meridional, a agência dos Diários Associados. Visualmente, a batalha política que se travava no Guaporé, se misturava

nas páginas de um jornal abrangente, que trazia os editoriais de Chateaubriand, que tratavam principalmente da necessidade de se acabar com o perigo “comunista”, ao lado de uma coluna também anticomunista, sobrescrita por um redator que assina: “de um observador social”, opiniões cujos títulos são “o terror bolchevista”, “o Brigadeiro e o Comunismo”, entre outros, como este intitulado “Onde leva a tolerância”, que exemplifica ser “o comunismo um mal que, acudido em tempo, pode ser eliminado com sucesso”, todos eles manifestando a necessidade de se extirpar esse “mau do mundo” (ALTO MADEIRA, 15/04/48).

Politicamente, o jornal já havia mostrado a sua força apoiando Aluizio Ferreira na disputa política pela primeira eleição do Guaporé. Ao findar a década, o jornal já estava preparado para apoiar sua segunda vitória, em 1951. Os udenistas com o apoio dos pessepistas estariam afiando as unhas para tirá-lo em 1956.

Os jornais e os fatos

O historiador na atualidade reconhece que os fatos são fabricados e não dados, não sendo eles, então, a base da objetividade. Ampliando esse entendimento para a interpretação dos documentos, afirma que não há um documento-verdade, objetivo e descaracterizado de intenções (CAPELATO, 1988, p. 21).

“Os fatos da história nunca chegam a nós ‘puros’”. O processo de reconstituição governa a seleção e interpretação dos fatos: isto, aliás, é o que faz deles fatos históricos (CARR, 1996, p. 57).

Segundo Capelato, a tarefa do historiador consiste em desmistificar o significado aparente dos documentos, sejam eles objetos de construções falsas ou verdadeiras. “Na construção do fato jornalístico interferem não apenas elementos subjetivos de quem o produz, mas também os interesses aos quais o jornal está vinculado” (CAPELATO, 1988, p. 22). Neste contexto, ao defender a posição de Aluizio Ferreira, o jornal *Alto Madeira* se coloca como porta-voz do Partido Social Democrático, tomando para si a função do partido, chamando sempre a atenção da população para que “exerça o ato cívico de votar” e afirmando que “recebeu a recomendação de votar no Cel. Aluizio”, assim, destaca, elogiando o militar, que “ele é a pessoa mais preparada para representar o território na Câmara Federal” (ALTO MADEIRA, 08/01/47).

Quando assume esse papel, o jornal mistura sua função pública, ou seja, a de veicular informações que são de direito público, com a sua atividade jornalística exercida no campo privado. “A Imprensa veicula informações de direito público, norteando-se pelo princípio da publicidade, neste sentido, coloca-se como intermediária entre os cidadãos e o governo” (CAPELATO, 1988, p. 18).

As definições de Gramsci sobre o papel que o jornalista exerce enquanto intelectual orgânico ampliaram meu entendimento sobre como pode ser exercida essa influência no meio social. Todas as pessoas são intelectuais, embora, às vezes, não exerçam esse papel. Com essa assertiva, Gramsci traça o perfil do intelectual orgânico, diferenciando-o do intelectual tradicional, representado nas figuras do literato, do filósofo e do artista (GRAMSCI, 1989).

Botega (2007) refletiu sobre isso e interpretou que, para Gramsci, um dos papéis que o intelectual deve desempenhar na sociedade, é o de “ligar os elos da superestrutura mediante a interpretação do senso comum, transformando a ideologia que perpassa a sociedade civil em ideologia hegemônica, unindo a sociedade em torno de um objetivo político”.

Quanto ao intelectual orgânico, seu papel deve seguir os papéis do *“dirigente e do educador, ou seja, o papel de organizador, para preparar a sociedade através de uma nova visão de mundo, realizando as mudanças necessárias no Estado e na política”*. (GRAMSCI, 1989). As contribuições de Gramsci servem para desmistificar o papel da mídia. Para ele, a Imprensa burguesa é um aparelho privado de hegemonia, capaz de disputar os rumos da sociedade por meio de uma verdadeira guerra de posições em todas as *“trincheiras ideológicas”*. *“Através da Imprensa privada e mercantil, que objetiva o lucro e que faz da notícia uma mera mercadoria, a burguesia tenta se aparentar como representante da esfera pública”* (BORGES, s/d).

Como sustenta o pesquisador Luiz Balkar Pinheiro, paira um imenso silêncio sobre o passado das pequenas vilas e cidades amazônicas, e os estudos associados à História da Imprensa podem abrir um caminho para a superação desse silêncio. Para ele, a Imprensa que chega às cidades interioranas do Amazonas atua não somente como um canal de informação sobre a região, o país e o mundo, mas é percebida e também revestida de uma dimensão de um *“verniz civilizatório”*, mostrando-se

capaz de fazer avançar essas localidades distantes em direção [a um] progresso sempre esperado (PINHEIRO, 2014).

A Imprensa sob controle da censura

As publicações nacionais naquele período se davam num momento em que a Imprensa era coordenada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado em 1939 para organizar e distribuir toda a produção informativa do Governo Vargas, sendo que a Constituição 1937, através do artigo 1222, exterminou a liberdade de Imprensa e admitiu a censura. A partir de então, toda a manifestação do pensamento, oral e escrita, impressa ou por imagens, deveria ser feita de acordo com o que prescrevia a lei. E aos jornais, após 1937, ficou estabelecido que desempenhariam sua função pública atrelados ao Estado (CAPELATO, 1992).

Para Nilson Lage, o jornalismo é uma prática social decorrente da evolução da sociedade. Atividade de natureza técnica, que coleta e seleciona o que interessa e é útil ao público alvo, devendo ser verdadeiro aos fatos e às ideias que interpreta e transmite. Uma série de atributos são pertinentes ao papel do jornalista, não só as questões de ofício, como a postura em manter compromissos éticos; admitir a pluralidade de versões dos fatos; empenhar-se pela ampla difusão do que seja interesse público, quando à frente de uma instituição, divulgar seus pontos de vista sem comprometer-se e ser porta-voz e não autor do discurso que elabora. O jornalista tem um duplo compromisso, com a fonte e com o público e deve se posicionar para não se chocar em conflitos de interesse (LAGE, 2014).

A imprensa, segundo Sodré afirma foi uma das grandes vítimas da ditadura estadonovista. Com o fim da guerra, abria-se um novo horizonte à liberdade de pensamento, porém, verificava-se, na prática, que essa liberdade era meramente teórica (SODRÉ, 1967, p. 455).

O jornal como fonte histórica

O jornalismo se constitui como importante fonte de informação e pesquisa à medida que registra os fatos cotidianos. Como fontes de pesquisa os jornais possibilitam levantar elementos para se conhecer o processo das relações em determinadas épocas. Conforme interpreta Marialva Barbosa “fazer história da imprensa ou, do jornalismo é interpretar práticas

humanas em toda a sua complexidade, tentando revelar processos históricos nos quais sempre estão envolvidos sujeitos sociais em toda a sua humanidade”. Nesse sentido, a autora destaca a importância de se identificar quem escreve nas publicações estudadas e com quais propósitos, a quem se dirigiam; quem eram os sujeitos que consumiam tais informações. Ainda que o jornalismo não seja história, já que aglutina pedaços do passado como se fossem a totalidade, fixa em materiais duráveis os acontecimentos para o futuro (BARBOSA, 2012).

Segundo Borges, “os jornais não são vistos como fontes objetivas de verdade histórica, mas como esclarecedores de parte dessa verdade, exatamente através da subjetividade implícita num órgão de imprensa não meramente informativa e sim formativa de opinião” (BORGES, 2007, p. 12).

O *Alto Madeira* se constituiu como fonte de pesquisa histórica para os vastos campos da investigação – em saúde, economia, cultura e política, bem como a formação da sociedade que se estabeleceu no Guaporé e posteriormente em Rondônia. Durante o governo Vargas, período que nos propomos a investigar o papel que o Jornal Alto Madeira exerceu na divulgação do processo de colonização no Guaporé, posicionando-se como porta-voz das elites produtoras de borracha e dominantes, a imprensa legitima o poder político exercido no Território Federal do Guaporé pelo governador Aluizio Ferreira. Por toda essa área, circulava o jornal *Alto Madeira*, levando notícias nos barcos, trazendo informações de Manaus, circulando por toda a área da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, que ligava Porto Velho a Guajará-Mirim, num eixo de 366 quilômetros. O transporte de mercadorias procedente do oeste da Bolívia e do Mato Grosso durou cerca de 60 anos (1912-1972).

Martins e Colferai (2019) justificam a tentativa de resgatar a memória desses processos, que significaram também embates com modos de vida tradicionais – indígenas e caboclos, principalmente – frente à chegada da população migrante com a alteração dos ambientes da floresta para a implantação da pecuária e da agricultura.

Os jornais impressos que circularam naquele período de formação do estado no século XX são – para além da percepção de que o jornalismo, ao tempo em que registra o cotidiano, converte-se em documento fundamental para a reconstituição histórica de uma sociedade – eles mesmos produtos deste pro-

cesso. Os autores apresentam a ligação entre o surgimento de periódicos impressos em Rondônia com as motivações políticas, econômicas e sociais rondonienses em seus diversos e distintos períodos de formação (MARTINS; COLFERAI, 2019).

Esses periódicos, segundo MUNARO (2014) são ilhas de modernidade. Contudo, enquanto no Rio de Janeiro estes impressos começaram a se tornar mais concentrados num modelo empresarial, na Amazônia os jornais que permaneceram por mais tempo eram empreendimentos artesanais. Na Amazônia, os jornais surgiram junto com os municípios, constituindo-se em imprensa oficial e fazendo eco às necessidades políticas dos chamados coronéis (MUNARO APUD LEAL, 2012). Seu objetivo era consolidar o poder de um grupo municipal em torno do qual orbitava a vida comunitária da cidade (MUNARO, 2017, p. 10).

A Imprensa na política nacional de Vargas

Durante o Estado Novo houve um esforço para justificar o regime e difundir uma imagem positiva junto às camadas populares. Os jornais e revistas eram veículos privilegiados para a difusão de notícias, em meio ao cinema e ao rádio que também desempenhou papel relevante a partir dos anos 1930. Vargas impõe um projeto cultural e político que tem como um dos principais pilares o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), diretamente subordinado à Presidência da República e com poderes de Ministério (CPDOC, 2007).

O DIP controlava e tutelava toda a imprensa, com um corpo de jornalistas intelectuais que produziam notícias e veiculavam o pensamento vigente disseminado pelo governo. O controle era feito por meio da circulação e venda do papel. No Rio de Janeiro, os jornais que não se alinhavam ao regime sofreram intervenção, como os jornais *A Noite* e *A Manhã*, em 1940 (VARGAS E A IMPRENSA, 2004, p. 31).

À imprensa foi atribuído o exercício de uma função de caráter público, o que obrigava todos os jornais a publicarem comunicados do governo. Através deles, eram veiculadas campanhas favoráveis ao Estado Novo. Além dos diários "*A Manhã*" e "*A Noite*", também a Rádio Nacional passou a ser tutelada pelo governo. Mas o controle do DIP não era exercido somente à imprensa que divulgava os fatos inerentes ao interesse do regime, mas havia também o controle e às artes, à cultura, à política e à sociedade (SODRÉ, 1967, p. 442-443)

Com o fim do Estado Novo, iniciou-se um novo momento de reconstrução partidária, quando foi eleito o presidente Eurico Gaspar Dutra, já num regime de eleições livres. Em 1946, o país se preparava para fazer a sua quarta Constituição após a implantação da República. O Partido Social Democrático arrebanhava os interventores anteriormente nomeados por Vargas durante o Estado Novo, além de industriais, comerciantes, funcionários públicos, membros das administrações estaduais, prefeitos e outras forças que apoiavam o governo. Os operários organizados eram representados pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que fora criado por prepostos e conselheiros de Vargas, como o então Ministro do Trabalho, Alexandre Marcondes Filho e Alberto Pasqualini. Mesmo no PTB, alguns defendiam a candidatura Dutra, outros se aliaram à militância do Partido Comunista (SKIDMORE, 1982, p. 73-82).

A política do Guaporé

No Guaporé a política era exercida pelo governador que prestava contas ao poder público federal, sendo que as decisões eram divididas entre o Ministério do Interior e o governador. No território ele tinha plenos poderes, nomeando e exonerando os prefeitos dos municípios. Não havia eleições municipais ou estaduais (TEIXEIRA; FONSECA, p. 165).

Getúlio Vargas nomeou Aluísio Ferreira para dirigir a ferrovia em 1931. Sua gestão prosseguiu até 1943 quando foi criado o Território Federal do Guaporé e, novamente, o presidente Vargas o nomeou para ser o primeiro governador do território.

Aluísio Ferreira defendia um programa que previa a retomada da coleta da seringa e o incentivo à implantação de culturas complementares como a produção de cereais para garantir a alimentação dos migrantes que iriam chegar. Essas intenções estavam presentes nos programas traçados pelo Cel. Aluísio Pinheiro Ferreira, que ele detalhou em entrevista ao *O Jornal*, do Rio de Janeiro, na época de sua nomeação por Vargas. O militar ocupou os principais serviços burocráticos ligados ao governo central que deram sustentação à efetivação da região enquanto Território Federal (*O JORNAL*, 22/11/43, p. 207)

Nas eleições suplementares de janeiro de 1947, Aluísio Ferreira foi eleito para a primeira cadeira do Território na Câmara Federal pelo Partido Social Democrático (PSD), e reele-

geu-se em outubro de 1950, na legenda da Coligação Democrática, composta pelo PSD, o Partido Social Trabalhista (PST), a União Democrática Nacional (UDN), o Partido de Representação Popular (PRP) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) (CÂMARA FEDERAL).

Para recuperar a relevância do Alto Madeira na conjuntura política e social da região dos rios Madeira e Mamoré é fundamental entender que a população local poderia então ser dividida em dois grandes grupos distintos. Por um lado uma população cabocla ou nativa que não necessariamente era consumidora do jornal; e, por outro, a elite regional, composta por funcionários da EFMM, seringalistas, comerciantes e um nascente corpo de funcionários destes organismos. Em sua maior parte, o jornal era consumido pela parcela da população constituída pelas pessoas ligadas à movimentação do comércio da borracha, e não por aquela outra, estritamente ligada ao trabalho de exploração (FRANCO; COLFERAI, 2021, p. 183).

Conclusão

A Imprensa local, representada pelo Jornal Alto Madeira, era a força política que dava coesão à formação, implantação e manutenção do Território Federal do Guaporé, a partir de 1943 e que desaguou na criação do Estado de Rondônia. Olhados de fora, os encadeamentos históricos dos elementos que formam essa região estão intrinsecamente ligados à linha editorial do jornal, que manteve sua cobertura jornalística durante um século acompanhando os fatos que se sucederam para a implantação da estrutura administrativa e política que deu a conformação política ao território em 1943, e ao Estado de Rondônia.

Numa releitura dos acontecimentos que remontam ao período destacado para investigar, pude ampliar as percepções sobre as vozes e camadas sociais que, porventura, não encontraram suporte na divulgação do Jornal *Alto Madeira*, como as populações caboclas ligadas à extração da seringa, indígenas, quilombolas e posteriormente as agremiações partidárias, notadamente os comunistas que se colocaram em contraposição ao poder político local, inicialmente referendado pelo partido Social Democrático (PSD).

Com a ascensão de Dutra na sucessão de Vargas, as conformações políticas foram se transformando e o primeiro opositor de Aluízio Ferreira passou a ser aquele que o sucedeu no

governo do Território, o Cel. Joaquim Vicente Rondon. O *Jornal Alto Madeira* manteve o posicionamento favorável a Ferreira e passou a apontar as divergências com Rondon, que era apoiado pelo Gal. Dutra.

Ferreira, que deteve apoio político-editorial do *Jornal Alto Madeira* por toda sua trajetória enquanto detentor de cargos na região passaria a sofrer oposição pelos partidários da UDN que se formou no território a partir do governo Dutra. Pinto (1997) aponta que a partir de 1947 passou a haver uma “oposição bem estruturada” em diversas camadas da sociedade em torno de Aluizio Ferreira. A sua ausência e o surgimento de várias siglas partidárias, em oposição à sua filiação, aumentava o número de seus opositores, contudo, mesmo assim, destaca que o militar se elegeu por três candidaturas consecutivas (PINTO, 1997), mas isso, porém, não ocorreu. Ferreira esteve no poder, apoiado pelo *Jornal Alto Madeira* até o ano de 1954, quando perdeu espaço político para o governador Joaquim Rondon, que se elegeu em 1955, deixando-o fora da política até 1958, quando retornou. Nesse ínterim ele refundou o *Jornal O Guaporé*, com o apoio do jornalista Enos Eduardo Lins, que foi seu secretário de redação até 1961. Lins era integralista e publicava artigos no *Alto Madeira* destinados a combater a presença dos comunistas na sociedade brasileira (SILVEIRA, 2022, p. 165).

Por meio do partido PSD, o jornal incorporou a campanha de Aluizio, que ainda vinha alicerçada por entidades sociais como a Liga das Senhoras Católicas, que encamparam a campanha e tratavam em várias edições do *Alto Madeira* sobre as qualidades de Aluizio. A primeira eleição do Guaporé para Câmara Federal teve a defesa direta do jornal. Nesse contexto, o jornal atuou não só como divulgador, como também como influenciador das ideias que veiculava, determinando por meio de seus textos, recomendações publicitárias, culturais, esportivas, de entretenimento e circulação de pessoas, ideias, recomendando os princípios do regime que figurou durante o Estado Novo, sem contestação.

O jornal *Alto Madeira* se coloca como um agente político quando publica com ênfase a campanha de Aluizio Ferreira e seu partido, o PSD, para a votação à Câmara Federal, em contraponto ao candidato oponente, o empresário e seringalista Paulo Saldanha, que havia sido um dos responsáveis por dirigir a companhia de navegação do Guaporé, mas que estava ha-

via anos afastado do município e residindo no Rio de Janeiro, tendo retornado ao Território para concorrer à eleição.

Em matéria de 10/10/46, o jornal traz no rodapé da capa, em seis colunas, o chamado para que o trabalhador vote em Aluízio, “cumprindo dever de gratidão” e a matéria de 05/01/47, com a recomendação para que os eleitores não cometessem um ato de negligência deixando de votar em Aluízio:

TRABALHADOR! Cumpre teu dever de gratidão ingressando como eleitor nas fileiras do Partido Social Democrático para votar no Coronel Aluízio Pinheiro Ferreira, candidato do povo a Deputado Federal pelo Guaporé (ALTO MADEIRA, 10/10/46).

ELEITORES! Não exercer o direito de voto é praticar um ato de negligência contra a Pátria. Demonstrei o vosso patriotismo votando no Coronel Aluizio Ferreira (ALTO MADEIRA, 05/01/47).

O *Alto Madeira* sobreviveu exatos cem anos, quando encerrou as atividades no ano de 2017, amargando uma estagnação financeira que já vinha sendo levada a efeito desde o final dos anos 90, quando a modificação estrutural da Imprensa local se arrefeceu com o mercado editorial dos jornais impressos, notadamente pelo advento das novas tecnologias aplicadas às mídias, com a inserção da internet no fluxo mundial de notícias e a migração da publicidade para novos canais de interesse.

Referências

BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa**. 2 vols. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BORGES, Altamiro. **Marx, Lênin, Gramsci e a Imprensa**. Exposição apresentada durante o 12º Curso Anual do Núcleo Piratininga de Comunicação (CNC), dez/Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.novae.inf.br>. Acesso em: 15/03/2023

BORGES. Vavy Pacheco. **Getúlio Vargas e a oligarquia paulista**. São Paulo. Brasiliense, 1979.

BOTEGA, Leonardo da Rocha. Imprensa e História Política: Gramsci como alternativa teórico-metodológica. **Revista Espaço Acadêmico**. nº 71. Ano 6. Abril/2007 Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br>. Acesso em: 04/03/2023

CANTANHEDE, Antonio. **Achegas para a História de Porto Velho**. Manaus, Escola Técnica, 1950.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **O Controle da Opinião e os Limites da Liberdade: Imprensa Paulista (1920-1945)**. Política e Cultura. Revista Brasileira de História. São Paulo. ANPUH/Marco Zero, vol.12, nº23/24, set 91/ago 92.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo. Editora Contexto, 1988.

CARR, Edward H. **Que é História?** São Paulo. Editora Paz e Terra, 1996.

ESTEVES, ANTONIO R. **A Ocupação da Amazônia**. São Paulo. Editora Brasiliense, Col. Tudo é História, 1993.

FERREIRA, Aluizio Pinheiro, **Em Memória – 1897-1997**.

FRANCO, Mirian Penha. **As Cores da Imprensa: O Jornal Alto Madeira na Política do Território do Guaporé**. Monografia de Conclusão de Curso de Bacharelado em História, Universidade Federal de Rondônia (Unir), 2007.

FRANCO, Mirian Penha; COLFERAI, Sandro Adalberto. **Imprensa na fronteira oeste da Amazônia na década de 1940: o jornal Alto Madeira e a criação do Território do Guaporé**. Terra das Letras Mortas. A identidade da Amazônia nos jornais regionais. Luís Francisco Munaro (Org). Editora Fi. Porto Alegre, RS, 2021.

GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2ª ed. 1978.

JORNAL ALTO MADEIRA: **Arquivo do Centro de Documentação Histórica de Rondônia**, SECEL, Porto Velho, anos 1917; 1922; 1930; 1937; 1940 a 1948.

JORNAL ALTO MADEIRA: **Núcleo Informatizado de Memória e Pesquisa do IFRO (NIMPI)**: anos 1941, 1942 e 1943. Disponível em: <http://nimpi.ifro.edu.br>. Acesso em 15/03/2023.

LAGE, Nilson. Conceitos de jornalismo e papéis sociais atribuídos aos jornalistas. **Revista Pauta Geral-Estudos em Jornalismo**, Ponta Grossa, vol.1, n.1 p.20-25, Jan-Jul, 2014.

MARTINS, Allysson; COLFERAI, Sandro. **Rascunhando a História de Rondônia: resgate do passado pelas memórias da imprensa**. XII Encontro Nacional de História da Mídia, 19 a 21 de

junho de 2019, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal-RN.

MORAIS, Fernando. **Chatô: o Rei do Brasil, a vida de Assis Chateaubriand**. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

MUNARO, Luís Francisco, (Org). **RIOS DE PALAVRAS: a imprensa nas periferias da Amazônia (1821-1921)**. Porto Alegre, RS. Editora Fi, 2017.

OLIVEIRA, José Aldemir de. Tempo e espaço urbano na Amazônia no período da borracha. **Scripta Nova**. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona. Universidade de Barcelona, 2006. vol. X. nº 218-35. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-35.htm>. Acesso em: 05/02/2023

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Secretaria. Especial de Comunicação Social. **Getúlio Vargas e a Imprensa**. Série Memória. Rio de Janeiro. Volume 10, 2004.

SILVEIRA, Zola Xavier. **Uma frente popular no Oeste do Brasil: do incendio da Catedral ao Palacete Rio Madeira e outras histórias do Território Federal de Rondônia**. Tiradentes, MG, Aquários, 2022.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: De Getúlio a Castelo (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SOBRINHO, Barbosa Lima. **O problema da Imprensa**. Editora Com-Arte. 2ª. Edição. São Paulo, 1988.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira, 1967.

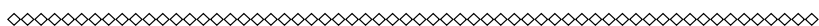
SOUZA, Valdir Aparecido. **Desordem na Fronteira: Ocupação Militar e Conflitos Sociais na bacia do Madeira-Guaporé (30/40)**. Dissertação de Mestrado. Disponível em: Acesso em: 12, 13, 14/03/2023. Disponível em: <http://www.biblioteca.unesp.br>.

VITAL, André Vasques. **Comissão Rondon, doenças e política: “Região do Madeira: Santo Antônio”**, de Joaquim Augusto Tanajura – uma outra visão do Alto Madeira em 1911. V. 18 n. 2, p. 545-557, abr./Jun. 2011.



O ALTO MADEIRA E OS CRIMES RELACIONADOS COM O PRIMEIRO SURTO GUMÍFERO

Erika Francelino Vieira¹



Introdução

Buscando compreender a presença do Estado, através da justiça, nos seringais das margens do Rio Madeira, uma vez crimes cometidos nessas propriedades privadas, durante a segunda década do século XX, a fonte midiática demonstrou-se rica em informações. Como o *Jornal Alto Madeira*, periódico regional bissemanal, criado em 1917, tendo como primeiro gerente João Soares Braga e administrador Cincinato Elias Ferreira. Este, em suas primeiras edições (1917-1918), apresentou diversas notícias a respeito de seringais e/ou seringueiros.

Assim, como em diversos casos, se confirma a utilidade da mídia para a produção histórica, nessa pesquisa representada pelo jornal impresso, algo que não é novidade. Expandindo o conceito de fontes documentais, o movimento historiográfico dos *Annales* em suas primeiras gerações nos permite buscar nos jornais (e mídias em geral) informações para complementar qualquer pesquisa (LAPUENTE, 2015). Nesse sentido, se faz presente a interdisciplinaridade na pesquisa. “A tendência à Interdisciplinaridade tem sido possivelmente a característica mais importante e saliente da História na sua gradual consolidação como saber científico”, afirma José D’Assunção Barros (2013, p. 1), sendo essa uma das principais metodologias dos *Annales*, bem estabelecida na historiografia atual (JUNIOR, 2019).

No que tange ao jornal como fonte, Carlos Henrique Leite (2015) aponta que este, em todas as suas vertentes, apresenta conteúdo que após interpretação pode contribuir para a construção de uma narração histórica. Visto que, a imprensa interfere em vários aspectos da vida social, sendo uma formadora

1. Licenciada em História pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Mestranda em História Pelo Programa de Pós-Graduação em História da Amazônia (PPGHAM/UNIR).

de opinião. No entanto, estudos sobre a metodologia do uso dessa fonte não avançaram com a mesma velocidade, sendo o conteúdo usado apenas como complemento, sem considerar as intenções por trás de cada notícia, uma vez que um jornal não é imparcial.

Logo, antes mesmo de ler a primeira notícia do jornal selecionado, é imprescindível conhecer a história desse, seus fundadores, seu público alvo, sua ideologia e afins e em seguida analisar o projeto gráfico e editorial, sua organização e distribuição de notícias, colunas e seções. Seus redatores, as condições técnicas de produção, preços e espaços de distribuição também auxiliam para o entendimento do âmago do periódico. Isso nos leva a considerar o jornal não apenas como fonte, mas como objeto da pesquisa histórica.

Objetivos

Através das notícias do jornal Alto Madeira, investigar a relação seringal-justiça nas edições de 1917 e 1918. Os específicos são: analisar o projeto editorial do jornal Alto Madeira, relacionar as notícias com a historiografia sobre o Primeiro Surto Gumífero; contribuir com a História da Mídia rondoniense.

Metodologia

Essa pesquisa será uma combinação de investigação bibliográfica e documental. Após termos apresentado uma análise crítica sobre o jornal “Alto Madeira”, utilizaremos de seus recursos, para apresentar notícias de transgressões ocorridas em seringais ou praticadas por seringueiros e seringalistas, entre os anos de 1917 e 1918. Essa abordagem surge como uma tentativa de paragonar a visão da sociedade civil e do Estado sobre os crimes ocorridos nas áreas pesquisadas, buscando demonstrar quais crimes ocorriam, segundo as notícias do jornal, e quais chegavam à via legal de resolução, segundo a historiografia.

Historiografia guiada por obras fundamentais, ao re-fletir sobre o Primeiro Surto Gumífero são imprescindíveis historiadores como Roberto Santos e seu livro História econômica da Amazônia (1980), onde com riqueza de dados numéricos e tabelas descreve a economia da borracha e sua influência no Brasil e no Mundo. Também Celso Furtado, com a obra Formação Econômica do Brasil (1980), conecta a economia

da borracha com as diferentes regiões do país e o impulso migratório para o Norte proporcionado por ela, especialmente o nordestino. Artur Cesar Ferreira Reis em seu livro *O Seringal e o Seringueiro* (1953) é preciso, ao retratar o funcionamento de um seringal, sua hierarquia e modo de produção, além do cotidiano de um seringueiro, suas dificuldades e modo de exploração.

Os periódicos do jornal estão disponíveis para acesso no site da BNDIGITAL (Biblioteca Nacional Digital), na área de Hemeroteca Digital Brasileira (<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>), onde estão escaneados e disponibilizados de forma gratuita. Essa será a forma de acesso aos periódicos.

Resultados Alcançados

Com a leitura dos periódicos feita, foi possível localizar as mais variadas notícias e propagandas envolvendo seringais, seringueiros e seringalistas, inclusive as que envolviam crimes nas propriedades, que são o objetivo da pesquisa. A tabela abaixo apresenta a relação dos crimes noticiados, sendo identificados por ano, tipo de crime e quantidade:

Tabela 1 – Crimes relatados pelo Alto Madeira (1917-1918)

Quantidade de crimes envolvendo o Surto Gumífero relatados pelo jornal Alto Madeira (1917 e 1918)		
1917	CRIME	1918
1	Homicídio	24
1	Agressão	5
	Roubo	4
	Revoltas com vítimas	4
	Contrabando de borracha	2
	Estupro	2
1	Tentativa de homicídio	1
3	TOTAL	42

Fonte: Jornal Alto Madeira. 1917-1918.

Uma análise superficial dessa tabela demonstra como os periódicos do ano de 1918 reportaram significativamente mais notícias da natureza delimitada, além de maior variedade entre os crimes. Esse ano, marcado como um dos derradeiros do Primeiro Surto Gumífero, também proporcionou notícias sobre revoltas nos seringais, tanto de trabalhadores, como de clientes, insatisfeitos com os encerramentos causados pela crise.

Conclusões

A aceitação de variadas fontes para a construção do conhecimento histórico, proporcionou a nós, historiadores e pesquisadores, a mídia como instrumento para a expansão de nossas interpretações sobre o homem, em sociedade, através do tempo (BLOCH, 2002). Sendo o jornal um de seus mais influentes produtos, essa pesquisa buscou no jornal Alto Madeira relatos que corroborassem com o cenário proposto, de que o Estado, através do sistema judiciário, alcançava uma parcela, mesmo que pequena, de suas demandas que envolviam o Surto Gumífero. Objetivo que foi alcançado, pois em número, mínimo como o estimado, das notícias pesquisadas, a força policial e judiciária atuaram no controle e resolução dos casos.

Referências

- BARROS, José D'Assunção. **Teoria e Metodologia da História: antigas e novas interdisciplinaridades**. I Simpósio de Metodologia da História e para o IX Encontro Regional Centro-Oeste da Associação Brasileira de História Oral: a polissemia das cidades. Brasília. 2013.
- BLOCH, Marc. **Apologia da história: ou o ofício de historiador**. Zahar, 2002. Disponível em: <https://bibliotecaonlinedahisfj.files.wordpress.com>. Acesso em: 11 set. 2019.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 17. Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.
- JUNIOR, Barthon Favatto Suzano. **Os Annales e a interdisciplinaridade: um balanço da historiografia polemista brasileira**. Antíteses, Londrina, v.12, n. 23, p. 773-796, jan-jul. 2019.
- LAPUENTE, Rafael Saraiva. **O jornal impresso como fonte de pesquisa: delineamentos metodológicos**. 10^o edição, Porto Alegre, Alcar, 2015.
- LEITE, Carlos Henrique Ferreira. Teoria, metodologia e possibilidades: Os jornais como fonte e objeto de pesquisa histórica. **Escritas**, vol. 7, n. 1. 2015.
- REIS, Arthur Cezar Ferreira. **O Seringal e o Seringueiro**. Serviço de Informação Agrícola. Rio de Janeiro: 1953.
- SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. **História econômica da Amazônia: 1880-1920**. São Paulo: T. A. Queiroz. 1980.

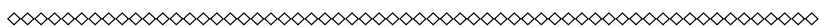


SOLDADOS DA BORRACHA: A EPOPEIA DOS IMIGRANTES NORDESTINOS NA REGIÃO AMAZÔNICA DE GUAJARÁ-MIRIM

*Simone Medeiros de Carvalho*¹

Resumo: Com início da extração da borracha, brasileiros oriundos da região nordeste do país foram recrutados pelo governo, com a promessa de guerrear na Europa durante a Segunda Guerra Mundial, ou ficar ricos na Amazônia, com a extração do látex das árvores de seringueira. Certamente foram enganados. Não foram para a guerra e nem ficaram ricos. Foram, sim, humilhados, ameaçados e escravizados nos seringais da Amazônia, já que a mão de obra era escassa e a demanda solicitada pelos Estados Unidos não foi almejada. Este artigo nos leva à epopeia dos “Soldados da Borracha”, nordestinos que saíram dos seus estados para trabalhar na extração do látex nos seringais da Amazônia, naquele que foi classificado como o Segundo Ciclo da Borracha, abordando ainda, de forma sucinta, a atuação desses Soldados na região da cidade de Guajará-Mirim, no Estado de Rondônia. No transcorrer da pesquisa, foram abordados temas secundários, mas que têm importância fundamental para o assunto: os fatores históricos que antecederam o Primeiro Ciclo da Borracha, a Revolução Industrial, a descoberta do processo de vulcanização, as fases de extração do látex, o comércio com as casas de aviamento, a ação das casas exportadoras, a importância da construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré, o roubo das sementes de seringueira pelos ingleses, o plantio na Malásia e a decadência da produção da borracha no Brasil. Por fim, menciona-se a importância e as consequências da imigração dos Soldados da Borracha para aquele rincão da Amazônia e, ainda, o reconhecimento do serviço prestado à nação desses “combatentes da borracha”.

Palavras-chave: Soldado da Borracha. Segunda Guerra Mundial. Amazônia. Látex.



Introdução

Diferentemente de outras guerras geopolíticas, o contexto do primeiro ciclo da borracha traz, em meio à Segunda Gran-

1. Mestranda em História do Programa de Pós-Graduação em História da Amazônia (PPGHAm/UNIR).

de Guerra, uma perspectiva totalmente diferente da Amazônia brasileira, na qual os países participantes do conflito buscaram de forma incessante matérias-primas para abastecer a indústria da guerra.

Assim, soldados brasileiros tinham a missão de extrair o látex para abastecer a indústria da guerra e a Amazônia se tornou o grande centro de produção mundial do produto. Com isso, em meados dos anos 1940, as autoridades brasileiras, juntamente com os EUA, firmaram um acordo para estabelecer uma ligação de empregado e contratante, onde o Brasil fornecia mão de obra para os seringais e a outra nação investia na produção. Esse acordo deveu-se ao fato de que o Japão decidiu cortar suas relações com os norte-americanos, segmentando totalmente o fornecimento de borracha e ocupando a Malásia para inviabilizar suas produções em favor dos aliados.

Diante desse quadro, o governo brasileiro utilizou de forma sucinta a mão de obra da região, o que funcionou em um primeiro momento, mas não foi suficiente. Foi utilizada também a mão de obra indígena, por meio do qual os nativos foram obrigados pelos donos dos seringais a trabalhar coletando o látex, juntamente com outras especiarias da floresta. Todavia, seu apresamento foi se tornando cada vez mais complexo.

Contudo, os trabalhadores tradicionais não foram suficientes para suprir a grande demanda da procura externa pela goma elástica e, por isso, vieram bem a calhar os problemas enfrentados pelos nordestinos com o que foi considerada a pior seca do século (1879/80). Foi nesse contexto que o governo brasileiro buscou solucionar o problema da falta de mão de obra com o alistamento de nordestinos para trabalhar nos seringais da Amazônia. Surgiram aí os “Soldados da Borracha”.

A experiência vivida nos seringais por um autêntico Soldado da Borracha serviu como base para a elaboração deste artigo. A narração de fatos vividos pelo senhor Antônio Falcão Ribeiro no interior da maior floresta tropical do planeta será amplamente utilizada no decorrer do trabalho.

O objetivo é que ao fim da leitura se tenha uma conexão perfeita e simétrica entre a história escrita nos livros e a experiência de quem viveu aquele momento histórico de tão grandiosa importância para o país e para o mundo.

Procurou-se também entender a vivência e a contribuição dos Soldados da Borracha para o progresso da região de Guajará-Mirim, no Estado de Rondônia.

Fatores históricos que antecederam o Primeiro Ciclo da Borracha

Primordialmente, a partir do século XIX, a expansão do capitalismo financeiro e industrial tornou-se um dos grandes fatores para a busca incessante de matérias-primas. O desenvolvimento de novas tecnologias ocasionado pela Revolução Industrial fez com que a borracha, que até então não havia saído das entranhas amazônicas, se tornasse um produto procurado e conhecido na América do Norte e Europa, tornando-se o principal produto de exportação da Região Norte do país à época.

Com a alta demanda pela borracha, por conta da revolução industrial e o interesse capitalista em regiões tropicais, a Amazônia concentrava cerca de 40% da exportação brasileira voltada a esse produto.

Assim sendo, com a descoberta do processo de vulcanização feita por Charles Goodyear em 1839, e o carcer de novos produtos, a borracha por ter suas características maleáveis como a pouca resistência ao calor e o seu enrijecimento quando exposto a baixa temperatura, se tornou um dos grandes marcos para a história regional. Com isso, a Amazônia com suas árvores abundantes e sua qualidade, foi iniciada a contratação de trabalhadores para a exploração comercial do látex nos seringueiros brasileiros.

Outros fatores importantes para o ciclo da borracha foi a invenção do automóvel (1886), por Karl Benz e a grande difusão e utilização da bicicleta nos grandes centros durante aquele período, os quais tem componentes pneumáticos em seus processos de fabricação e que também necessitavam de grande quantidade de látex na sua linha de produção.

O Primeiro Ciclo da Borracha

Já nos primeiros contatos com os indígenas, os europeus ficaram sabendo sobre a utilização do látex por aqueles povos primitivos, para a fabricação de alguns objetos. Essa matéria prima, que logo se tornaria o centro das atenções nas indús-

trias, era muito pouco utilizada na Europa, até o início do século XIX.

Com o advento do automóvel e o crescimento da utilização da bicicleta, além da descoberta do processo de vulcanização e da eclosão na Europa da Revolução Industrial, conforme mencionado no item 1 deste artigo, a demanda por borracha na Europa e nos Estados Unidos teve um crescimento avassalador.

Com isso, a exploração do látex que, até então era feita nas proximidades da região de Belém e na Ilha do Marajó, se expandiu para o restante da Amazônia, principalmente nos Estados do Amazonas, Rondônia e Acre.

A extração e comercialização do látex, obrigatoriamente, passava por algumas etapas:

a) O processo de extração do látex

O “leite da seringueira”², como era conhecido o látex entre os seringueiros, era extraído de maneira rudimentar, por meio de um processo chamado “sangria”, onde eram feitas incisões na casca da árvore e o leite caía dentro de um recipiente estrategicamente colocado em seu tronco. Segundo o experiente mateiro dos seringueiros, o Sr Antônio Falcão Ribeiro, as seringueiras poderiam ser alvo de extração em dias consecutivos, pois o leite não falhava nunca. Bastava fazer os “riscos” na casca da árvore e o látex começava a jorrar.

b) O comércio com as casas de aviamento

Os seringueiros eram contratados pelos “aviadores”³, na maioria das vezes, com o pagamento sendo feito por meio de produtos vendidos nessas casas. Como o preço dos produtos era muito alto e o preço do látex “in natura” muito baixo, o seringueiro sempre estava em débito com o aviador, o que se constituía em uma condição de semiescravidão. Segundo o seringueiro Antônio Falcão Ribeiro, havia muita injustiça e deslealdade por parte dos aviadores. Eram anotados produtos que os seringueiros não pegavam, ou era anotado em duplicidade, de modo que os pobres soldados da borracha estariam sempre

2. Era dessa forma que os seringueiros se referiam ao látex líquido extraído da seringueira.

3. Donos das casas de aviamento.

em débito com os “casarões”⁴. As casas de aviamento, que dependiam de capital estrangeiro, normalmente norte-americano ou inglês, quitavam suas dívidas com a própria borracha, o que também causava uma relação de dependência constante.

c) Exportação da borracha – a ação das casas exportadoras

As casas exportadoras eram responsáveis pelo transporte e retirada do látex do território brasileiro. Como as casas exportadoras exerciam o monopólio sobre o produto, também ditavam o preço no mercado nacional.

O Primeiro Ciclo da Borracha teve como consequência um grande crescimento e progresso na região amazônica. Durante o período, algumas cidades, como Belém e Manaus tiveram crescimento maior que cidades do centro-sul do país. Houve ainda o surgimento de diversas outras cidades e vilas nas regiões de extração do látex.

Uma outra importante consequência do ciclo da borracha para a região amazônica foi um grande aumento no fluxo migratório para a região nesse período, principalmente de nordestinos, que eram recrutados nas suas cidades de origem para trabalhar nos seringais. Esse fluxo migratório foi responsável por um grande aumento da população da região norte no século XIX.

A arquitetura da região onde o látex foi explorado foi fortemente influenciada pela riqueza e padrões estrangeiros. Um exemplo marcante é o Teatro Amazonas, construção imponente no seio da Floresta Amazônica, na cidade de Manaus.

Temos também fortes influências culturais e sociais como consequência do período da borracha que, até os dias atuais, permanecem na sociedade amazônica.

A Estrada de Ferro Madeira Mamoré – EFMM

Não se pode falar em Ciclos da Borracha sem mencionar a Estrada de Ferro Madeira Mamoré – EFMM. Afinal, a motivação principal para a construção da linha férrea era o transporte do látex dos seringais brasileiros e bolivianos para o porto de Porto Velho e daí para o mundo. A construção da EFMM foi proveniente de um acordo entre os governos de Brasil e Bo-

4. Como eram conhecidas as grandes casas comerciais, localizadas às margens dos rios e nas entradas dos seringais, com a finalidade de abastecer de produtos e mantimentos para os seringueiros.

lívica, por meio do tratado de Petrópolis, que resolveu ainda a questão do Acre. Depois de três tentativas de construção, desde 1865, finalmente em 1912 a obra ficou pronta, após muitas mortes e desafios ultrapassados. Com seus 366 quilômetros, a Estrada de Ferro Madeira Mamoré é considerada até os dias atuais um dos maiores desafios para construção moderna.

Quis o destino que, ao fim de sua construção, em consequência da crise da borracha no Brasil, a ferrovia fosse muito pouco utilizada e perdesse sua importância. Foi novamente aproveitada durante o segundo ciclo da borracha, na Segunda Guerra Mundial, porém por pouco tempo. Finalmente, em 1966 teve sua desativação decretada pelo Presidente Militar Humberto de Alencar Castelo Branco e, em 10 de julho de 1972, se ouviu pela última vez os apitos da Maria Fumaça. Voltou a funcionar novamente, para fins turísticos, num trecho de 7 quilômetros entre Porto Velho e Santo Antônio e sepultada de vez no ano de 2000.

No ano de 2005 a Ferrovia Madeira Mamoré foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN e, atualmente encontra-se em obras de restauração.

Biopirataria – o roubo das sementes de seringueira pelos ingleses e a decadência da produção da borracha no Brasil

Antes mesmo do início do ciclo da borracha, em meados do ano de 1877, as sementes de seringueira foram roubadas para a Inglaterra e posteriormente plantadas na Ásia, o que configurou um caso típico de biopirataria.

As seringueiras foram plantadas em larga escala, em local de fácil acesso e com facilidade para extração. Isso possibilitou uma produção com menos custos que o látex produzido na Amazônia, o que teve como consequência o declínio da produção da borracha brasileira e a crise que se estabeleceu posteriormente.

A Segunda Guerra Mundial e o Segundo Ciclo da Borracha

A Segunda Grande Guerra desenvolveu-se no contexto da invasão da Alemanha Nazista de Adolf Hitler nos países da Europa. Os aliados, representados por Estados Unidos, Inglaterra, França e União Soviética enfrentaram no teatro de ope-

rações os países do Eixo, representados por Alemanha, Japão e Itália.

No decorrer da guerra, o Japão invadiu a Malásia, que à época era o maior produtor mundial de borracha, fornecendo a matéria-prima para os Estados Unidos e para a Europa. Como houve exacerbada necessidade da borracha para alimentar a indústria da Guerra, os EUA firmaram com o Brasil os acordos de Washington para que este último voltasse a explorar o látex nas entranhas da Floresta Amazônica. Esse período ficou conhecido como “Segundo Ciclo da Borracha” e os trabalhadores recrutados para trabalhar extraindo o látex se tornaram os famigerados “Soldados da Borracha”.

Para muitos historiadores, a campanha para extração da borracha durante a Segunda Guerra Mundial foi um verdadeiro fracasso, por vários motivos: o Brasil nunca conseguiu entregar a quantidade estipulada nos acordos de Washington, o látex produzido na Amazônia tinha um valor consideravelmente mais alto que o produzido na Ásia anteriormente à Guerra. Paralelamente à campanha de extração de borracha na Amazônia, os EUA estabeleceram outros planos alternativos para fornecimento de matéria prima para suas indústrias, como campanha de reciclagem de pneus e outros artefatos de borracha e aumento na produção de borracha sintética por aquele país.

Ao fim da Segunda Guerra Mundial, a produção de látex no Brasil entrou novamente em declínio e findou-se o Segundo Ciclo da Borracha.

Quem foram os Soldados da Borracha?

Foram trabalhadores recrutados no nordeste do país para labutar na extração do látex nos seringais da Amazônia, durante a Segunda Guerra Mundial. São considerados soldados porque, ao se alistar, o militar tinha dois destinos: ou ia para a guerra lutar contra os nazistas e fascistas, na Europa, ou iria contribuir extraindo o leite da seringueira na Amazônia.

De acordo com relatos do Sr Antônio Falcão Ribeiro, Soldado da Borracha com larga experiência na Selva Amazônica, foi verificado que, para os trabalhos de extração do látex o seringueiro não estava sozinho. Na realidade havia duas outras funções: entrou na história a figura do “toqueiro” e do “mateiro”. O toqueiro tinha a função de limpar ao redor da seringueira, em um raio de aproximadamente dois metros, e deixar a

árvore em condições para o seringueiro tirar o “leite” da árvore. O mateiro tinha a função de fazer as “colocações”⁵. Cada colocação tinham três “picadas”⁶), para que o seringueiro tivesse seu setor de coleta. Havia três tipos de picadas: grande, média e pequena. As grandes tinham em torno de trezentas árvores de seringueira. As médias, em torno de duzentas árvores e as pequenas, cem árvores. Cada dia da semana ele trabalhava em uma trilha, de modo que na segunda e na quinta feira trabalhava na nas trilhas grandes, terça e sexta na trilha média e na quarta e no sábado, na trilha pequena, de modo que nesses últimos dias poderia descansar e juntar coco babaçu para defumar o látex nos outros dias.

Cada seringueiro era responsável por uma colocação, de onde deveria retirar e defumar o látex.

Era um trabalho de semiescravidão, onde os seringueiros começavam os trabalhos bem cedo, antes do raiar do sol e só voltavam para suas casas com o cair da noite, quando ainda tinham que processar o látex, utilizando fogo. O trabalho era muito perigoso e insalubre, pois os trabalhadores tinham que enfrentar os perigos da selva, animais selvagens e peçonhentos, além das doenças tropicais, como a malária e beribéri.

Calcula-se que foram mobilizados mais de cem mil Soldados da Borracha para guerrear na “Batalha da Borracha” nos confins da Floresta Amazônica. Atualmente existem poucos Soldados da Borracha ainda vivos, pois, devido à idade avançada, às condições insalubres em que trabalharam (e viveram) e às doenças adquiridas ao longo dos anos de trabalho como seringueiros na selva, a grande maioria nos deixou ao longo do tempo.

O começo do povoamento de Guajará Mirim e a Chegada dos Soldados da Borracha na região

A construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré deu início ao surgimento de um povoado nos arredores do ponto final da ferrovia. Até então, a localidade era constituída apenas de alguns seringais, tanto do lado brasileiro, como do lado boliviano da fronteira.

5. Setor onde o seringueiro iria trabalhar.

6. Trilhas no interior da mata, constituídas de certa quantidade de árvores de seringueira.

Conclui-se, portanto, que o primeiro ciclo da borracha e a construção da “Ferrovia do Diabo” foram importantes marcos para o povoamento da região de Guajará Mirim. Ocorre que, com a decadência da borracha no ano de 1912, o progresso da região sofreu uma estagnação, pois não havia mais motivo algum para que trabalhadores se deslocassem para essa região inóspita.

Foi somente durante a Segunda Guerra Mundial, com a necessidade de se extrair borracha para alimentar a indústria da guerra, que a região de Guajará Mirim voltou a ter um impulso no seu crescimento demográfico. A partir do ano de 1942, começaram a chegar imigrantes do nordeste brasileiro, para laborar nos seringais instalados em Guajará Mirim.

Dentre os principais seringais da região destacaram-se: o Rodrigues Alves, o Santa Cruz e o Renascença. Os seringueiros da região viviam do ganho com a coleta do látex e também realizavam comércio com a vizinha cidade boliviana de Guayaramerín. Esses seringais foram importantes marcos para o progresso e crescimento da cidade de Guajará-Mirim.

Um acontecimento que ajudou a impulsionar o progresso da cidade de Guajará-Mirim foi a instalação, em outubro de 1912, do Posto Fiscal. Além do Posto Fiscal, havia à época outros órgãos públicos: Delegacia de Polícia, Coletoria, Posto de Correios e Telégrafos, escolas e um cinema.

Faltava ainda a instalação de um contingente das Forças Armadas nacionais, para garantir a soberania brasileira naqueles rincões. Diante dessa situação, em 1932 foram criados os Contingentes Especiais de Fronteira de Porto Velho, Guajará Mirim e Forte Príncipe da Beira. Esses contingentes deram início ao que hoje são a 17ª Brigada de Infantaria de Selva em Porto Velho, o 6º Batalhão de Infantaria de Selva em Guajará-Mirim e o 1º Pelotão Especial de Fronteira- Forte Príncipe da Beira, em Costa Marques, unidades tradicionais do Exército Brasileiro no Estado de Rondônia.

Foi dessa forma que surgiu a “Pérola do Mamoré”, como é conhecida atualmente a cidade de Guajará-Mirim. Aos arredores da Estação Ferroviária foram surgindo casas improvisadas e comércios, o que deu início ao núcleo urbano, não muito bem organizado, mas com uma infraestrutura básica.

A importância do Soldado da Borracha para o desenvolvimento de Guajará-Mirim

Havia muitos perigos e entraves ao trabalho dos seringueiros. A presença de índios na região era um desses entraves. Dentre os povos indígenas que habitavam a região destacaram-se os Pacaás Novas, que representavam uma constante ameaça e empecilho ao trabalho dos seringueiros.

Contudo, os seringueiros, agora conhecidos como Soldados da Borracha, se instalaram na região e alavancaram o comércio local. É notório e sabido que, para se manter no interior da selva, o seringueiro necessitava de mantimentos, pólvora, chumbo, querosene e outros itens essenciais para sua sobrevivência. Os proprietários das casas de aviamento adquiriam esses mantimentos, em sua maioria, no comércio local.

A extração do látex e tudo aquilo que envolvia a sua exportação, a construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré, a instalação de órgãos públicos e, por fim, a chegada dos Soldados da Borracha foram os marcos responsáveis pelo surgimento e desenvolvimento da cidade de Guajará-Mirim.

A “Pérola do Mamoré” fica distante 330 quilômetros da capital, Porto Velho, e tem uma população de cerca de 46.930 pessoas, de acordo com dados do IBGE. É a segunda cidade mais antiga do Estado de Rondônia, tendo sido fundada em 10 de abril de 1929. Também é o ponto final da famosa Estrada de Ferro Madeira Mamoré, ferrovia construída no início do século XIX para o transporte da borracha da Bolívia e dos seringais brasileiros para Porto Velho.

A chegada dos Soldados da Borracha contribuiu também para o surgimento de vários distritos e povoados na região próximo a Guajará-Mirim, em consequência da extração do látex na região. Dentre esses povoados destacam-se os seguintes: Nova Mamoré, que teve sua emancipação em 15 de junho de 1988, os distritos de Surpresa e Iata. Como consequência indireta dos seringais e dos ciclos da borracha, surgiram também os distritos de Jaci-Paraná, Abunã e o povoado de Mutum-Paraná.

O merecido reconhecimento ao trabalho dos Soldados da Borracha

Apesar da promulgação do Decreto Lei nº 9.882, de 16 de setembro de 1946, que autorizou a elaboração de um plano de

assistência aos trabalhadores da borracha, ao fim da Segunda Grande Guerra os Soldados da Borracha foram abandonados pelo Governo Brasileiro.

Essa injustiça foi corrigida, em parte, e os feitos dos trabalhadores reconhecidos quando, em dezembro de 1989, por meio da Lei nº 7.986, de 28 de dezembro de 1989, o governo do Brasil regulamentou a concessão do pagamento de pensão mensal vitalícia correspondente ao valor de dois salários-mínimos aos Soldados da Borracha. A Lei estendia o benefício também aos dependentes dos seringueiros já falecidos. As regras gerais para se ter direito ao benefício são as seguintes: ser ex-soldado da borracha, viúva, ex-companheira, filho menor de 21 anos e filhos inválidos que comprovem por meio de documentos ou testemunhas que foram “soldados da borracha”.

Até os dias atuais, os Soldados da Borracha continuam tendo seu trabalho reconhecido pela nação. Em notícia veiculada por meio de página da internet publicada no dia 22 de julho de 2015 e atualizada em 22 de novembro de 2022, na página do Ministério do Trabalho e Previdência, o Governo Federal conferiu a cada Soldado da Borracha uma indenização no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), como forma de reconhecimento pelo nobre serviço prestado ao país.

Ocorre, porém, que esse benefício, na prática, pode não ter sido recebido pelos Soldados da Borracha. Em depoimento, o Senhor Antônio Falcão Ribeiro, ex-Soldado da Borracha, informou que jamais recebeu indenização alguma do governo, o que é uma injustiça e um verdadeiro desrespeito com esses homens que deram suas juventudes e muitos suas vidas em prol da nação.

Considerações finais

A epopeia de nordestinos de vários estados brasileiros na Selva Amazônica, por ocasião da Campanha da Guerra da Borracha, dentro do contexto da Segunda Guerra Mundial, foi algo grandioso e significativo, principalmente pelas condições e os desafios enfrentados por aqueles desbravadores.

Os Soldados da Borracha foram recrutados em suas cidades de origem, muitos deles enganados pelo governo de Getúlio Vargas, com a promessa de irem para a guerra na Europa ou de ficarem ricos com o “leite da seringueira”.

O que se viu, na realidade, não foi bem isso. Os seringueiros do Segundo Ciclo da Borracha foram enganados, maltratados, sofreram humilhações, privações, fome, acometidos por doenças da selva e muitos tiveram suas vidas ceifadas, seja pelas condições da floresta, por doenças endêmicas da região, ou mesmo pela maldade e ganância dos “donos dos seringais”.

Apesar de ter sido considerada um fracasso por alguns historiadores, por não ter atingido todos os seus objetivos, a campanha da “Guerra da Borracha” na Amazônia teve seus fatores positivos: houve um grande deslocamento de imigrantes para a região amazônica, o que culminou com o surgimento de povoados, distritos e cidades e ainda trouxe progresso para a região.

O progresso que atingiu a região amazônica foi sentido de forma intensa também na cidade de Guajará-Mirim. A Pérola do Mamoré, que havia sofrido uma estagnação após o Primeiro Ciclo da Borracha, pois com a decadência do produto ocasionada pelo roubo das sementes e o plantio na Malásia, a economia e o comércio da cidade ficaram praticamente paralisados durante esse período. O Segundo Ciclo da Borracha movimentou novamente a economia da Região de Guajará-Mirim, impulsionando o comércio e trazendo progresso para aqueles rincões amazônicos.

Contudo, ao fim da Segunda Guerra Mundial, os Sodados da Borracha foram esquecidos pelo Governo Federal e, somente 44 anos depois, em 1989, os guerreiros da borracha tiveram seu merecido reconhecimento, com a promulgação da Lei nº 7.986, de 28 de dezembro de 1989, por meio da qual os seringueiros do Segundo Ciclo da Borracha foram oficialmente reconhecidos pelo Estado Brasileiro e receberam como recompensa uma pensão vitalícia, em forma de soldo mensal, extensiva aos seus dependentes.

Diante do tamanho dos desafios enfrentados por aqueles guerreiros, há muito ainda o que se fazer em prol da categoria, ainda que a maioria não irá gozar das benesses que porventura surgirem no futuro, por já não estarem mais entre nós. Existe a pendência de uma indenização a todos os seringueiros, ou para seus dependentes, que o Governo Federal insiste em protelar o pagamento. O que se espera do Estado é que esses verdadeiros guerreiros da Amazônia sejam reconhecidos e homenageados, assim como é feito com os guerreiros da Força Expedicionária.

ria Brasileira, pois seus feitos foram tão grandiosos quanto os feitos daqueles Soldados que lutaram na Europa, na Segunda Grande Guerra.

Referências

BRASIL. **Decreto-Lei nº 5.813, de 14 de setembro de 1943.** Aprovou o acordo relativo ao recrutamento, encaminhamento e colocação de trabalhadores para a Amazônia. Disponível em: <https://www.gov.br>. Acesso em: 3 de dezembro de 2022.

BRASIL. **Lei nº 7.986, de 28 de dezembro de 1989.** Regulamentou a concessão do benefício previsto no artigo 54 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 3 de dezembro de 2022.

DOMINGUES TEIXEIRA, Marco Antônio; RIBEIRO DA FONSECA, Dante. **História Regional (Rondônia)**. 4ª ed. Porto Velho: Rondoniana. 2003.

EDUCA MAIS BRASIL. **Ciclo da Borracha.** Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br>. Acesso em: 8 de dezembro de 2022.

Estações Ferroviárias do Brasil. Disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br>. Acesso em: 6 de dezembro de 2022.

Estrada de Ferro Madeira-Mamoré – Estações ferroviárias em 1960. Disponível em: <http://vfco.brazilia.jor.br>. Acesso em: 5 de dezembro de 2022.

Ferrovias Brasileiras em 1954: mapas e informações. Disponível em: <http://vfco.brazilia.jor.br>. Acesso em: 5 de dezembro de 2022.


O GLOBO. **Da floresta em pé ao tênis sustentável:** relatos dos Soldados da Borracha de Rondônia. Disponível em: <https://g1.globo.com/ro>. Acesso em: 3 de dezembro de 2022.

Os Soldados da Borracha e a Importância da Amazônia para a Segunda Guerra Mundial. Disponível em: <https://bonifacio.net.br>. Acesso em: 29 de novembro de 2022.

Soldados da borracha: os escravos do século 20 em plena 2ª Guerra Mundial. disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br>. Acesso em: 29 de novembro de 2022.

TODA MATÉRIA. **Ciclo da Borracha**. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/ciclo-da-borracha>. Acesso em: 8 de dezembro de 2022.

Tudo sobre o Látex: da seringueira até a borracha natural. Disponível em: <https://croplifebrasil.org>. Acesso em: 29 de novembro de 2022.

The background of the cover is a traditional East Asian ink wash painting. It depicts a wide river or lake. In the center, a small boat with two figures is visible; one figure stands at the stern, possibly rowing or steering, while another sits. The water is rendered with light, textured brushstrokes. The banks are lined with tall, thin reeds or grasses, some of which are reflected in the water. In the upper right corner, there are dark, stylized leaves and branches, possibly from a tree or a large bush. The overall style is minimalist and evocative, typical of traditional Chinese or Japanese ink painting.

MEMÓRIA, HISTÓRIA E
AUTORITARISMO

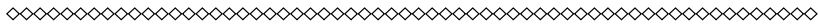


A GÊNESE DO ESPAÇO URBANO E A SEGREGAÇÃO SOCIAL EM MACAPÁ ATÉ MEADOS DO SÉCULO XX

Antonio Carlos Rodrigues dos Santos¹

Resumo: Este artigo tem como propósito fazer uma breve análise da produção do espaço urbano de Macapá-AP da sua gênese no século XVIII a meados do século XX, enfatizando a segregação social como um dos reflexos do uso capitalista do solo urbano. A diferença de classes sociais inerente à sociedade capitalista nos faz perceber que a separação entre estas se traduz em espacialidades distintas que imprimem fortes marcas na paisagem urbana. Desse modo, percebe-se que os contrastes urbanos visíveis através das diferentes formas de uso e ocupação do solo na cidade de Macapá, refletem um processo de segregação inerente a uma sociedade desigual herdada do período colonial.

Palavras-chave: Espaço urbano; Cidade; Segregação social; Macapá; Povoamento.



Introdução

A compreensão acerca do surgimento do espaço urbano de Macapá nos remonta ao contexto da ocupação da Amazônia pelas potências europeias durante o período colonial. A necessidade geopolítica da Coroa portuguesa de manter seus domínios sobre a região implicava necessariamente no controle e uso do território. Assim, a gênese desse núcleo urbano está inserida no projeto geopolítico da coroa ibérica de manutenção da sua hegemonia sobre a região. O binômio *povoamento x defesa territorial* vai ser a diretriz na configuração espacial de macapaense em seus momentos iniciais através da fundação da Vila de Macapá (1758) e da construção da maior fortificação militar do período colonial: a Fortaleza de São José de Macapá (fundada em 1782). Paralelamente, a sociedade de classes introduzida nessa colonização, deixou os primeiros reflexos de uma segregação que continua sendo um dos contrastes no processo de produção do espaço urbano de Macapá.

1. Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Professor da rede pública e particular de ensino em Macapá-AP.

A gênese do espaço urbano segregado de Macapá

A fundação de núcleos urbanos de povoamento e a construção de fortificações militares eram as ações norteadoras da colonização ibérica da Amazônia a partir do século XVII. Ocupar as terras através dos rios da bacia amazônica, controlar e a defender da foz do rio Amazonas eram tarefas primordiais nesse processo, considerando-se que esta última era considerada o principal “portão de entrada” para o interior da região.

Nesse cenário, a ocupação das terras onde viria a surgir Macapá começa em 1738 quando o então Governador do Grão-Pará e Maranhão João de Abreu Castelo Branco implantou um destacamento militar no local. Essa guarnição ficou ali até 1747, porém, não houve investimentos no dinamismo do local por parte da Coroa portuguesa.

A fundação da Vila de Macapá em 1758 é o fato que consolida a ocupação lusa do local. Esse momento é destacado por Lobato e Pirot (2017) quando afirmam que, em meados do século XVIII, Macapá foi o primeiro investimento urbano realizado pelos prepostos do ministro português Sebastião José de Carvalho e Melo (Marquês de Pombal) no Estado do Grão-Pará e Maranhão.

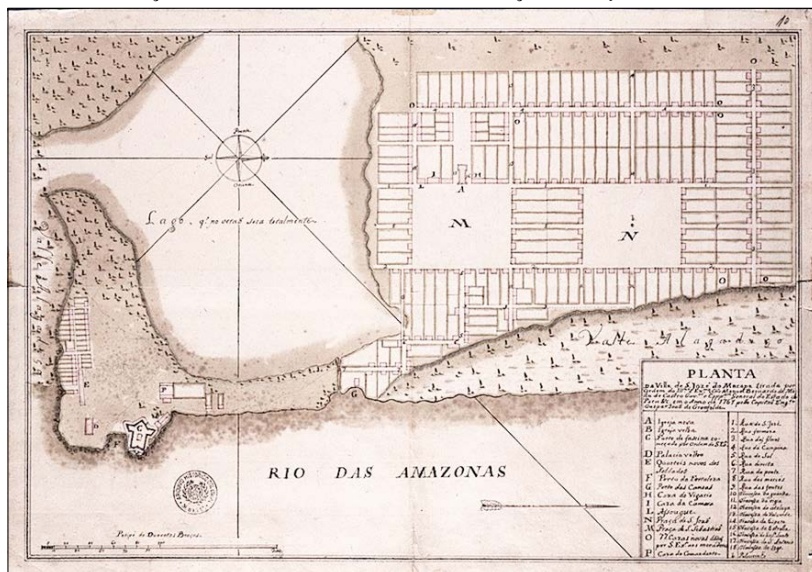
A Vila de Macapá, além de inibir as pretensões colonialistas não portuguesas na foz do Amazonas, iria se apresentar como símbolo da civilidade “branca”, supostamente trazida por colonos açorianos e economicamente embasada na agricultura (LOBATO & PIROT, 2017, p. 263). A instituição da Vila seria não apenas uma forma de colocar em prática os objetivos do planejamento militar para a defesa da área, mas, inerente a isso, o controle sobre as nações indígenas que habitavam essa região para a exploração de mão-de-obra e utilização das mesmas no combate aos invasores estrangeiros (PORTILHO 1996).

Esse projeto de ocupação e uso do território coloca em segundo plano uma população de homens e mulheres da floresta, africanos e colonos de baixa renda como povos submetidos às forças de ocupação exógenas, não dando importância às formas como estes indivíduos também produziam o espaço macapaense desde então com seus costumes e saberes próprios.

A planta urbana retratada na Figura 1 já apresenta uma concepção inicial da Vila de Macapá em seus primórdios, onde já se percebe a presença de áreas alagadas e uma organização de loteamentos a partir de duas praças centrais (letras M e N),

em torno das quais foi pensada a instalação de aparatos do Estado e instituições públicas como a igreja, pelourinho, cadeia, hospital e sede do poder administrativo.

Figura 1 – Planta baixa da Vila de São José de Macapá em 1761, concebida a partir da Praça de São Sebastião (letra M) e da Praça de São José (letra N)



Fonte: REIS, Nestor Goulart (2000).

Após sua fundação, a Vila de Macapá não teve um grande crescimento urbano ou progresso econômico, já que durante o período colonial, a maior parte do esforço luso foi direcionado às obras da Fortaleza de São José de Macapá, pois aquela construção já demonstrava ser o maior investimento da Coroa Portuguesa na construção de fortificações no Vale Amazônico (COSTA, 2019).

Sobre o perfil demográfico inicial, Costa (2019) destaca que em 1773, segundo levantamento feito pelo então Governador do Grão-Pará, Pereira Caldas, Macapá possuía

[...] 265 moradias e 1307 habitantes, dos quais 986 eram livres e 321 em situação de cativo, divididos em 232 crianças com menos de 7 anos livres e 39 em situação de cativo; 187 pessoas com idade entre 7 e 15 anos livres e 18 nessa faixa etária eram cativas; os homens livres com idade entre 15 e 60 eram 259, e as mulheres livres com idade de 14 até 50 anos eram 254; os idosos livres de 60 até 90 anos eram 18, e os idosos com mais de 90 eram 2; as mulheres com idades entre 60 e 90 anos eram 33, e havia

apenas uma idosa com mais de 90 anos. Não constavam idosos e idosas cativas com mais de 60 anos. Os cativos com idade entre 15 e 60 anos eram 204, e as cativas com idades entre 15 e 50 anos eram 60 (COSTA, 2019, p. 124).

Os dados apresentam um perfil comum na sociedade colonial, onde os habitantes mantidos em cativeiro correspondiam aos escravos (negros ou indígenas) e também revelam os demais atores da produção do espaço macapaense em sua fase embrionária.

Mesmo após a inauguração da Fortaleza de São José de Macapá em 1782, não ocorreu grande expansão urbana e progresso econômico da Vila de Macapá. Os rigores do ambiente e as endemias eram os principais problemas enfrentados na época para a expansão dos povoados na Amazônia (PORTILHO, 2006, p. 92).

A partir de então, o núcleo de povoamento que viria a ser a cidade de Macapá passa a ter uma configuração espacial própria, moldada nos objetivos da Coroa Portuguesa na defesa e consolidação da posse/povoamento da região amazônica durante o período colonial.

Esse espaço urbano embrionário já apresentava uma paisagem marcada pela estratificação social típica do Período Colonial, pois Luna (2017) também afirma que as construções domésticas encontravam-se subordinadas ao poder ou ao grau de posses dos indivíduos, pois foram construídos casarões para moradias dos comandantes administradores, casarios para colonos comerciantes e produtores, engenheiros, médicos e casas de taipa caiadas para os demais colonos. Esse fato revela o início de um processo de segregação social no espaço macapaense através do tipo de habitação de acordo com o poder aquisitivo de seus moradores.

Nota-se, portanto, que em seus primórdios, Macapá já é pensada como um núcleo urbano organizado a partir dos interesses da classe dominante, fato que vai se refletir em sua organização espacial. Esse espaço urbano embrionário já apresentava uma segregação que vai se reproduzir até os dias atuais, a qual Lefebvre (1999) assegura que é intencionalmente imposta pela população de alta renda, concebida estrategicamente para separar a sociedade em partes, não admitindo no mesmo espaço aquele que difere quanto à classe social.

Considerando que o termo “cidade” se define como um conjunto de objetos técnicos materiais (SANTOS, 2006) e que

seu entendimento abarca os conhecimentos dos grupos sociais que a projetaram e a construíram, os equipamentos urbanos implantados em Macapá a partir de seus primórdios (igreja, praças, ruas, fortificação militar e outros), definiram boa parte da paisagem que ela apresenta, principalmente em sua parte central, constituindo a gênese daquilo que viria a ser a cidade e o espaço urbano macapaense.²

Do final do período colonial e durante o imperial, quando as terras amapaenses faziam parte da Província do Grão-Pará³, Macapá não teve grandes investimentos urbanos por parte do governo sediado no Rio de Janeiro, nunca tendo conseguido a prosperidade almejada pelo projeto pombalino na época de sua criação. Esse fato deu origem a um período de decadência que se refletiu na deterioração de edificações e de sua infraestrutura urbana.

Mesmo tendo sido elevada de Vila de São José de Macapá à condição de cidade com a denominação de Macapá, pela Lei Provincial n.º 281, de 06 de setembro de 1856, a situação de decadência permaneceu até a primeira metade do século XX. Luna (2017) destaca que a mudança do *status* de vila para cidade no ano de 1856 foi apenas uma forma de apaziguar os ânimos da população, que já exigia melhorias para Macapá há muitos anos.

Quando a Amazônia atravessou o período da “economia da borracha” (fim do século XIX e início do século XX), Macapá não apresentou dinamismo econômico e urbano comparado às duas principais cidades da época: Belém e Manaus. A capital paraense exerceu forte polarização sobre as terras amapaenses, tendo se transformado no maior e mais dinâmico núcleo urbano da economia gomífera na porção oriental da região. Este aspecto é reforçado por Macêdo (2019) quando afirma que nesse período os comerciantes locais tinham que negociar e transportar a produção de látex via porto de Belém. Esta mesma autora descreve a sociedade e a paisagem macapaense daquele período da seguinte maneira:

2. Estas são duas categorias indissociáveis, já que Santos (1992, p. 241) ao diferenciar a “cidade” do “urbano” afirma que a primeira “é o concreto, o conjunto de redes, enfim a materialidade visível do urbano, enquanto que este é o abstrato, porém o que dá sentido e natureza à cidade”. Tal afirmação nos leva a concluir que cidade e urbano se interpenetram.

3. “A Província do Grão-Pará, que à época era comumente chamada de Pará (do tupi-guarani, rio-mar ou rio grande), foi uma unidade administrativa do final do período colonial e do período imperial brasileiro, originada das capitânicas do Grão-Pará e do Rio Negro. Existiu de 1821 a 1889. Os portugueses inicialmente chamaram o território de “Terra de Feliz Lusitânia”, logo substituído por Grão-Pará, para finalmente, se tornar apenas Pará no ano de 1889”. Disponível em: <https://www.wikiwand.com>.

Macapá contava com maioria da população de afro descendentes que habitavam nas terras altas da cidade, nos fundos da Igreja Matriz, área chamada de formigueiro, devido ao seu grande adensamento, e na Vila Santa Engrácia, pertencente ao Coronel José Serafim Gomes, na Praça São João, hoje Praça Barão do Rio Branco. A população branca habitava nos casarões. Tratava-se da elite administrativa da cidade, como intendente, delegado, oficial da comarca, curador de órfãos, coletores municipais e federais, padres, coronéis, professores e alguns comerciantes (MACÊDO, 2019, p. 95).

Durante parte desse período, ocorreu o acirramento da disputa de terras amapaenses com a França. A descoberta de ouro na área onde se localiza hoje o município de Calçoene, em 1893, motivou os franceses a almejem a apropriação do Amapá ao norte do Rio Araguari através de contestação do Tratado de Utrecht, de 1713, que havia estabelecido o Rio Oiapoque como limite entre Brasil e Guiana Francesa.

Essa questão fronteiriça foi solucionada em 1900 por acordo internacional a favor do Brasil, que ratificou o Rio Oiapoque e sua localização como marco limítrofe entre Brasil e Guiana Francesa, pondo fim à disputa territorial com os franceses.

Uma das consequências do conflito com os franceses, foi a criação do município do Amapá em 1901, incorporando as terras contestadas pelos franceses ao norte do rio Araguari através do Decreto 938 de 21 de janeiro (PORTO, 2003).

Até as primeiras décadas do século XX, o espaço urbano de Macapá não teve grande expansão, visto que sua paisagem materializava reflexos de políticas cíclicas implementadas desde o Período Colonial para fomentar o povoamento e garantir a defesa e a soberania do Estado sobre a Amazônia. Esta realidade urbana sofreu transformações por meio do planejamento regional efetivado na Amazônia a partir do governo de Getúlio Vargas (1939-1945) através da criação de Territórios Federais.

A criação do Território Federal do Amapá (1943) constituiu a mais expressiva intervenção do governo brasileiro na produção do espaço amapaense e, por conseguinte, no próprio espaço urbano de Macapá. Posteriormente, a implantação da Indústria e Comércio de Minérios S/A (ICOMI) em 1953, também ocasionou transformações no espaço urbano macapaense

e na segregação socioespacial. Esses dois fatos constituem elementos de análise a seguir.

A criação do Território Federal do Amapá (1943) e implantação da ICOMI (1953): novas dinâmicas no espaço urbano segregado

A criação do Território Federal do Amapá (1943) e a transferência da capital desta unidade da federação do município de Amapá para Macapá (1944) imprimiu uma nova dinâmica para esta cidade, pois novos equipamentos urbanos foram criados para dar a ela as condições infraestruturais para abrigar o centro administrativo territorial⁴. A escolha do governo do Território por Macapá se justifica pela proximidade com o Rio Amazonas e com a cidade de Belém, capital do Pará, facilitando a circulação de bens e mercadorias (MACÊDO, 2019). Quando Macapá ganha esse *status* de capital em 1944, ela se apresentava como uma vila com algumas centenas de habitantes ainda combalida pelos efeitos da crise da economia da borracha na Amazônia.

As obras realizadas pelo governo para criar infraestrutura urbana e viabilizar a nova sede administrativa do Território Federal do Amapá trouxeram um novo fôlego para a economia macapaense (LOBATO, 2013).

Sobre essa nova redefinição espacial para Macapá, concretizada por Janary Nunes, o primeiro governador do Território federal do Amapá (entre 1943 a 1945), nomeado pelo presidente Getúlio Vargas (1930-1945), Silva (2016), afirma que:

Na verdade, a chegada de Janary Nunes no governo do Território Federal do Amapá transformou o Estado em um dos agentes mais importantes na urbanização do período. Também representou para a cidade de Macapá a chegada de uma nova visão baseada na modernização. Foi uma primeira tentativa de promover uma dita modernização da

4. Nesse período, também foram criados os seguintes Territórios Federais: Fernando de Noronha (1942) (arquipélago desmembrado do Estado de Pernambuco), Rio Branco (hoje, o Estado de Roraima), Guaporé (que atualmente corresponde ao Estado de Rondônia), Ponta Porã e Iguaçu (1943). Sobre as justificativas para a criação do Território Federal do Amapá, Porto e Caldas (2015), destacam-se: questões geopolíticas; a extração mineral, notadamente a aurífera; a influência de políticos locais; a criação do Território Federal do Acre; as características regionais do Pará; a proposta da Comissão Nacional de Redivisão Territorial (CNRT) na década de 1930; a justificativa militar; a propaganda do interesse da defesa nacional.

cidade. Obviamente, que a iniciativa de uma modernização de Macapá guardou as contradições sócio-espaciais da cidade, pois, a construção de prédios públicos, edificação de conjuntos residenciais, foi acompanhado pelo remanejamento da área central da cidade de populações mais pobres e negras para zonas periféricas (SILVA, 2016, p. 40).

Essa modernização urbana do período janarista materializou em Macapá um processo excludente de valorização e reformulação de sua área central. A remoção compulsória de comunidades afrodescendentes da área em que as mesmas denominavam de Vila de Santa Engrácia, que passou a ser objeto dessa intervenção urbana modernista, configura uma política pública urbana segregacionista. Esta área em questão correspondia aos entornos da Praça Barão do Rio Branco e Capitão Assis de Vasconcelos⁵, onde estes primeiros moradores residiam e manifestavam suas tradições folclóricas.

Os membros desta comunidade tiveram suas residências demolidas e foram remanejados para as áreas periféricas então conhecidas como “campos do Laguinho”⁶ e “Favela”, onde Janary Nunes estabeleceu loteamentos urbanos – sem nenhum tipo de beneficiamento – para recebe-los. A área dos campos do Laguinho era delimitada, ao norte, pelo antigo campo de aviação da Força Aérea Brasileira – FAB.⁷

A modernização urbana segregacionista que promoveu a remoção compulsória de comunidades afrodescendentes tradicionais do centro de Macapá para essas áreas periféricas, trouxe consequências para o modo de vida e tradições das mesmas. As bases de reprodução da cultura popular negra macapaense e condições de sobrevivência foram ameaçadas, pois segundo Lobato (2015, p. 117), nas proximidades do centro histórico os negros possuíam roçados de mandioca e na matriz (Igreja de São José) realizavam parte de sua atividade religiosa mais importante: a celebração do “Domingo do Mastro” – componente do ciclo do Marabaixo⁸.

5. A Praça Capitão Assis de Vasconcelos atualmente é chamada de Veiga Cabral (LOBATO, 2015, p. 116).

6. O local se chamava campo dos Laguinhos porque tinha vegetação formada por campos, cerrado e pequenos lagos.

7. Disponível em: <https://www.achetudoeregiao.com.br>.

8. O Marabaixo é uma forma de expressão elaborada pelas comunidades negras do estado do Amapá, manifestada especialmente por meio da dança e das cantigas denomi-

Desse modo, afeta-se as condições de reprodução das relações sociais desta comunidade, que por sua vez, na visão de Carlos (2007, p. 41) são relações que materializam-se em um espaço apropriado para este fim, e a vida, no plano do cotidiano do habitante, constitui-se no lugar produzido para esta finalidade e é nesta medida que o lugar da vida constitui uma identidade habitante-lugar.

Uma inevitável recusa de parte desta comunidade em abandonar seu local de vivência para que o Estado construíse novos prédios e novos aparelhos urbanos no âmbito de sua ação modernizante, nos remete ao pensamento lefebvriano:

Excluir do urbano grupos, classes, indivíduos, implica também excluí-los da civilização, até mesmo da sociedade. O direito à cidade legitima a recusa de se deixar afastar da realidade urbana por uma organização discriminatória, segregadora. Esse direito do cidadão (se quiser falar aqui: do “homem”) anuncia a inevitável crise dos centros estabelecidos sobre a segregação e que estabelecem: centros de decisão, de riqueza, de poder, de informação, de conhecimento, que lançam para os espaços periféricos todos os que não participam dos privilégios políticos [...] (LEFEBVRE, 2008, p. 32).

Legitima-se, assim, o centro urbano macapaense como sendo reservado para uma camada da população mais abastada, capaz de se adaptar às novas exigências para ocupação de uma área melhor servida de infraestrutura e valorizada do ponto de vista imobiliário.

Esta modernização implantada pelo Poder Público também provocou um crescimento populacional no espaço urbano. Esse fato foi causado pelo estímulo aos fluxos migratórios de mão-de-obra especializada que era necessária nas obras de infraestrutura e também para ser absorvida nos serviços públicos da nova capital, destacando-se engenheiros, administradores e professores.

A década seguinte (anos 1950), foi marcada pela instalação da ICOMI (Indústria e Comércio de Minérios) para a exploração de manganês na região de Serra do Navio. Esse em-

nadas ladrão, espécie de poesia oral musicada a partir dos toques das caixas, instrumentos de percussão produzidos pelos próprios tocadores. Fonte: <http://portal.iphan.gov.br>. Acesso em: 27/01/2023.

preendimento representou a introdução de novas formas de produção no setor mineral amapaense, que até então era voltado à garimpagem de ouro, cassiterita, tantalita e columbita (DRUMMOND; PEREIRA, 2007, p. 100).

A nível regional, as atividades dessa empresa constituem um dos primeiros grandes projetos de exploração mineral que deram um novo perfil econômico para a Amazônia, que tinha o extrativismo vegetal como base da sua estrutura produtiva. A nível local, a atuação da ICOMI provocou grandes transformações socioespaciais no Amapá, cabendo destacar aquelas relacionadas ao urbano macapaense. Uma delas é destacada por Silva (2016) ao afirmar que a ICOMI já nasce com uma vocação urbana, pois uma das primeiras estruturas montadas foi uma vila para seus operários: a Vila Amazonas, que foi construída a 25 quilômetros de Macapá, na cidade de Santana, que na época era um distrito de Macapá (SILVA, 2016, p. 41).

Esse núcleo urbano planejado constitui um exemplo de *Company Towns* (cidades das empresas): arranjos urbanos comuns nas áreas de atuação dos principais empreendimentos econômicos na Amazônia.⁹ Esses núcleos são definidos por Bertha Becker (1990) como “franjas urbanas avançadas” e são estruturados com padrões arquitetônicos e concepções urbanas exógenas, pois são planejados por profissionais (arquitetos, engenheiros e urbanistas) normalmente de outros países. Além disso, eles carregam, em termos relativos a outros espaços urbanos da Amazônia, uma densidade técnica que os diferencia do entorno local e do contexto regional (TRINDADE JR.; ROCHA, 2002, p. 16).

A Vila Amazonas faz parte de um sistema de objetos (SANTOS, 2006) criado pela ICOMI para viabilizar a exploração de manganês na Serra do Navio do qual faziam parte a Vila de Serra do Navio (o outro núcleo urbano planejado implantado nas proximidades da mina de manganês), a ferrovia e a estrutura portuária para o embarque desse minério em Santana. As duas *company towns* da ICOMI (Vila Amazonas e a Vila de Serra do Navio) apresentavam em sua estrutura interna uma

9. Para Trindade Jr & Rocha (2002), a instalação de cidades empresas na região não é recente. Antes mesmo da integração regional estimulada a partir da década de 1960, algumas experiências já tinham sido vivenciadas, a exemplo da implantação de cidades como Fordlândia e Belterra, no rio Tapajós (Estado do Pará), criadas com o objetivo de servir de apoio ao plantio da seringueira.

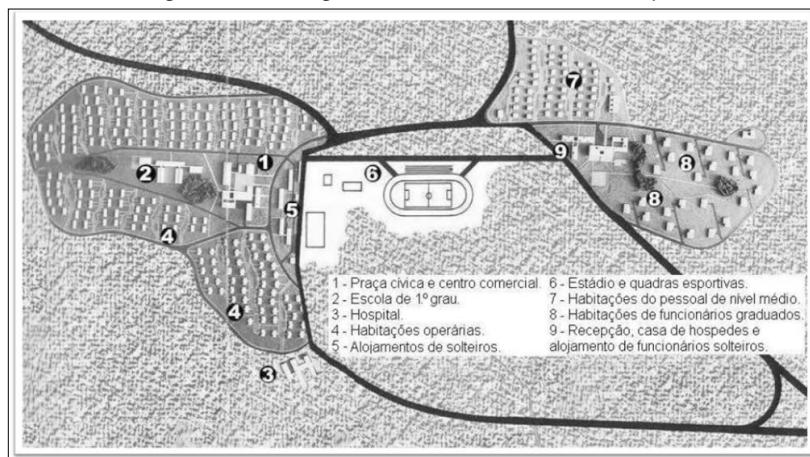
segregação espacial de acordo com as funções dos trabalhadores no empreendimento, já que os mesmos possuíam casas com localização, acesso, tamanho e conforto diferenciados.

A Vila de Serra do Navio foi implantada nas proximidades da mina de extração do minério de manganês distante 230 km de Macapá. Apesar de estar afastada do núcleo urbano da capital, esta vila estava dentro dos limites municipais da mesma. Esse núcleo urbano planejado dentro de uma lógica segregacionista idealizada pela ICOMI, foi assim descrito por Correia (2012):

Era um núcleo residencial isolado, situado junto da mina, na selva, com acesso possível apenas pela estrada de ferro da Icomi. Nele, o setor destinado aos chefes se subdividia em três áreas: a ocupada pelas casas do tipo DD; a ocupada pelas casas do tipo CC; e a ocupada por alojamento masculino e feminino, hotel e clube. O outro setor se encontrava dividido em quatro áreas: a ocupada pelas casas do tipo B e C; a ocupada pelas casas do tipo A; a ocupada pelo restaurante e pelos alojamentos para solteiros; e, em ponto central, a ocupada por equipamentos coletivos, escola, clube, administração da vila e local para comércio (CORREIA, 2012, p. 137).

O padrão, tamanho e localização das casas eram diferenciados de acordo com o nível hierárquico dos trabalhadores, caracterizando uma segregação interna nessa vila, que pode ser observada em sua organização interna na figura 2.

Figura 2 – Planta geral da Vila Serra do Navio, Amapá.



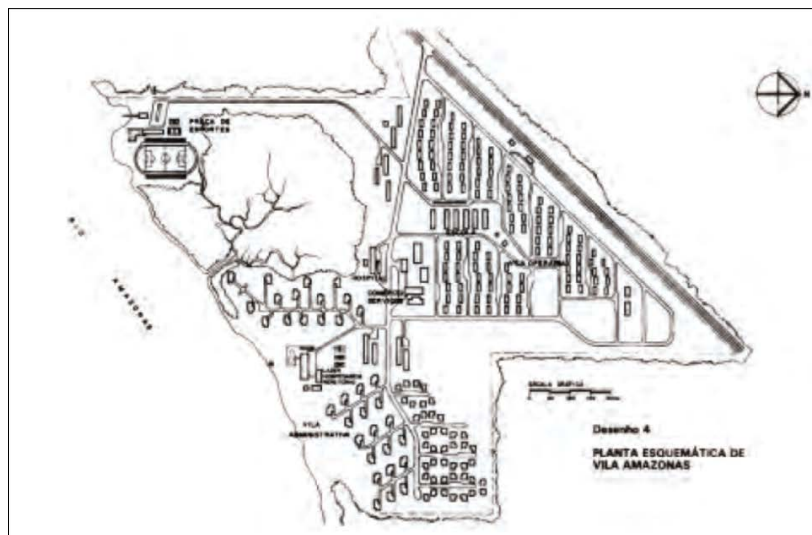
Fonte: Monteiro (2003, p. 125).

Ao diferenciar a Vila Amazonas da vila de Serra do Navio, Correia (2012) descreve a estrutura interna e o programa habitacional da primeira:

A Vila Amazonas tinha um programa um pouco mais restrito: moradias, alojamentos para solteiros, hotel, escola, igreja, local para comércio, cinema, clube e centro médico. Nela, o setor reservado aos dirigentes, pessoal de nível administrativo e universitário contava com dois tipos de casas, alojamentos para solteiros, hotel e clube. Além de padrão construtivo superior, esse setor foi privilegiado em termos paisagísticos: foi implantado nas margens do rio Amazonas e tinha maior proporção de áreas verdes[...]. O setor destinado aos operários reunia moradias, escola, local para comércio e serviços. O hospital foi implantado entre os dois setores, enquanto uma área para esportes foi criada nas margens do rio Amazonas (CORREIA, 2012, p. 137).

Essa estrutura interna da Vila Amazonas com seus equipamentos urbanos e projeto de ocupação planejada pode ser observada na Figura 3.

Figura 3 – Planta esquemática da Vila Amazonas do arquiteto e urbanista Oswaldo Bratke



Fonte: Correia (2012).

A instalação da Vila de Serra do Navio e da Vila Amazonas inseriu o grande capital como mais um agente produtor da segregação socioespacial no urbano macapaense, pois a ICOMI

passou a exercer controle sobre a fração do território onde a vila foi instalada, deixando-a para usufruto exclusivo de seus funcionários ou trabalhadores ligados ao empreendimento. Produz-se, então, um espaço seletivo em relação ao seu entorno e com estrutura interna hierarquizada, diferenciando-se das formas urbanas presentes na paisagem de Macapá até aquele momento. A singularidade destes núcleos urbanos reside na tendência de aglomerar e simultaneamente segregar a população neles residente.

A hierarquização funcional que se refletiu nos padrões diferenciados das edificações residenciais e seus agrupamentos, reproduziu uma fragmentação do espaço típica da sociedade capitalista. E não apenas isso: a ICOMI tentou justificar sua política segregacionista nesses dois núcleos urbanos planejados argumentando diferenças culturais entre seus funcionários, conforme afirmam Sousa e Lobato (2019):

A empresa argumentava que as pessoas nascidas na Amazônia eram acostumadas a viver em casas simples, nas margens dos rios. Em contrapartida, os funcionários oriundos das regiões consideradas mais desenvolvidas estariam habituados com um alto padrão de conforto (ICOMI, 1983, p. 141). Logo, seria necessário garantir ótimas moradias a esses últimos. Ou seja, na tentativa de desconstruir a argumentação que a acusava de separar espacialmente as classes de forma discriminatória, a diretoria da Icomi acabou usando um discurso ainda mais segregacionista, pautado em diferenças culturais de regiões distintas. Diferenças que, em tese, impossibilitariam as pessoas de conviver no mesmo espaço, pois isso poderia gerar instabilidade na vida social local (SOUSA; LOBATO, 2019, p. 239).

Ressalta-se neste caso, que enquanto nas cidades contemporâneas a segregação foi se acentuando através da lógica do mercado imobiliário, nas *company towns* ela ocorreu desde sua concepção, sem relação com o valor de troca do solo urbano, que revelaria o seu custo enquanto mercadoria. Também era notória a conivência da ICOMI com a discriminação entre suas próprias classes funcionais em eventos do cotidiano nesses núcleos urbanos, como por exemplo o fato das empregadas também não poderem frequentar os bailes promovidos pelos clubes dos funcionários, juntamente com os outros moradores. Existia um dia de festa específico para elas, as quartas-feiras, quando ocorria o baile das domésticas. (SOUSA; LOBATO, 2019).

A atuação do grande capital, que teve a ICOMI como expoente inicial no setor mineral, e o papel do Estado como agente impulsionador desse novo modelo de desenvolvimento para a Amazônia, foram determinantes para definir novas dinâmicas na produção do espaço urbano macapaense.

É válido destacar que o crescimento populacional ocasionado pelos fluxos migratórios estimulados pelas atividades da ICOMI nesse período não foi observado nos demais municípios amapaenses, o que ocasionou um desequilíbrio demográfico, fazendo com que a população verdadeiramente urbana do Amapá ficasse concentrada em poucos aglomerados, quase todos situados no município de Macapá: Serra do navio, Vila Amazonas, Porto Platon, além da própria capital (LOBATO; PIROT, 2017). Além do desequilíbrio demográfico, acentua-se a concentração dos objetos técnicos (SANTOS, 2006), das atividades econômicas e de serviços no espaço urbano de Macapá, consolidando a sua centralidade e polarização sub-regional.

A partir de então, Macapá passa a conhecer novas dinâmicas espaciais, tendo o Estado se consolidado como o principal agente na produção do urbano, mas dividindo funções com outros como o grande capital (notadamente durante o período de atuação da ICOMI) e agentes imobiliários, que juntos passam a imprimir transformações na paisagem e acentuar as contradições inerentes à produção do espaço urbano no capitalismo.

Considerações

Macapá materializa as contradições intrínsecas ao modo como o espaço urbano é produzido no capitalismo: socialmente excludente, onde o reflexo mais marcante na paisagem é a segregação. Esta, por sua vez, decorre da forma como o espaço urbano é apropriado pelas diferentes classes na sociedade capitalista, sendo percebida com maior clareza nas grandes cidades.

Por ser a maior cidade do Amapá, Macapá apresenta de forma mais explícita esse processo, que a acompanha desde seus primórdios. A sua condição enquanto capital de unidade federativa a partir de 1943, foi acompanhada da acentuação desse quadro.

Em decorrência das transformações sofridas no espaço amazônico após a década de 1950, através da atuação dos grandes projetos minerais e agropecuários, Macapá passou a ter novas dinâmicas urbanas e as contradições herdadas até então, permaneceram e até mesmo se acentuaram, como é o caso das

ocupações informais das áreas alagadas conhecidas localmente como “áreas de ressaca”. Nesses ambientes, a população carente sobrevive em condições de insalubridade, fato que reforça a segregação socioespacial na paisagem urbana de Macapá.

Referências

BECKER, Bertha. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990.

CARLOS, Ana Fani A. **O Espaço Urbano: Novos escritos sobre a cidade**. São Paulo, Contexto, 2007.

CORREIA, Telma de Barros. Bratke e projeto civilizatório da Icomi. **Pós**. Vol. 5, São Paulo, Junho de 2012.

COSTA, Paulo Marcelo Cambraia da. De mãos dadas pela foz do rio Amazonas”: vilas e povoamentos na costa setentrional do Grão-Pará na segunda metade do século XVII. **Revista Escritas do Tempo** – vol. 1, p. 01-02, mar-jun/2019.

DRUMMOND, J. A.; PEREIRA, M. de A.P. **O Amapá nos tempos do manganês: Um estudo sobre o desenvolvimento de um estado amazônico 1943-200**. Rio de Janeiro. Garamond. 2007.

LEFÈBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LEFÈBVRE, Henri. **Espaço e política**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2008.

LOBATO, Sidney da Silva. **A cidade dos trabalhadores: insegurança estrutural e táticas de sobrevivência em Macapá (1944-1964)**. Tese de doutorado, USP, São Paulo, 2013.

LOBATO, Sidney da Silva; PIROT, Françoise. Trôpega integração: A transformação de Macapá em cidade média da Amazônia Oriental (1944-1988). **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, vol. 10, n. 1, p. 260-289. jan-jul., 2017.

LUNA, Verônica Xavier. **Entre o Porteau e o Volante: Africanos Redesenhando a Vila São José de Macapá – 1840-1856**. 165 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Piauí. Teresina, PI, 2009.

MACÊDO, Luciana. Janarismo em foco: a representação fotográfica da cidade de Macapá durante a formação do Território do Amapá (1944-1956). **PRACS** – Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, Macapá, v. 12, n. 3, p. 91-109, dez. 2019.

MONTEIRO, Maurilio de Abreu. A ICOMI no Amapá: meio século de exploração mineral. **Novos Cadernos NAEA** v. 6 , n . 2, p. 113 -168, Universidade Federal do Pará, dez. 2003

PORTILHO, Ivone dos Santos. **Políticas de desenvolvimento urbano em espaços segregados: uma análise do PDSA na cidade de Macapá – AP.** Dissertação de Mestrado, UFPA, Belém, 2006.

PORTO, J. L. R. **Amapá: Principais transformações econômicas e institucionais – 1943-2000.**Macapá: GEA/SETEC, 2003.

PORTO, J. L. R.; CALDAS, Y. P. Gênese, construções e delimitação da fronteira Brasil-França: da conquista do território à fronteira tardia. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, vol. 8, n.2, jul.-dez.,2015.

REIS, Nestor Goulart. **Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial.** Coleção Uspiana – Brasil 500 Anos. **Imprensa Oficial do Estado de São Paulo**, SP: 2000.

SANTOS, Milton. **A Cidade e o Urbano como Espaço-Tempo.** In: *Cidade & História – Modernização das Cidades Brasileiras nos Séculos XIX e XX.* UFBA – FAU/MAU. p. 241-244, Salvador, 1992.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço; técnica e tempo, razão e emoção.** 4^a ed. 2^a reimp. São Paulo: editora USP, 2006.

SILVA, Jonas Pastana da. **Centralidade política e econômica de Macapá na sub-região Norte do Marajó entre 1990 a 2015: Gurupá e Afuá.** Dissertação de Mestrado, UFPA, Belém, 2016.

SOUSA, R. M. ; LOBATO, S. S. . Gênero, história e memória: experiências cotidianas das moradoras de Serra do Navio e Vila Amazonas (1960-1985). **Revista Gênero**, v. 20, p. 237-253, 2019.

TRINDADE JR.S.C.; ROCHA, G.M. (orgs). **Cidade e empresa na Amazônia: gestão do território e desenvolvimento local.** Paka-Tatu, Belém-PA, 2002.



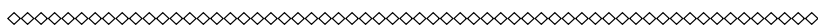
ANÁLISES DE NARRATIVAS: CONSTRUÇÃO DE SENTIDO POR MEIO DE ANÁLISES COM USO DE TÉCNICAS ARGUMENTATIVAS DE INTERPRETAÇÃO

Lidiani Brilhante da Silva¹

Valéria Rocha dos Santos²

Resumo: Este texto dispõe esquematizar, por meio de quadros, os argumentos encontrados em análise de narrativas de mulheres em cargos de gestão em setores públicos do Estado de Rondônia, exibindo descrição da argumentação nas técnicas argumentativas conforme Perelman e Tyteca (2005). Para aprofundamento utilizou-se pensadores como Scott (1991), Groz (2000) Biroli (2015) entre outros. Com a análise das narrativas constatou-se que a maior parte das colaboradoras expõe situações que evidenciam disparidades de gênero, em algumas situações mais graves trazem o preconceito e a intolerância. Conforme a abordagem de análise, se constatou os argumentos encontrados mais utilizados nas narrativas, sendo eles: comparação, exemplo, sacrifício e autoridade.

Palavras-chave: Mulher; Gestão; Rondônia.



Introdução

O texto propõe uma revisão dos argumentos levantados em estudo anterior desenvolvido em torno da argumentação de procedência retórica da pesquisa “Elas no poder: sobre a narrativa de vida de mulheres em cargos de gestão, no Estado de Rondônia”. Busca-se esquematizar, por meio de quadros, os argumentos encontrados em análise de narrativas de mulheres em cargos de gestão em setores públicos do Estado de Rondônia, esta pesquisa proporcionou refletir sobre a separação dos papéis sexuais, as práticas desse discurso sobre a trajetória de mulheres que atuam em cargos de gestão na vida pública e, com isso, investiga os desafios que essas mulheres enfrentam para entrar, consolidar e permanecer na carreira pública dentro do Estado de Rondônia.

1. Mestranda, Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR.

2. Mestranda, Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR.

Nessa nova oportunidade, o texto aqui discorrido, apresenta os resultados, conforme a proposta de análise e descrição da argumentação nas técnicas argumentativas da Nova Retórica, de Perelman e Tyteca (2005), mas de forma esquematizado com os argumentos destacado da pesquisa anterior. Com esse intuito, o resultado será exposto em esquemas argumentativos de acordo com TA, sendo no primeiro momento destacar argumentos do locutor, entrelaçando aos apontamentos das técnicas argumentativas, e conseguinte, trazer-se-á comentários analíticos.

A entrada tardia das mulheres nos espaços públicos

A entrada tardia das mulheres nos espaços públicos deu-se em função de uma construção simbólica do que seria lhes foi atribuída ao longo da história, tal como o confinamento na vida privada, submissão ao domínio masculino, destinação ao mundo doméstico, a maternidade compulsória, a negação da educação. Estas características de opressão foram suplantadas por meio da criação de barreiras e mecanismos para combater a desigualdade de gênero, além da luta pela afirmação dos direitos civis das mulheres.

No geral, coube as mulheres o lugar nas ocupações menos valorizadas, como também “a naturalização da responsabilização prioritária das mulheres pelo trabalho doméstico e pelo cuidado dos familiares, especialmente das crianças” (BIROLI, 2015, p. 92). Há definições de funções, uma destinação para atuação das mulheres, em que declina as tarefas realizadas por elas, além de uma certa distinção salarial entre os sexos.

O trabalho que as mulheres realizam na vida cotidiana doméstica, na sua forma e no tempo que é a ele dedicado, está longe de ser uma escolha voluntária, ainda que não seja assumido em situações que possam ser identificadas como de coação ou em contextos nos quais existam impedimentos legais para a busca de outros caminhos. Como compreender sua posição desigual na esfera doméstica e na esfera pública sem levar em conta que são orientadas a assumir determinadas responsabilidades e a desempenhar um conjunto de funções no cotidiano de modo que não configura nem escolha nem coação? Ao mesmo tempo, como dar conta dos obstáculos a uma participação equânime na vida pública se lançamos mão de uma moldura teórica que não permite compreender adequa-

damente as conexões entre a posição dos indivíduos na vida doméstica, com as responsabilidades diferenciadas que nela assumem, e os filtros que organizam sua posição em outras esferas da vida? (BIROLI, 2015, p. 90).

Há uma proposição social de que a mulher ao abraçar a vida pública, entrar no mercado de trabalho, estar em uma carreira tem que se sobrepôr, não deixando de lado nenhuma atribuição, como mãe, esposa, dona-de-casa. Essa dupla (e as vezes tripla) jornada, no mercado e em casa, acarreta danos somente a nós incidindo em um desfavorecimento no crescimento da carreira. Na outra ponta temos o homem, que foi preparado para a vida pública – desde a Grécia antiga, quando sequer éramos consideradas cidadãs. O homem não é relacionado a essas impossibilidades, não se implicam as responsabilidades que à mulher é imposta.

As mulheres passaram nesses últimos anos a tomar uma posição frente a vida pública, por conseguinte, no mercado de trabalho. Embora tenham enfrentado inúmeros obstáculos para estar presentes em cargos que se destinava aos homens. O lento processo de inserção da presença feminina em setores que eram incendiados por homens tem repercussão ainda nos dias atuais, formando entraves e dificultando o crescimento das mulheres no acesso aos postos de poder e decisão, uma vez que iniciaram mais tarde a sua efetivação nos direitos sociais, como por exemplo o direito de estudar, de trabalhar (NUNES, 2018).

A presença de mulheres na gestão, alta hierarquia e posições executivas ainda tem uma característica de sub-representação. Tal afirmação se verifica quando confrontada com o panorama geral realizado pelo IBGE (2017) sobre a presença feminina no mercado de trabalho. A pesquisa *Estatísticas de Gênero Indicadores sociais das mulheres no Brasil* demonstrou que nos cargos de liderança, as mulheres ocupavam, na altura em que foi realizada a investigação, cerca de 31,3% dos postos disponíveis no mercado de trabalho, ao passo que os homens computavam 68,7%. A diferença é mais acentuada nos cargos associado à presidência ou direção, enquanto os homens chegavam a alcançar 86,4%, as mulheres apresentavam 13,6% do total.

No Brasil é significativa a desigualdade entre homens e mulheres nas 500 maiores empresas do país. A diferença é menor no quadro funcional, em que presença feminina representa uma parcela de 33,1% dos postos de

trabalho, mas essa diferença cresce progressivamente, com o declínio da participação das mulheres nos níveis hierárquicos mais elevados: 26,8% na supervisão, 22,1% na gerência e 13,7% no executivo mantém-se, portanto, o afunilamento hierárquico, já constatado nos levantamentos anteriores, que exclui as mulheres na medida em que aumentam as atribuições de comando (INSTITUTO ETHOS; IBOPE, 2010 *apud* NEVES, 2013, p. 15).

Nas instituições públicas, conforme os dados levantados pela ENAP³ (Escola Nacional de Administração Pública), as mulheres têm maior probabilidade de atingir posições mais elevadas na carreira. Embora ocorra ainda uma separação nos cargos característicos destinados a elas, pois na maioria das vezes, são de funções considerados de missão social, geralmente nos órgãos conectados à Educação, à Saúde, Cultura e Assistência Social.

As mulheres tem buscado crescer na sua formação profissional muito mais do que os homens – conforme nota-se na pesquisa *Estatísticas de Gênero Indicadores sociais das mulheres no Brasil*, organizada pelo IBGE, em 2018 na faixa etária mais jovem de 25 a 44 anos de idade, o percentual de homens que completaram o curso superior foi de 15,6%, enquanto o de mulheres atingiu 21,5%. O cálculo da diferença entre estes dois dados fornece uma vantagem de 37,9% das mulheres em relação aos homens. Contudo, elas ainda são mais atingidas pelo desemprego, pelas más condições de trabalho, desigualdade salarial e desconsideradas nos cargos de autoridade.

Além de corresponder a hierarquias nas relações de trabalho, a alocação desigual das responsabilidades incide de maneira específica sobre as mulheres, e de maneira desigual para grupos diferentes de mulheres, como vem sendo dito. O acesso a tempo e posições no mundo do trabalho é bastante diferente para elas e para eles [...] (BIROLI, 2015, p. 96).

Luchmann e Almeida (2010) também sugere que, há ainda a ideia social de que a participação da mulher nos âmbitos de tomada de decisão está relacionada à possibilidade de dar voz as questões relacionadas aos problemas domésticos, do mundo privado. Dito em outras palavras, estas demandas

3. Dados do livro “Gerenciando a alta administração pública: uma pesquisa em países da OCDE”. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br>. Acesso em 13 de maio de 2019.

seria demandas femininas, não tão importantes à manutenção das sociedades. Acredita-se também que com as mulheres na gestão devem estar em postos conectados à noção de cuidado:

[...] as mulheres têm uma atuação mais presente nas áreas sociais, esse fato deve-se menos por sua suposta inclinação de “cuidar dos outros”, mas porque se trata do “nicho disponível para elas no campo político”, o que, obviamente, é uma realidade que pode se alterar na medida em que a presença feminina avance nas áreas até agora “quase monopólio dos homens” (LÜCHMANN; ALMEIDA, 2010, p. 92).

Essa metáfora do cuidado apresenta elementos que são transpostos do mundo privado para o público. Em função de sua condição biológica, destinou-se à mulher que se dedica à vida pública, locais de cuidado, locais relacionados, ainda que análoga ou metaforicamente, à maternidade compulsória. É como se a mulher, em função de seu corpo biológico, devesse ocupar espaços públicos que fossem uma extensão de seu corpo, por exemplo, os espaços de assistência social nas democracias, nos quais poderiam exercer o seu lato maternal, do cuidado e da gestação da vida.

Desafios para as mulheres em altos cargos

Para Biroli (2015, p. 94) “o gênero é fundamental à organização das relações de trabalho nas quais o cuidado toma forma. As mulheres estão concentradas em atividades vistas como extensão das atividades domésticas não remuneradas e, como tal, desvalorizadas e menos formalizadas”. Está problemática parte de um discurso que reitera a ideia de limitação da capacidade feminina na execução de funções que exigem racionalidade, força e comando; designando-as para funções que correlacione a ação de cuidado e organização. Conforme Scott (1991) e Groz (2000) uma dessas justificativas das diferenças entre mulheres e homens nas posições sociais parte de descrições biológicas, qual é tomado como natural, concebido por meio das diferenças de forte/frágil, mente/corpo, razão/emoção, público/privado, político/doméstico, ativo/passiva; minimizando e presumindo a incapacidade feminina em relação ao homem que tem a mente como parte lúdimo. Existe uma marca corporal na qual se inscreve um significado da realidade, este significado, por sua vez, trabalha na perspectiva de fornecer indícios de quais tipos de trabalhos os seres humanos podem exercer – em

suma, trata-se de um argumento reducionista, no qual a biologia fundamenta a diferença e a exclusão. Esta divisão sexual de espaços entre a esfera privada e esfera pública, conduz para uma vertente que coloca a mulher não apta para atividades de tomadas de decisões.

Para Louro (1997), separar papéis entre os gêneros, isto é, supor o que seria papel masculino e papel feminino ressalta a concepção de um padrão determinado, não considerando “as múltiplas formas que podem assumir as masculinidades e as feminilidades” (IDEM, p. 24), reforçada pelas “complexas redes de poder que através das instituições, dos discursos, dos códigos, das práticas e dos símbolos, constituem hierarquias entre os gêneros” (IDEM, p. 24), contribuindo, assim, para a construção de uma sociedade constituída de implicações da estrutura de poder que inferem noções de valores, concepções atuantes nos processos sociais e, imergem as dicotomias das diferenças entre os gêneros, repercutindo nos variados espaços, de distintas formas.

Outra vertente percebida sobre a pouca presença feminina nos setores com maior poder decisório é dado pela inferência de destinar esses cargos aos homens pela justificativa de terem mais tempo para se dedicar a função, uma vez que a hipótese da maioria responsabiliza as realizações da vida privada é encarregada as mulheres, isto é, “a responsabilização diferenciada pelo trabalho doméstico e pelo cuidado das crianças e dos indivíduos mais vulneráveis impõem a elas obstáculos adicionais” (BIROLI, 2015, p. 97).

Desta forma, um dos entraves para as mulheres não estarem presentes em cargos mais altos nas hierarquias organizacionais públicas se dá na obrigatoriedade de sua atribuição para com o cuidado com a família e os filhos – raramente, nas formações familiares, a divisão do trabalho doméstico é igualitária, o que se verifica é a sobrecarga de trabalho em cima da mulher, caracterizando uma jornada de trabalho dupla e, às vezes, tripla, em casa, no mercado, e com o cuidado dos filhos. Com isso, há uma hipótese de que as mulheres que conseguem chegar e se destacar nos altos postos nas organizações, tendem a sacrificar o lado pessoal em detrimento do lado profissional.

A figura masculina, tradicionalmente é inclinada ao desempenho na vida pública, predestinado as atividades externas, elimina a mulher para estar nesses cargos de relações de

poder – a ideia de vida pública, inclusive, cunhada na democracia grega, era voltada para homens, uma vez que as mulheres sequer participavam da noção de cidadania grega, somente os homens eram educados, tinham propriedade e possuíam direito de tomar decisões e propor leis para o funcionamento da *pólis*.

No que concerne à mulher, lutas diárias para conquistar seu espaço nas esferas sociais, provar sua competência, capacidade, habilidade e, além disso, tem que demonstrar equilíbrio entre o profissional, a mãe, a dona de casa e a esposa. Ou seja, “se de um lado ela começava a ganhar liberdade, por outro, é cobrada; *pode* até trabalhar, no entanto, o tripé mãe-esposa-dona de casa não *pode* sofrer nenhum tipo de perturbação” (NUNES, 2018, p. 28, *grifo nosso*).

Há também uma pressão sutil nas mulheres que estão em cargos de gestão para o desempenho de um trabalho minuciosamente perfeito, pois o fato de ser mulher a coloca como mais cuidadosa, mais detalhista, mais responsável, mais ágil, dedicada; destinando a ela uma posição que não faz parte da percepção profissional e de competência, mas, condicionando-a em um perfil do que seria ser mulher e de que há padrões de atributos femininos.

Procedimentos metodológicos

O artigo se apropriou narrativas anotadas em estudo posterior, com entrevistas com mulheres em cargos públicos em gestão, no estado de Rondônia. O estudo antecedente utilizou da técnica de coleta de dados, realizada no primeiro semestre de 2019, com 17 (dezessete) questões semiestruturadas, divididas em 7 (sete) objetivas e 10 (dez) subjetivas. Para analisar os dados coletados foi utilizado a retórica, em sua tradição latina fundada por Perelman e Tyteca. A tipologia argumentativa estabelecida pelos autores contribui para a compreensão da realidade, dos desafios e dificuldades expressas nas narrativas de nossas colaboradoras. A técnica foi utilizada para identificar os principais argumentos das entrevistadas, de modo a interpretar o que cada colaboradora queria expressar e, com isto, tornou-se imprescindível analisar as narrações, até mesmo, em suas entrelinhas, o que segundo Perelman e Tyteca (2005, p. 211) é essência, pois “para discernir um esquema argumentativo, somos obrigados a interpretar as palavras do orador, a suprir os elos faltantes, o que nunca deixa de apresentar riscos”.

Em relação às colaboradoras, foram convidadas para participar das entrevistas mulheres em cargos de gestão, representantes de órgãos oficiais do estado de Rondônia, e mulheres ligadas a política. É importante destacar que essa pesquisa foi realizada com mulheres que no momento do levantamento de dados estavam em cargos de representatividade na política e/ou cargos de gestão em organizações públicas. Além das questões objetivas que traçaram o perfil, foram realizadas mais dez questões relacionadas a questões de poder e gênero, que abordam sobre mulheres frente a postos de tomada de decisão, buscando tomar nota sobre a escolha do cargo atual, as dificuldades e entraves de estarem nesse cargo, como ocorreu sua inserção e como tem sido estar no cargo, além de trazer narrativas sobre como são as percepções diante de seus pares ou subordinados e de seu ponto de vista sobre a mulher na atualidade.

Nessa nova oportunidade, o texto aqui discorrido, apresenta os resultados, conforme a proposta de análise e descrição da argumentação nas técnicas argumentativas da Nova Retórica, de Perelman e Tyteca (2005), mas de forma esquematizado com os argumentos destacado da pesquisa anterior. Com esse intuito, o resultado será exposto em esquemas argumentativos de acordo com TA, sendo no primeiro momento destacar argumentos do locutor, entrelaçando aos apontamentos das técnicas argumentativas, e conseguinte, trazer-se-á comentários analíticos.

Em síntese, o texto utiliza as articulações Perelman e Olbrechts Tyteca acerca da argumentação, levantando a seguinte questão: quais os efeitos de sentido das técnicas argumentativas presentes nas narrativas das mulheres em cargos de gestão de cargos públicos do interior de Rondônia.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) exibem as técnicas organizadas em três grupos de argumentos, sendo eles: argumentos quase-lógicos, argumentos baseados na estrutura do real e argumentos que fundamentam a estrutura do real. A seguir, caracterização dos argumentos.

Os argumentos quase-lógicos caracterizam-se por seu aspecto demonstrativo, apresentarem uma estrutura formal que os aproxima da lógica. Nos dados analisados, há a ocorrência dos seguintes argumentos quase-lógicos: argumentação pela comparação e argumentação pelo sacrifício. Em seguida, temos os argumentos baseados na estrutura do real, este apresenta

partem de uma base opinativa e na experiência. Nos dados da pesquisa, registramos a ocorrência da argumentação pelo recurso o argumento de autoridade. O terceiro argumento é a estrutura do real, fundamenta-se pelo caso particular e do raciocínio por analogia, para estabelecer, por meio da generalização, aquilo que compreende ser a realidade. Nos dados, registramos ocorrência de: argumentação pelo recurso ao exemplo.

Resultados

Conforme mencionado em tópicos anteriores, a análise aqui pretendida recorre a trechos aproveitados para mostrar o tipo de argumento, parte integrante de texto maior que, por sua vez, compõe toda a argumentação defendida na escrita analisada antecedente de narrativas de mulheres em cargos dos espaços de tomada de decisão, uma análise partir de uma perspectiva delas que estão na gestão de organizações do setor público do estado de Rondônia. Vale lembrar que “pode haver simultaneamente mais de um modo de conceber a estrutura de um argumento” (PERELMAN; TYTECA, 2005, p. 211 e 212), assim o que pode ser colocado aqui pode também haver outras colocações, se analisados de outros pontos de vista.

Para fins de sistematização, produzimos os quadros a seguir com os principais argumentos quase-lógicos, argumentos fundamentados na estrutura do real, bem como argumentos que fundamentam a estrutura do real, presentes nos discursos analisados, os trechos das narrativas das mulheres gestoras e os comentários analíticos sobre as estratégias. Em recortes e destaques podemos verificar as seguintes respostas das colaboradoras, apontando a técnica argumentativa e os comentários analíticos:

Quadro 1 – Os argumentos Quase-lógicos encontrados nas narrativas

ARGUMENTOS QUASE-LÓGICOS		
Técnicas argumentativas	Argumentos do locutor (trechos)	Comentários analíticos
Argumentação pela comparação	“Então quando acontecem situação de que, que, eu vejo que é pelo fato de ser mulher eu tenho sabido me impor nessas situações e me sair bem” (CO1, 2019);	O fato de mencionarem que sempre tiveram que se impor para consolidar a sua presença como chefia nos mostra que a mulher ainda tem passado por um certo julgamento de seus pares em sua qualificação e competência para estar no

	<p>“o tempo todo tem que ter mostrando que você não está aqui por acaso, não que você sabe o que está fazendo, você sabe o porquê você está fazendo” (CO3, 2019).</p>	<p>cargo. Nesse fragmentos se pode definir como Argumento de Comparação, pois de acordo com Perelman e Tyteca (2005) o argumento de comparação difere cotejos entre valores, isto é, nos diversos ângulos pode haver diferentes valores para uma coisa e, dentro dessa propositiva, conforme as narrações das mulheres, elas precisam estar sempre provando que são capazes e habitas para o seu cargo, ao contrário do que seria se fosse um homem, ou seja ocorre uma comparação entre os gêneros.</p>
<p>Argumentação pelo sacrifício.</p>	<p>Então às vezes tem momento que pra você se impor alguma situação você precisa ser mais firme, as vezes uma postura assim que não é sua. Tem hora que para você conseguir e garantir o seu direito de participação de ser ouvida, das suas propostas passar né. Tem hora que a gente acaba realmente perdendo um pouco dessa feminilidade e até se tornando um pouco a mulher macho né. Tipo ir lá, ter que brigar, ter que fazer um enfrentamento para que você consiga passar algo que, por exemplo, um projeto de lei ou até mesmo tem momentos que a gente tem que lidar muito com público masculino né. Eu posso lhe dizer que aqui a maioria do público que eu recebo no meu gabinete são homens e, é óbvio que, tem hora que, até pelo tipo de públicos que você recebe algumas coisas você tem que mudar, até no seu jeito de vestir, no seu jeito de falar,</p>	<p>Diante desses fragmentos, nota-se o argumento pelo Sacrifício. Segundo Perelman e Tyteca (2005) o sacrifício feito deve medir o valor atribuído àquilo por que se faz esse sacrifício, o deixar de usar vestimentas e se compor de atributos femininos se torna como sacrifício notório em sua narração. Lembramos que, esse pressuposto também é constatado nas averiguações sobre as mulheres que se encontram em altos graus na carreira profissional, na grande maioria das profissões, têm que abandonar um pouco ou totalmente a sua feminilidade para poder competir de igual para igual com homens.</p>

Fonte: elaboração nossa

Quadro 2 – Argumentos fundamentados na estrutura do real percebidos nas falas das entrevistas

ARGUMENTOS BASEADOS NA ESTRUTURA DO REAL		
Técnicas argumentativas	Argumentos do locutor (trechos)	Comentários analíticos
Argumentação pelo recurso ao argumento de autoridade.	<p>“[...] Às vezes vem um ou outro né, numa situação, mas você já coloca os pingos nos is. Aí é mais fácil de, de conduzir os trabalhos. Porque se você não tem uma, um parâmetro né, se você a cada hora, você dá um jeitinho para um, e um jeitinho para outro, você vai ter uma dificuldade lá na frente. Então acho como, que desde que eu cheguei, eu deixei isso muito claro, a minha forma de trabalho é essa, eu vou seguir o que tá na Lei, que tá no Regimento, que tá nas Resoluções. Então a gente não, eu costumo não ter muita dificuldade, nesses pontos aí. (CO1)</p>	<p>Toma-se nota que a entrevistada evidencia que se cerca de bases da Lei, invocando, assim, a autoridade da Lei, e isto impede que seja desautorizada, contestada, a tirando de situações conflituosas entre a questão de emitir demandas e não ser ouvida. Conclui-se que, para estar frente a esse cargo, foi impelida se reforçar dessa forma de argumentação.</p> <p>O argumento de autoridade de acordo com Perelman e Tyteca (2005), utiliza-se sempre de algo ou alguém considerado importante para dar credibilidade e valor àquilo que se quer convencer, e nessa narração a colaboradora se utilizou da autoridade de Lei.</p>

Fonte: elaboração nossa

Quadro 3 – Argumentos que fundamentam a estrutura do real usados pelas entrevistadas

ARGUMENTOS QUE FUNDAM A ESTRUTURA DO REAL		
Técnicas argumentativas	Argumentos do locutor (trechos)	Comentários analíticos
Argumentação pelo recurso ao exemplo.	<p>Minha opinião, eu vejo que nós temos tido avanços, só que ainda está bem longe do ideal né, porque a sociedade ainda é muito preconceituosa, ela é muito paternalista, ainda veem a mulher, a sociedade vê a mulher, ainda, como a dona de casa que tem que cuidar da família. Se alguém tem que abrir mão de alguma coisa pra cuidar de filho, pra cuida de de casa, é a mulher. A gente tem muito a avançar. Eu acho ainda que a gente vai ter ainda, bastante dificuldade neste ponto. E</p>	<p>A Locutora usa a técnica de demonstrar o Exemplo prático de como a concepção mulher e vida privada ainda é barreira para vida pública, profissional da mulher. O argumento pelo Exemplo, segundo Perelman e Tyteca consiste em usufruir de um exemplo como fato. Em alguns dos fragmentos narrado pela colaboradora, como “[...] a gente vê, algumas, algumas colegas que já abriram mão de coisas por causa de marido, por causa de filhos[...]”, é um</p>

	<p>ai cabe também a nós, é, é não desistimos né, desta luta porque a gente vê, algumas, algumas colegas que já abriram mão de coisas por causa de marido, por causa de filhos, por que o colegas homens que falou alguma coisa, e é ela acreditou naquilo que colega homem falou. Então é uma luta grande ainda a gente precisa dar as mãos e e não deixar a peteca cair. (CO1)</p>	<p>exemplo prático em que ela percebe como justificativa de impasses que as mulheres passam para estar nos espaços da vida pública. Como em outros momentos foi mencionado, o triplé mãe, esposa e dona de casa destinado somente como papel feminino, agravam ainda mais a presença da mulher em meio a sociedade.</p>
--	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: elaboração nossa

Conclusão

Ao abordar questões que levam a narrativas de memórias, quanto ao processo de inserção e encaminhamentos nos cargos, a maior parte das colaboradoras expõe situações que evidenciam disparidades de gênero, em algumas situações mais graves trazem o preconceito e a intolerância, cabendo a essas mulheres recorrer ao uso de imposições mais masculinizadas, ou tornar o argumento de autoridade o seu modo de discurso constantemente, para que seja ouvido suas demandas.

A análise de discurso das colaboradoras da pesquisa demonstra os obstáculos, cobranças de postura desde a inserção ao cargo ao exercício de suas práticas. Encontramos também nas narrativas indícios de que haja tensões e conflitos, por meio de discriminações e até mesmo opressões. Há também um indiciamento que não haja somente preconceito somente da parte masculina, mas que mulheres também contribui para opressão sobre mulheres em altos cargos.

Conforme a abordagem de análise, se constatou os argumentos encontrados mais utilizados nas narrativas, sendo eles: comparação, exemplo, sacrifício e autoridade. As comparações nos discursos são entre o que seria para o sexo masculino o seu oposto ao sexo feminino. O que nos faz refletir de como ainda estamos com o discurso que mede um ao outro, julgamos como oponentes, uma inferência de como o meio social construiu uma oposição entre os sexos. É necessário pensar nas diferenças e rever as condicionantes que nos fazem ser opositores, constituído oportunidades e condições iguais para homens e mulheres.

Os argumentos de sacrifício nos levam a indagar como ainda temos que, de certo modo, se colocar nas imposições do

âmbito, de algo ou de alguém, para encaixar no padrão que consta como o seria o melhor. Alguns desse sacrifícios se tornam até difícil de se perceber e comprovar, pois as situações se tornam corriqueiras, como as mudanças na vestimenta, no modo de se comportar, nas expressões discursivas.

Os argumentos de autoridades retratados na pesquisa é outra alerta de como as mulheres ainda precisam recorrer a um discurso forte e jurídico para que sejam ouvidas e respeitadas. Dessa forma, verifica-se que os espaços gestão e de poder ainda são vinculados a presença masculina, cabendo a mulher impasses, discrepâncias, preconceitos, entre outros, quando entra para um alto cargo.

Referências

BIROLI, F. Responsabilidades, cuidado e democracia. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº18. Brasília, setembro – dezembro de 2015, pp. 81-117. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220151804>.

GROZ, E. **Corpos reconfigurados**. In: Cadernos Pagu. Campinas; n. 14; 2000.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 16 de maio de 2019.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

LÜCHMANN, L. H. H; ALMEIDA, C. C. R.; A representação política das mulheres nos Conselhos Gestores de Políticas Públicas. **Rev. Katál. Florianópolis**. v. 13, n.º 1, p. 86-94 jan./jun. 2010.

NEVES, A. S. P. **Mulheres em cargos de chefia: um estudo em organizações públicas e privadas no município de Cacoal-RO**. Universidade Federal de Rondônia. Cacoal, 2013.

NUNES, B. R. **A imagem de Dilma Rousseff: a construção do estereótipo feminino na crise política**. Dissertação (Dissertação em comunicação) Universidade Federal de Juiz de Fora, 2018.

PERELMAN, C.; TYTECA, O. L. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. São Paulo, Martins Fontes: 1999.

SCOTT, J.; **Gênero: Uma categoria útil para a análise histórica**. Trad. Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila Recife: SOS Corpo. 1991.

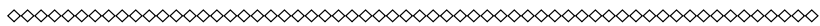


ENSAIO SOBRE CRISE ECONÔMICA, DEMOCRACIA E CONSERVADORISMO

Carlos Alexandre Barros Trubiliano¹

Resumo: Intelectuais como D. Harvey (2008), p. Mirowski (2013), p. Dardot e C. Laval (2016) se debruçaram sobre os mais variados casos e tempos das crises do capitalismo. Em comum, é possível notar um padrão de comportamento autodefensivo capitalista quando suas contradições saem do controle e ameaçam a ordem vigente. Os agentes econômicos (mercado) intervêm no Estado para a manutenção do sistema, e não para sanar as graves questões sociais; foi assim na crise de 1929, com o New Deal, ou na crise do *subprime*, em 2008 – quando o Estado operou transferências de recursos públicos para nichos privados por meio de estímulos à produção e ao consumo. No campo moral, observa-se o recrudescimento do conservadorismo. O ensaio que segue busca refletir sobre a intersecção do conservadorismos, crise econômica e democracia.

Palavra-chave: Crise; Democracia; Conservadorismo.



Introdução

Na última década, o campo político do Ocidente foi marcado pela ascensão de governos conservadores. Políticos identificados com a direita radical, o reacionarismo e o autoritarismo têm pautado as políticas de Estado da maior parte da população global. Governantes como Modi (Índia), Erdoğan (Turquia), Daesh (Estado Islâmico), Orbán (Hungria), Salvini (Itália), Putin (Rússia), Andrzej Duda (Polônia), Duterte (Filipinas), Netanyahu (Israel), Shinzō Abe (Japão), Ivan Duque (Colômbia) e Jair Bolsonaro (Brasil) carregam em seus discursos a crítica à globalização, ao pluralismo e à democracia.

Guardadas as características próprias de cada país, é possível observar narrativas similares baseadas no antagonismo nas nações governadas pelo conservadorismo. Nos países europeus e na Índia, o antagônico são os muçulmanos (especialmente na condição de imigrantes). Nos países mulçumanos, a condição antagônica é assumida pelas minorias religiosas (cris-

1. Professor de História lotado no Departamento de Educação Intercultural da Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

tãos, judeus e yazidis). Em alguns casos, como no Brasil, o antagonismo ganha forma discursiva contra os gays, o feminismo e o ódio pela esquerda. Em comum, as narrativas são autoritárias, nacionalistas e fundamentalistas. O lema nazista “Deutschland über alles” foi atualizado em versões locais, como “America First” e “Brasil acima de tudo”.

Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2015) compreendem a categoria antagonista como uma dualidade de negação da completude identitária, ou seja, “a presença do outro impede-me de ser totalmente eu mesmo. A relação não surge de identidades plenas, mas da impossibilidade da constituição das mesmas” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 125). No discurso antagonista, a condição do “outro” passa a ser identificada como uma ameaça, cuja resposta é a intolerância étnica (racista) ou religiosa, sendo, portanto, a violência policial ou militar justificada como única resposta possível à presença do “outro”. Partindo do prisma identitário, surge a questão: como, em um país de regime democrático representativo, foi possível eleger, pelo voto popular, líderes conservadores com forte e notório discurso autoritário?

No século XIX, o marxismo nos forneceu um modelo explicativo das distinções sociais no Ocidente (pobres *versus* ricos), cuja compreensão estava calcada na lógica das relações sociais vinculadas ao antagonismo capital *versus* trabalho. Entretanto, nos séculos XX-XXI, a teoria marxista clássica não nos permite uma análise mais refinada dos múltiplos antagonismos sociais possíveis. Para Laclau e Mouffe (2015), no Ocidente contemporâneo marcado pela globalização e pluralização, existe efetivamente uma complexa teia social que forma uma infinidade de redes de identidades e de identificações. As constituições dessas redes partem de relações discursivas antagonistas que, por vezes, se identificam com a compreensão marxista da luta de classes e, por outras, se diferenciam dela. Portanto, na contemporaneidade, os antagonismos de classe são parte, e não partida, do intrincado jogo discursivo de identidades e representações.

As construções identitárias, em suas diferentes dimensões, se processam historicamente no âmbito das projeções simbólicas articuladas pelas práticas do cotidiano. No texto que segue, buscaremos compreender a construção do discurso identitário conservador cujo recorte temporal parte da década de 1970 – momento de crise econômica em que, nas principais

nações capitalistas, passou-se a questionar o modelo keynesiano (pós-Segunda Guerra) e a exaltar o (neo)liberalismo. Embora não possamos estabelecer uma relação automática entre sistema de ideias e economia, não é irrelevante o fato de que, nos principais governos neoliberais – no caso, Ronald Reagan (presidente dos Estados Unidos entre 1981 e 1989) e Margaret Thatcher (primeira-ministra do Reino Unido de 1979 a 1990) –, surgiram questionamentos aos alicerces da democracia moderna construída no pós-guerra. Se “[...] durante a crise dos anos 30 parecia que era o capitalismo a pôr em crise a democracia; agora, para aqueles novos liberais, parece ser a democracia a pôr em crise o capitalismo” (BOBBIO, 1986, p. 124).

Os governos neoliberais de Reagan e Thatcher deram início ao capitalismo global como resposta à grande recessão da década de 1970. As gestões neoliberais obtiveram êxito em indicadores macroeconômicos, como superávit primário, elevação do produto interno bruto (PIB) e controle da inflação, a despeito de um altíssimo custo social. Deste modo, ao longo das décadas de 1990-2000, o pensamento e os governos neoliberais sofreram desgastes e críticas, especialmente em relação a indicadores sociais como emprego e concentração de renda; contudo, não houve, necessariamente, um resgate do keynesianismo.

Segundo o economista Michael Roberts (2016), a partir da crise do *subprime* (2008), a economia capitalista global permaneceu estagnada, incapaz de recuperar não apenas as taxas de crescimento registradas antes da recessão de 2008, mas também os indicadores da década de 1970.

Ao longo do período de estagnação (2010-20), as teses neoliberais de Reagan e Thatcher foram revisitadas como proposição de modernização econômica capaz de superar a crise. Politicamente, a estratégia discursiva vinculou o (neo)liberalismo a um “retorno ao passado” romantizado e utópico. O discurso mítico da nação grande e próspera – como o “America First” (EUA), “Take Back Control” (Brexit, Reino Unido) e “Brasil acima de tudo” – propõe ao cidadão um virtual caminho à retomada do crescimento econômico, cujo preço é a revisão dos valores democráticos.

Fé e conservadorismo: o caso Ronald Reagan

Não caberia neste texto fazer um resgate minucioso das origens do fundamentalismo cristão que alicerça o neopente-

costalismo brasileiro. Contudo, devemos pontuar que as origens desse pensamento se encontram nas primeiras décadas do século XX nos EUA. A crise do liberalismo, com o *crash* da bolsa de Nova York em 1929 e os traumas das duas guerras mundiais, formou terreno fértil para as bases dos “fundamentos da fé” como resposta à crise político-econômica. Na retórica fundamentalista, a crise no Ocidente era resultado da acelerada perda da identidade cristã; era necessária a intervenção evangelizadora para salvar as nações. Atuações como as do clérigo Abraham Vereide (a partir dos anos 1930), do reverendo Douglas Evans Coe (na década de 1950) e do reverendo Jerry Falwell (dos anos 1960 em diante) buscaram a fusão entre fé e Estado com vistas à implementação de uma agenda conservadora não apenas nos EUA, mas em todo o globo.

A guinada (neo)liberal das últimas décadas do século XX é um desdobramento da resignificação da noção de liberalismo gestada nos governos Margaret Thatcher e Ronald Reagan, que combinaram a fusão entre o fundamentalismo religioso (cristão) e o fundamentalismo de livre mercado. Tal compreensão de Estado e de democracia calcada na política de desregulação econômica e no reacionarismo moral gerou o hibridismo político intitulado “liberal-conservador”, em que indivíduos defendem, na mesma plataforma de reivindicações, pautas como o Estado mínimo, o criacionismo, o “direito de ir e vir”, a condenação ao aborto, a defesa do porte de armas e a exaltação da meritocracia.

No campo econômico, Margaret Thatcher e Ronald Reagan modificaram a política econômica, que passou de social-democrata desenvolvimentista para neoliberal. Desde o pós-guerra, Inglaterra e EUA, ancorados na macroeconomia keynesiana, buscaram intervir diretamente na economia, evitando ou diminuindo as sistêmicas crises financeiras, sua duração e severidade, uma vez que os efeitos de 1929 ainda refletiam no retrovisor. Contudo, na década de 1980, as contas públicas superavam as receitas; o cenário de inflação e desvalorização monetária foi motivador da adoção da nova política econômica monetarista, que teve êxito no equilíbrio das contas públicas e no controle da inflação, mas a um custo social elevado.

Nos EUA, os efeitos da crise financeira da década de 1970 (que começou com a crise do petróleo) fez com que a opinião pública, sobretudo a classe média, buscasse respostas para a perda do poder aquisitivo. O discurso conservador (entrincheirado nas alas conservadoras mais radicais do Partido Republicano) ligou

a crise econômica dos anos 1970 à consequência da “degeneração social” resultante do New Deal, do avanço dos movimentos sociais e das transformações, como um todo, dos anos 1960. Muitos estadunidenses responderam ao chamado conservador e acreditaram na retórica de que era necessário “restaurar a sociedade” em busca de cumprir seu “destino manifesto”. Logo, valores como a autonomia, o progresso, a moral e o individualismo foram considerados algo nato ao espírito norte-americano, em contraposição ao multiculturalismo, ao humanismo e ao coletivismo, identificados como valores arcaicos.

Na retórica política norte-americana, o imaginário religioso é significativo até mesmo para aqueles que não se consideram “pessoas de fé”. O fundamentalismo religioso e o comportamento eleitoral na cultura política estadunidense têm como marca

[...] an enduring need for the divine, whether it is the citizenry's need for the divine that provides political power for those who capitalize upon it or a religious citizenry's desire to absorb the political community at large into a wider theological destiny (WEED; VON HEYKING, 2010, p. 3).

Nos EUA dos anos 1970-80, o discurso conservador buscou no protestantismo do século XIX dois “grandes despertares”: o *livre-arbítrio* como redenção dos pecados e o *progresso material* como recompensa espiritual. Religiosos radicais como o reverendo Jerry Falwell passaram a ter grande visibilidade midiática.

O clérigo ganhou notoriedade pública na década de 1960, quando se contrapôs a pastores liberais como Martin Luther King e a outros evangelizadores que defendiam os direitos civis. A partir de 1976, Falwell empreendeu uma jornada por todos os estados americanos, realizando manifestações chamadas de “Eu Amo a América”. Nestes encontros, discursava-se sobre a decadência moral, espiritual, cultural e política que estava em curso nos EUA (SILVA, 2016).

As conexões obtidas nas manifestações do “Eu Amo a América” permitiram a Jerry Falwell reunir milhares de pastores, padres e rabinos para fundar a organização “Moral Majority”, que teve como plataforma discursiva a defesa da “família tradicional”, da “propriedade privada”, da “segurança nacional” e do “Estado de Israel” e o “combate” ao aborto e ao casamento de pessoas do mesmo sexo.

A “Moral Majority” e o reverendo Jerry Falwell se revelaram uma importante força mobilizadora. Durante a campanha presidencial de 1980, Ronald Reagan e o Partido Republicano compreenderam que conseguiriam a vitória eleitoral se conseguissem agregar os votos de religiosos e de outros conservadores. Para tanto, alinharam a retórica da campanha a uma agenda política e cultural articulada em torno de valores religiosos e morais. Com o discurso de restauração moral da América e o apoio decisivo da “Moral Majority”, Reagan elegeu-se presidente (SILVA, 2016).

O pensamento e a política liberal ressignificados (Thatcher e Reagan) geraram uma noção de “individualismo exacerbado”, que impede a compreensão da formação das entidades coletivas. Para Mouffe (1996), esse pensamento é um campo estéril, em que os antagônicos negam um denominador comum, o espaço simbólico de diálogo, e passam a não reconhecer a legitimidade das demandas feitas pela outra parte.

Política econômica e conservadorismo: o caso Margaret Thatcher

Entre as décadas de 1960-70, a economia da Grã-Bretanha estava em declínio: o PIB retraía e o avanço da inflação superava os dois dígitos – em 1975, o país alcançou o auge inflacionário, quando atingiu a máxima de 24,3. Nesse cenário de fraca atividade econômica, as eleições gerais ocorreram em 1979; os Conservadores conquistaram a maioria dos assentos das câmaras e Margaret Thatcher foi eleita primeira-ministra. Em seus três mandatos, o governo Thatcher, apoiado em diretrizes liberais, realizou uma série de reformas e privatizações que representaram a quebra de paradigmas do modelo keynesiano. O Reino Unido inaugurava a gestão do Estado sob o prisma do neoliberalismo (GAMBLE, 1994).

O mundo ocidental pós-guerra, até a década de 1970, ancorou sua política econômica nas diretrizes keynesianas, especialmente as descritas em *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda* (1936). Tentando compreender a gravidade da Grande Depressão (1929), Keynes propôs uma teoria econômica baseada no entroncamento entre o total de gastos e seus efeitos na produção e na inflação. Para tanto, defendeu que o aumento dos gastos do Estado combinado com a redução dos impostos geraria estímulos na demanda produtiva, dirimindo os efeitos da depressão.

O cenário desafiador da Depressão de 1929 e a orientação keynesiana fizeram com que o presidente dos EUA, Franklin D. Roosevelt, interviesse diretamente na economia por meio de grandes projetos de iniciativa estatal – como a construção de hidrelétricas, rodovias, portos, barragens etc. Em decorrência das empreitadas, milhares de trabalhadores foram empregados; a oferta de empregos gerou demanda por bens e serviços que serviram para reabilitar o setor empresarial.

A orientação econômica keynesiana de aquecimento da demanda teve grande aceitação política dentre as potências do Ocidente. Para tanto, foi criado como marco regulatório o acordo de Bretton Woods (1944), por meio do qual os países signatários estabeleceram, entre outras medidas, a manutenção das taxas de câmbio e o dólar como moeda internacional lastreada em ouro. Apenas em circunstâncias excepcionais os Estados poderiam alterar o câmbio. As diretrizes de Bretton Woods permitiram relativa estabilidade monetária nas décadas seguintes ao pós-guerra (GAMBLE, 1994).

Ancorada nas políticas macroeconômicas keynesianas, a Grã-Bretanha obteve décadas de pleno emprego e passou a estruturar políticas de bem-estar social. O cenário foi de convergência política, ao passo que o Partido Conservador e o Partido Trabalhista britânicos fomentaram propostas para aumentar a participação do Estado na economia.

Durante o ministério de Clement Richard *Attlee* (1945-51), as empresas de serviços – como as de transportes públicos e de fornecimento de gás, água e eletricidade – e as indústrias de produção de carvão e aço foram nacionalizadas. O programa de nacionalização da gestão *Attlee foi responsável pela promoção de aproximadamente dois milhões de empregos diretos*. Em termos quantitativos, o setor público respondia por 25% do total dos postos de trabalho na Grã-Bretanha (MATTOS, 2011).

O ambiente social do pós-guerra promoveu uma pressão da opinião pública britânica a favor do aumento da oferta e da abrangência dos serviços públicos. O setor público relacionado a atividades como educação e saúde teve uma “injeção” de investimentos que consolidaram o Estado de bem-estar social (MATTOS, 2011).

Entretanto, a situação de prosperidade das potências ocidentais – sobretudo as europeias – promovida pelas políticas keynesianas sofreu abalos ao longo da década de 1970.

O primeiro choque ocorreu em 15 de agosto de 1971, quando o presidente Richard Nixon (EUA), de forma unilateral, determinou o fim da convertibilidade do dólar em ouro, tornando o dólar uma moeda fiduciária. Essa manobra colapsou o sistema monetário proposto pelo tratado de Bretton Woods e criou uma situação em que os Estados nacionais adotaram o dólar americano como moeda de reserva e promoveram a flutuação de suas moedas.

O segundo choque ocorreu em março de 1974, como desdobramento da Guerra do Yom Kippur (guerra árabe-israelense de 1973), quando a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) elevou em 400% o preço do petróleo, subindo de três para 12 dólares o barril.

O terceiro choque ocorreu ao longo de 1979, com o desdobramento da crise política no Irã (deposição do xá Reza Pahlevi), um dos principais países produtores de petróleo: o preço do barril saltou de 13 para 34 dólares (GAMBLE, 1994).

Estes choques promoveram um panorama macroeconômico até então desconhecido pelas potências europeias, devido ao cenário inflacionário e de desvalorização das moedas.

Com os desafios da manutenção do pleno emprego alcançado no pós-guerra e com a flutuação das taxas de câmbio, os países adotaram como política econômica a desvalorização cambial. A depreciação das moedas visava tornar os custos da indústria nacional mais competitivos no mercado global, ao mesmo tempo que, em tese, aqueceria a demanda interna. O resultado dessa estratégia foi a elevação da inflação.

A década de 1970 foi marcada pela crise global. No caso britânico, o sociólogo Harold Garfinkel (1987) explica que “as taxas de inflação e desemprego foram as mais elevadas da Europa e o crescimento econômico, o mais baixo” (p. 39). Neste contexto, emerge a proposta reformista de Thatcher cujo objetivo era controlar a inflação através de uma política monetária essencialmente restritiva, bem como estabelecer metas decrescentes de expansão da base monetária e da elevação da taxa básica de juros.

As reformas liberais propostas por Thatcher marcaram a redução dos gastos públicos com a promoção da privatização das estatais. Através da política da taxa de juros, conseguiu con-

trolar a inflação e promoveu um processo de apreciação da libra esterlina. Entretanto, o efeito social foi o aumento da desigualdade, com “o crescimento de uma *underclass*. A porcentagem de famílias britânicas (não-pensionistas) totalmente sem trabalho – ou seja, nenhum de seus membros faz parte da economia produtiva – cresceu de 6,5% em 1975 para 16,4% em 1985” (GRAY, 1998, p. 42). A privatização dos ativos públicos, em especial o Serviço Nacional de Saúde, das escolas politécnicas e das universidades desarticulou o Estado de bem-estar social.

Diametralmente contrária às políticas pós-guerra, que no Reino Unido buscaram articular as políticas econômicas e sociais, a nova era neoliberal enfraqueceu os elos entre o Estado e o *welfare state*. O foco da gestão Thatcher estava na adoção de políticas econômicas para o controle inflacionário e na redução da participação do Estado na economia – e, conseqüentemente, dos gastos públicos. Destarte, o estabelecimento do novo paradigma econômico alterou substancialmente as relações com as políticas sociais: a esfera econômica passou a ser compreendida como antagonista à esfera social, as políticas de bem-estar social deixaram de ser entendidas como investimentos para serem consideradas custos e o controle dos gastos sociais tornou-se parte de um receituário para a obtenção do equilíbrio macroeconômico.

Diante de um cenário social marcado pela piora nas condições de vida da população, com aumento da desigualdade de renda e do desemprego, ocorreram na Inglaterra manifestações e greves. Em resposta, o governo emitiu uma série de medidas, os Employment Acts, visando restringir a atuação política dos sindicatos.

Em 1980, o Employment Act determinava, entre outras restrições, que os piquetes deveriam ocorrer somente no local de trabalho dos respectivos grevistas e que as “greves de solidariedade” deveriam ser restritas apenas à cadeia de produção e consumo ligada diretamente à fábrica em greve.

O Employment Act de 1982 tornava os sindicatos passíveis de processos judiciais e de multas, caso se demonstrasse a inobservância à legislação vigente. Diante da “contratualização do direito de greve”, para que uma greve fosse considerada legal, ela deveria estar relacionada apenas às questões trabalhistas, como carga horária, descanso ou salário. A nova legislação visou erradicar da greve seu sentido político mais profundo, sua capacidade de organização social e politização (EDELDMAN, 2016).

Os Employment Acts podem ser entendidos como parte operante do conservadorismo, ao aparelharem o Estado de instrumentos e de orientação para eliminar e criminalizar qualquer tipo de manifestação que, de alguma forma, conectasse trabalhadores de diferentes fábricas e áreas da produção, mitigando a solidariedade de classe (DUNFORD, 2002).

Um dos momentos mais emblemáticos da gestão Thatcher foi a greve dos mineiros em 1984-85. O movimento se opôs ao fechamento das minas de carvão consideradas de baixa produtividade e à dispensa de mais de 220 mil trabalhadores, com destaque para região de Yorkshire (EVANS, 2004). Ao governo conservador coube utilizar todos os recursos ao seu alcance para desarticular o principal sindicato britânico do pós-guerra, o National Union of Mineworkers [União Nacional dos Mineiros] (NUM). Vale informar que o NUM somava 200 mil filiados espalhados por 130 minas de carvão por toda a Grã-Bretanha (DUNFORD, 2002).

Em 1983, Thatcher nomeia Ian MacGregor para presidir o National Coal Board [Conselho Nacional do Carvão] (NCB). Coube ao novo gestor implementar um programa de corte de custos, com dispensa de trabalhadores e fechamento das minas consideradas não lucrativas. Antecedendo o movimento grevista, o NCB gerou estoques preventivos de carvão; os trabalhadores das minas consideradas lucrativas, como a Nottinghamshire e as de Midlands, tiveram a garantia de manutenção de seus empregos caso não apoiassem o NUM; o aparato policial recebeu treinamento para repressão a práticas grevistas, e aos trabalhadores dispensados foi ofertado um programa de indenização conforme o tempo de serviço (EVANS, 2004).

Mesmo com o planejamento da NCB, o NUM conseguiu por 16 meses manter a greve; os grevistas fizeram piquetes e bloquearam as principais minas, dificultando o abastecimento de carvão. Entretanto, o cenário de alta taxa de desemprego e de forte repressão estatal (policial e judiciária) gerou medo na classe trabalhadora: o movimento, ao contrário de outras décadas, não obteve o apoio de operários de outros setores. A recusa se deu, sobretudo, devido às novas regras jurídicas que tornavam ilegal uma categoria entrar em greve para apoiar outra (Employment Acts). Paulatinamente, o movimento foi desarticulado – seus líderes foram processados e vários deles, encarcerados (DUNFORD, 2002).

O triunfo do governo Thatcher sobre os grevistas foi além do êxito de um programa de fechamento de minas com justificativa na lógica de otimização mercadológica: derrotar o então mais poderoso sindicato do país teve também um forte conteúdo simbólico. É importante informar que o fim da greve ocorreu meses depois da vitória britânica na Guerra das Malvinas; diante desses triunfos, Thatcher consolidou uma construção imagética de força e liderança, fazendo valer a identificação da sua representação como a “Dama de Ferro”. Pedagogicamente, a derrota do NUM indicava aos outros sindicatos britânicos que era impraticável contestar o governo, e que o neoliberalismo e o enfraquecimento dos direitos trabalhistas vinham como uma forte onda difícil de parar. Essa conjuntura política não ficou restrita à Grã-Bretanha, mas influenciou todos os países centrais do sistema capitalista global.

Governos da direita ideológica, comprometidos com uma forma extrema de egoísmo comercial e *laissez-faire*, chegaram ao poder em vários países por volta de 1980. Entre esses, Reagan e a confiante e temível Sra. Thatcher na Grã-Bretanha (1979-90) eram os mais destacados. Para essa nova direita, o capitalismo assistencialista patrocinado pelo Estado nas décadas de 1950 e 1960, não mais escorado, desde 1973, pelo sucesso econômico, sempre havia parecido uma subvariedade de socialismo [...]. A Guerra Fria reaganista era dirigida não contra o “Império do Mal” no exterior, mas contra a lembrança de F. D. Roosevelt em casa: contra o Estado do Bem-Estar Social, e contra qualquer outro Estado interventor. Seu inimigo era tanto o liberalismo (a “palavra iniciada com L”, usada com bom efeito em campanhas eleitorais presidenciais) quanto o comunismo (HOBSBAWM, 1995, p. 245).

Ainda dialogando com o historiador Eric Hobsbawm, nos anos 1930-40, se o fascismo não tivesse alcançado a Alemanha, possivelmente não teria tido a mesma dimensão. Dessa forma, podemos pensar que, em que pese o poderio militar e financeiro britânico, o avanço dos governos conservadores não teria tido a abrangência mundial sem a ação política de Reagan (EUA).

Considerações finais

Hoje, com certo recuo temporal, é possível afirmar que o conservadorismo político (ou neoliberalismo) não foi uma resposta técnica à crise econômica da década de 1970 – uma vez

que os gastos estatais da era pós-keynesiana, não diminuíram; em alguns casos, como o britânico, aumentaram –, assim como não ocorreu a entrega de toda a economia ao mercado. O receituário econômico neoliberal também não replicou os índices de crescimento do mesmo patamar da Era de Ouro (pós-guerra).

O conservadorismo político representou, portanto, uma nova visão de mundo baseada no “racionalismo, individualismo e pelo universalismo abstrato” (MOUFFE, 1996, p. 2). O novo olhar sobre o liberalismo, diferente do pensamento iluminista, pode ser compreendido como efeito colateral da hipermodernidade – considerada um valor em que a soberania do indivíduo se sobrepõe ao bem-estar coletivo. A apreensão do político se dá mediante uma interpelação individualista e racionalista, reduzindo as relações políticas a égia do econômico (neoliberalismo) ou ético (conservadorismo).

Antes a esse contexto podemos pensar o caso da democracia agônica brasileira, a revisão dos conceitos de liberdade e individualismo, bem como sua analogia com a monetarização das relações sociais, entretanto essas temáticas serão temas para ensaios futuros.

Referências

BOBBIO, Norbert. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BUSNARDO, Felipe Dardani. **Crise do subprime**: como a bolha imobiliária e o mercado financeiro derrubaram a economia americana em 2008, e os reflexos da crise para o Brasil. 2012. 52 f. Monografia (bacharelado em Ciências Econômicas), Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2012.

CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e bordados**: escritos de história e política. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

CUNHA, Christina Vital da. **Evangélicos em ação nas favelas cariocas**: um estudo sócioantropológico sobre redes de proteção, tráfico de drogas e religião no complexo de Acari. 2009. 340 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

CUNHA, Christina Vital da. Religião e criminalidade: traficantes e evangélicos entre os anos 1980 e 2000 nas favelas cariocas. **Relig. soc.**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, p. 61-93, jun. 2014.

- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DE BRITO, Cássius M. T. M. Bernardes. Os governos Lula como realização da estratégia democrático-popular. *In*: IASI, Mauro *et al.* **A estratégia democrático-popular**: um inventário crítico. Marília: Lutas Anticapital, 2019.
- DUNFORD, Michael. A globalização e as teorias da regulação. *In*: VALENÇA, Márcio M.; GOMES, Rita de C. C. **Globalização e desigualdade**. Natal: A. S. Editores, 2002.
- EDELMAN, Bernard. **A legalização da classe operária**. Coord. trad.: Marcus Orione. São Paulo: Boitempo, 2016.
- EVANS, Eric J. **Thatcher and thatcherism**. London: Routledge, Taylor e Francis Group, 2004.
- FERNANDES, Florestan. **Apontamentos sobre a “teoria do autoritarismo”**. São Paulo: Hucitec, 1979.
- FIEGENBAUM, Ricardo Zimmermann. São os grupos evangélicos nidiáticos herdeiros da reforma? *In*: RIBEIRO, Claudio de Oliveira; ROCHA, Alessandro Rodrigues (Orgs.). **Ecumenismo e reforma**. São Paulo: Paulinas, 2017.
- GAMBLE, A. **The free economy and the strong state**: the politics of thatcherism. 2. ed. Houndmilles: MacMillan, 1994.
- GARFINKEL, B. **Margaret Thatcher**. São Paulo: Abril Cultural, 1987.
- GRAY, John. **Falso amanhecer** – os equívocos do capitalismo global. São Paulo: Record, 1998.
- HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e estratégia socialista**: por uma política democrática radical. São Paulo: Intermeios, 2015.
- MARX, Karl. **O Capital**. Livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- MATTOS, F. A. M. **Emprego público nos países desenvolvidos**: evolução histórica e diferenças nos perfis. Texto para Discussão 1578. Brasília: IPEA, fev. 2011.

MIGUEL, Luis Felipe. O pensamento e a imaginação no banco dos réus: ameaças à liberdade de expressão em contexto de golpe e guerras culturais. **Pol. Cult. Rev.**, Salvador, v. 11, n. 1, p. 37-59, jan./jun. 2018.

MIROWSKI, Philip. **Never let a serious crises go to waste: how neoliberalism survived the financial meltdown.** Londres: Verso, 2013

MOUFFE, Chantal. **O regresso do político.** Trad.: Ana Cecília Simões. Lisboa: Gadiva, 1996.

PEIXOTO, Pedro Henrique. **Identidade Frota: a estrela e a escuridão 5.0.** São Paulo: BB Editora, 2013.

RAMOS, André Paiva. **O Brasil diante da crise do *subprime*: uma abordagem pós-keynesiana do conjunto de medidas anticíclicas adotado pelo governo federal brasileiro e o desempenho da economia de 2007 a 2010.** 2015. 139 f. Dissertação (Mestrado em Economia), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

REVISTA ÉPOCA. **Sâmia Bonfim x Alexandre Frota.** 15 out. 2018. Disponível em: <https://epoca.globo.com/samia-bonfim-alexandre-frota-23149633>. Acesso em: 21/04/2021.

ROBERTS, Michael. **The Long Depression.** Chicago: Haymarket, 2016.

SILVA, Ivan Dias da. **Jerry Falwell e a maioria moral: um estudo sobre a relação entre religião e política no espaço público americano entre 1979 e 1989.** 2016. 248f. Tese (Doutorado em Ciência da Religião), Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade.** Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

WEED, Ronald; VON HEYKING, John (Eds.). **Civil religion in political thought: its perennial questions and enduring relevance in North America.** Washington D.C.: The Catholic University of America Press, 2010.

ZALUAR, Alba. **Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas.** Rio de Janeiro: FGV, 2004.



O IMEDIATO: DA INTERAÇÃO DA IMAGEM-MEME À RELAÇÃO DE PODER NA AMAZÔNIA RONDONIENSE (2018-2022)

Ricardo Ciriaco Gomes¹



Introdução

Devido a séries de acontecimentos político no Brasil e principalmente no Estado de Rondônia (2018-2022) que foi possível perceber os usos e abusos das tecnologia do Whatsapp. Em conjunto com as fake-news, sua propagação atingia em poucos minutos boa parte dos usuários movimentando todo um cenário conturbado que o nosso país está passando. No entanto, esse método tecnológico demonstrou a necessidade de uma sociedade odiosa representada numa imagem-meme. O ressurgimento desse ódio atrelado a reinterpretações conceituais e imagéticos, aparentemente, tiveram ligações com grupos da extrema direita brasileira formuladoras de imagem-meme num movimento considerado milícia digital.

A base oriunda conservadora, anticomunista, conspiradora entre outros, realçou um esboço sobre o conjunto de sentidos. Assim, ao mesmo tempo que atribuíam pitadas de rebeldia, tentavam camuflar sua intencionalidade justificando suas ações pelo forçamento dos conceitos através dos acontecimentos históricos amparados na tendência da moral. A sacada política desse grupo foi pela desarticulação das informações entre seus eleitores através da desinformação miliciada digitalmente atribuindo a imagem-meme, humor raivoso, onde a interpretação se movimentou num olhar objetivante ao complexo entrelaçar entre uma imagem-meme.

A (re)atualização dos processos históricos realizados pela milícia digital se configura numa composição de elementos lúdicos que estabelecem certa adesão aos diferentes segmentos da sociedade rondoniense, intensificando a candidatura de Jair Messias Bolsonaro, dada pela nostalgia de um passado justifi-

1. Mestrando em História da Amazônia (PPGHAm/UNIR).

cado em recortes temporais aos vieses novamente pela moral. O ponto observado sobre a viralização da imagem-meme em Rondônia (2018-2022) demonstrou uma base eleitoral fanática insidiosa e agressiva. A instrumentalização da religiosidade rondoniense deu ênfase e condições a vários tipos de preconceito na recepção de informações representativa neste momento histórico que passamos na contemporaneidade. No entanto, sobre essas novas perspectivas da extrema direita em relação a imagem-meme, seria possível pensar o fenômeno do imediato sobre o acúmulo de representatividade histórica?

Ao pensarmos imediato e imagem-meme, o problema é bem complicado. Nossa aproximação em Henri Bergson se torna indispensável por possibilitar conceitos que tornam compreensíveis pensar o imediato sobre a configuração da imagem-meme. Partindo do ponto teórico em Bergson, temos que ter nítido o que é dualidade entre os estágios corpóreo e psíquico. Pois, através dessa dualidade que os sujeitos ganham forma plena em sua consciência fazendo surgir concepções virtuais e atualizados nesse novo representar. Assim, uma imagem-meme nesta conjuntura representativa, se torna um conceito de imagem. A configuração da imagem-meme no espaço rondoniense nos proporciona sobre a pesquisa em História dialogar com uma realidade interativa-empírico levando em consideração a rapidez e credibilidade pela desinformação por esse espelhamento social.

Objetivos

Compreender o conceito do imediato no que diz respeito as representações da imagem-meme sobre as perspectivas do movimento desse ódio nesta intensa relação de poder que ocorre na Amazônia rondoniense aos olhares ideais projetados.

Metodologia

Através de fontes documentais a saber: Ensaio sobre os Dados Imediatos da Consciência (1889) pelo autor Henri Bergson (1859- 1941) onde partimos sobre o pensamento de Bergson numa sistematização teórico. A análise conceitual decorrerá de uma pesquisa pragmática entre empírico e teórico onde a fonte pode nos apresentar estruturas de sentido que ultrapassam o testemunho em relação ao acontecido. Também, foi pesquisado alguns influencers digitais, rádios, tv até avançarmos nas

atas da comissão da verdade lei 12528/2011 instituída em 16 de maio de 2016 na finalidade de apurar as graves violações dos direitos humanos no período militar brasileiro.

No entanto na perspectiva deleuziana, esse acontecimento precisa ser mapeado por si mesmo na sua relação com as estruturas imediatas inerentes a sua constituição.

Resultados alcançados

A apresentação dada pela ocupação da Amazônia rondoniense dimensionou um caráter simbólico a ideia de conquista e patriotismo. No entanto, a integração aparentemente teve uma formula motivadora a ideia de construção de nação. Essa nação apesar da dificuldade de delimitar esse conceito ganha simbolicamente legitimidade e consolidação de um Estado. O exercício deste simbolismo que, carrega em si elementos carismáticos ainda mais atrelado ao discurso e a figura dos militares, conseguiu empregar ideologias sobre uma consciência nacional que percorre até os dias atuais. Aparentemente esse reconhecimento nacionalista objetiva um nível de satisfação, possibilitando um entendimento coletivo ao sublimar a imagem-meme sobre uma espécie de conjunto de associações.

A mídia quando instrumentalizada as imagens-meme estabelecem uma relação intrínseca a nostalgia do passado e pelo não vivido, as imagens são identificadas pelo reconhecimento não pela experiência e sim pela simpatia perceptiva dessas lembranças onde se agarram fortemente a elas e isso os militares souberam usar. O reconhecimento passeia pelo esforço das associações de ideia. Neste caso específico ao golpe, é a relação dada por uma culturalidade e por suas causas determinantes. Em Bergson;

A primeira, conquistada pelo esforço, permanece sob a dependência de nossa vontade; a segunda, completamente espontânea, é tanto volúvel em reproduzir quanto fiel em conservar. O único serviço regular e certo que a segunda pode prestar à primeira é mostrar-lhe as imagens daquilo que precedeu ou seguiu situações análogas à situação presente, a fim de esclarecer sua escolha: nisto consiste a associação de ideias (BERGSON, 1999, p. 98).

As premissas apontadas na versão contemporânea estão incorporadas a lógica do sublime pela tensão insolúvel da apresentação das imagens-meme como midiáticas. O reconhe-

cimento sobre os aspectos da imagem-meme em sua plena construção pelas identificações significativas e representativas, constituem formas identitárias padronizadas pelos mecanismos de repressão ou censura. Os militares no regime não estavam preocupados com os tratamentos de modo de vida, por estarem voltados ao processo de produção. A distinção homem-natureza e capital-natureza já não só pressupõe o capital e a divisão do trabalho, mas também a falsa consciência que o sujeito capitalista toma de si e dos elementos coagulados de um processo em conjunto.

Neste ponto, à temática da representação da imagem-meme pode ser tratada como uma projeção de um futuro neste espaço amazônico rondoniense, aparentemente, se deu pela ação ou imitação nela mesma. Os elementos configuram a composição da intriga na referência do mundo e da ação, representam, no pré-compreensão o caráter temporal, as estruturas inteligíveis. A qualidade da significação interligada pela ação demonstra um dito de proximidade com o agir, por isso a uma representação devido a ação que se faz através do corpo e não fora dele bem exemplificado por Bergson em sua filosofia, o corpo se move entre outros corpos.

A manipulação do capital trata-se de fazer no homem uma memória de um processo cruel em que a cultura põe, à força, a produção no desejo e, inversamente, insere à força, o desejo na produção e na reprodução sociais. As amplas diversidades familiares e sociais em Rondônia vem das mais variadas formas plurais das atividades exercidas pelos sujeitos. Exemplo disso, podemos considerar que trocas cotidianas sejam elas por gestos, solidariedade e conflitos são comumente ignorados pela negação histórica dos sujeitos que não conhecem sua própria história, como vemos na atualidade não respeitando as diferenças do outro.

Conclusões

O trato sobre o imediato ficou para essa conclusão. Contudo dito a cima, a relação em torno do imediato sobre a imagem-meme seria a escolha e a deliberação de motivos. A não distinção entre percepção e lembrança nos remete sempre o existir da coincidência. “Mesmo se o processo intencional da escolha há um exprimido em sentido, o não dito na escolha mediata, o agarrar-se compreendido se faz unicamente pela interpretação” (BERGSON, 1999, p. 124). A imagem-meme nas

configurações intencional das coisas pode difamar de um lado e exalta do outro, temos um problema que extrapola o senso social e o humanismo.

Referências

BERGSON, H. Ensaio Sobre os Dados Imediatos da Consciência. Trad. João da Silva Gama. Lisboa, Portugal: Ed.70, 1989.

BERGSON, H. Matéria e Memória. Ensaio sobre a relação do corpo com espírito. Tradução de Paulo neves – São Paulo: Martins fontes, 1999.

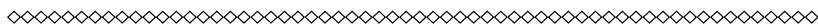


OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DELEGADOS PELO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO EM RONDÔNIA DURANTE A SEGUNDA METADE DO SÉC. XX

Luan Felipe Silva Casarin¹

Resumo: Este trabalho tem como premissa uma breve discussão acerca do impactos socioambientais oriundos do processo de desenvolvimento econômico regional delegados pela acumulação capitalista e sua respectiva expansão fronteiriça em território amazônico, tendo como foco específico, o Estado de Rondônia durante o processo de abertura das rodovias iniciadas ainda durante o governo de Juscelino Kubitschek, bem como da política colonizatória empregada pela ditadura civil-militar durante a segunda metade do século XX.

Palavras-chave: Desenvolvimento; Meio Ambiente; Socioambiental.



Introdução

A abertura de rodovias em direção da “hileia” amazônica durante a década de 1950 e 1960, associada a política econômica desenvolvimentista iniciada no período de Juscelino Kubitschek, assim como da política colonizatória empregada durante os governos militares, foi responsável por ocasionar profundas mudanças de ordem econômica, social e ambiental em território amazônico.

Com a política econômica da Ditadura Civil-Militar voltada para o desenvolvimento (entendido como mero aumento do Produto Interno Bruto), a Amazônia foi vista como local fundamental para a expansão do acúmulo de capital, uma vez que as propagandas oficiais colocavam a Amazônica como terra inabitada e de imensas possibilidades de lucros a curto prazo.

José de Souza Martins em *O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira*, afirmou que “a partir do golpe de Estado de 1964 e do estabelecimento da ditadura militar, a Amazônia transfor-

1. Licenciado em História e Mestrando em História da Amazônia pelo Programa de Pós-Graduação em História da Amazônia (PPGHAM/UNIR).

mou-se num imenso cenário de ocupação territorial massiva.” (MARTINS, 1996, p. 26). A história contemporânea da fronteira, principalmente em relação à Amazônia, é a história das lutas sociais, étnicas e ambientais.

Desenvolvimento

Sendo uma palavra utilizada largamente por diversas áreas do conhecimento, assim como portadora de variados significados, a análise do que permeia as interpretações a respeito do “desenvolvimento” torna-se ponto de partida neste artigo, uma vez que, a ocupação e a expansão da fronteira econômica sob a região amazônica se deu sob determinada premissa.

Em breves comentários, podemos dizer que a partir da linguagem coloquial que tinha por significado o desenrolar de potencialidades e/ou estágios de objetos ou de organismos, as interpretações iniciais de “desenvolvimento” estiveram inicialmente entrelaçadas à biologia.

A partir do século XIX, sobretudo pela influência da obra de Darwin, “desenvolvimento” e “evolução” passaram a ser utilizados enquanto sinônimos pelos cientistas. A popularização do conceito foi tamanha que no século XIX “entre 1875 e 1900, títulos de vários livros publicados em inglês faziam referência ao *desenvolvimento* da constituição de Atenas, do romance Inglês, do sistema de transporte” (ESTEVA, 2000, p. 63).

A grande variedade semântica a respeito do desenvolvimento nos condiciona a estabelecer historicamente o seu uso e seus nexos sociais, e para o caso em que propomos a discutir, refere-se às noções de desenvolvimento e subdesenvolvimento, “inauguradas” durante o imediato pós Segunda Guerra Mundial.

Como argumentado por Esteva (2000), os “herdeiros” e defensores do conceito de desenvolvimento inaugurado por Truman em fins da década de 1940 foram responsáveis pelo empobrecimento ainda maior da conceitualização, reduzindo-o ao mero crescimento econômico *per capita*.

Ainda que tenha existido preocupações com as consequências sociais do rápido crescimento econômico, manifestas por exemplo, pelo *Relatório da situação social mundial* (1952) produzido pelas Nações Unidas, a visão econômica hegemônica do período foi dogmaticamente quantitativista, sendo norteada

fundamentalmente pelo aumento do Produto Nacional Bruto (PNB) enquanto principal parâmetro de “sucesso” econômico.

Se o desenvolvimento econômico, transformado em mero crescimento econômico, tornou-se a obsessão e o caminho unilateral a ser trilhado pelos países pobres, o planejamento se consubstanciou na “ferramenta” necessária para tal empreendimento. Como apontado por Escobar (2000):

As técnicas e práticas de planejamento foram essenciais para o desenvolvimento desde seu início. Simbolizando a aplicação do conhecimento científico e técnico ao setor público, o planejamento deu legitimidade à tarefa do desenvolvimento e alimentou as esperanças nele depositadas. De um modo geral, o conceito de planejamento implica a certeza ele que mudanças sociais podem ser forjadas e dirigidas, ou até produzidas quando desejadas. Com isso, a idéia de que, com a ajuda de um planejamento adequado, os países pobres seriam capazes de progredir com uma certa tranquilidade, foi sempre aceita como uma verdade incontestável, uma convicção axiomática que não exigia qualquer demonstração, pela maioria dos grupos de especialistas no desenvolvimento (ESCOBAR, 2000, p. 211).

Da mesma forma que o desenvolvimento se apresentou como a solução para a miséria dos países pobres, os aspectos racionais, técnicos e científicos do planejamento foram alçados a categorias quase divinas no que concerne ao seu poder de transformação social e de seus resultados “positivos” no atendimento das necessidades da moderna sociedade capitalista.

No trabalho de Daniel Brito, *A modernização da superfície* (2001), ao refletir sobre a realidade da sociedade brasileira e principalmente amazônica – foco de seu trabalho – o autor apontou que os aspectos sociais, econômicos e políticos do Brasil são marcados pela dificuldade de assimilação dos princípios da “racionalidade de fins e meios”, sendo este, o elemento caracterizador da moderna sociedade capitalista.

O mundo moderno, marcado pelo aparecimento da sociedade industrial e da técnica objetiva encontrou barreiras para sua plena realização no Brasil devido seu passado “tradicional”.

A organização social passou a ser ajustada sob o domínio de processos racionalmente calculados. No entanto, a so-

cidade brasileira encontra-se numa condição diferente – a industrialização tardia significou a imposição de um ordenamento produtivo sobre uma estrutura social cercada de elementos sociais tradicionais, que, em algumas situações, funcionalizam os elementos organizacionais do capitalismo industrial e, em outras, impõem barreiras ao seu pleno desenvolvimento. Assim sendo, a modernização carece de abrangência e profundidade. Espaços parcialmente racionalizados, sobretudo do ponto de vista econômico, aparecem como bolhas em um amplo mar de fenômenos não-rationais. (BRITO, 2001, p. 17)

Em dada perspectiva, o desenvolvimento e o planejamento são tomados enquanto elementos constitutivos da racionalidade moderna em contraponto as formas tradicionais de organização política e cultural que atravancam o desenvolvimento capitalista. Segundo o autor, o processo de modernização que a sociedade ocidental presenciou esteve diretamente vinculado com o método racional e científico aplicado tanto a economia, como ao surgimento do “Estado racional”.

Se aportando em Weber, o autor considerou o Estado enquanto uma instituição capaz de fornecer as bases administrativas modernas para o processo de desenvolvimento devido a sua configuração de poder centralizada, sendo apto para utilizar instrumentos políticos voltados para a aceleração da economia industrial como forma de rompimento com a sociedade tradicional.

O Estado, que antes era responsável pela “mediação das relações sociais”, a partir da década de 1930 passou a ter papel preponderante no estímulo ao desenvolvimento industrial brasileiro. Só que o ímpeto racionalizador, originário das economias centrais do sistema capitalista, ao ter contato com estruturas não-rationais de funcionamento acabou por resultar na aplicação incompleta da modernização, manifestando-se de maneira parcial na estrutura social brasileira.

A caracterização mais importante da modernização brasileira é que o processo racionalização não atinge de igual maneira todas as dimensões da sociedade. A ordem política, ao contrário da econômica, apresenta dificuldade para absorver elementos modernizantes. Desse modo, a pressão para direcionar o eixo da acumulação para uma economia industrial torna-se um fator importante, pois

justifica o superdimensionamento da burocracia estatal, fazendo com que o projeto de modernização brasileira seja conduzido a partir de um **núcleo tecnocrático insulado no interior da instância estatal**. [...] A reflexão empreendida nesse contexto será o ponto de partida para mostrar os desdobramentos de uma política econômica que, através do impulso desenvolvimentista, estendeu o estilo de modernização às regiões menos integradas ao novo nacional, como é o caso da Amazônia, ao novo circuito de acumulação capitalista em nível nacional (BRITO, 2001, p. 18 grifo nosso)

Diante de tal interpretação, podemos chegar as seguintes conclusões em relação ao aparato conceitual e analítico do autor. Em primeiro lugar, Brito aparenta compreender que a “ordem política” e a econômica se encontram desassociadas, uma vez que, o campo econômico demonstrou possuir capacidade de assimilar o processo de racionalização enquanto outras esferas da sociedade, não.

Em segundo lugar, o autor defende a ideia da existência de um aparato tecnocrático autônomo que se encontra isolado no interior do Estado, o que leva a concluir que o processo de “racionalização” econômica guiado pelo aparato estatal durante o processo de substituição de importações – como consequências da crise de 1929 – foi utilizada como forma de justificativa para o próprio “superdimensionamento” dos aparelhos de Estado, ou seja, como forma do núcleo tecnocrático e “autônomo” garantir seu poder e influência em uma sociedade insuficientemente “modernizada” e marcada por características tradicionais.

Para Brito, a razão de ser do Estado “autônomo” e da classe política que aparentemente pairava sobre o campo econômico sem o estabelecimento de nexos sociais, residiria na herança histórica de uma sociedade que conformou suas estruturas sociais, administrativas e políticas para a manutenção do status quo vigente. Desta forma, os agentes da esfera política buscaram se “autonomizar” e “isolar-se” do restante da sociedade, empregando a partir de então, instrumentos de controle dos processos econômicos e sociais.

Os parâmetros institucionais sobre os quais a organização da sociedade brasileira está estruturada constituem-se de elementos que permitem a autonomia da

esfera política, tornando-a impermeável, parcialmente, ao princípio organizacional da sociedade moderna, isto é, o princípio da racionalidade de fins e meios é impedido de torna-se dominante. Isso quer dizer que, sob domínio dessa ordem, os processos de modernização são controlados a partir de uma instância autônoma, nesse caso a instância estatal. O Estado configurado a partir desses elementos concentra meios jurídicos e políticos suficientemente autoritários, dando à elite do poder instrumentos que lhe permite conceber e implementar o projeto de desenvolvimento por ela definido. (BRITO, 2001, p. 23)

Se para nossa visão², o Estado e suas agências se apresentam enquanto resultado das próprias contradições sociais entre diferentes frações de classe em seu processo de disputa pela hegemonia, para nosso autor em questão, o Estado e sua esfera política se apresenta de maneira desassociada das classes sociais, principalmente das classes dominantes – concepção que o próprio autor se recusa a utilizar – já que seu escopo analítico é marcadamente weberiano.

De certa forma, o ponto argumentativo de Brito em torno da parcialidade da racionalização do Estado devido a existência de fatores não-rationais no interior da estrutura social brasileira, nos remete por exemplo, a própria ideia da existência de estruturas duais na esfera econômica e social brasileira, sendo tais fatores os responsáveis por explicar as raízes do subdesenvolvimento.

Sendo o Estado parcialmente racional, o processo de modernização empregado por tal instituição se configuraria de maneira paradoxal. O paradoxo segundo Brito, referiu-se ao rápido processo de industrialização guiado pelo Estado, onde mesmo alcançando significativos índices de crescimento econômico e diversificação produtiva, os indicadores sociais demonstravam concentração de renda, aumento da desigualdade social e piora da qualidade de vida.

O que o autor considera “paradoxo”, a tradição marxista aponta que tal dinâmica nada mais é que a própria lei geral de acumulação capitalista, sendo constatada por exemplo, nos próprios países em que o autor passou a considerar como criadores e expoitores da racionalidade moderna.

2. E aqui eu me remeto a noção gramsciana de Estado Ampliado.

Brito contrasta em sua obra que a “modernização da superfície” ocorrida no Brasil e na Amazônia se deu em processos históricos parcialmente racionais, fato distinto as experiências históricas europeias que se revestiram de características racionais, científicas, técnicas etc., sendo tais aspectos tratados de forma altamente idealizada e abstrata em seu trabalho.

Por conta dos eventos de 1964 o Estado parcialmente racionalizado ganharia uma forma “burocrática-autoritária”, que segundo Brito, se aportou na ideologia desenvolvimentista e da segurança nacional para tornar a modernização econômica prioridade de suas ações estratégicas.

Como forma de cumprir o “compromisso” assumido de transformar o país numa potência econômica, Brito ressaltou que o governo burocrático-autoritário passou a criar instrumentos políticos-institucionais que visassem a integração de espaços regionais não integralizados no mercado capitalista nacional.

Os desdobramentos dessa política ao longo da décadas de 70 e 80 mostram um acelerado processo de crescimento econômico, na base da incorporação de um novo padrão tecnológico e de formas organizacionais de produção. Nesse sentido, observe-se claramente um movimento em direção ao estabelecimento de uma estrutura que servia de suporte à modernização técnica, por um lado, e, por outro, a subordinação da ordem social ao princípio da institucionalização forçada da modernidade. A Amazônia, em um período de aproximadamente 25 anos de intervenção do Estado nacional, manifestou um vigoroso crescimento da economia, mas também assistiu a devastadoras consequências sociais e ambientais. (BRITO, 2001, p. 148-149)

Por meio de projetos desenvolvimentistas empregados pelo Estado perante a região amazônica, seja com investimento direto ou com o financiamento por meio de incentivos fiscais para o setor produtivo privado, a política de desenvolvimento aplicada foi alicerçada nos grandes empreendimentos modernos, pois se assumia que as técnicas, o conhecimento científico, o domínio sobre a natureza e a sua organização seriam capazes de influenciar nas estruturas organizacionais tradicionais. O resultado do modelo aplicado foi a massiva exclusão social, concentração de renda e pressão sobre os recursos naturais.

Nos grandes projetos, segundo a idéia de desenvolvimento do regime militar, estariam os instrumentos propulsores da economia moderna na Amazônia. Os conceitos de organização, dentro da lógica de funcionamento das instituições modernas, tanto a nível empresarial quanto a nível estatal, parecem mergulhados em um mar de irracionalidades. Além da falta de uma estrutura institucional e legal que faça frente aos desperdícios e desvios de emprego dos recursos oriundos dos incentivos fiscais, vários outros problemas vão surgindo e mostrando verdadeiros efeitos do modelo de desenvolvimento calçado no princípio da modernização forçada. (BRITO, 2001, p. 196)

Desta maneira, o modelo de desenvolvimento para Amazônia – sendo regida pela modernização forçada do território – foi responsável por ocasionar profundas transformações no que tange aos aspectos sociais com a destruições de distintas formas sociais de organização, assim como dos profundos impactos ambientais pela massiva exploração agropecuária e madeireira na região.

Como demonstrado por Teixeira (1999), o intenso processo de colonização agrícola a partir da década de 1970 foi responsável pela reorientação da forma de organização econômica no interior do mundo amazônico.

O fluxo migratório por meio das rodovias e o decorrente surgimento de núcleos urbanos acarretaram a alteração da dinâmica econômica anteriormente lastreada no extrativismo. Enquanto para as populações ribeirinhas a floresta se apresentava enquanto o *locus* de recursos produzidos pela própria natureza a serem coletados, uma nova forma de enxergar a natureza foi imposta com a chegada dos colonos, uma vez que a terra e não a floresta passava a ser eixo da dinâmica de acumulação ou da mera sobrevivência daqueles que não dispunham de recursos suficientes para grandes empreendimentos.

Quadro 1 – Evolução do processo migratório em Rondônia

Anos	População	Número de migrantes
1979	419.643	36.791
1980	493.000	49.205
1981	572.000	60.218
1982	674.000	58.052

1983	770.000	93.723
1984	870.000	153.327
1985	1.040.000	151.621
1986	1.300.000	151.014
1987	1.500.000	97.000

Fonte: TEIXEIRA, 1999, p. 207

A razão para a massiva colonização do Estado de Rondônia se deu, conforme argumentado por Teixeira, pela possibilidade de acesso à terra por parte de camponeses que já não conseguiam manter seu padrão e qualidade de vida em outras regiões do país por conta da alta concentração fundiária, mecanização da agricultura e pela própria expropriação de pequenos produtores, mas não somente isso, as motivações dos migrantes poderiam estar relacionadas a busca de alguma porção de terra para si próprio ou para seus filhos, por grupos profissionais que buscavam reconhecimento e destaque social em novos centros urbanos, assim como de fazendeiros e grandes proprietários que buscavam ampliar suas possibilidades de lucro em grandes projetos comerciais ou especulativos.

Ao pensar sobre as transformações do espaço geográfico de Rondônia ao longo do século XX e suas diversas metamorfoses estruturais, Silva (2014) apontou para a colonização agrícola, o eixo rodoviário e a migração populacional enquanto fatores responsáveis pelo rompimento da “linha de união” entre a sociedade e a natureza.

Alguns processos sociais foram marcantes em toda a metamorfose do espaço rondoniense. No meio natural, o extrativismo vegetal e mineral assumiam a vanguarda na ocupação do espaço, mas, como anteriormente expressamos, o trabalho social não destruía ou modificava a natureza, conservando sua geografia. Contudo, a agropecuária irá subverter a espacialidade, povoando o ambiente natural com objetos técnicos, onde o trabalho centrado na incorporação dos recursos da natureza ao processo produtivo direto delineará o devir social. (SILVA, 2014, p. 157)

Pensando de forma distinta a interpretação da implementação parcial da modernidade encontrada no trabalho de Brito – como discutido acima – Silva argumentou que a nova sociedade rondoniense, sendo regida pela técnica e pelo capi-

tal, implementaria à custa da natureza e das antigas formas de organização social a sua forma de organização espacial influenciada pelos próprios princípios da modernidade.

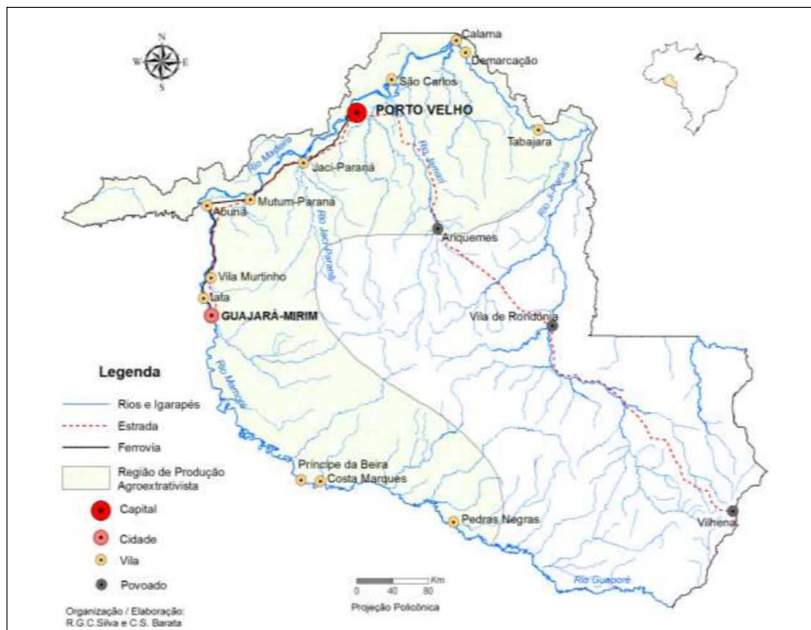
Se Brito aponta para a aplicação de uma racionalidade parcial no processo de modernização da Amazônia enquanto explicativa para os problemas considerados “paradoxais”, para Silva, os problemas decorrentes da “parcialidade racional” são ressaltados enquanto a própria expressão das consequências da ampliação do capital e da depredação da natureza por meio da expansão dos meios técnicos, científicos e gerenciais do mundo moderno.

No meio técnico vê-se a quase substituição total da sociedade tradicional ou amazônica, formada sob a lógica espacial da ferrovia e do extrativismo, pela sociedade que se erige do processo de colonização, sob a lógica do capital agrário. A sociedade rondoniense amazônica espacializada nos municípios de Porto Velho e Guajará-Mirim, e nas diversas vilas e povoados (dentre elas, Costa Marques, Vila Murtinho, Iata, Abunã, Mutum-Paraná, Jacy-Paraná, São Carlos, Nazaré, Calama, Demarcação), que se formaram ao longo dos rios Madeira, Mamoré, Guaporé e Machado, será deslocada do emergente eixo de desenvolvimento social e territorial em Rondônia, conduzido pela voracidade do processo de colonização. (SILVA, 2014, p. 158)

A penetração populacional, técnica-científica e do capital agrário-mercantil em território Amazônico e rondoniense após a década de 1970 foi responsável por implementar em poucas décadas de impulsionamento a maior “repaginação” ambiental e social presenciado no território. Como podemos observar nas duas figuras abaixo.

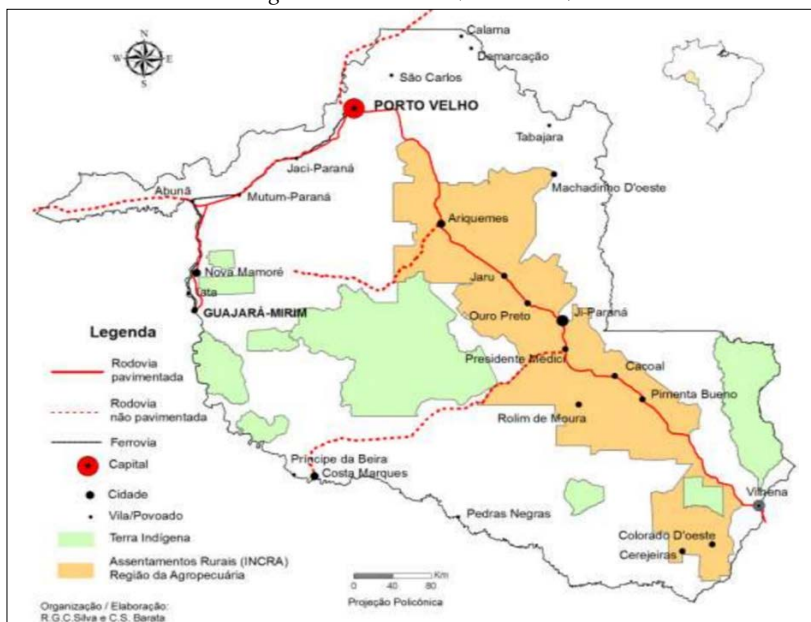
A ampla migração estimulada por meios governamentais, o emprego da técnica e a necessidade de ampliação e reprodução do capital foram responsáveis pela grande destruição da cobertura florestal rondoniense em um curto espaço de tempo. A colonização do território e a ampla depredação ambiental foram motivos de polêmica mundial, principalmente por conta da participação de entidades financeiras internacionais no financiamento de projetos desenvolvimentistas.

Figura 1 – Rondônia (1900-1960)



Fonte: Silva (2014, p. 154)

Figura 2 – Rondônia (1970-1997)



Fonte: Silva (2014, p. 157)

Além dos problemas sociais delegados pela própria política econômica desenvolvimentista, como a geração de pobreza e concentração de renda ao mesmo tempo em que se obtinham consideráveis taxas de crescimento econômico, a questão ambiental começou a ocupar o cenário político internacional a partir, como bem demonstrado por Sachs (2000), da realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano em 1972, onde foi dado o ponta pé inicial para a internacionalização das questões ambientais.

A Conferência de Estocolmo foi o prelúdio de uma série de grandes encontros das Nações Unidas durante toda a década de 70 (sobre população, alimentos, assentamentos humanos, água, desertificação, ciência e tecnologia, energia renovável) com a proposta de modificar a percepção pós-guerra de um espaço global aberto onde cada nação pode se empenhar isoladamente em maximizar o crescimento econômico. Em vez disso, uma perspectiva diferente começou a ser promovida: de agora em diante, passa a vigorar o conceito de um sistema mundial inter-relacionado, o qual é visto operando sob um certo número de pressões comuns (SACHS, 2000, p. 118).

A pressão sobre os recursos naturais deflagrados pela sociedade industrial moderna em seu ímpeto imparável de ampliação e reprodução, foram expostas durante a conferência de 1972 de maneira alarmante através do trabalho desenvolvido por cientistas do MIT a pedido do Clube de Roma: *Os limites do Crescimento*.

Certamente as conclusões do trabalho não foram bem recebidas pela sociedade capitalista, tanto das economias centrais como das periféricas, que por sinal vivenciavam o seu acelerado processo de industrialização, fazendo com que a ideia de crescimento zero proposto pelo relatório não pudesse ser sustentada por conta das próprias características internas da sociedade capitalista.

Como bem destacado por Rodrigues (2009), as ideias de defesa do “meio ambiente” proliferadas pelo encontro surgiram justificadas ideologicamente através do retorno a percepções malthusianas, onde se vinculou o aumento populacional dos países de “terceiro mundo”, associado ao processo de industrialização, com a pressão desestruturante e nociva sobre os recursos naturais.

As riquezas naturais, o ambiente, o meio ambiente passam a ser considerados como “bem comum” da humanidade e as dilapidações, o esgotamento de riquezas são, conforme é dito, causados igualmente por todos. Os problemas de reprodução da força de trabalho, da reprodução dos homens e da apropriação privada das riquezas não são destacados por não serem importantes para a reprodução ampliada do capital, que conta agora com a alta tecnologia. [...] Não há nas novas matrizes discursivas preocupação com a sociedade, o território, as riquezas naturais, mas sim com os recursos naturais e a perpetuação do uso de riquezas por alguns. O centro da proposta é a manutenção do poder e do domínio dos países do centro do sistema e de camadas de classe em vários países (RODRIGUES, 2009, p. 192).

A preocupação com o meio ambiente, na realidade, também manifestava a preocupação do centro do sistema capitalista em manter o acesso e o controle dos recursos naturais dos países dependentes. Como o circuito do capital se constituiu de maneira ampla e integrada entre economias centrais e periféricas, a exploração dos recursos naturais desses últimos, por conta da necessidade de tecnológica específica para certos tipos de empreendimentos, se dava principalmente por grandes grupos multinacionais.

Como apontado por Sachs (2000), se na década de 1970 havia a dificuldade de mesclar os conceitos de desenvolvimento e de defesa do meio ambiente, primeiro por conta do caráter destrutivo do desenvolvimento, e segundo, pela identificação que o ambientalismo prejudicaria a eliminação da pobreza, na década de 1980, o Relatório Brundtland buscava fundir determinados elementos contraditórios em uma só perspectiva:

sempre que, nos últimos 30 anos, os efeitos destrutivos do desenvolvimento eram reconhecidos. o conceito era esticado de maneira que englobasse a lesão e a terapia. Por exemplo, quando ficou óbvio, por volta de 1970, que a corrida pelo desenvolvimento realmente intensificava a pobreza, inventou-se a noção de “desenvolvimento equitativo” para reconciliar o irreconciliável: a criação da pobreza com a abolição da pobreza. Na mesma trilha, o Relatório Brundtland incorporou a preocupação com o meio ambiente para dentro do conceito de desenvolvimento, erigindo o “desenvolvimento sustentável” como

abrigo conceitual tanto para agredir como para sanar o meio ambiente (SACHS, 2000, p. 121).

Mais uma vez o desenvolvimento teve seu percurso destrutivo “corrigido” pelas palavras. A alteração do receituário do desenvolvimento agora estava atrelado à sustentação dessa forma de sociedade para as futuras gerações. A partir da década de 1990, principalmente após a Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1992, os recursos naturais passaram a ser considerados bens comuns da humanidade.

Assim, como ato conclusivo da Eco- 92, a denominada Agenda 21 delegava para o século XXI a construção do desenvolvimento sustentável enquanto uma ilusão a ser seguida. A cooperação internacional e o avanço da técnica são invocados enquanto ferramentas para a implementação de tal “modelo”, porém, como indagado por Rodrigues: “se a tecnologia acelerou a degradação do ambiente como esperar que esta mesma tecnologia promova a sustentação do modo de produção?” (RODRIGUES, 2009, p. 1999).

Conclusão

Do entendimento do desenvolvimento enquanto mero crescimento econômico, passando pela sua “atualização” nas décadas seguintes com o chamado desenvolvimento humano ou equitativo – incorporando os fatores sociais como premissa – ao chegar na ideia de desenvolvimento sustentável, adicionando ao escopo do desenvolvimento a defesa do meio ambiente e a possibilidade de utilização futura dos recursos naturais, esta palavra tão abstrata e contraditória ainda não havia se libertado de suas limitações históricas, na realidade, ela mudou na aparência para se manter fiel ao seu mote inicial, o crescimento econômico, não entregando nem o chamado desenvolvimento humano e muito menos, a defesa da natureza e de seus recursos.

O que para certos tipos de interpretação o processo de “incorporação” da Amazônia, e no nosso caso em específico, da incorporação do Estado de Rondônia no circuito da produção e circulação de mercadorias, fora compreendido de maneira paradoxal e parcialmente racionalizada, na realidade, comportava a própria essência da sociedade capitalista.

Desta maneira, podemos concluir que os impactos socioambientais decorrentes da expansão da fronteira econômica

presenciados durante a segunda metade do século XX até os dias atuais, não são processos paradoxais, mas sim, a própria face do sistema capitalista. A desestruturação do meio ambiente, assim como das relações tradicionais que aqui se manifestavam, são partes necessárias e constitutivas do próprio processo global de acumulação e reprodução do capital.

Referências

BRITO, D. **A modernização da superfície**. Belém: UFPA/NAEA, 2001.

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 8(1): 25-70, maio de 1996.

MEADOWS, Donella H. **Limites do crescimento: um relatório para o Projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade**. Tradução Inês M. F. Litto. São Paulo: Perspectiva, 1973.

RODRIGUES, A. A abordagem ambiental: Questões para reflexão. **GeoTextos**, vol. 5, n. 1, jul 2009.

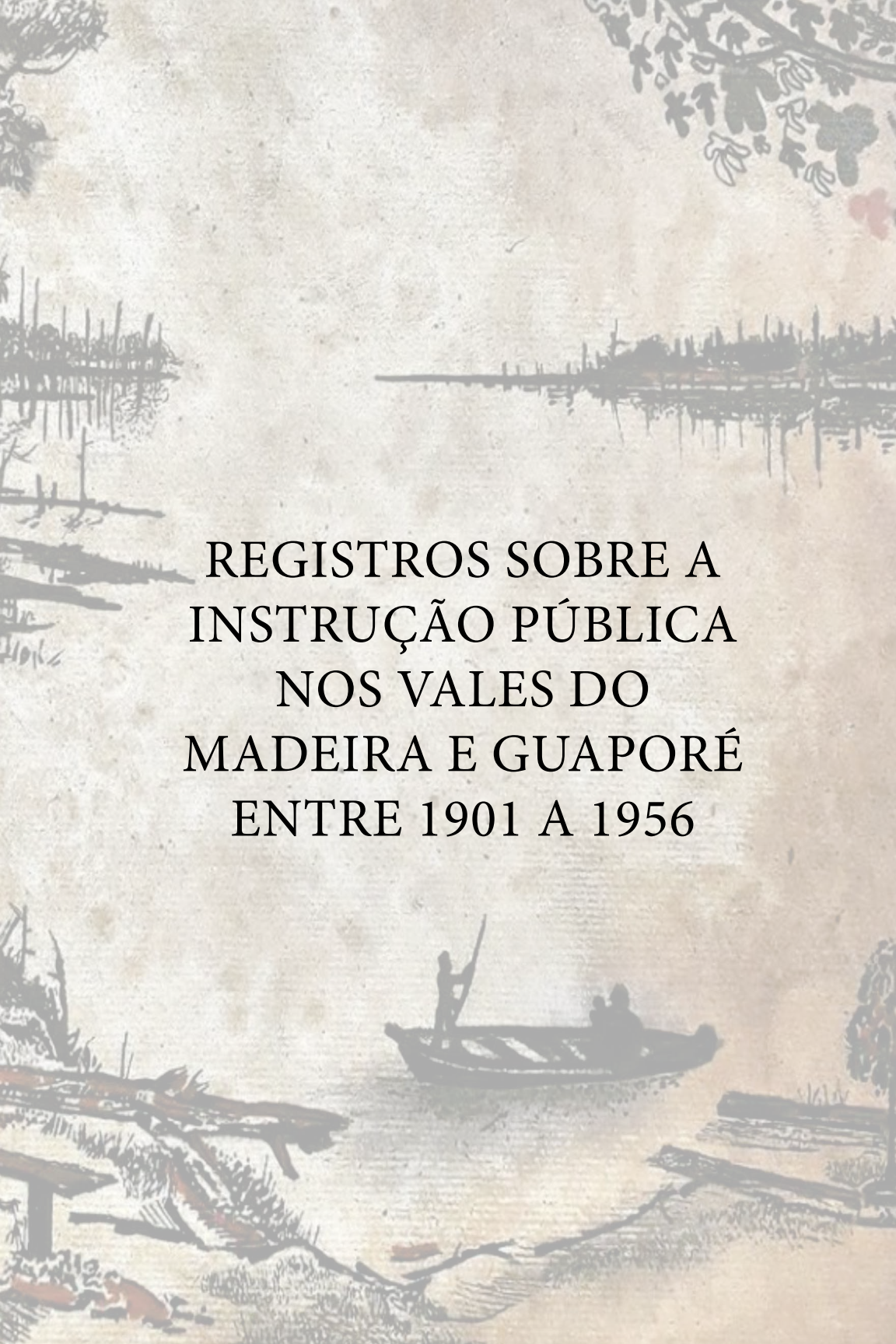
SACHS, W. Desenvolvimento. In: Esteva, G. (Ed.). **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis: Vozes, 2000a, p. 59-83.

SACHS, W. Meio Ambiente. In: Sachs, W. **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SACHS, W. Planejamento. In: Escobar, A. (Ed.). **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis: Vozes, 2000a, p. 211-228.

SILVA, R. Espaço, sociedade e natureza em Rondônia. **Revista GeoAmazônia**, Belém, n. 2, v. 01, p. 144 – 165, jan./jun. 2014.

TEIXEIRA, C. **Visões da natureza: seringueiros e colonos em Rondônia**. São Paulo: Educ, 1999



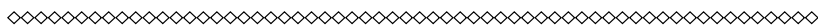
REGISTROS SOBRE A
INSTRUÇÃO PÚBLICA
NOS VALES DO
MADEIRA E GUAPORÉ
ENTRE 1901 A 1956



LUGARES QUE ABARCAM A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO TERRITÓRIO FEDERAL DO GUAPORÉ ENTRE 1946 A 1956

Cleicinéia Oliveira de Souza¹

Paulo Sérgio Dutra²



Introdução

Neste texto analisamos as possibilidades de acervos documentais que preservam a memória da Educação do atual estado de Rondônia, lugares que guardam a história das instituições escolares e cursos ofertados para a formação de professoras entre os anos de 1946 a 1956.

Focamos o recorte temporal entre os anos de 1946 a 1956, período delimitado na coleta de fontes documentais referente a formação de professoras rurais no Território Federal do Guaporé.

Objetivos

O objetivo situar as possibilidades de arquivos públicos que revelam pistas da criação de algumas escolas de formação de professoras no Território Federal do Guaporé.

Metodologia

Para compor este texto, optamos como metodologia pela pesquisa bibliográfica e documental, por compreender que as fontes documentais referentes a Instrução Pública encontra-se em diferentes arquivos e ainda são minimamente analisadas. As fontes documentais são ilimitadas, registradas em documentos oficiais ou em documentos privados, como exemplo: Leis, Portarias, mensagens, Relatórios, jornais, revistas, fotografias ou até mesmo em cartas, questionários, telegramas entre outras fontes.

1. Doutora em Educação – UFMT.

2. Doutor em Educação – UNIR.

As fontes documentais são distintas cabe ao investigador localizar, consultar, analisar a categoria adequada ao objeto de estudo, “[...] o pesquisador privilegia fontes diferentes e também as interpreta valendo-se de diferentes enfoques e interesses práticos.” (NOSELLA; BUFFA, 2009, p. 57).

As fontes documentais utilizadas nesta pesquisa vejam para análise de algumas categorias de pesquisa, tais como: instalação de cursos e criação de escolas, alunas, professoras e prédios escolares.

Os arquivos são locais que preservam a memória do passado com o propósito de no futuro os documentos guardados sejam resgatados e analisados pela sociedade interessada, assim como diz Almeida (2021, p. 19) “ Arquivos são lugares em que se cuidam de traços do passado, pensando, também, naqueles que virão depois de nós.” (ALMEIDA, 2021, p. 19).

A pesquisa nos arquivos públicos foi realizada no período de 2018 até 2022 durante a pesquisa de doutorado intitulada “Nos Sertões do Centro-Oeste e Norte Brasileiros: Formação de Professoras Normalistas Rurais em Mato Grosso e no Território Federal do Guaporé em Rondônia (1946 -1963)” realizada no Grupo de Pesquisa em História da Educação Acervos Históricos Institucionais e Gênero (GPHEG) e também com a parceria do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Relações Raciais e Migração – (GEPRAM).

Resultados alcançados

Os resultados indicaram que para pesquisar a História da Educação do Território Federal do Guaporé foi necessário percorrer distintos arquivos públicos e privados. Entre os arquivos destacamos: Arquivo Histórico do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), que revelou ser um local que preservou a História da Educação do atual estado de Rondônia. No acervo do INEP, é possível realizar pesquisas tanto presencial como solicitando através de e-mails da instituição. No arquivo histórico do INEP, foi possível encontrar documentos referente a criação do Curso Normal Regional Carmela Dutra na cidade de Porto Velho, curso criado no período de 1948, no Território Federal do Guaporé.

Intuímos que os documentos foram encaminhados para Brasília- DF, a partir da elevação de Território Federal de Rondônia para estado de Rondônia em 31 de dezembro 1981 data

de criação do estado de Rondônia, pois no período do Território Federal do Guaporé e Território Federal de Rondônia a localidade era administrada pela União.

Além do Arquivo Histórico do INEP, outros acervos históricos distribuídos na região Centro-Oeste e Norte foram visitados na tentativa de coletar diversas fontes documentais referente a história da formação de professoras no Território Federal do Guaporé/Rondônia, entre os arquivos, o Arquivo de Documentação Escolar (SEDUC) do estado de Mato Grosso, Arquivo Público de Mato Grosso (APMT), Instituto Memória da Assembleia Legislativa (IMAL), do estado de Mato Grosso. Arquivo do Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso (CEE), Arquivo Geral do estado de Mato Grosso, Arquivo do Museu da Memória Rondoniense, Arquivo do Instituto Carmela Dutra na cidade de Porto Velho, Rondônia, Hemeroteca digital, lugares que preservam e guarda a História da Educação de Rondônia.

No Arquivo Público de Mato Grosso, nas caixas e latas de documentos avulsos é possível encontrar fontes documentais referente a Instrução Pública até o ano de 1943, período que as terras do atual estado de Rondônia pertenciam ao estado de Mato Grosso. “Essas caixas foram denominadas pelos arquivistas do acervo como documentos avulsos, ainda inexplorados sobre a história da educação das regiões Centro-Oeste e Norte. Esses documentos até o momento não foram catalogados.” (SOUZA, 2022, p. 32).

Quadro 1 – Instituições de Formação de professoras no Território Federal do Guaporé entre 1946 a 1956 e Acervos documentais.

Ano	Escola/ Curso/ cidade/ Território	Acervos documentais
1946	Curso Normal Rural Maria Auxiliadora. Porto Velho – Território Federal do Guaporé	Arquivo Histórico do INEP; Arquivo do Museu da Memória Rondoniense; Arquivo do Instituto Carmela Dutra na cidade de Porto Velho, Rondônia. Hemeroteca Digital.
1947	Secção Feminina 1º Ciclo Maria Auxiliadora. Porto Velho – Território Federal do Guaporé	Arquivo Histórico do INEP; Arquivo do Museu da Memória Rondoniense; Hemeroteca Digital.
1947	Curso Normal Regional Carmela Dutra. Porto Velho – Território Federal do Guaporé	Arquivo Histórico do INEP; Arquivo do Museu da Memória Rondoniense; Arquivo do Instituto Carmela Dutra na cidade de Porto Velho, Rondônia; Hemeroteca Digital.

1951	Escola Normal do Guaporé. Porto Velho – Território Federal do Guaporé	Arquivo Histórico do INEP; Arquivo do Museu da Memória Rondoniense; Arquivo do Instituto Carmela Dutra na cidade de Porto Velho, Rondônia; Hemeroteca Digital.
------	-----------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: Quadro elaborado pelos pesquisadores a partir das fontes documentais encontradas.

Conclusões

Concluimos que para realizar pesquisas referente a História da Educação de Rondônia, é necessário percorrer distintos arquivos públicos e privados. As fontes documentais encontram-se nos mais diversos lugares que guardam memória, em outras regiões brasileiras e para coletar tais fontes é preciso percorrer os arquivos públicos e privados.

Evidenciamos que as fontes documentais coletadas nos arquivos públicos pesquisados são ricas no sentido de possibilitar informações sobre o funcionamento de escolas e cursos no Território Federal do Guaporé e ainda fornecer informações referente a formação das primeiras professoras do atual estado de Rondônia.

Referências

ALMEIDA, Dóris Bittencourt. **Percursos de um Arq-Vivo**: entre arquivos e experiências na pesquisa em história da educação. Porto Alegre: Editora Letra1, 2021.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **Instituições escolares**: por que e como pesquisar. Campinas: Editora Alínea, 2009.

SOUZA, Cleicinéia Oliveira de. **Nos Sertões do Centro-Oeste e Norte Brasileiros**: Formação de Professoras Normalistas Rurais em Mato Grosso e no Território Federal do Guaporé em Rondônia (1946 -1963). Tese (Doutorado). Universidade Federal de Mato Grosso. Instituto de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Cuiabá, 2022.



UMA PESQUISA SOBRE A HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO EM RONDÔNIA ATRAVÉS DO JORNAL “ALTO MADEIRA” – 1917 A 1956

Paulo Sérgio Dutra¹
Clecinéia Oliveira de Souza²

Introdução

O presente trabalho versa sobre uma pesquisa, acerca da construção de um banco de dados sobre a historiografia da educação em Rondônia, a partir dos dados presentes no jornal *Alto Madeira*, periódico que está disponível na Hemeroteca Digital, sítio da Biblioteca Nacional localizada na cidade do Rio de Janeiro/RJ. A esse respeito, em relação ao recorte temporal este estudo trabalhou com o período que se inicia em 1917, tendo como marco o surgimento do jornal o *Alto Madeira* e finalizou em 1956, ano em que marca a mudança de nome do Território Federal do Guaporé para Território Federal de Rondônia.³ Nesse sentido, é importante lembrar que apesar do ano de 1956 ter sido eleito como a data limite para o recorte temporal deste estudo, os dados que serão apresentados no presente texto reportam até o ano de 1953, ano em que se avançou com a pesquisa no jornal o *Alto Madeira* no sítio da Biblioteca Nacional.

Sobre o tema, destaca-se a importância de informar o leitor sobre alguns aspectos históricos e geográficos da região de interesse do estudo, os vales do Madeira e do Guaporé. A este respeito, busca-se a luz de Dutra (2021a) demonstrar que até 1943 a região em questão pertencia aos Estados do Amazonas e Mato Grosso, e que a partir de 21 de setembro de 1943, através do Decreto de nº 5.812 passou a incorporar o Território Federal do Guaporé. Em relação aos aspectos históricos eventos como

1. Doutor em Educação – UNIR.

2. Doutora em Educação – UFMT.

3. Espaços que a partir de 1943 integraram a geografia reservada para a criação do Território Federal do Guaporé, que teve seu nome modificado em 1956, para Território Federal de Rondônia, e na década de 1980 foi transformado em Estado, sendo nomeado Estado de Rondônia.

a escravidão no período Imperial, a extração da borracha e a construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré contribuíram com o avolumamento da população na região. E ao tratarmos dos vales do Madeira e Guaporé, é importante assinalar que a região de interesse do estudo é banhada pelos rios que levam os nomes de Rio Madeira e Rio Guaporé, rios que eram os meios de acesso a estes espaços através “dos vapores”⁴ conforme testemunha o *Alto Madeira* que informava o itinerário, e o horário em que os vapores/transportes partiam das localidades do Madeira-Manaus-Belém, e/ou Porto Velho –Santo Antônio-Guajará-Mirim e outras localidades. Dessa forma, chegavam a Porto Velho os produtos da borracha via linha Férrea, e os carregamentos partiam de Porto Velho rumo a Manaus e Belém como destacou o *Alto madeira* (05-03-1922, ano V, nº 500, p. 03).

O carregamento do vapor “Aymoré” da Amazon River, sahido ante-hontem do nosso porto, as 16 horas, foi o seguinte: Para Manaos 24.509 kilos de borracha e 54.028 ditos de castanha e para Belém do Pará 19.397 kilos de borracha (ALTO MADERIA, 1922, p. 03).

Nesse aspecto, sobre o tema educação, que é o ponto central neste texto, destaca-se que as primeiras pesquisas realizadas/registradas sobre a historiografia da educação de Rondônia têm suas primeiras produções a partir de 2006, 2010, e 2017. A esse respeito, estes três trabalhos marcam o itinerário das experiências com a instrução pública nas regiões dos vales do Madeira e Guaporé, assim, assinala-se que em Gomes (2006) construiu um olhar sobre a Educação Escolar no Território Federal do Guaporé (1943-1956) apontando a gênese das ações administrativas no ano de 1944 a partir de um pedido do governador do referido Território, solicitando ao INEP um plano geral para os serviços de educação, culminado assim na criação do Departamento de Educação para a organização do sistema escolar no Guaporé.

Ainda sobre o tema, em 2010, Dutra trouxe em Memórias de Professoras Negras no Guaporé: Do Silencio a Palavra, o percurso de uma escola criada em 1932 na cidade de Gua-

4. *Alto Madeira* (06-04-1922, ano V, nº 509, p. 02) pertencia a empresa Amazon River, o Vapor Francisco Sales havia adentrado o porto na cidade de Porto Velho sob o comando do piloto Julião Rocha. O referido vapor havia chegado naquele porto no dia 03 do corrente, trazendo 1250 volumes, sendo 1094 para aquela praça e 156 em trânsito para a Bolívia. O mesmo sairia com destino a Manaus no próximo sábado, 08 do corrente.

jará-Mirim com a finalidade de formar professores para atuar em povoações localizada no vale do Guaporé com o objetivo de vencer o alto índice de analfabetismo apresentado naquela região. Em 2017, Souza foi mais fundo na compreensão das experiências com educação no Guaporé, nesse sentido, a autora procurou investigar como ocorreu a educação feminina ofertada no Instituto Nossa Senhora do Calvário, registrou e analisou também a história da referida Congregação, e a missão desempenhada pela referida instituição, partir da proposta de Dom Rey para a formação das moças guaporeanas.

Sobre o tema, e compreendendo que os trabalhos citados norteiam os caminhos percorridos para construção do itinerário da historiografia da educação nos vales do Madeira e Guaporé, elegeu-se os seguintes objetivos para construir este estudo, a saber:

- Produzir um banco de dados de recortes sobre a instrução pública em Rondônia a partir dos registros encontrados no jornal *Alto Madeira* que remontam ao período que vai de 1917 a 1956.
- Transcrever os dados sobre a instrução pública presentes nas edições referentes aos anos que vai de 1917 a 1956 em relação à região do Território do Guaporé.
- Elencar três pontos/ações importantes correspondentes a instruções públicas presentes ocorridas entre 1917 a 1956 no Território do Guaporé.

Dessa forma, o referido trabalho está dividido em três partes a primeira trata de dar conta da metodologia utilizada no levantamento dos dados e a segunda apresenta-se o resultado da pesquisa realizada, e por fim as considerações finais.

A metodologia

Para construir este estudo utilizou-se da pesquisa bibliográfica e documental. Desse modo, na perspectiva de Lakatos (2003), a pesquisa bibliográfica atuou com a função de colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que já foi dito, escrito sobre a instrução pública na região do território Federal do Guaporé. Por outro lado, as contribuições Sá-Silva, Almeida e Guindane (2009), entendem que o pesquisador tem uma relação direta com os fatos a serem analisados, e que o trabalho com análise documental favorece a observação do processo de

maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, já Cellard (2008, p. 299) ressalta em relação ao contexto, na pesquisa documental o analista não pode prescindir de conhecer satisfatoriamente a conjuntura política, econômica, social e cultural que propiciou a produção de um determinado documento. Para o autor, tal conhecimento possibilita apreender os esquemas conceituais [...] de seus autores, compreender a sua reação, identificar as pessoas, grupos sociais, locais, fatos aos quais se faz alusão, etc.

A respeito das questões metodológicas, destaca-se também que a exploração do site da Biblioteca Nacional se constituiu um grande feito/passos na metodologia utilizada nesse estudo. Nesse sentido, o sítio da BN apresentou seis janelas, a saber: artigos, dossiês, exposições, acervo digital, “Hemeroteca Digital” e por fim, destaca-se que dentre estas seis janelas centrou-se as atenções nas contribuições existentes dentro da Hemeroteca Digital, espaço onde estão hospedados periódicos, revistas e outros materiais digitalizados correspondentes a todas as “províncias/estados” brasileiros.

Dessa forma, ressalta que a experiência com a pesquisa com periódicos no site da Biblioteca Nacional, pode ser observada nos trabalhos de Dutra a partir da produção de sua tese de doutoramento intitulada: “Ao Correr da Penna: Pretos e Pardos Letrados na cidade de Cuiabá/MT nos Oitocentos, e depois com maior detalhamento no texto: **Construção da pesquisa sobre o negro na instrução pública em Mato Grosso e suas fontes (1850-1890)** em que o autor analisou fontes como o Recenseamento de 1890 e diversos periódicos de época correspondentes a Província de Mato Grosso e que circularam a partir dos anos de 1850. Sobre esta questão, no estudo em tela, perseguiu-se publicações correspondente ao recorte geográfico escolhido para este estudo, todavia encontrou-se apenas o jornal o *Alto Madeira*. Sobre a pesquisa, é possível que até o ano de 1943 existe registros sobre a localidade em questão em periódicos mato-grossenses e amazonenses.

Sobre o uso do material oriundo da Hemeroteca Digital da BN, a exemplo de Dutra (2021b) para o estudo com o jornal o *Alto Madeira*, pretende-se realizar trabalho semelhante, cruzando dados presentes no referido periódico com os encontrados nos censos de 1940 e 1950.

Sobre os resultados

Como resultados considera-se que ao todo foram resgatados 23 anos, no período correspondente a 1917 e 1953⁵. Assim, ressalta-se que para a década de dez, recuperou-se três anos, para a de vinte, seis anos, para a de trinta dois anos, para a década de quarenta foram recuperados oito anos, e até o ano de 1953 recuperou-se quatro anos. Considera-se ainda, que em relação a quantidade de edições, foram reunidas, cerca de 1.920, sendo estas responsáveis por 7.680 páginas de notícias sobre o cotidiano experienciado entre o período de 1917 de 1953 nas regiões do Madeira e Guaporé.

Sobre o quantitativo de edições, e números de páginas levantados entre 1917 e 1953, é importante destacar que de acordo com Dutra (2020, p. 142)⁶ o jornal *Alto Madeira* era constituído por quatro páginas, e que o referido periódico “esporadicamente veiculava edições constituídas por seis ou oito páginas”. Desse modo, na pesquisa foi observado que para o ano de 1919, a edições correspondentes aos números 211, 212, 213, 214, 215⁷, e 216 foram constituídas de seis páginas cada uma, assim esse dado pode elevar o quantitativo de páginas levantadas no decorrer do estudo.

Ainda sobre o assunto, assinala-se que o ano de 1953, foi o ano em que se encontrou o maior número de edições, ao todo 212. Nesse sentido, se levamos em consideração que o citado ano apresentou o maior quantitativo de edições, o que resultou em 848 páginas, é possível afirmar a possibilidade de encontrar uma quantidade maior de informação sobre instrução pública na região em questão, sobretudo referentes as questões legais⁸.

5. No sitio da Biblioteca Nacional, em sua Hemeroteca Digital, estão disponibilizados um período de 72 anos de existência do jornal o *Alto Madeira*, o que não significa que todas as edições correspondentes a este espaço foram recuperadas e estão disponíveis. A esse respeito, enfatiza-se que para a década de 1930 estão disponibilizados apenas os anos de 1930 e 1938, dessa forma os dados referentes a pesquisa são parciais, visto que conseguiu-se baixar até 18 de março de 1954, muito embora a data final para o recorte temporário escolhido para este estudo vai até 1953.

6. Revista Igarapé. Porto Velho (RO). V.13, N. 2, p. 142-147, 2020.

7. Edição 215, p. 1 – A Greve o operariado de PVH, e na página 2 Decreto nº 3 em que o Prefeito Tanajura reduz a carga horário de trabalho dos funcionários municipais para 8h, a exemplo de Manaus em 12 de maio havia reduzido a carga horário dos trabalhadores daquele município

8. Nesse sentido, na edição de número 5 veiculada em 06 de maio de 1917, na página 01, na terceira coluna, foram informados os “Actos Officiaes” da Superintendência mu-

Assim, destaca-se que observou-se um vácuo de 15 anos entre 1917 e 1953, em que as edições ou não foram digitalizadas, ou se perderam no tempo. A esse respeito, fazendo uma breve análise, pode-se dizer que 3.180 edições foram perdidas e/ou não estão disponíveis, o que totalizaria cerca de 12.720 páginas, onde poderiam estar expressas leis, decretos, criação e/ou transferências de escolas, ou ainda transferências, nomeações/designações, demissão professoras/professores em relacionadas com a educação para o período em questão, e/ou poderiam contribuir para a construção de um olhar mais robusto sobre as experiências com a instrução pública nas regiões do Madeira e Guaporé.

Como resultado ainda, ressalta-se que até o presente momento, construiu-se oito pastas com textos transcritos sobre os seguintes temas: economia, educação, geografia, política, Território Federal do Guaporé, vida cultural, a presença de intelectuais no Guaporé⁹, e a cidade de Porto Velho. Dessa forma, assinala-se que quando se trata do tema “educação” foi possível retirar dados parciais referente ao período em que se elegeu como recorte temporal (1917-1953). Dessa maneira, destaca-se a necessidade de se retomar as edições indicadas e já pesquisadas, com um olhar atento observando possíveis registros sobre instrução pública que possivelmente tenham ficado para trás.

Ainda, ressalta-se que realizou-se a transcrição de uma parte considerável da documentação levantada e que encontra-se disponível nos bancos de dados do GEPRAM – Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Relações Raciais e Migração da Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR – Campus de Ji-Paraná.

Em se tratando do banco de dados do GEPRAM, assinala-se que este é composto por imagens, entrevistas e arquivo

nicipal, sobretudo os requerimentos despachados. Na página 02, publicou-se a Lei nº 38 de 21 de março de 1917, autorizando o Superintendente de Porto Velho “a criar favores à pequena lavoura existente no município”. Nesse sentido, o referido periódico, seguiu publicando atos oficiais como pode conferir em 23 de julho de 1950, em o Alto Madeira (23-07-1950, ano XXXIII, p. 05).

9. Sob o título de: “A visita do Professor King Hall e dr Djalma Cavalcanti.”, o *Alto Madeira* (30-05-1950, ano XXXIII, 3560, p. 01), publicou a notícia de que o professor Robert King Hall, ilustre técnico de educação americano se encontrava no Brasil a serviço do Instituto Nacional de Estudo Pedagógico, afim de efetuar estudos e colher impressões sobre as realizações do Ministério da Educação a respeito da construção e o alcance das escolas rurais para aquela ocasião.

digital constituído a partir das obras baixadas de alguns sítios tais como: o da Biblioteca Nacional, Arquivo Público de Mato Grosso, INEP, NIDHIR e outros. Para a pesquisa com o jornal o *Alto Madeira*, a ideia tem sido baixar todas as edições presentes na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional que perfazem um total de 5.116 pastas e um quantitativo de 43.387 páginas. Outra consideração importante é que a partir do material coletado foram produzidos capítulo de livros, artigos, resumos, sessões temáticas e outros, e apresentados em evento científicos ligados educação e a historiografia da educação brasileira.

Ao retomar objetivos elencados para a construção deste estudo, assinala-se que até o presente momento, conseguiu-se levantar 107 escolas que foram criadas entre 1917 e 1953, destacando que em fevereiro de 1954¹⁰, as escolas deixaram de ser referenciadas como “Escolas Rurais” e passaram a ser nomeadas como “Escolas Isoladas”, o que pode ser observado através do Decreto de nº 270 de 29 de janeiro do mesmo ano, em que o governador Ênio dos Santos Pinheiro conforme o *Alto Madeira* (20-02-1954, ano XXXVI, nº 04.487, p. 03) criou a Escola Isolada do Km 54 Ferrovia Madeira Mamoré.

Observou-se também que as demandas por educação foram apontadas em diversos momentos da pesquisa. Sobre esse assunto, observações puderam ser identificadas em dois recenseamentos; um realizado em maio de 1920 conforme *Alto Madeira* (20-05-1920, ano IV, nº 313, p. 01)¹¹ e outro realizado em 1925 de acordo como o *Alto Madeira* (09-07-1925, ano IX, nº 839, p. 02)¹². Nesse sentido, estes registros oferecem elementos que ajudam a entender como a sociedade portovelhense se organizava para resolver tais demandas. Outra questão que auxiliam na compreensão de como a comunidade portovelhense se organizava para resolver tal demanda eram acontecimentos

10. Até 20 de fevereiro de 1954, computou-se 114 escolas que foram criadas, conforme o *Alto Madeira* (20-02-1954, ano XXXVI, nº 04.487, p. 03)

11. O periódico publicou sete edições apresentando os resultados das ações realizadas em favor do censo das crianças; assim 496 crianças com idade de zero a quinze anos foram recenseadas, sendo 269 do sexo masculino e 229 do sexo feminino.

12. No quadro apresentado foram recenseadas 660 crianças na cidade de Porto Velho, em Fortaleza do Abunã e no Bairro de Igarapé Bate-estaca, sendo 332 do sexo masculino e 328 do sexo feminino. Nesse sentido, informou-se ainda que 262 estavam em idade escolar, sendo 128 meninos e 134 meninas.

como a realização de festividades¹³ envolvendo a sociedade, como pode ser observado em *Alto Madeira* (13-08-1925, ano IX, nº 849, p. 01)¹⁴

Por outro lado, no que concerne a vida docente, o referido periódico através de portarias informou a nomeação de professoras em época distintas¹⁵ como em o *Alto Madeira* (25-10-1917, ano I, nº 46, p. 02) que em conformidade com a Portaria nº 88 de 16 de julho de 1917, a Professora Alice Borges havia sido nomeada para o cargo de professora municipal, sobre a imagem da docente afirmava-se “a quem tem dado cabal desempenho, com competência, zelo e toda solícitude” (ALTO MADERIA, 1917, p. 01). Nesta mesa edição p. 05 (edição composta de 6 páginas) na coluna denominada “Pelo Interior” que 16 de outubro de 1917, informava-se que a primeira escola estadual havia voltado a funcionar na povoação de Presidente Marques, e para a regência havia sido nomeada a professora Satyra Tapajós.

Dessa forma, a nomeação de professoras também foi motivo de notícias no ano de 1947, conforme o *Alto Madeira* (23-02-1947, ano XXIX, nº 3.070, p. 04), o governador Joaquim Vicente Rondon usou o artigo 4º, do item IX, do Decreto Lei Federal nº 5.839 de 21 de setembro de 1947 para nomear as professoras: Gildete Lima Cardoso, Hilda Nunes Duarte, Magnolia Padilha Martins Classe G, e Adolfinia Franco de Souza Classe F, para exercer o cargos das Classes G e F da carreira de professor de ensino primário do Quadro de Funcionários, que haviam sido criados pelo Decreto lei federal 9,771.

Outra questão tratada em o *Alto Madeira*, foi a transferência de professoras Conforme *Alto Madeira* (11-02-1950, ano XXXII, Nº 3499, p. 03), que informou que a Professora do En-

13. Conforme o *Alto Madeira* (06-08-1925, ano IX, nº 847, p. 02) uma orquestra abrilhantou a festa e [...] os ingressos, exceto para as crianças de até 12 anos seria cobrado 1\$000 procedendo-se a um sorteio, para aquisição de certo número de prêmios.

14. Festa Expressiva – Sob o título acima, em nosso número de 6 do corrente demos notícias da festa que se realizaria naquele doa no Parque Municipal, em benefício da Caixa Escolar, cujo produto se destina especialmente a construção do edifício do futuro Grupo Escolar. (ALTO MADERIA, 1925, p. 01)

15. Conforme *Alto Madeira* (25-10-1917, ano I, nº 46, p. 02) informa de acordo como a Portaria nº 88 de 16 de julho de 1917, nomeou a Profa. Alice Borges para o cargo de professora municipal “a quem tem dado cabal desempenho, com competência, zelo e toda solícitude” (p. 01). Nesta mesa edição p. 05 (edição composta de 6 páginas) na coluna denominada “Pelo Interior” que 16 de outubro de 1917, a primeira escola estadual havia voltado a funcionar e foi nomeada a professora Sayra Tapajós para regê-la.

sino Primário Maria de Jesus Evangelista que atuava na Escola Rural Tiradentes localizada na Povoação de Santo Antônio no Rio Guaporé havia sido transferida para Escola Rural Gal. Eurico Gaspar Dutra localizada na povoação do Iata.

Considerações Finais

Sobre a pesquisa com jornais no sitio da Biblioteca Nacional, assinala-se que o estudo em tela alarga a experiência e abre um campo maior de estudo, uma vez que o mesmo debruça-se sobre uma região onde as pesquisas sobre instrução públicas ainda são insípidas. Outro detalhe importante a ser levado em consideração, trata-se do recuo temporal escolhido para este estudo, sobre o mesmo observou-se que no levantamento bibliográfico realizado, ainda são poucos os trabalhos que buscam por dados sobre instrução pública anteriores a 1930, e sobre o assunto observou-se que os trabalhos de Dutra (2010) e Souza (2017) trataram de trazer dados sobre escolas, professores/professoras e outros agentes públicos que antecedem a década de 1930, a partir de pesquisas realizadas no Arquivo Público do Estado de Mato Grosso.

Considera-se também que este estudo une-se a outras pesquisas na tessitura da historiografia da educação em Rondônia, apresentando os dados presentes em o *Alto Madeira*. Destaca-se que o periódico é uma importante fonte de pesquisa grande, pois conforme Cellard (2012) permite conhecer a conjuntura política, econômica, social e cultural propiciando a produção do referido texto, tornando-se mais um documento sobre o tema. É o periódico que norteia a pesquisa a partir das leituras, a transcrição, da comparação, e do cruzamento de dados com outros documentos, a exemplo os censos de 1940 e 1950. Dessa forma, em o *Alto Madeira* estão registradas a criação de escolas realizadas a partir 1917, e estendo durante todo o periódico escolhido para este estudo, igualmente para a nomeação e transferências de professores e professoras. Lá também estão registradas preocupações governamentais com uma estrutura mínima dos prédios a serem construídos para atenderem as demandas de crianças em idade escolar, estão registrados também leis, decretos, e portarias partindo do governo federal, territorial e os municípios sobre a organização da estrutura educacional, a formação e carreira docente e outros.

Referencias

Alto Madeira, Porto Velho, ano I, nº 46, p. 25, 10-1917) (Biblioteca Nacional) "Alto Madeira"

Alto Madeira, Porto Velho, ano IV, nº 313, p. 02, 20-05-1920) (Biblioteca Nacional) "Alto Madeira"

Alto Madeira, Porto Velho, ano IV, nº 839, p. 02, 09-07-1925) (Biblioteca Nacional) "Alto Madeira"

Alto Madeira, Porto Velho, ano IX, nº 847, p. 02, 06-08-1925) (Biblioteca Nacional) "Alto Madeira"

Alto Madeira, Porto Velho, ano IX, nº 849, p. 02, 13-08-1925) (Biblioteca Nacional) "Alto Madeira"

Alto Madeira, Porto Velho, ano V, nº 500, p. 02, 05-03-1922) (Biblioteca Nacional) "Alto Madeira"

Alto Madeira, Porto Velho, ano V, nº 509, p. 02, 06-04-1922) (Biblioteca Nacional) "Alto Madeira"

Alto Madeira, Porto Velho, ano XXIX, nº 3.070, p. 03, 23-02-1947) (Biblioteca Nacional) "Alto Madeira"

Alto Madeira, Porto Velho, ano XXXIII, nº 3.499, p. 03, 11-02-1950) (Biblioteca Nacional) "Alto Madeira"

Alto Madeira, Porto Velho, ano XXXIII, nº 3.560, p. 01, 30-05-1950) (Biblioteca Nacional) "Alto Madeira"

Alto Madeira, Porto Velho, ano XXXIII, nº 4.487, p. 03, 20-02-1954) (Biblioteca Nacional) "Alto Madeira"

Alto Madeira, Porto Velho, ano XXXXIII, nº 3.581, p. 05, 23-07-1950) (Biblioteca Nacional) "Alto Madeira"

CELLARD, A. Análise Documental. In: POPUPERT, J. et al (Orgs.). **A Pesquisa Qualitativa: Enforques epistemológicos e metodológicos**. 3 ed. Petropolis/RJ, 2012. p. 285-316.

DUTRA, p. A. **Construção da pesquisa sobre o negro na instrução pública em Mato Grosso e suas fontes (1850-1890)**. In: FERREIRA, N. C. V., FRANCO, N., DUTRA, p. S. (Orgs.). *Historia e Historiografia da Educação no Centro-Oeste e Norte Brasileiros: Entre pesquisas, formação docente e práticas educativas*. Cáceres, UNEMAT Editora, 2021b, p. 109-129.

DUTRA, p. A. **Memórias de Professoras Negras no Guaporé: do silêncio à palavra**. 2010. 149f. Dissertação (Mestrado em

Educação) – Instituto de Educação – UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2010.

DUTRA, p. A. População Negra na Região do Madeira, Marmoré/Guaporé, a partir dos dados presentes no Recenseamento de 1940. **Revista Afro & Amazônicos**, Porto Velho, vol. 1, n.º 3, p. 49-62. 2021. DOI: 10.47209/2675-6862.v1.n.3.p.49-62.2021

DUTRA, p. A. Um Jornal Bissemanal devotado à defesa dos interesses regionais: o Alto Madeira. **Revista Igarapé**. Porto Velho (RO). V.13, N. 2, p. 142-147, 2020.

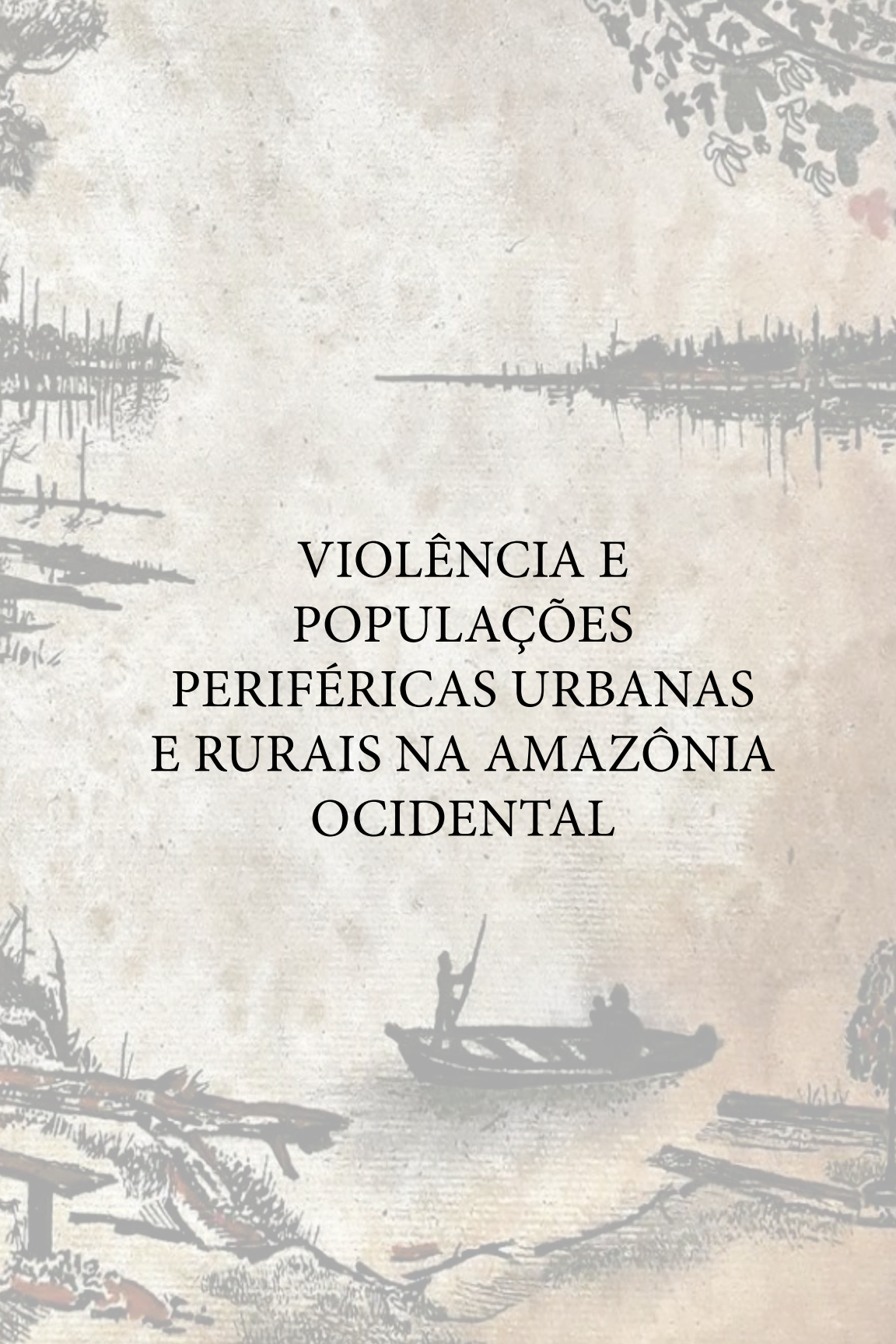
GOMES, P. de A. **A educação escolar no Território Federal do Guaporé**. 2006. 147f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Educação – UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2006.

LAKATOS, E. M. **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo, SP: Atlas, 2003.

MIRANDA, M. D. da S. **Crianças negras na Instrução Pública em Cuiabá/MT (1870-1890)**, 2010. 81f. Dissertação (Mestrado em Educação) IE – Instituto de Educação da UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2010.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D., & GUINDANE, J. F. Pesquisa Documental: pistas teóricas e metodológica. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**, Rio Grande, RS, v. 1, n.º 1, p. 1-15, jul/2009. Disponível em: <https://periodicos.furg.br>. Acesso em: 27 jul. 2022.

SOUZA, C. O. de. **Entre o Evangelho e o Ensino Rural: Educação Feminina no Instituto Nossa Senhora do Calvário** (Vale do Guaporé/Guajará-mirim 1933-1976). 2017. 164f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Educação – UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2017.



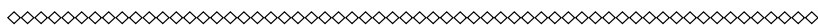
VIOLÊNCIA E
POPULAÇÕES
PERIFÉRICAS URBANAS
E RURAIS NA AMAZÔNIA
OCIDENTAL



A “ESCOLA DE PRETO E SAMBA NO PE’’: A RESISTÊNCIA RACIAL DO G.R.E.S – OS DIPLOMATAS DO SAMBA

Rita Clara Vieira da Silva¹

Marco Antônio Domingues Teixeira²



Introdução

O presente texto é um pequeno recorte de futura dissertação para o Programa de Pós-graduação em História da Amazônia – PPGHAM, pertencente à Universidade Federal de Rondônia – UNIR. O tema da pesquisa são as disputas carnavalescas entre as escolas de samba Pobres do Caiari e Os Diplomatas do Samba, em Porto Velho, nas décadas de 70 e 80 do século. E para esse resumo a questão do racismo no carnaval.

No seio de uma cidade que já nasceu dividida entre “Categas” e “Mundiças”, dois grupos sociais que dividiam a região entre os funcionários da Madeira Mamoré e os outros, considerados a ralé da localidade, as disputas entre os grupos sociais eram claras e ainda são. O marco divisório, estabelecido na avenida Presidente Dutra, não dividia só o território entre o que era administrado pela EFMM e o que não era, dividia as classes sociais, o direito ao acesso a estrutura de urbanização, trabalho e dignidade.

O carnaval chegou à Porto Velho como festa de elite, dentro de clubes e principalmente no Clube Internacional, em forma de bailes, para aqueles que podiam pagar para se divertirem no período momesco. O povo pobre, excluído socialmente desses bailes, precisou encontrar uma maneira, dentro de sua condição social para aproveitar o período de carnaval e assim surgiram os primeiros desfiles de rua, com os pequenos blocos, como uma forma de resistência dos “Mundiças”, que reivindicavam naquelas manifestações seu direito ao entretenimento.

1. Licenciada em História pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Professora do Instituto Federal do Amazonas (IFAM). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Amazônia (PPGHAM/UNIR).

2. Professor Doutor do Departamento de História da UNIR.

O baiano Eliezer dos Santos, conhecido popularmente como “Bola Sete”, homem negro, vindo para a região de Porto Velho durante o 2º surto econômico da borracha, trabalhando como camelô e cambista, é um dos maiores nomes e referências a respeito dessa iniciativa de carnaval popular em Porto Velho, o carnaval das ruas, a festa de todos e da resistência.

Mais tarde, na década de 60 do mesmo século, surgiram as escolas de samba, marcadas pela mesma divisão, primeiro a Diplomatas, formada por populares que já viviam o carnaval de rua dos blocos, depois a Caiari, dos brancos que queriam até no quesito cultura disputar sua “superioridade” com os populares.

Utilizamos neste pequeno resumo alguns recortes de jornais de época e partes de uma entrevista feita sob o método de grupo focal, que evidenciam o racismo no carnaval em Porto Velho, revelando que as estruturas da sociedade dividida entre ricos e pobres/negros e brancos se deu também, na questão cultural, refletindo a própria imagem da sociedade.

Objetivos

Buscamos evidenciar e discutir a existência do racismo, velado ou não, nas disputas carnavalescas entre as escolas de samba em Porto Velho, entre as décadas de 70 e 80 do século XX, já sabendo que elas representavam uma disputa entre categorias sociais no município e como a escola Diplomatas do Samba foi resistência ao racismo dentro das disputas.

Metodologia

Utilizamos o método qualitativo de pesquisa, pois, buscamos evidenciar aspectos referentes a interações entre grupos sociais, com interesses distintos, acreditado que *“a utilização da pesquisa qualitativa tem a finalidade de permitir o olhar do ponto de vista da qualidade dos movimentos e fazeres das práticas sociais.”* (NASCIMENTO ESIMONIAN, 2019, p. 557)

Como instrumento para coleta de dados foi utilizado o Grupo Focal, devido a este ser uma fonte rica de informações pela interação dos indivíduos participantes, em número restrito, mas, ligados pela temática pesquisada.

Não podemos deixar de citar ainda a realização de levantamento documental, que deu início a todo esse projeto de pes-

quisa, que ocorreu em jornais de época, disponíveis no Centro de Documentação do Estado de Rondônia, localizado no Museu da Memória Rondoniense – MERO, antigo Palácio do Governo, em Porto Velho.

Resultados alcançados

O Grêmio Recreativo e Escola de Samba Os Diplomatas foi fundada em 1958, desfilando pela primeira vez em 1959, por pessoas já envolvidas com o carnaval de blocos e desfiles de rua, entre elas: Mestre Baima, Cabeleira, Valério, Tário Café, Dona Jóia e Leônidas, populares, em maioria de origem negra e parda, alguns do “baixo clero” do serviço público e moradores de zonas consideradas periféricas da cidade naquela época, como o km 1, o bairro Santa Bárbara e o Mocambo.

Foi nítido nos recortes sobre a Diplomatas, que eles eram a escola que se diferenciava das outras pelo “Samba no Pé”, que as outras escolas não conseguiam expressar com tanta firmeza. Não podemos esquecer que esse já é um fator que demonstrava uma ligação clara com a questão racial, pois o samba é de origem afro e o que para os fundadores e brincantes da escola era orgulho e identidade, foi utilizado a posterior, pelos concorrentes como pejorativo, para menosprezo da “escola dos pretos”.

Figura 1 – Recorte do Jornal o Alto Madeira de 10/03/1981 do Centro de Documentação/MERO

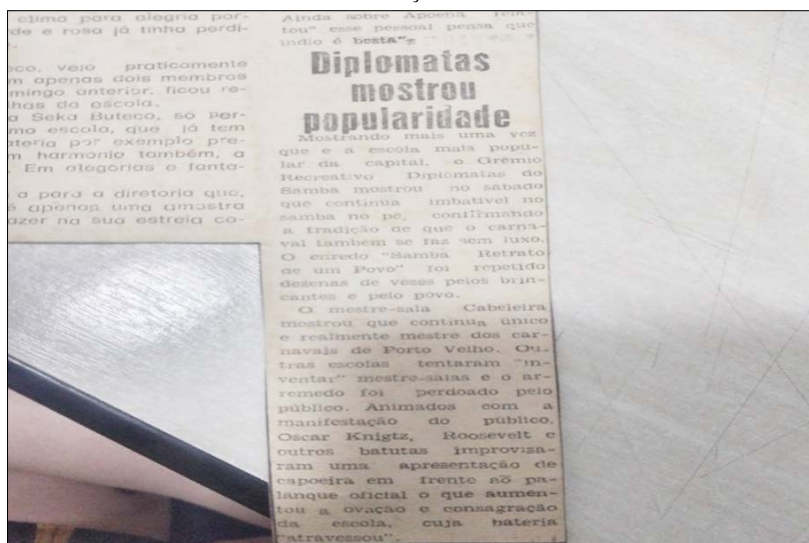


Foto: Autores.

Os dados do Grupo Focal também revelaram aos nossos olhos e ouvidos, as experiências de segregação racial vivenciadas por três grandes nomes da Escola Diplomatas do Samba: Mestre Boinha, Oscar Knighthz e Zé Baixinho. Compositores e intérpretes, que participaram da fundação da escola e já ocuparam cargos de dirigentes em outros momentos, mas, que agora fazem parte a escola Asfaltão, também símbolo de resistência no reduto do samba.

“então, essa briga, entre aspas, que as vezes até... embutido o monte de coisa, que a gente não tinha muita consciência na época sobre essas problemáticas de preconceito, de racismo, mesmo sendo dentro do samba, isso rolava... [...] “Por que nós, tô dizendo, vou citar aqui só pra dar um exemplo, nós, nossa vida aconteceu no bairro Santa Bárbara e o bairro Santa Bárbara, digo o nome por trás disso vem do batuque (Terreiro de Santa Bárbara), do batuque que começou no mocambo e depois houve a perseguição e com a perseguição veio, subiu um pouco mais, né? E veio ali pra Joaquim Nabuco e é o nosso reduto até hoje e então, é um reduto de negro, o Mocambo, alguns historiadores dizem que ali foi um quilombo, alguns falam isso. Então é um reduto de negro, de batuque, de crença afro... afrodescendente, né? De Matrizes africanas. Isso não era bem-visto e não é até hoje, né? ... Não há um entendimento de que são religiões, são crenças, né? “Os caras são negros, são macumbeiros” “isso pras classes sociais Caiari e Diplomatas isso era muito visível!” (OSCAR KNIGHTHZ, 2023).

Conclusões

Podemos concluir com esse levantamento histórico que o carnaval, para muito além de cultura, é também política de resistência social e racial, espaço para manifestação pluriétnica da sociedade portovelhense. Mantendo-se como resistência deste suas primeiras práticas populares, de rua, até os dias atuais, para sobreviver ao racismo supremacista branco, elitizado e hoje também cristão neopentecostal.

Referências

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019. 264p.

NASCIMENTO, Ana Lúcia Cardoso do; SIMONIAN, Ligia T. Lopes. A representação da ação social na prática das religiões Afro-Brasileiras e Pajelança na Pan-Amazônia. **Amazônia Investiga**, vol. 8, n. 24, p. 552- 560, 2019.

SEBE, José Carlos. **Carnaval, carnavais**. São Paulo: Ática, 1986.

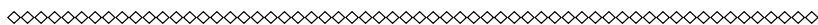


A CRIMINALIZAÇÃO DE SUJEITOS NA LUTA PELA FUNÇÃO SOCIAL DA TERRA

*Carolina de Albuquerque¹
Yuri Rafael Rocha Araújo²*

Resumo: O presente trabalho possui como objetivo analisar o modelo de alienação de terras praticado no Brasil a partir do século XVI, os impasses que as classes subalternas enfrentam ao confrontar estruturas fundiárias, os meios coercitivos de proteção à propriedade privada latifundiária empregados contra classes subalternas no Estado de Rondônia, a criminalização de sujeitos na luta pela função social da terra, bem como a ocorrência do Massacre de Corumbiara.

Palavras-chave: Criminalização de sujeitos; Função social da terra; Latifúndio; Luta pela terra; Movimentos sociais.



Introdução

A importância da realização deste apoia-se em indicadores de violência no campo, como os dados produzidos pelo Centro de Documentação Dom Tomás Balduino/Comissão Pastoral da Terra (CPT), que denunciou que em 2021 Rondônia foi o estado brasileiro com maior número de pessoas assassinadas em consequência de conflitos no campo.

Historicamente, a repressão vivenciada por esse extrato social é empreendida a partir do âmbito privado, na figura dos latifundiários, quanto pelo institucional, por meio do sistema penal e das truculentas operações policiais que atuam sob ordens judiciais para garantir a posse de extensas propriedades privadas.

Como forma metodológica para a realização da pesquisa, o materialismo histórico-dialético será utilizado como instrumento de observação e interpretação de informações e fenômenos, com vistas a alcançar os objetivos ora estipulados, quais sejam a gênese dos processos sociais e políticos que resultaram na criminalização de sujeitos na luta pela função social da terra,

1. Doutora em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e Professora da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

2. Bacharel em Direito – UNIR, campus Francisco Gonçalves Quiles.

bem como sua reverberação em períodos históricos determinados e o seu impacto na garantia de direitos sociais.

Desenvolvimento

Com a busca por rotas comerciais, os ibéricos foram os primeiros europeus a estabelecer a comercialização de mercadorias em solo latinoamericano, interpondo-se duas configurações sociais essencialmente heterogêneas. Por cerca de três décadas, a principal atividade comercial consistia na troca de produtos com a população autóctone.

Em troca de artigos manufaturados, houve permissão para que os portugueses explorassem madeira: “A atuação dos portugueses limitou-se quase à extração do pau-brasil, estabelecendo com as tribos indígenas, às quais se aliaram, um *modus vivendi* relativamente pacífico” (GORENDER, 2016, p. 162).

Sob os interesses da Coroa, os portugueses passaram a colonizar o território mediante farta inserção populacional com vistas a consolidar uma exploração econômica consistente a favor da economia portuguesa (GORENDER, 2016). A estrutura agrária brasileira passou a pautar-se na plantação, caracterizada pela “[...] produção voltada para o mercado externo; abundância de trabalho compulsório (no caso escravidão); baixo nível tecnológico; grande necessidade de capitais; latifúndio” (LINHARES; SILVA, 2021, p. 104).

A dinâmica fundiária, até então independente de qualquer teoria garantidora da propriedade privada (VELOSO, 2018) foi reconfigurada, impondo-se a lógica de mercantilização e financeirização da terra (GORENDER, 2016), pautada no acúmulo territorial e escravidão: “Uma vez que na plantagem da época colonial estiveram entrelaçadas a escravidão, o latifúndio e a monocultura, estes três elementos pareceram uma fatalidade da colonização dos trópicos” (GORENDER, 2016, p. 182).

O imperialismo europeu representou a “transformação de bens coletivos em mercadoria pela lógica da imposição da propriedade privada capitalista por meio do saque, da fraude, do roubo, da violência e um processo de acumulação de capital por meio da exploração do trabalho” (MALHEIRO *et al.*, 2021, p. 25).

Sob a subjugação de sua metrópole europeia, não havia retorno significativo das riquezas dos bens produzidos para a própria colônia. Prado Junior (1961, p. 25-26) elucida: “[...] nos

constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde, ouro e diamantes; depois algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto”.

A extração de riquezas ao qual o Brasil foi submetido moldou, inclusive, segundo Malheiro *et al.*, o adjetivo gentílico do povo brasileiro, que remete ao exercício de atividades profissionais, e não ao de pertencimento a um território em razão da origem ou naturalidade, como é comum aos outros países. A posição brasileira no mercado internacional moderno em muito contribuiu para sua escolha:

Consideremos que *brasilerio* era a designação que se dava, no período colonial, ao português que voltava rico por explorar o Brasil. [...] Afinal, o eiro indica aquele que vive de explorar algo: mineiro, de explorar as minas; madeireiro, de explorar a madeira; e assim sucessivamente: brasileiro, o que vive de explorar o Brasil. [...] o dicionário de língua portuguesa nos oferece sinônimos, a saber, *brasiliano*, *brasilico* e *brasiliense*, entre outros. A opção por brasileiro talvez revele o inconsciente mais profundo das nossas classes dominantes (MALHEIRO *et al.*, 2021, p. 99-100).

A anexação brasileira à economia mercantilista deu-se por instituições legitimadas pela violência colonial, que monopolizaram o acesso à terra e os bens a ela associados. Mediante a roupagem jurídica das capitânicas hereditárias e das sesmarias, o sistema de plantação imprescindia da mão de obra escrava – indígena e africana – para gerar riquezas à nação portuguesa (LINHARES; SILVA, 2021).

Tal formato de concessão instituído e intensificado entre séculos XVI e XVIII é apontado como a origem histórica dos latifúndios no país (VELOSO, 2018). A título de exemplo, um dos maiores latifúndios coloniais formados em todo o mundo localizou-se no Brasil e pertenceu à família Garcia D’Ávila, colonos portugueses, com área de 800 mil km², superior à de Portugal, Espanha, Holanda, Itália e Suíça somadas, ou o equivalente a 1/10 do território brasileiro (LANG, 2011).

As capitânicas hereditárias e as sesmarias, enquanto formas de comprovação de propriedade da terra impostas por Portugal, “geraram terras de especulação do poder local e originaram uma estrutura fundiária assentada no latifúndio, injusta e opressiva” (VELOSO, 2018, p. 62-63) uma vez que eram

concedidas majoritariamente às classes detentoras de capital, geralmente branca e católica.

A lógica das concessões territoriais já antecipava a lógica do sistema penal, tornando criminalizável a ocupação de terras pelos trabalhadores (VELOSO, 2018). Por meio da análise do Brasil Colônia, verifica-se a gênese de estruturas sociais responsáveis pela criminalização de sujeitos e movimentos sociais antagônicos à lógica latifundiária, cuja repressão foi historicamente legitimada pela proteção da propriedade privada, que goza da seleção classista do sistema penal para conservar-se no tempo e espaço.

A comunidade historiográfica aponta que o processo de emancipação política conferido pelas proclamações republicanas não foi suficiente para alterar a problemática da estrutura agrária latino-americana estabelecida pelas metrópoles europeias, fenômeno conceituado como herança colonial (LINHARES; SILVA, 2021), que estruturou desigualdades sociais enfrentadas até a atualidade pelas nações outrora colonizadas.

Assim, a dinâmica fundiária extremamente desigual estabelecida no Brasil Colônia teve alterações inexpressivas no Brasil Império, e desta forma permaneceu com a proclamação republicana: “O latifúndio deixava o Império do Latifúndio para ingressar na República do Latifúndio.” (MARÉS, 2003, p. 79 *apud* VELOSO, 2018, p. 80).

Apenas cem anos separam o fim formal da escravidão da promulgação da Constituição Federal de 1988, de modo que as reformas agrárias neste período foram insuficientes para instituir uma sociedade que objetivasse superar a herança colonial. Os 723.419 escravos existentes em 1888 não receberam qualquer ação indenizatória, seja em dinheiro, seja pela doação de lotes de terras (LINHARES; SILVA, 2021).

São os conflitos pela terra que demarcam a história do Brasil, determinando as transições políticas, sustentando ou derrubando governos, formando as classes sociais, selecionando os privilegiados e os marginalizados, estabelecendo os sistemas de dominação e resistência e deixando para a geração atual um punhado de memórias de vencedores e vencidos (GOREN-DEE, 2016).

Em que pese a análise histórica da concentração fundiária e da luta pela terra no Brasil, faz-se necessário pontuar a

formação da dinâmica fundiária do estado de Rondônia, que conta com particularidades em sua “colonização” ocorrida no período militar, regime este que buscava integrar a amazônia ocidental ao país ante a invenção de uma imagem de “vazio demográfico” que a região representava quando comparado a outros entes federativos.

Buscar-se-á demonstrar em que medida a lógica capitalista de mercantilização da terra vista nos centros econômicos-financeiros foi empregada na formação da dinâmica fundiária rondoniense, bem como apontar o grau de responsabilidade que este modelo ocupacional possui sobre os recorrentes conflitos no campo em Rondônia. A hipótese a ser utilizada pressupõe a ocorrência de extensos processos de alienação de terras públicas a partir da década de 1970, que favoreceu a aquisição de vastas propriedades por entes privados e empresas.

Em 2015, Rondônia foi o estado brasileiro com maior número de pessoas assassinadas em consequência de conflitos no campo, de acordo com o relatório da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Ainda, 26 anos após o Massacre de Corumbiara, em 2021, Rondônia voltou a liderar o mesmo índice com 11 assassinatos, o que corresponde a 1 / 3 de todos os assassinatos ocorridos no Brasil nesta categoria.

A história do Estado de Rondônia é constituída por diversos ciclos econômicos e ocupacionais, que contam com diferentes motivações considerando o contexto político e econômico de suas épocas. A Comissão Rondon, os Ciclos da Borracha, a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré e a migração em massa ocorrida a partir da década de 1970 são temas que sobressaem-se quando discute-se sua constituição (SOUZA, 2011).

A ocupação rondoniense, até meados do século XIX, era caracterizada por indígenas, bandeirantes, missionários, escravos fugidos e pequenos agricultores. Entretanto, é a partir da década de 1850 que a região rondoniense passou a receber maiores volumes populacionais de outras regiões, o que facilitou a documentação dos conflitos pela posse de terras no território (SOUZA, 2011).

A partir da década de 1960, a Amazônia foi palco do maior projeto de colonização do Brasil República, que almejou atrair 100.000 famílias para suas terras mediante a criação de infraestruturas voltadas à logística terrestre, consubstanciado

por projetos de reforma agrária e campanhas publicitárias promovidas pelo governo militar direcionadas às populações sem-terra de todo o território nacional (MORBACH, 2001).

A colonização da Amazônia serviu, entre outras finalidades, para mitigar a violência decorrente da concentração fundiária observada nos estados mais populosos, evitando-se assim os desdobramentos políticos da luta pela terra nestes centros (BRESCIANI, 2018; SOUZA, 2011).

A preferência de Rondônia para sediar uma colonização vigorosa deu-se, entre outros motivos, por localizar-se em uma região de fronteira internacional, por sua localização ser intermediária em relação aos demais projetos de colonização da região norte, pela existência de extensas áreas de terras públicas e pela existência de solos férteis, superiores à média amazônica (SÃO PAULO; TRUBILIANO, 2016).

A estratégia utilizada para a distribuição de terras consistiu na criação de programas de colonização e reforma agrária por intermédio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), encarregado de gerenciar o assentamento de famílias em áreas rurais nas chamadas terras devolutas. Durante as décadas de 1970 e 1980, o Instituto coordenou os Projetos Integrados de Colonização (PIC), os Projetos de Assentamento Rápido (PAR) e os Projetos de Assentamento Dirigidos (PAD) (MESQUITA, 2002).

A execução da distribuição dos lotes aos colonos foi morosa, em parte em virtude da inépcia do INCRA de gerenciar a abundante quantidade de famílias que continuamente desembarcavam ao estado. Era comum que a população de pequenos povoados na região amazônica, com a incessante chegada de caminhões carregados de famílias inteiras de colonos, duplicasse ou triplicasse de uma hora para a outra (IANNI, 2019).

Segundo Souza (2011), Rondônia possui uma área de 24 milhões de hectares, de modo que apenas duas empresas possuíam, no início do processo de colonização em 1960, cerca de 10% do território. Os primeiros migrantes deste recorte temporal foram atraídos justamente pelos projetos destas e outras empresas colonizadoras não oficiais, cujos assentamentos foram realizados sem a devida supervisão governamental.

A apropriação irregular das terras devolutas e os conflitos fundiários já estavam estabelecidos. “As terras do território

rondoniense já acumulavam várias camadas, onde estavam sepultados índios, seringueiros, quilombolas, garimpeiros, posseiros, entre vários outros, que já viviam nesse espaço ou avançaram em busca de um espaço para se viver” (SOUZA, 2011, p. 136).

Malheiro *et al.* (2021, p. 225) diz que nos projetos de assentamentos oficiais os lotes eram concebidos baseando-se no “quadrado burro”, conceito utilizado para indicar a forma defeituosa na qual o INCRA distribuía as terras, desconsiderando os aspectos ecogeográficos da região. “Eram quadrados geometricamente perfeitos e, como tais, ignoravam as condições necessárias para a produção/reprodução da vida. Uns tinham água e outros não, já que a geometria não obedecia a geografia” (2021, p. 225).

Consubstanciada a ausência de infraestrutura necessária ao atendimento de direitos básicos com a demarcação dos “quadrados burros”, era comum que os migrantes abandonassem seus lotes, que passaram a ser ocupados por fazendeiros que disseminavam a atividade agropecuária no solo rondoniense.

Apesar da opressão promovida pelo capital especulativo, o processo de resistência camponesa surgiu organicamente a partir da mobilização da comunidade camponesa. A partir da década de 1970, os posseiros passaram a contar com o apoio da Comissão Pastoral da Terra, entidade da Igreja Católica. As reuniões camponesas ocorriam ordinariamente nas Comunidades Eclesiais de Base, onde consolidou-se o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) (SOUZA, 2011).

O apoio da Igreja Católica aos grupos de posseiros deu visibilidade para a questão da terra no estado rondoniense e auxiliou os primeiros movimentos pelo acesso democrático à terra no estado. Durante a década de 1980 visualizou-se o início da redemocratização do país e a organização de diversos movimentos sociais, na mesma medida em que crescia a repressão a esses militantes (SOUZA, 2011).

Uma das primeiras ocupações organizadas no estado ocorreu na Fazenda Seringal, em Espigão Do Oeste, que funcionou como um laboratório de formação de militantes para o MST. Para realizar a ocupação da área, em 26 de junho de 1989, trinta famílias ocuparam a fazenda, com o apoio da CPT e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Espigão do Oeste. Em apenas uma semana após a ocupação as famílias foram despe-

gadas, de forma pacífica, com a condição de que fosse instaurado um processo junto ao INCRA para o assentamento de tais famílias (SOUZA, 2011).

Quando essas famílias foram transportadas para a cidade de Pimenta Bueno, organizaram-se para ocupar a sede do INCRA na cidade. Essa ocupação, que perdurou por aproximadamente um mês, chamou a atenção de outras famílias camponesas e fez com que o total de acampados ultrapassasse cem famílias. Com o sucesso da mobilização, o superintendente do INCRA negociou a volta das famílias para a Fazenda Seringal em uma área de 500 hectares, onde poderiam exercer as atividades para sua subsistência (SOUZA, 2011).

O processo de formação política e organizacional proporcionado pela experiência do acampamento possibilitou a consolidação do MST no estado de Rondônia. As táticas empregadas pelo MST desafiaram os latifundiários, acostumados a confrontos contra grupos de posseiros rarefeitos. Com o MST, as reivindicações passaram a ser politicamente e estrategicamente organizadas (SOUZA, 2011).

Entretanto, no ano de 1995, inicia-se um processo de fragmentação dos movimentos de luta pela terra em Rondônia em razão da brutalidade do Massacre de Corumbiara (SOUZA, 2011), ocorrido na fazenda Santa Elina, localizada na região sul do estado; o episódio representa os resultados da divergência de execução das estratégias da atuação camponesas na luta pela terra, bem como a brutalidade policial (SOUZA, 2011).

O confronto levou à morte de 12 pessoas, incluindo sem-terras e policiais, que foram acionados para cumprir um mandado judicial emitido pela comarca de Colorado do Oeste com vistas a reintegrar a posse da propriedade de um latifúndio; a operação contabilizou ainda 64 feridos e 355 detenções por resistência, entretanto, o número acurado de vítimas jamais foi conclusivo (G1 RONDÔNIA, 2015).

A inconclusão sobre a viabilidade e a segurança da ocupação da Fazenda Santa Elina, com área de aproximadamente 20 mil hectares, afastou o apoio do MST e da CPT, de modo que a ocupação prosseguiu com a liderança de ex-militantes dos movimentos. A entrada na fazenda ocorreu no dia 14 de julho de 1995 e a ocupação foi composta por dezenas de famílias camponesas, que chegavam ao local embarcadas em caminhões e que traziam consigo todos os seus pertences (SOUZA, 2011).

Após a entrada na área, o acampamento cresceu rapidamente com a chegada contínua de novas famílias; com um solo fértil, a fazenda comportava a colheita de variados gêneros alimentícios. A ocupação, entretanto, não era incontestada, porém foram realizadas negociações que supostamente garantiriam a estabilidade das famílias na região (SOUZA, 2011).

Quando houve o cerco policial, a área já comportava uma população superior a 600 famílias. No mês de agosto de 1995, o massacre aconteceu. Na madrugada do dia 9, o acampamento foi cercado por todas as direções; as famílias foram surpreendidas, pois confiavam nas negociações dos líderes do movimento junto aos latifundiários (SOUZA, 2011).

O acampamento foi cercado quando ainda estava muito escuro, foram usadas bombas de efeito moral, tiroteio por longas horas com armas muito pesadas, mulheres foram usadas como escudo humano pelos policiais e por jagunços. Segundo relatos um grande número de jagunços, alguns vestidos como policiais entraram infiltrados no meio das tropas e muitos homens estavam encapuzados. O acampamento foi totalmente destruído e depois incendiado... Não sobrou nada do que os camponeses haviam levado para começar o que seria uma vida nova. Tudo se transformou em pesadelo (MESQUITA, 2001, p. 113 *apud* SOUZA, 2011, p. 201).

O conflito resultou na morte de nove pessoas, com uma imensa quantidade de camponeses feridos, seja durante o conflito direto ou após o confronto, com o tratamento policial. No entanto, a tragédia forjou na consciência nacional uma sensibilidade em relação à questão agrária e mobilizou a opinião internacional, expondo ao noticiário internacional a violência empreendida pelos interesses latifundiários (MARTINS, 1990, *apud* SOUZA, 2011).

Sob os ensinamentos da tragédia de Corumbiara, o episódio resultou na organização de novos movimentos, como o Movimento Camponês de Corumbiara (MCC) e a Liga dos Camponeses Pobres (LCP) (SOUZA, 2011). O legado do Massacre de Corumbiara não bastou para rediscutir a questão agrária rondoniense ao ponto de evitar que Rondônia voltasse a liderar episódios de violência no campo.

Onde as lutas camponesas foram capazes de se impor aos interesses monopolistas do latifúndio, a estrutura fundiária é

mais democrática; onde o poder do latifúndio prevaleceu sobre as lutas camponesas, a concentração fundiária tende a ser intensa. Os movimentos sociais, ao contestar a propriedade privada de uma classe bem organizada, a dos latifundiários, e lutar pela reforma agrária, atacam diretamente uma política com raízes históricas (GONZAGA, 2019).

A legitimação dos movimentos sociais que buscam efetivar a função social da terra está prevista pelo texto constitucional em seu art. 186, além de diversas orientações no sentido de alcançar o bem-estar e a justiça social, conforme o art. 193. Tanto é que as críticas aos movimentos não recaem na reivindicação do direito em si, mas sobre os métodos de luta utilizados pelos movimentos (CALDART *et al.*, 2012).

Desde o ano de 1997 os Tribunais Superiores têm declarado as ocupações de terra como forma legítima de acionar o Estado a proceder com a Reforma Agrária, de modo que tais movimentações não devem ser enquadradas como o crime de esbulho possessório, como consta no acórdão prolatado pelo então relator Ministro Luiz Vicente Cernicchiaro:

HC. Reforma Agrária. Movimento Sem Terra. Movimento popular visando a implantar a reforma agrária não caracteriza crime contra o patrimônio. Configura direito coletivo, expressão da cidadania, visando a implantar programa constante da Constituição da República. A pressão popular é própria do Estado de Direito Democrático. HC nº 5.574/SP, 6ª Turma, STJ, Rel. Min. Luiz Vicente Cernicchiaro, 08.04.97. (STJ/ SP, 1997).

Todos os cidadãos “[...] potencialmente atingidos pelas normas jurídicas têm o direito de participar ativamente de seu debate e de sua aprovação, seja diretamente [...], seja indiretamente, por meio de manifestações públicas e debates que formam a opinião pública.” (CALDART *et al.*, 2012, p. 465). Habermas (1997 *apud* CALDART *et al.*, 2012) pensa ser possível que grupos mobilizem atos de protesto de considerável repercussão, incluindo atos de desobediência civil, desde que por meios não violentos e apelando-se à discussão do tema e novas perspectivas.

No Brasil, é corriqueiro o ataque midiático em face das formas radicais de luta pela terra, especialmente quando estas recaem em ocupações de órgãos públicos, de terras improdutivas ou em acampamentos nas beiras de rodovias, entre diver-

sas outras formas de resistência empreendidas pelos movimentos sociais.

Como ferramenta apta a analisar a deturpação no imaginário popular da imagem dos movimentos, aplica-se o conceito da ideologia, que “[...] se dá a partir do monopólio da classe dominante sobre os meios de produção intelectuais que influencia nas formas de consciência social, suas práticas e representações, tanto individuais como sociais” (VOLANIN, 2007, p. 3).

A ideologia, não é só um conjunto de ideias, mas também um conjunto de práticas com vistas a garantir a exploração e a manutenção do poder dominante. Isto se dá por meio dos Aparelhos Ideológicos de Estado, entre os quais está a imprensa (VOLANIN, 2007).

Dado que, em princípio, a ‘classe dominante’ detém o poder estatal (abertamente ou, na maioria das vezes, mediante alianças entre classes ou frações de classes), e, portanto, tem a seu dispor o Aparelho (Repressivo) de Estado, podemos admitir que essa mesma classe dominante é atuante nos Aparelhos Ideológicos de Estado, na medida em que, em última análise, é a ideologia dominante que se realiza nos Aparelhos Ideológicos de Estado, através das suas próprias contradições (ALTHUSER, 1983 p. 14, 115 e 116 *apud* VOLANIN, 2007, p. 5).

A ideologia dominante é vendida como um conjunto de ideias de toda uma sociedade, criada organicamente. Com a conquista do apoio de setores da classe média e baixa, cria-se o consenso de que o ato de lutar por direitos torna-se um crime contra a ordem interna do país.

A classe que exerce o domínio sobre o plano material, ou seja, no âmbito econômico e sociopolítico, domina também o plano ideal, de modo que tal dominação faz com que só sejam consideradas verdadeiras e racionais as ideias propagadas pela classe dominante, deturpando a essência dos movimentos sociais (CHAUÍ, 1980).

Criam-se falsas representações da realidade mediante a simples retratação da história, sem questioná-la, criminalizando movimentos sociais que historicamente lutam pela melhoria de vida, principalmente a dos mais excluídos. No lugar de noticiar ao público as razões das manifestações, noticiam-se majoritariamente apenas os confrontos com forças policiais; o

movimento é conhecido e reduzido ao confronto, razão pela qual muitos os rejeitam sem conhecê-los (VOLANIN, 2007).

Dentre as características da violência no campo, menciona-se que esta é uma violência difusa, de caráter simbólico, contra alvos selecionados – organizações dos camponeses e trabalhadores rurais – e frequentemente é exercida com certo grau de letalidade, empreendida por membros da burguesia agrária e fazendeiros mediante a contratação de “pistoleiros” e formação de milícias rurais (COUTINHO, 2021).

Concomitantemente à produção de consenso criminalizador, as pautas dos discursos jurídicos e políticos são absorvidos por uma dinâmica interpretativa individualista da lei, hermeneuticamente imprecisa, onde uma vírgula ou uma linha entre um parágrafo e um inciso induz o intérprete a manter a vulnerabilidade de sujeitos em prol de poucos proprietários que monopolizam a terra (CALDART *et al.*, 2012).

O texto constitucional brasileiro é objetivo no sentido de reprimir a concentração fundiária, entendida como verdadeiro obstáculo à efetivação do mínimo existencial – condições mínimas da dignidade da pessoa humana, como a moradia, alimentação e saúde – de modo que prevê o princípio da função social da terra, que mitiga a proteção estatal sobre bens jurídicos, aqui traduzidos como latifúndios, sendo passíveis de expropriação caso não cumpram a função social. Miranda (1989, p. 37 *apud* PASSARELI, 2010, p. 49) bem explica:

O latifúndio [...] impede que um número maior de pessoas tenha acesso à terra, considerando a propriedade e a riqueza nas mãos de pouquíssimas pessoas, desequilibrando a estrutura fundiária e provocando conflitos sociais no campo. De outro modo, constitui explícito atentado contra o princípio da função social da terra, e um verdadeiro crime contra a humanidade, pois é inadmissível que enquanto o mundo precisa de alimentos, determinadas áreas de terra sejam mantidas ociosas e improdutivas apenas com o fim de especulação imobiliária, como reserva de valor.

A utilização do termo latifúndio vem caindo em desuso, o que restringe a conscientização social de seu verdadeiro significado nas discussões políticas. O seu desuso, entretanto, se dá pela sua substituição no âmbito político pelo termo agronegócio, “[...] palavra mais abrangente, que remete à propriedade

da terra, mas principalmente às complexas articulações agropecuária/ indústria que determinam hoje, inclusive, os parâmetros do funcionamento do mercado fundiário” (CALDART *et al.*, 2012, p. 452).

A nível nacional, o latifúndio, associado ao agronegócio, reserva terras para a geração de *commodities*, agregando dois mecanismos de exclusão: a apropriação territorial do latifúndio produz a exclusão pela improdutividade da terra, ao passo que o agronegócio efetiva a exclusão pela alta produtividade, geralmente mecanizada (CALDART *et al.*, 2012).

Conclusão

Movimentar-se contra os latifúndios significa, em um país historicamente violento como o Brasil, arriscar não apenas a percepção social acerca da moralidade personalíssima daqueles que se movimentam, contaminada pela criminalização e estigmatização, como também a integridade física por exporem-se à violência no campo.

Embora as motivações dos movimentos sociais que militam em razão da função social da terra em nada destoem dos princípios constitucionais do estado democrático brasileiro, ao reclamarem por condições necessárias à satisfação da dignidade da pessoa humana, estes são estigmatizados e repreendidos, muitas vezes com brutalidade, graças a um processo complexo de criminalização da pobreza,

A mera concepção positivista de igualdade e dignidade da pessoa humana, em um ordenamento jurídico, não basta para conferir a seus cidadãos condições materiais para exercer direitos previstos; para concretizá-los, para além do texto legal, requer-se a organização de movimentos sociais – grupos organizados da sociedade civil – que incitem o governo adotar medidas com vistas à efetivação de princípios constitucionais.

A propriedade privada, embora juridicamente protegida pelo direito civil, não é imutável e deve seguir o princípio da função social, caso contrário será passível de expropriação, conforme dispõe o Código Civil e o texto constitucional. A relação entre o ser humano e a terra é indissociável e não pode, ou não deveria, ser prejudicada pela propriedade privada improdutiva que é indevidamente tutelada pelo aparato estatal, que comumente age em cumplicidade com os interesses do capital especulativo.

Centralizar o acesso à terra implica necessariamente em contribuir para a desigualdade social. Mais prejudicial do que isso, para a sociedade, é um sistema que não acata a própria lei maior, ao não agir para democratizar o acesso à terra. Elevados índices de concentração fundiária impactam não apenas na formação, mas na manutenção da desigualdade social.

São os próprios sujeitos, livres, que se emancipam. Ao organizarem-se sob movimentos populares, partidos políticos, sindicatos, associações, descobrem-se como agentes determinantes da sua história e da história do seu país. Democratizar seu acesso, entretanto, contribui para o bem-estar social ao criar o terreno propício com vistas à dignidade da pessoa humana.

O acesso equânime à terra se traduz na redução dos conflitos fundiários, segurança alimentar, acesso à moradia e a possibilidade de seguridade econômica com o comércio de produtos produzidos sob a organização da agricultura familiar. Para isso, pressupõe-se o cumprimento da função social esgrimida pela Constituição, na exata medida em que a divisão equilibrada de terras assegura direitos básicos para que grupos menos favorecidos escapem da marginalização e criminalização.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 15 mar. 2022.

BRESCIANI, Derio Garcia. **Questão Agrária e Espaços Camponezes em Rondônia**. 2018. Dissertação (Mestrado de Pós-Graduação em Geografia) – Fundação Universidade Federal de Rondônia, 2018. Disponível em: <https://www.ri.unir.br>. Acesso em: 16 nov. 2022.

CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CENTRO de Documentação Dom Tomás Balduino da Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo no Brasil 2021**. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br>. Acesso em: 25 maio 2022.

CHAGAS, Afonso Maria das. **Na fronteira da Pátria: movimentos sociais do campo em Rondônia – conflito, protesto e**

participação. – Porto Velho, RO: EDUFRO, 2020. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br>. Acesso em: 15 nov. 2022.

CHAUÌ, Marilena **O que é ideologia**. São Paulo, Brasiliense, 1980.

COUTINHO, Adelaide Ferreira; MUNIZ, Raquel Susana Lobato; NASCIMENTO, Rita de Cássia Gomes. Luta pela terra, criminalização dos movimentos sociais (do campo) e educação. **Aurora**, v. 5, p. 55-68, 4 out. 2021. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br>. Acesso em: 5 nov. 2022.

DE JUSTIÇA, S. T. Sentença do Habeas Corpus Nº. 5.574/SP (1997). **InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais**, Brasília, v. 3, n. 2, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br>. Acesso em: 3 dez. 2022.

GONZAGA, Jamile Baiense de Souza. A Função Social da Propriedade nas Cartilhas da Comissão Pastoral da Terra: De 1984 a 1989. **Revista Contraponto**, v. 6, n. 2, 2019. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br>. Acesso em: 4 dez. 2022.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 6. ed. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2016.

IANNI, Octavio. **A Ditadura do Grande Capital**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

LANG, Marina. Castelo mira a costa e monta à era colonial: Forte ‘medieval’ que protegeu a Bahia (e o Brasil) data de 1551. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 22 set. 2011. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br>. Acesso em: 15 set. 2022.

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Terra Prometida: uma história da Questão Agrária no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

MALHEIRO, Bruno; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; MICHELOTTI, Fernando. **Horizontes Amazônicos: para repensar o Brasil e o mundo**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Rosa Luxemburgo, 2021.

MASSACRE que matou 12 pessoas em Corumbiara, RO, completa 20 anos. **G1 Rondônia**. Rondônia, 09 ago. 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/ro>. Acesso em: 15 jun. 2022.

MESQUITA, Helena Angélica de. **Corumbiara: o massacre dos camponeses – Rondônia, 1995**. 2001. Tese (Doutorado) – Uni-

versidade de São Paulo, São Paulo, 2001. Disponível em: <https://repositorio.usp.br>. Acesso em: 02 dez. 2022.

MORBACH, Marise Rocha. A publicidade no período Médico, os efeitos da propaganda de ocupação da Amazônia. Anais do 24. *IN: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, Campo Grande, 2001. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br>. Acesso em: 13 nov. 2022.

PASSARELI, Telmo de Moura. **Institutos de Direito Agrário: O fenômeno do parcelamento do imóvel rural em Rondônia**. Cacoal: Edição do autor, 2010.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 6. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961.

RONDÔNIA. Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril. **Volume de exportação de carne bovina de Rondônia aponta para novo recorde em 2022**. IDARON, 07 abr. 2022. Disponível em: <http://www.idaron.ro.gov.br>. Acesso em: 30 set. 2022.

SÃO PAULO, Kamonni de; TRUBILIANO, Carlos Alexandre Barros. Colonização pela “pata da vaca”: apontamentos sobre ocupação, migração e precarização da mão de obra rural na Zona da Mata Rondoniense. **Revista Trilhas da História**. Três Lagoas, v.6, nº11 jul-dez, 2016, p. 42-57. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br>. Acesso em: 28 nov. 2022.

SIBAHI, Pedro. **Terra que Sangra: Fazenda palco do ‘Massacre De Corumbiara’ deixa mais uma vítima, 25 anos depois**. Repórter Brasil, 2021. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br>. Acesso em: 14 nov. 2022.

SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira de. **Luta, territorialização e resistência camponesa no leste rondoniense (1970-2010)**. 2011. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br>. Acesso em: 02 nov. 2022.

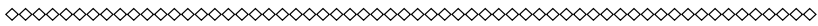
VELOSO, Marília Lomanto. **As “vítimas” de Rosa do Prado: um diálogo entre crítica criminológica e MST**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

VOLANIN, Leopoldo. **Poder e mídia: a criminalização dos movimentos sociais no Brasil nas últimas trinta décadas**, 2007. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br>. Acesso em: 24 nov. 2022.



OS DIREITOS HUMANOS E A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE SANTO ANTÔNIO DO GUAPORÉ

Adão Carvalho Brito da Silva¹
Marco Antônio Domingues Teixeira²



Introdução

Esta pesquisa, em desenvolvimento, investiga o processo de titulação das terras remanescentes de quilombo, tomando como objeto o quilombo de Santo Antônio do Guaporé, localizado no município de São Francisco do Guaporé/RO, na área de confluência entre o Rio São Miguel e o Rio Guaporé, (fronteira com a Bolívia), no estado de Rondônia (Amazônia Ocidental), estima -se seu surgimento desde o século XIX, sendo formado por escravos que fugiram da construção do Forte Príncipe da Beira, hoje permanecem na comunidade descendentes de ex-escravos, sendo situada na área de conservação permanente da Reserva Biológica do Guaporé (Rebio Guaporé).

O quilombo de Santo Antônio do Guaporé há décadas sofre com diversos problemas, dentre eles saúde, educação, moradia, saneamento básico, em decorrência de não ter seu direito à propriedade concretizado, posto que a comunidade vive em um impasse, em razão de estar localizada em uma reserva Biológica, cuja criação se deu em 1982 pelo IBAMA/ICMBio, sendo implementada em 1986, pelo decreto 87.587 de 20 de setembro de 1987, ou seja, bem depois da formação do quilombo.

Ocorre que com a criação da referida reserva biológica a comunidade passou por duras penalidades, correndo o risco

1. Graduado em Direito pelo Centro Universitário Luterano de Ji-paraná CEUI/ULBRA (2018). Pós Graduado em Direito Previdenciário pela Faculdade Damásio Educacional de São Paulo (2020). Pós Graduando em Direito Civil e Processo Civil pela Faculdade Unina (2021). Mestrando em Direitos Humanos e Acesso à Justiça pela Universidade Federal de Rondônia.

2. Doutorado em Ciências Desenvolvimento Socioambiental pela Universidade Federal do Pará (2004). Mestrado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (1997). Possui graduação em História pela Universidade Federal do Pará (1982). Atualmente é professor do Departamento de História da Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

de serem expulsos das terras que tradicionalmente ocuparam, chegaram até mesmo serem proibidos de plantarem e criarem animais domésticos como por exemplo, porcos e galinhas, sendo inclusive objeto de ação de reintegração de posse em 1993 a pedido do Ministério Público Federal, no qual a 2ª vara da subseção judiciária Federal da 1ª região, determinou que fosse demarcar a área da reserva e a retirada dos invasores, nessa época inúmeras comunidade foram erradicadas. A situação da comunidade passou a mudar quando em 16 de abril de 2004 a comunidade foi reconhecida pela Fundação Cultural dos Palmares, como quilombo. Logo em seguida no ano de 2006 o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) iniciou o trabalho de fixação territorial, passando a travar uma briga com o IBAMA/ICMBio, visto que ambos defendiam proporções de áreas divergentes pertencentes ao quilombo de Santo Antônio, de um lado o IINCRA defendia a área de 41.600 hectares (quarenta e um mil hectares) e do outro o IBAMA/ICMBio protegia apenas 3.495 (três mil, quatrocentos e noventa e cinco hectares). Em 31 de julho de 2011 foi celebrado um acordo entre o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e o ICMBio, concedendo a comunidade a propriedade de 7.221,4200 (sete mil, duzentos e vinte e um áres e quarenta e dois centiares), embora celebrado o acordo com ampla participação da própria comunidade, do Ministério Público Federal, com Representante da Fundação Cultural dos Palmares, havendo inclusive publicação da Portaria pelo presidente do INCRA em 02 de maio de 2019, no qual declarou e reconheceu a propriedade da comunidade, no entanto, até o presente momento não houve a emissão do título definitivo em nome do quilombo, em razão do entrave burocrático no processo de titulação das terras tradicionais, o que vem acarretando graves danos a comunidade sobre tudo aos direitos humanos.

O direito à terra, expressa na Declaração Universal dos Direitos Humanos, é um dos principais direitos universais, assim tem se a titulação das terras quilombola prevista na Convenção Internacional nº 169 da Organização Internacional do Direito do Trabalho (OIT), bem como na Constituição Federal de 1988 no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) o qual estabelece: “ Aos remanescente das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir lhes os títulos definitivos”, entretanto, o referido direito tem se mostrado inoperante, em razão de haver inúmeras comu-

nidades que ainda não possuem títulos definitivos, o que tem causado grave violações de direitos humanos.

Objetivos

O presente estudo tem como objetivo compreender de que forma a morosidade na regularização das terras quilombolas interfere no quilombo, frente a efetividade dos direitos humanos, a partir daí, criar um plano voltado para a aceleração no processo de titulação dessas terras, bem como políticas públicas voltadas para promoção dos povos remanescente de quilombo.

Metodologia

A pesquisa possui abordagem qualitativa, de natureza aplicada; exploratória e descritiva. Utiliza-se o método procedimental bibliográfico, documental e de coleta de dados.

Resultados Alcançados

Dos resultados prévios alcançados até o momento da pesquisa, no Brasil das 2.715 comunidades quilombolas, somente 182 são titulados, e no Estado de Rondônia (localizado na região Norte, mais especificamente na Amazônia Ocidental brasileira), das 09 comunidades remanescente de quilombo, apenas 02 são tituladas, caracterizando, portanto, uma constante morosidade no processo de titulação de terras quilombolas, cabe ressaltar que às 09 comunidades remanescente de quilombo existente no Estado de Rondônia padecem de graves problemas sociais, como por exemplo a falta de saúde de qualidade, acesso à educação, ao saneamento básico, o que vem acarretar graves violações de direitos humanos.

Conclusões

Diante das constantes negligências de Direitos Humanos por falta de políticas públicas voltadas para sua promoção, principalmente o direito a terra, a presente pesquisa irá permitir aos profissionais do direito: Bacharéis, Advogados, Promotores, dentre outros, e ainda a toda sociedade civil em especial as comunidades remanescente de quilombo, terem maior compreensão a respeito da morosidade na titulação das terras quilombolas e ainda sobre as consequências socioeconômicas

enfrentadas por comunidades remanescente que não tiveram regularização de seus terras, portanto, o presente trabalho trará contribuição para toda a sociedade, sobretudo a efetividade dos Direitos Humanos e fundamentos da justiça.

Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (org). **Cadernos de debates Novas Cartografia Social: Territórios quilombolas e conflitos**. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia/UEA Edições, 2010, p. 300.

Assembleia Geral da ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 217 (III) A. Paris, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org>. Acesso em: 05 fev. 2023.

BORGES, lizely. **Organizações denunciam racismo e violações de direitos quilombolas para comissão Interamericana. Terra de Direitos**. Disponível em: <https://terradedireitos.org.br>. Acesso em: 03 set. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: Texto constitucional promulgado em 05 de outubro de 1988 com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais n.ºs. 1/92 a 67/2010 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão n.ºs. 1 a 6/94. – Brasília: Senado Federal, Subsecretária de Edições Técnicas, 2011.

BRASIL. **Decreto n.º 4.887, de 20 de novembro de 2003**, regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília,DF:Palacio do Planalto, 2021. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 28 ago. 2022.

CASTILHO, Ricardo. **Direitos Humanos**. 5.ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

CAVALCANTE, Breno Neno Silva; BELTRÃO, Jane Felipe. **Jovens Quilombolas em Movimento: A Luta Pela Efetivação de Direitos Humanos em Salvaterra- Pará. R. Dir.Gar. Fund, Vitória**, v. 17, n.2, p. 51-80, jul/dez.2016.

CEZNE, Andrea Nárriman; CANTO, Adéli Casagrande. **Comunidades quilombolas: A questão da cidadania e dos direitos humanos através das ações afirmativas no reconhecimento da**

propriedade de suas terras. **Revista Sociais & Humanas**. v.19, n.1. 2006.

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO, **Quilombos no Brasil**. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 2020. Disponível em: <https://cpisp.org.br>. Acesso em: 06 ago. 2021.

G1 RO, Comunidade Santo Antônio é reconhecida pelo Incra como área quilombola, em RO. Rondônia: **G1**, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/ro>. Acesso em: 20 ago. 2021.

GILBERT, Jérémie. Direito à terra como Direito humano: argumentos em prol de um direito específico à terra. **Revista Internacional de Direitos Humanos**. p. 121-143. 2013.

IBORRA PLANS, José. **Acordo sobre o território quilombola de Santo Antônio do Guaporé, em Rondônia**. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br>. Acesso em: 17 ago. 2021.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **AGU homologa acordo entre Incra e ICMBio sobre território quilombola em Rondônia**. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br>. Acesso em: 02 ago. 2021.

MARTINS, Maria. **Brasil, um país em “permanente violação de direitos humanos”**. EL PAÍS. Disponível em: <https://brasil.elpais.com>. Acesso em: 02 jul. 2021.

MORAES, Sônia Helena Novaes Guimarães. Reconhecimento e Titularidade das comunidades quilombolas: a legalidade não legitimada. **Retratos de Assentamentos**, v.15, n.2, 2012.

SILVA, Marcelo Gonçalves. **A titulação das terras das comunidades tradicionais quilombolas no Brasil: Análise da atuação do Estado**. Tese de doutorado em Geografia Humana, Universidade Federal de São Paulo. São Paulo, 2017.

SOARES, Paulo Sérgio Gomes; Oliveira, Gustavo Paschoal Teixeira de Castro; PINHEIRO, Ailk de Souza. **Direito Humanos e Direito à Terra: a situação jurídica das comunidades quilombolas Tocantinenses**. Revista Humanidades e Inovação. v 6, n.17, p. 190-203. 2006.

SOUZA, Matheus. Menos de 7% dos territórios quilombolas reconhecidos têm títulos de propriedade. **Jornal da Usp**. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://jornal.usp.br>. Acesso em: 12 ago. 2021.

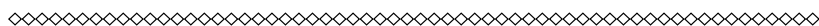
TEIXEIRA, Marcos Antônio Domingues; Xavier, Delson Fernando Barcelos. Santo Antônio do Guaporé: direitos humanos, conflitos e resistência Socioambiental. **Revista Direito e Práx**, Rio de Janeiro, Vol. 9, N.1, 2018, p. 351-371.

TOSI, Giuseppe. **Direito Humanos: História, teoria e prática**. Pernambuco: João Pessoa Editora UFPB, 2004.



USINA HIDRELÉTRICA DE SANTO ANTÔNIO: UMA ANÁLISE SOCIOAMBIENTAL SOBRE AS CONSEQUÊNCIAS DA CHEIA DE 2014 EM PORTO VELHO

*Deborah Vitória de Oliveira*¹
*Luma Gabriela Stein*²
*Roberto Paes de Farias Junior*³



Introdução

Inicialmente, procura-se compreender a importância de conhecer o passado das comunidades que vivem nas margens dos rios, que foram afetadas pelas grandes iniciativas de progresso executadas no rio Madeira. Isso inclui sua situação anterior às obras e como estão atualmente, bem como suas interações sociais e os conflitos socioambientais que surgiram em decorrência do novo estágio de urbanização, territorialidade, espacialidades, ocupação e desenvolvimento da região em questão.

Longe de se constituir apenas como em um dado biológico ou geográfico, as paisagens e os meios naturais sempre estiveram no âmago da formação social e cultural dos grupos humanos que nelas viveram.

A história de Rondônia em geral e de Porto Velho, em específico, se confunde com a própria história da calha do rio Madeira. Não há como pensar em uma história da região desvinculada dos estudos ligados à bacia do Madeira em toda a sua extensão. Desde as ocupações indígenas nos Andes e na Amazônia brasileira, até a criação de Porto Velho com a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (EFMM), até o presente com a construção das Usinas Hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau no rio Madeira, a história local, atrela-se à história do próprio rio.

-
1. Bacharelada em Direito pela Fundação Universidade Federal de Rondônia.
 2. Bacharelada em Direito pela Fundação Universidade Federal de Rondônia.
 3. Bacharelado em Direito pela Fundação Universidade Federal de Rondônia.

A região abrange uma extensa biodiversidade e variados ecossistemas e reúne uma população de mais de sete milhões de pessoas de três nacionalidades e de enorme diversidade etnocultural.

Em 2014, a enchente do rio Madeira provocou uma catástrofe financeira de mais de um bilhão de reais nas populações brasileiras e bolivianas impactadas pelas usinas. Os consórcios negaram responsabilidade, mas foram contestados por moradores e pesquisadores. As populações ainda lutam para reivindicar seus bens e direitos através de processos judiciais.

As consequências dos impactos de vizinhança foram desconsideradas, resultando em casas profundamente desvalorizadas e afetadas por calamidades. A lama depositada nas áreas de moradia soterrou casas e dificultou a permanência nessas áreas, sem a restauração dos terrenos muitas casas ficaram mais baixas do que o terreno circundante, sofrendo enchentes a cada chuva.

Objetivos

Examinar a trajetória das comunidades ribeirinhas em Porto Velho, ressaltando a progressão dos métodos de colonização de seus territórios, sua expansão urbana e as conexões sociais e ambientais entre seus habitantes, além dos desafios enfrentados pela realocação das populações afetadas pelas intervenções para a construção das Usinas Hidrelétricas no rio Madeira e pela enchente histórica ocorrida em 2014.

Metodologia

Os procedimentos metodológicos deste projeto serão iniciados a partir de uma seleção bibliográfica geral e de um levantamento prévio da documentação referente ao tema pesquisado. Para além das fontes documentais, utilizaremos, ainda as técnicas de entrevistas e narrativas próprias da História Oral. Além das entrevistas e filmagens ou fotografias serão realizados debates e palestras sobre o tema e solicitados relatórios sobre a experiência da pesquisa de campo

Resultados Alcançados

Ao final dos trabalhos obtivemos um vasto painel que nos permitiu compreender a trajetória histórica das populações

ribeirinhas do alto e baixo Madeira em Rondônia, ressaltando suas especificidades e relações com o espaço natural.

A realização da pesquisa teve uma avaliação positiva e motivou os participantes a entender melhor os processos que marcam pontos de vista diametralmente diferentes entre desenvolvimento e preservacionismo, capitalismo e populações tradicionais, direito socioambiental e novos direitos dessas populações impactadas, além da realização de trabalhos acadêmicos, artigos e estudos sobre o tema.

Como ponto positivo principal destacamos o contato entre grupos diversos formados por intelectuais, autoridades do judiciário, membros do funcionalismo público de alto escalão com as populações ribeirinhas destituídas de assistência imediata e, em muitos casos, sujeitadas a aceitar as decisões das grandes empreiteiras.

Os dados coletados permitirão a renovação dos conhecimentos da área e de suas populações, dos impactos que sofreram e das alterações em seu modo de vida. Da necessidade de uma justiça ágil e não intimidante ao homem comum, despreparado para tais situações.

Os dados obtidos ainda serão alvo de estudo por parte dos grupos envolvidos na atividade e demonstrados sobre formas diversas em outras atividades. Consideramos necessária a continuidade de atividades do tipo para que o projeto de aproximação entre o cidadão comum e a justiça não seja perdido em ocasionais visitas técnicas.

Conclusões

No início do século XXI, a cidade de Porto Velho estava prestes a completar um século de existência (1907/2007), quando se iniciaram outras duas grandes intervenções sobre o rio Madeira, a construção das Hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, que atraíram mais de 150.000 pessoas para a cidade, num processo atropelado e sem preparo para a recepção dos migrantes. Durante oito anos a cidade viveu entre a euforia do dinheiro que circulava e a tensão provocada pela onda migratória.

Não obstante, até a enchente do rio Madeira em 2014, os impactos socioambientais das obras na região foram pouco debatidos. As populações ribeirinhas foram as mais prejudicadas,

mas os processos judiciais pouco avançaram desde então. Além disso, os impactos ambientais ainda não foram avaliados adequadamente, já que a Assembleia Legislativa concedeu à Santo Antônio Energia permissão para expandir seu reservatório sem novos estudos.

Adicionalmente, passada a euforia do empreendimento, a cidade vive a ressaca das consequências socioambientais em sua plenitude, com o aumento exponencial da crise urbana, perda de importantes áreas de preservação ambiental, elevação do número de desempregados e da parcela mais pobre da população, além do convívio com elevadas taxas de criminalidade, prostituição, aumento de doenças hídricas e infecto contagiosas.

Além disso, os estudos prévios imperfeitos permitiram às empreiteiras negarem os impactos nas populações vizinhas da Bolívia e em seus modos de vida. A cidade esperava progresso e bem-estar, mas foi deixada abandonada e perdeu recursos naturais importantes para as populações ribeirinhas. A população de Porto Velho é resultado da relação com o rio, que tem sido causa e consequência das ações humanas na região.

Outrossim, as populações ribeirinhas visitadas parecem entender essa relação com naturalidade, mas os empreiteiros, governantes, parte das categorias mais intelectualizadas desconhecem essa relação e terminam responsabilizando os próprios ribeirinhos por seus infortúnios ou o rio como causador de tragédias naturais que, na verdade, não passam de tragédias antrópicas provocadas pelos estudos de má qualidade desenvolvidos sobre ele.



VIOLÊNCIA URBANA NA CIDADE DE PORTO VELHO

William Araújo da Silva¹

Resumo: Este artigo analisa a violência urbana na cidade de Porto Velho, Rondônia, Brasil, com base em pesquisas bibliográficas e fontes oficiais. Os resultados mostram que a cidade apresenta altos índices de homicídios, roubos e furtos, principalmente em bairros com baixo Índice de Desenvolvimento Humano. A violência doméstica, contra mulheres e juvenil também são problemas relevantes. É necessário o desenvolvimento de políticas públicas efetivas para prevenção e combate à criminalidade em Porto Velho, abordando questões como a desigualdade social, o tráfico de drogas e a falta de oportunidades para jovens em situação de vulnerabilidade. Este estudo contribui para o debate e desenvolvimento de estratégias para enfrentar a violência urbana não apenas em Porto Velho, mas em outras cidades com características semelhantes.

Palavras-Chave: Violência Urbana, Porto Velho, Rondônia



Introdução

A violência urbana é um problema social complexo e preocupante em muitas cidades do mundo, inclusive no Brasil. Porto Velho, capital do estado de Rondônia, é uma cidade que tem enfrentado desafios significativos em relação à segurança pública.

Esta introdução tem como objetivo apresentar a importância do estudo sobre a violência urbana em Porto Velho e destacar os principais problemas relacionados a essa questão.

De acordo com o Atlas da Violência 2021, Rondônia é o estado com a maior taxa de homicídios por 100 mil habitantes na região Norte do Brasil. Em 2019, Porto Velho registrou uma taxa de homicídios de 34,5 por 100 mil habitantes, acima da média nacional de 21,8. Além disso, a cidade também apresentou altos índices de roubos e furtos, com mais de 5 mil casos registrados em 2019, de acordo com dados do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (Sinesp).

1. Graduado em Educação Física pela FIMCA e discente do curso de Direito da UNIR.

A violência urbana não afeta todos os bairros de Porto Velho igualmente. De acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 2010, bairros com menor índice de desenvolvimento humano tendem a apresentar maiores índices de violência. Alguns exemplos são os bairros do Baixo Madeira, Ulisses Guimarães e Socialista.

Outros tipos de violência também são problemas relevantes em Porto Velho, incluindo a violência doméstica, a violência contra mulheres e a violência juvenil. De acordo com dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Rondônia é o quarto estado do Brasil com maior taxa de homicídios de mulheres, com uma média de 6,4 homicídios por 100 mil mulheres entre 2010 e 2019.

Em Porto Velho, a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher registrou mais de 1.500 casos de violência doméstica em 2019.

A violência juvenil também é um problema significativo em Porto Velho. Segundo o Mapa da Violência 2020, a taxa de homicídios de jovens entre 15 e 29 anos em Rondônia é de 107,4 por 100 mil habitantes, acima da média nacional de 61,6. A falta de oportunidades, a desigualdade social e a influência do tráfico de drogas são alguns dos fatores que contribuem para a violência juvenil na cidade.

Nesse sentido, é fundamental o desenvolvimento de políticas públicas efetivas para prevenção e combate à criminalidade em Porto Velho. É necessário abordar questões como a desigualdade social, o tráfico de drogas e a falta de oportunidades para jovens em situação de vulnerabilidade. Este estudo contribui para o debate e desenvolvimento de estratégias para enfrentar a violência urbana não apenas em Porto Velho, mas em outras cidades com características semelhantes.

Revisão literária

A violência urbana é um problema social complexo que afeta muitas cidades do mundo, incluindo o Brasil. A violência urbana pode ser definida como “qualquer forma de violência que ocorre em espaços urbanos, incluindo as áreas residenciais, comerciais e públicas, que envolve agressão física, ameaça, intimidação, abuso psicológico, sexual ou financeiro, ou outras formas de comportamento hostil” (SOUZA, 2006)

É importante destacar que a violência urbana pode ser expressa de diferentes formas e com diferentes níveis de intensidade, incluindo violência interpessoal, violência de gangues, criminalidade organizada e terrorismo urbano (SOUZA, 2006)

Os principais tipos de violência urbana incluem homicídios, roubos, furtos, sequestros, estupros, assaltos e agressões físicas. Cada um desses tipos de violência pode ser motivado por diferentes fatores, como a desigualdade social, a exclusão social, a pobreza, o desemprego, a falta de oportunidades, a falta de acesso à educação e à saúde, o uso de drogas e álcool, a falta de valores éticos e morais, entre outros.

Além disso, a violência urbana também pode ser resultado da fragilidade das instituições públicas responsáveis pela segurança, da corrupção e impunidade, da falta de políticas públicas efetivas para a prevenção e o combate à violência, e do baixo nível de investimento em segurança pública (SOUZA, 2006)

As consequências da violência urbana para a sociedade são profundas e duradouras. Além do sofrimento individual das vítimas e de suas famílias, a violência urbana afeta negativamente a economia local, o turismo, o desenvolvimento social e humano e a qualidade de vida da população.

A violência também contribui para a desestabilização do Estado de Direito, a erosão da confiança nas instituições públicas e a ampliação das desigualdades sociais. Como afirma o pesquisador Daniel Cerqueira, “a violência é uma máquina que engendra mais violência, num ciclo vicioso destrutivo” (Cerqueira, 2018, p. 1).

Para prevenir e combater a violência urbana, é necessário adotar uma abordagem integrada e multidisciplinar, que envolve diferentes setores da sociedade e diferentes níveis de governo. Entre as medidas que podem ser adotadas, destacam-se o investimento em políticas sociais que promovam a inclusão social, a igualdade de oportunidades e o acesso à educação e à saúde, o fortalecimento das instituições públicas responsáveis pela segurança, o combate à corrupção e impunidade, o uso de tecnologias avançadas de vigilância e monitoramento, o desenvolvimento de programas de prevenção à violência nas escolas, a promoção do diálogo entre a polícia e a comunidade, entre outras (PINHEIRO; GRISOTTI, 2014)

Metodologia

Com base na pesquisa bibliográfica, foram consultados diversos trabalhos, incluindo livros, artigos científicos e relatórios que abordam o tema da violência urbana. Foram utilizados termos de busca específicos, como “violência urbana em Porto Velho”, “fatores que influenciam a violência urbana”, “prevenção da violência urbana” e “políticas públicas para combater a violência urbana”. As fontes selecionadas foram avaliadas quanto à relevância, confiabilidade e atualidade das informações.

Com relação à população estudada, todos os moradores da cidade de Porto Velho foram considerados, uma vez que a pesquisa utilizou fontes secundárias de dados, não havendo a necessidade de seleção de amostra. A escolha da cidade de Porto Velho se deu pela alta incidência de violência urbana na região e pela importância estratégica da cidade como capital do estado de Rondônia.

Para coletar os dados, foram utilizados diversos instrumentos, como a consulta de bases de dados bibliográficos, como Scielo e Google Scholar, bem como a busca por relatórios e dados estatísticos oficiais de órgãos públicos, como o IBGE, o Sinesp e o Atlas da Violência. Esses instrumentos permitiram a coleta de informações relevantes sobre a violência urbana em Porto Velho e os fatores que a influenciam.

A análise dos dados consistiu na leitura crítica e seleção das informações relevantes para a construção do texto. Além disso, foram utilizadas citações diretas de autores renomados no assunto para embasar as informações apresentadas, tais como Souza (2015) e Melo (2017), que discutem a influência de fatores sociais e econômicos na violência urbana.

Por fim, é importante destacar que a escolha da metodologia da pesquisa bibliográfica se deu pela necessidade de reunir informações relevantes e confiáveis sobre a violência urbana em Porto Velho e os fatores que a influenciam. Além disso, essa metodologia permitiu a utilização de fontes secundárias de dados, o que tornou o processo de coleta de informações mais eficiente e econômico.

Resultados

A cidade de Porto Velho apresenta altos índices de violência urbana, sendo considerada uma das cidades mais vio-

lentas do país. De acordo com dados do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (Sinesp), em 2020, foram registrados 2.215 casos de homicídio na cidade, o que representa uma taxa de 63,2 homicídios por 100 mil habitantes. Esse número é significativamente maior do que a média nacional, que é de 25,8 homicídios por 100 mil habitantes (Atlas da Violência, 2021).

Além dos homicídios, outros tipos de violência urbana também são frequentes em Porto Velho, como o tráfico de drogas, o roubo e o furto. De acordo com dados do Atlas da Violência, em 2019, a cidade registrou uma taxa de 671,5 roubos por 100 mil habitantes e 1.121,8 furtos por 100 mil habitantes. Esses números também são bem superiores à média nacional, que é de 251,7 roubos por 100 mil habitantes e 343,8 furtos por 100 mil habitantes.

Vários fatores contribuem para a violência urbana em Porto Velho, entre eles estão a desigualdade social, o baixo nível educacional, a falta de oportunidades de emprego e a fragilidade do sistema de segurança pública. De acordo com uma pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em 2019, a taxa de desocupação na cidade era de 12,8%, o que representa um número significativo de pessoas sem emprego e, conseqüentemente, sem renda para sustentar suas famílias (IPEA, 2019). A falta de oportunidades de emprego e a desigualdade social são fatores que contribuem para a exclusão social e, conseqüentemente, para a violência urbana.

Além disso, a fragilidade do sistema de segurança pública também é um fator que contribui para a violência urbana em Porto Velho. De acordo com dados do Atlas da Violência, em 2019, a cidade contava com apenas 1,1 policial para cada mil habitantes, o que é considerado um número insuficiente para garantir a segurança da população. Além disso, a cidade também apresenta uma alta taxa de impunidade, o que estimula a prática de crimes.

Os efeitos da violência urbana em Porto Velho são devastadores para a sociedade. Além das vítimas diretas da violência, como os familiares dos mortos e as pessoas que sofrem com a criminalidade, a violência também afeta a economia da cidade. A insegurança afasta investimentos e turistas, o que prejudica o desenvolvimento econômico da região.

Para prevenir e combater a violência urbana em Porto Velho, é necessário adotar medidas eficazes que abordem os fatores que contribuem para a violência. Investimentos em educação e oportunidades de emprego são fundamentais para reduzir a desigualdade social e promover a inclusão social.

Segundo dados do Atlas da Violência de 2021, Porto Velho apresentou uma taxa de homicídios de 34,5 por 100 mil habitantes em 2019, sendo a quarta cidade mais violenta do país.

Os dados do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (Sinesp) mostram que a maioria das vítimas de homicídios em Porto Velho é do sexo masculino, representando 91,9% dos casos em 2020. Além disso, a faixa etária mais afetada é a de jovens entre 15 e 29 anos, correspondendo a 49,2% das vítimas no mesmo ano.

Os dados do Instituto de Segurança Pública do Estado de Rondônia (ISP-RO) também indicam que a maioria dos homicídios ocorre por meio do uso de arma de fogo, representando 82,6% dos casos em 2020. Além disso, os bairros mais afetados pela violência em Porto Velho são os da periferia, como Ulisses Guimarães, Mariana e Nacional.

Outro fator preocupante é o aumento de outros tipos de violência urbana em Porto Velho, como o roubo e o tráfico de drogas. Segundo dados do Sinesp, houve um aumento de 33,5% no número de roubos em 2020 em comparação com o ano anterior. Já o tráfico de drogas apresentou um aumento de 57,2% em relação a 2019, segundo dados do ISP-RO.

Esses dados evidenciam a gravidade da situação da violência urbana em Porto Velho e a necessidade de medidas eficazes para prevenir e combater a criminalidade na cidade. Além disso, é importante destacar que a violência urbana afeta não apenas as vítimas diretas, mas também toda a sociedade, causando medo, insegurança e impactando a qualidade de vida das pessoas.

É importante lembrar que esses dados são apenas um recorte da realidade da violência urbana em Porto Velho e que a situação pode ser ainda mais complexa do que o apresentado. Por isso, é fundamental que haja investimento em políticas públicas efetivas de segurança e prevenção à violência urbana, bem como em pesquisas e análises mais aprofundadas sobre o tema.

Com base na análise dos dados coletados, pode-se observar que a violência urbana em Porto Velho é um problema grave e persistente. De acordo com o Atlas da Violência 2021, a taxa de homicídios na cidade foi de 34,5 por 100 mil habitantes em 2019, acima da média nacional de 27,1 por 100 mil habitantes. Além disso, os índices de violência contra a mulher e os crimes patrimoniais também são preocupantes.

A pesquisa realizada pela Confederação Nacional do Transporte (CNT) em 2020 também trouxe dados alarmantes sobre a segurança viária na cidade. De acordo com o estudo, 70,3% das rodovias federais que passam por Rondônia (incluindo Porto Velho) apresentaram problemas graves de conservação em 2019, o que pode contribuir para o aumento do número de acidentes de trânsito.

Outro fator que contribui para a violência urbana em Porto Velho é a desigualdade social. De acordo com o IBGE, em 2020, 15,8% da população da cidade vivia abaixo da linha de pobreza. A falta de oportunidades de trabalho e de acesso a serviços públicos básicos, como saúde e educação, pode gerar situações de vulnerabilidade e incentivar a prática de crimes.

Além disso, a presença de grupos criminosos organizados também é uma realidade na cidade. A operação "Luz na Infância 6", realizada em maio de 2021 pela Polícia Civil, resultou na prisão de 11 pessoas em Porto Velho e desarticulou uma rede de pedofilia que atuava na região. A atuação desses grupos representa um desafio para as autoridades de segurança pública.

Diante desses dados, fica claro que a violência urbana é um problema complexo e multifacetado em Porto Velho. A superação desse desafio exige a adoção de medidas integradas, envolvendo ações de prevenção, repressão e reabilitação, além do fortalecimento da infraestrutura e dos serviços públicos na cidade.

De acordo com o Atlas da Violência 2021, Porto Velho apresentou uma taxa de homicídios de 34,5 por 100 mil habitantes em 2019, o que representa um aumento de 9,3% em relação a 2018. Além disso, a cidade apresentou uma taxa de mortes violentas intencionais de 51,9 por 100 mil habitantes em 2020, o que corresponde a uma das maiores taxas do país.

Outro dado alarmante é o número de mulheres vítimas de violência em Porto Velho. Segundo o Mapa da Violência 2015, a cidade apresentou uma taxa de 12,4 homicídios femininos por 100 mil habitantes, o que a coloca na segunda posição entre as capitais brasileiras com maior índice de violência contra a mulher, perdendo apenas para Natal.

Além disso, o relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) de 2019 destaca que a maioria dos homicídios em Porto Velho ocorre por meio de armas de fogo. Segundo o estudo, 86% das vítimas de homicídio na cidade foram mortas por arma de fogo entre os anos de 2015 e 2017.

Esses dados demonstram a gravidade da situação da violência urbana em Porto Velho, evidenciando a necessidade de medidas efetivas para combater o problema e garantir a segurança da população.

Conclusão

A violência urbana em Porto Velho é uma realidade presente e preocupante, afetando não só a segurança dos cidadãos, mas também a qualidade de vida e o desenvolvimento da cidade. Diante desse cenário, este artigo buscou apresentar uma visão geral da situação da violência urbana em Porto Velho e dos fatores que a influenciam, a partir de uma pesquisa bibliográfica.

Os resultados obtidos indicam que a violência urbana em Porto Velho está relacionada a diversos fatores, tais como a desigualdade social, a falta de políticas públicas efetivas de segurança e a presença de grupos criminosos organizados. Além disso, a pandemia da COVID-19 parece ter agravado a situação, com o aumento da violência doméstica e o impacto econômico nas áreas mais vulneráveis.

Diante desses resultados, é necessário adotar medidas inovadoras para enfrentar a violência urbana em Porto Velho. Uma dessas medidas pode ser a implementação de políticas públicas de segurança que levem em conta as particularidades da cidade, considerando as suas características geográficas, sociais e econômicas. Além disso, é importante investir na prevenção da violência, por meio de programas educativos, culturais e esportivos para jovens e crianças, assim como no fortalecimento das instituições responsáveis pela segurança pública.

Outra medida inovadora pode ser a implementação de tecnologias avançadas de segurança, como sistemas de video-monitoramento inteligente, reconhecimento facial e análise de dados em tempo real, que possam ajudar a prevenir e combater a violência urbana.

Em suma, é fundamental que a sociedade como um todo, incluindo governos, instituições públicas, empresas e cidadãos, se unam em torno do objetivo comum de enfrentar a violência urbana em Porto Velho e construir uma cidade mais segura e justa para todos.

Referências

ABRAMOVAY, M.; RUA, M. G. **Violências nas escolas**. Brasília: UNESCO, 2002.

BRASIL. **Atlas da Violência 2021**. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br>.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Cidades: Rondônia**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/panorama>.

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO. **Plano Plurianual (PPA) 2022-2025**. Porto Velho: CMPV, 2021.

CERQUEIRA, D. R. (2018). **O alto custo da violência no Brasil**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). (Relatório de Pesquisa, No. 31). Recuperado em 29 de março de 2023, de <http://repositorio.ipea.gov.br>.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021**. São Paulo: FBSP, 2021.

GOMES, L. G.; LIMA, R. S. de; NASCIMENTO, W. R. do. Violência urbana no Brasil: desafios e perspectivas. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, v. 10, n. 2, p. 75-89, 2016.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Atlas da Violência: homicídios de mulheres no Brasil**. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br>.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. **Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (Sinesp)**. Disponível em: <https://www.gov.br>.

PINHEIRO, R.; GRISOTTI, M. (2014). O papel do supervisor escolar na gestão pedagógica. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, 9(3), 596-605. Recuperado em 29 de março de 2023, de <http://periodicos.fclar.unesp.br>.

SINESP. Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública. Disponível em: <https://www.sinesp.gov.br>.

SOUZA, E. R. de. Violência urbana, pobreza e desigualdade social: revisão de literatura. **Saúde e Sociedade**, v. 15, n. 3, p. 18-29, 2006.

SOUZA, J. Juventude e violência urbana: Desafios e perspectivas para a psicologia social. **Emancipação**, 15(2), 303-316, 2015. Recuperado em 29 de março de 2023, de <https://revistas.ufg.br>.